

25
2025

DOSSIÊ
Processos de expansão e
integração no Mediterrâneo antigo



Romanitas
Revista de Estudos Grecolatinos



ISSN: 2318-9304

Romanitas

Revista de Estudios Grecolatinos

ISSN 2318-9304

Editor-gerente

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Editores assistentes

Profa. Dra. Érica Cristhyane Moraes da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Editor Júnior

Prof. Dr. João Carlos Furlani, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Prof. Dr. Carlos Augusto Ribeiro Machado, University of St Andrews, Escócia, Reino Unido

Prof. Dr. Ennio Sanzi, Università degli Studi di Messina, Itália

Prof. Dr. Fábio Duarte Joly, Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Brasil

Prof. Dr. Fabio Faversani, Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Brasil

Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista (Unesp/Franca), Brasil

Profa. Dra. Maria Manuela Reis Martins, Universidade do Minho (UMinho), Portugal

Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dr. Paulo Duarte Silva, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil

Prof. Dr. Renan Frighetto, Universidade Federal do Paraná (UFP), Brasil

Conselho Consultivo

Profa. Dra. Adriene Baron Tacla, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Prof. Dr. André Leonardo Chevitarese, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Breno Battistin Sebastiani, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Profa. Dra. Claudia Beltrão da Rosa, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), Brasil

Prof. Dr. Darío Sánchez Vendramini, Universidade de Córdoba/Universidad de La Rioja/Conicet, Argentina

Prof. Dr. Dominique Vieira Coelho dos Santos, Universidade Regional de Blumenau (FURB), Brasil

Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Brasil

Profa. Dra. Francesca Rohr Vio, Università Ca'Foscari, Itália

Profa. Dra. Graciela Gómez Aso, Pontificia Universidad Católica Argentina (UCA), Argentina

Profa. Dra. Helena Amália Papa, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Brasil

Profa. Dra. Isabella Tardin Cardoso, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil

Profa. Dra. Luciane Munhoz de Omena, Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

Profa. Dra. Ludimila Caliman Campos, Faculdade de Ensino Superior de Linhares (Faceli), Brasil

Prof. Dr. Marcus Silva da Cruz, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil

Profa. Dra. Maria Isabel Fleming, Universidade de São Paulo (Usp)

Profa. Dra. Maria Regina Cândido, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

Profa. Dra. Maria Cristina Nicolau Kormikiari, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Profa. Dra. Monica Selvatici, Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil

Profa. Dra. Nathalia Monseff Junqueira, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Brasil

Prof. Dr. Ramón Teja, Universidad de Cantabria (Unican), Espanha
Profa. Dra. Renata Senna Garraffoni, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil
Profa. Dra. Roberta Alexandrina da Silva, Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Laham Cohen, Universidad de Buenos Aires/Conicet, Argentina
Profa. Dra. Silvia M. A. Siqueira, Universidade Estadual do Ceará (Uece), Brasil
Profa. Dra. Terezinha Oliveira, Universidade Estadual de Maringá (Uem), Brasil
Prof. Dr. Thiago Eustáquio Araujo Mota, Universidade de Pernambuco (UPE), Brasil
Prof. Dr. Vagner Carneiro Porto, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

Diagramação

Raphael Keller Campos, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil
Vitória Pessini Pizetta, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Brasil

A revista

Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos é um periódico semestral voltado para a divulgação de trabalhos inéditos sob a forma de dossiês, artigos de temática livre e resenhas. O periódico exibe uma vocação interdisciplinar, buscando congregar pesquisadores em História, Letras e Arqueologia que se dediquem ao estudo da Antiguidade Clássica, campo de conhecimento que tem experimentado, no Brasil, um significativo incremento ao longo dos últimos anos. Mantida pelo Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir) da Universidade Federal do Espírito Santo, *Romanitas* pretende conferir visibilidade à produção intelectual dos pesquisadores vinculados ao sistema nacional de pós-graduação, além de promover o intercâmbio com especialistas estrangeiros, requisito indispensável para a consolidação da área.

Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos, Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, n. 25, jun. 2025.

229 p. : il.

ISSN: 2318-9304

1. Grécia – Expansão – História. 2. Roma – Expansão – História. 3. História Antiga.
4. Arqueologia Clássica. 5. Estudos Clássicos.

CDU: 94(3)

Contato

Laboratório de Estudos sobre o Império Romano • Centro de Ciências Humanas e Naturais •
Universidade Federal do Espírito Santo • Av. Fernando Ferrari, n. 514, Campus de Goiabeiras,
Vitória, ES - Brasil • CEP 29075-910 • Telefone: 27 4009-7641 • E-mail: es.leir@gmail.com

Dossiê Dossier

Processos de expansão e integração no Mediterrâneo antigo
Processes of expansion and integration in the ancient Mediterranean

| | |
|--|-----|
| Apresentação <i>Introduction</i> Guilherme de Aquino Silva | 7 |
| Expansão romana e integração dos territórios provinciais: uma entrevista com Vagner Carvalho Porto <i>Roman expansion and integration of provincial territories: an interview with Vagner Carvalho Porto</i> Vagner Carvalho Porto | 11 |
| Além dos eubeus: imigrantes fenícios, comunidades itálicas em Pitecusa e suas contribuições <i>Beyond the Euboeans: Phoenician immigrants, italics communities in Pitecusa, and their contributions</i> Rodrigo Araújo de Lima | 29 |
| Os deuses no processo das redes mediterrânicas: ritos e práticas cultuais helênicos para a boa navegação no Mediterrâneo <i>The gods in the process of Mediterranean networks: Hellenic rites and cult practices for safe navigation in the Mediterranean</i> Camila Alves Jourdan | 53 |
| A integração da Ilíria ao Império Romano (sécs. III a.C.-I d.C.) <i>The integration of Illyria into the Roman Empire (3rd century BC-1st century AD)</i> Guilherme de Aquino Silva | 71 |
| A prática imperialista romana em Sagunto: debates e releituras sobre o processo de anexação <i>The Roman imperialist practice in Saguntum: debates and reinterpretations on the annexation process</i> Carlos Eduardo da Costa Campos | 92 |
| 'Da Líbia toda a costa mediterrânea está em seu poder': a expansão romana na África a partir da 'Geografia', de Estrabão <i>'From Libya all of the Mediterranean coast is in its power': the Roman expansion in Africa according to Strabo's 'Geography'</i> Alaide Matias Ribeiro | 108 |
| Poderes em conflito: mudanças e querelas no sacerdócio menfita de Ptah no Egito romano <i>Powers in conflict: changes and disputes on menphite priesthood of Ptah in Roman Egypt</i> Renato Pinto Victor Braga Gurgel | 128 |
| O estoicismo vai às fronteiras: as relações entre romanos e bárbaros no pensamento de Sêneca (séc. I d.C.) <i>The stoicism goes to the frontiers; the relations between Romans and Barbarians in Seneca's thought (1st Century AD)</i> Cesar Luiz Jerce da Costa Junior | 141 |

Disputas sucessórias no trono armeno: considerações sobre as relações políticas entre
romanos e partas, em Tácito (*Anais*, VI, 31-37)
*Succession disputes on the Armenian Throne: considerations on the political relations
between Romans and Parthians in Tacitus (Annals, VI, 31-37)*

Rafael da Costa Campos

160

Tema livre **Open object**

Patronato, liderança e conflito na República: a relação de César e Otávio com os
veteranos (64-27 a.C.)
*Patronage, Leadership, and Conflict in the Republic: The Relationship of Caesar and
Octavian with Veterans (64-27 BC)*

Ayla Fernanda de Oliveira

175

Os louros ingratos da Guerra Civil: memória e esquecimento através das moedas
cunhadas durante os conflitos internos da República Tardia
*Les lauriers ingrats de la guerre civile: mémoire et oubli à travers les pièces de monnaie
frappées lors des conflits internes de la République Tardive*

Giovanni Pando Bueno

195

Resenhas **Reviews**

Considerações sobre o Império Romano e o desenvolvimento do cristianismo
Considerations on the Roman Empire and the development of Christianity

Anderson Leonardo Vaz Stein

215

O martírio como construção retórica no discurso de Agostinho de Hipona (sécs. IV-V)
*Martyrdom as rhetorical construction in the discourse of Augustine of Hippo (4th-5th
centuries CE)*

Igor Pereira da Silva

222

Dossiê

Dossier

Processos de expansão e integração no Mediterrâneo antigo
Processes of expansion and integration in the ancient Mediterranean

Organizador/*Editor*: Guilherme de Aquino Silva

Apresentação

Introduction

Guilherme de Aquino Silva

Na Antiguidade, diversas sociedades da bacia do Mediterrâneo empreenderam processos de expansão territorial, como no caso dos fenícios, gregos e romanos. Esses processos podem ser divididos em, pelo menos, dois grupos: migrações e imperialismos. Uma única variável não explica a razão pela qual humanos saíam de seus lugares de origem em expedições militares, comerciais ou em busca de melhores condições de vida, rumo a territórios às vezes desconhecidos. Dessa forma, uma variedade de fatores, que não pode ser compreendida de maneira isolada, explica, ainda que parcialmente, os fenômenos das migrações e dos imperialismos antigos.

Tomemos como exemplo o caso grego. A historiografia tentou explicar os movimentos migratórios gregos, ocorridos entre os séculos VIII e VI a.C., dando ênfase às características geográficas da Península Balcânica. O solo impróprio para a agricultura e o clima severo teriam sido fatores que obrigaram os gregos a procurarem áreas mais férteis, impulsionando os movimentos migratórios (Hughes, 1981, p. 127). As pesquisas, no entanto, avançaram e, agora, sabemos que as migrações gregas foram eventos complexos, resultantes de mudanças internas naquelas sociedades, como o aprimoramento das técnicas de navegação, essenciais para o controle do espaço marítimo. Ao lado do fator "técnica" estava o fator "sagrado", tendo em vista que, sob a ótica dos gregos, as viagens poderiam não ser bem executadas sem a presença do culto às divindades protetoras e do auxílio de um oráculo (Giebel, 2013, p. 29; Jourdan, 2019, p. 14, 28; Soares, 2020). Assim sendo, este dossiê busca evidenciar os novos debates sobre os motivos e os meios pelos quais as sociedades antigas expandiram seus limites territoriais.

No âmbito dos estudos acerca da expansão territorial, destacam-se as investigações voltadas ao contato entre diferentes grupos étnicos. Como sabemos, ao avançar sobre novos territórios, a sociedade em expansão automaticamente interagiu com outras populações, o que ensejava fenômenos sociais como acordos políticos, comércio, conflitos e trocas identitárias, entre outros.

Essa problemática é discutida desde o século XIX, embora hoje não adotemos a mesma visão dos precursores desse campo. No século XIX e no início do século XX, os estudiosos interpretavam as interações culturais com base numa dicotomia entre

sociedades consideradas civilizadas e sociedades consideradas bárbaras ou primitivas. Essa visão é fruto de seu tempo, uma vez que os historiadores foram influenciados pelo imperialismo europeu e pela teoria da evolução, além de tratarem as fontes escritas como verdades absolutas sobre os acontecimentos do passado, e não como representações de uma sociedade específica (Abreu; Souza, 2004, p. 206; Lepelley, 2016, p. 421-422; Soria, 2013, p. 711).

Novos olhares acerca das conexões culturais entre gregos, romanos e demais grupos étnicos do Mediterrâneo surgiram a partir da década de 1960, influenciados, entre outras coisas, pelas independências dos países africanos e asiáticos. Os estudos dessa época são conhecidos como “descolonizados” por seus adeptos, numa clara tentativa de desvincular suas pesquisas daquelas realizadas no período anterior. No entanto, manteve-se a polarização entre gregos e romanos, de um lado, e as populações com as quais entraram em contato, de outro, enfatizando-se as resistências dos nativos contra os invasores (Lima Neto, 2016, p. 118).

Uma nova fase surgiu com os chamados estudos “pós-coloniais”, os quais demonstram que a “helenização” e a “romanização” devem ser interpretadas não como processos unilaterais, mas como trocas culturais recíprocas. Essas trocas resultaram na formação de culturas híbridas e, por consequência, em um mundo mediterrâneo diverso em termos identitários (Funari; Garraffoni, 2018, p. 250; Hingley, 2010, p. 41; Mendes, 1999, p. 307, 313). Essa abordagem redefiniu a narrativa histórica, ao reconhecer que não houve uma cultura dominante que se impôs a outras, mas uma série de culturas em interação que deram ensejo a novas realidades.

Nesse ínterim, observa-se uma crescente valorização do protagonismo das comunidades nativas frente às investidas militares e às influências culturais dos gregos e romanos, o que é apenas parcialmente evidenciado pelas fontes escritas, que nos legaram a visão dos conquistadores sobre as populações locais. Para uma compreensão mais ampla dos contextos de integração entre duas ou mais sociedades, outras fontes são imprescindíveis, como os registros arqueológicos. Nesse sentido, este dossiê pretende reunir textos nos quais os autores discutam o tema das trocas identitárias no Mediterrâneo antigo, fundamentando-se em fontes de diversas naturezas e ancorando-se nos pressupostos dos estudos pós-coloniais.

Por outro lado, apesar de sua relevância, as pesquisas referentes às trocas identitárias representam uma das muitas facetas que podem ser analisadas quando o assunto é a expansão territorial e integração. Cada vez mais temos nos questionado a respeito do papel da espacialidade em contextos migratórios e imperialistas. O espaço não deve ser compreendido apenas em sua forma tradicional, como um local onde ocorrem as

relações humanas, mas sim como um elemento ativo que interfere diretamente nas ações de indivíduos e grupos sociais. Dessa forma, as ações moldam a materialidade, ao mesmo tempo que esta última também exerce influência sobre as ações humanas (Santos, 1979, p. 9-10).

Sob essa perspectiva, é de nosso interesse, neste dossiê, analisar o papel exercido pelo espaço físico (materialidade) na configuração do mundo mediterrâneo, compreendendo de que maneira ele influenciou a expansão territorial, revelando-se ora como aliado dos gregos e romanos, ora como obstáculo. Ademais, diversas questões podem ser levantadas tendo como fio condutor a espacialidade. Destacamos o aumento do conhecimento geográfico decorrente das viagens efetuadas pelos antigos; o controle estratégico exercido sobre o espaço, a fim de superar os obstáculos; a exploração de recursos naturais em territórios conquistados; e as diversas formas de ocupação do espaço. Acreditamos, inclusive, que as diferenças geográficas de cada região resultaram em distintas formas de ocupação do espaço. Isso se evidencia na localização de *apoikiai* e *civitates*, bem como na construção de elementos de infraestrutura, como portos, pontes, aquedutos, estradas e outros.

A análise das expansões territoriais grega e romana encontra um arcabouço teórico muito útil na concepção de “integração”, conforme delineado por Guarinello (2010). A interpretação do fenômeno discutido neste dossiê à luz do conceito de integração revela que os contatos entre grupos étnicos distintos desencadeiam transformações nas estruturas sociais preexistentes e na própria materialidade. Esses contatos, que, na Antiguidade, variavam em natureza e profundidade, moldaram novas realidades sociais, conforme os autores buscaram demonstrar nos artigos que compõem este dossiê.

Referências

- ABREU E SOUZA, R. Romanização: via de mão dupla? *Boletim do CPA*, n. 17, p. 197-220, 2004.
- FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, R. S. A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização. *Heródoto*, v. 3, n. 2, p. 246-255, 2018.
- GIEBEL, M. *O oráculo de Delfos*. São Paulo: Odysseus, 2013.
- GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, n. 1, p. 113-127, 2010.
- HINGLEY, R. *O imperialismo romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.
- HUGHES, J. D. *La ecología en las civilizaciones antiguas*. Ciudad de México: Fondo de cultura económica, 1981.

- JOURDAN, C. A. *Morrer e viver em um mar de "monstros": o imaginário helênico sobre a morte no mar (séculos VIII-IV a.C.)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- LEPELLEY, C. Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte. *Heródoto*, v. 1, n. 1, p. 418-437, 2016.
- LIMA NETO, B. M. *Entre a filosofia e a magia: o caso da estigmatização de Apuleio na África romana (século II d.C.)*. Curitiba: Prismas, 2016.
- MENDES, N. M. Romanização: cultura imperial. *Phoênix*, v. 5, p. 307-324, 1999.
- SANTOS, M. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SOARES, M. G. F. *Topofilias e topofobias marinhas na "Odisseia": os nautai como homens da métis, os deuses e as técnicas náuticas no contexto de fundação das apoikiai (séc. X-VII a.C.)*. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.
- SORIA, V. O conceito de "romanização" e o panorama acadêmico português. In: ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C. (ed.). *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: DPI Cromotipo, 2013, p. 711-716.

Expansão romana e integração dos territórios provinciais: uma entrevista com Vagner Carvalho Porto*

Roman expansion and integration of provincial territories: an interview with Vagner Carvalho Porto

Vagner Carvalho Porto

Entrevistado

Guilherme de Aquino Silva

Entrevistador

Vagner Carvalho Porto é professor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). É doutor (2007) e mestre (2001) em Arqueologia pela USP e graduado em História pela Universidade de Santo Amaro (1994). É Coordenador do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP/USP), no âmbito do qual desenvolve pesquisas a respeito das províncias romanas da Síria-Palestina e da Península Ibérica. É coordenador dos grupos de pesquisa "Numismática Antiga" e "Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas" (ARISE). É coeditor chefe da Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e bolsista produtividade do CNPq. Dentre suas pesquisas recentes, destacam-se aquelas realizadas no sítio de Tel Dor, em Israel. Suas investigações concentram-se na análise da expansão romana e da integração dos territórios conquistados à ordem imperial.

1. Guilherme de Aquino Silva: Um dos objetivos desta entrevista é apresentar aos leitores, sobretudo os que se encontram em processo de formação acadêmica, o modo pelo qual as pesquisas na área de Antiguidade são executadas no Brasil, tanto no âmbito da História quanto no da Arqueologia. Desse modo, o professor poderia compartilhar conosco como ocorreu seu ingresso na carreira universitária?

R.: Vagner Carvalho Porto: Posso dizer que meu ingresso na Universidade não se deu de forma tão incomum. Minha história se assemelha à de muitos brasileiros que têm

* Entrevista concedida a Guilherme de Aquino Silva, em 20 de maio de 2024.

vontade de ver as coisas acontecerem, que têm força e resiliência, além de sorte, eu diria. Proveniente de pais de ascendência negra e portuguesa, cresci em um bairro periférico do extremo sul da cidade de São Paulo. Não tinha ideia de que a USP existia, até que um dia, no antigo Colegial, na sala de aula da escola pública em que estudava, ouvi minha professora dizer que aquela Universidade não tinha sido feita para nós... Sim, essa era a realidade que vivíamos e que muitos ainda vivem quando se é pobre e periférico. Trabalhei desde muito cedo. Aos 15 anos, a pedido do meu pai, estudei no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e comecei a trabalhar na área de manutenção elétrica. Ao saber que a Universidade de Santo Amaro estava contratando nesta área, me inscrevi e fui selecionado. Foi, então, que recebi uma bolsa de estudos e comecei a estudar nesta universidade particular, que se localizava mais ou menos próximo da minha casa. Este foi meu ingresso na faculdade. Trabalhava durante o dia e estudava História durante a noite.

Na verdade, quem me moldou foram meus professores de História, Geografia e Filosofia do antigo Colegial. Eles me propuseram leituras que me formaram, e que, de certa forma, moldaram meu ser. Dentre elas, obras de Walter Benjamin (1994), Marshall McLuhan (1969) e Marilena Chauí (1981). Minha veia marxista provém do grupo de jovens da igreja católica do bairro em que eu morava, pois lá, ainda na adolescência, tive contato, pela primeira vez, com as leituras e debates sobre Marx e Engels.² Para completar a singularidade das minhas primeiras leituras, tive a sorte de ter amigos extremamente inteligentes e apaixonados em ler. Entre nossos dezesseis e dezenove anos, passávamos noites e madrugadas lendo e discutindo Herbert Marcuse (1969), Octavio Paz (1968), Jorge Luis Borges (1972), dentre muitos outros.

A faculdade de História foi outra página de minha vida. Aliás, escolhi História por conta da veia política. Foi na faculdade que acessei as leituras dos clássicos gregos, como Homero, Hesíodo e Heródoto. Também me apaixonei pelos tragediógrafos e por Aristófanes,³ grande dramaturgo das comédias gregas. Essas leituras mexeram demais comigo, a ponto de definirem meu caminho e meu futuro. Tive a sorte de, na faculdade, ter tido jovens professores incríveis, todos da USP, plenos de conhecimento e ávidos por ensinar. Tive aulas de Língua e Literatura Latina no programa (outra sorte), o que me ajudou, sobremaneira, nos anos seguintes. O professor Paulo Martins, hoje diretor da FFLCH/USP, foi um dos meus professores e incentivadores naquela ocasião, o que muito me orgulha.

² O entrevistado referencia obras como o *Manifesto do Partido Comunista*, de Engels e Marx (1982), e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels (1977).

³ Nas referências, constam as obras dos tragediógrafos gregos Ésquilo e Sófocles, conforme indicado pelo entrevistado.

Meu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado *Mito e História: análise estrutural da Epopeia de Gilgamesh* (1994), me aproximou da documentação textual e material, e da história da Mesopotâmia e Egito antigos. Foi com esse trabalho de conclusão de curso que cheguei à USP, com o intuito de ingressar no mestrado. Quem me acolheu foi a professora Maria Beatriz Florenzano, mestra e inspiradora. Isso, nos idos de 1995. Ela me sugeriu que estudasse o herói grego Hércules nas moedas da Sicília, e, assim, iniciamos essa jornada juntos.

Minha dissertação de mestrado, na área da Arqueologia, defendida em 2001, intitulou-se *Subsídios para o estudo do culto de Hércules na Sicília: uma análise da iconografia monetária*. Foi muito interessante perceber que era possível trabalhar religião e sociedade gregas, partindo de um documento que, de imediato, nos levaria ao universo econômico: a moeda. Os escritos de Diodoro Sículo (1976) foram fundamentais para as minhas reflexões.

O doutorado veio na sequência, mas, àquela altura, eu estava inclinado a enveredar pelo Império Romano. A razão disso estava ligada às experiências que eu estava tendo com as escavações no sítio arqueológico de *Apollonia*, situado na costa israelense. A vivência com as escavações neste sítio romano, entre 1999 e 2003, moldaram minha formação arqueológica e, claro, influenciaram a guinada que minha vida estava prestes a dar. Meu "autor de época", então, era Flávio Josefo. Eu tinha migrado para o Oriente e deixado os gregos do Ocidente, buscando entender a intrincada e complexa lógica política, social e religiosa que a costa oriental do Mediterrâneo vivenciara. A moeda ainda estava na pauta de minhas preocupações. Eu tentava, no doutorado, entender como se davam as alterações de *status* jurídico-administrativo das cidades provinciais da Síria-Palestina pelo viés das moedas. Defendi a tese em 2007 e fico feliz que, ainda hoje, os métodos de análise iconográfica e o catálogo que desenvolvi influenciam muitos estudantes do país.

2. O professor é vinculado ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, instituição reconhecida como um dos mais importantes centros universitários em termos nacionais e internacionais. Nesse sentido, quais oportunidades esta instituição oferece aos estudantes interessados no estudo da História Antiga e da Arqueologia Clássica?

R.: Em primeiro lugar, é importante pontuar que o MAE é um museu universitário. Além do MAE, a USP mantém outros museus universitários, como o Museu de Arte Contemporânea (MAC), o Museu Paulista (MP), popularmente conhecido como Museu do Ipiranga, e o Museu de Zoologia (MZ). Um museu universitário atua sobre o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Muitas são as áreas de atuação do MAE: Arqueologia e Etnologia Brasileira,

Etnologia Africana, Arqueologia Mesoamericana, Arqueologia Histórica Brasileira e Arqueologia Mediterrânea. Então, sim, o MAE realmente é um dos principais centros de estudos de Antiguidade do Brasil, principalmente no que diz respeito aos estudos arqueológicos. A biblioteca do MAE é uma das mais ricas do país. Desde sua criação, em 1989, o MAE recebe alunos do Ensino Médio e dos níveis mais altos, bolsistas ou não, provenientes de diversas instituições públicas e privadas. O MAE foi criado por meio da fusão de acervos e instituições já existentes na Universidade de São Paulo. Constituiu-se mediante a reunião das coleções arqueológicas e etnográficas do Museu Paulista, do Acervo Plínio Ayrosa, do Departamento de Antropologia da FFLCH, bem como da incorporação do Instituto de Pré-História e do antigo Museu de Arqueologia e Etnologia. Hoje em dia, o acervo do MAE está estimado em quase um milhão de itens, distribuídos principalmente nas áreas de Arqueologia Americana, com destaque para a Arqueologia Brasileira, Arqueologia do Mediterrâneo e Médio-Oriente, Etnologia Brasileira e Etnologia Africana e Afro-brasileira, além de todo o acervo documental.

Do ponto de vista da pesquisa, é importante enfatizar que, por um lado, as pesquisas arqueológicas geram novas coleções, e, por outro lado, as coleções já salvaguardadas no Museu produzem novas pesquisas e, por conseguinte, novos conhecimentos. No que diz respeito ao ensino, as coleções são acessadas para o desenvolvimento das atividades docentes no âmbito das disciplinas oferecidas pelo Museu. Ademais, a produção de novos conhecimentos, a partir das coleções, retroalimentam a formação dos alunos no âmbito dos dois programas de pós-graduação do MAE/USP: o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq) e o Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia (PPGMus). No que tange à extensão, o MAE, assim como qualquer museu, tem uma vocação natural para a extroversão do conhecimento. Montagens de exposições permanentes e temporárias, ações educativas e culturais, cursos de difusão cultural, dentre outros eventos variados, além das publicações, fazem parte da natureza extensionista do MAE/USP. Oferecemos diversas disciplinas na área da Arqueologia Clássica, tanto de graduação quanto de pós-graduação. Também ministramos cotidianamente cursos de extensão na área da Arqueologia Clássica.

A propósito, já faz algum tempo que, nós, professores do MAE/USP, temos preferido nos referir à Arqueologia Clássica como Arqueologia do Mediterrâneo Antigo. Vocês podem me perguntar o porquê disso. A resposta é que histórica e conceitualmente, quando nos referimos à Arqueologia Clássica, acabamos por reduzir o escopo da disciplina a, principalmente, Grécia e Roma. Isso se deve ao fato de que, tradicionalmente, muito por conta da influência dos autores da própria Antiguidade, a Grécia antiga (com ênfase em Atenas, numa visão "atenocêntrica") e o Império Romano teriam sempre prevalecido.

Ao adotarmos o postulado “Arqueologia do Mediterrâneo Antigo”, procuramos expandir o escopo de nossas preocupações às populações que conviveram às margens do Mediterrâneo. Dessa maneira, nossos estudos arqueológicos conseguem abarcar outros povos, como berberes, núbios, sícanos, hititas, púnicos e tantos outros que coabitaram com gregos e romanos naquela vasta região tão rica do ponto de vista cultural e religioso.

3. Atualmente, o senhor é coordenador do Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP), em conjunto com a Profa. Dra. Maria Isabel Fleming. Poderia, por gentileza, esclarecer quais atividades são desenvolvidas pelo LARP e sua importância para o estudo dos territórios provinciais romanos?

R.: Atualmente, frente ao MAE/USP, respondo administrativamente pelo LARP, laboratório temático de pesquisa, sediado no MAE, que foi criado em 2013 e contou com os apoios cruciais do MAE e da FAPESP. Minha trajetória no LARP teve início antes mesmo da sua constituição formal, pois fiz parte da equipe de pós-graduandos e pós-doutores (eu mesmo como tal), que, sob a coordenação da professora Maria Isabel D’Agostino Fleming, elaborou o primeiro projeto do laboratório. Ao longo dos 11 anos de existência do LARP, atuei como estudante e pesquisador associado, e, depois, como professor da USP, ascendi à condição de coordenador do LARP.

O LARP, e seu sucesso, são frutos da dedicação, *expertise* e guia da referida professora, e sua confiança em me outorgar a coordenação junto a ela representa uma grande honra. Hoje, estamos à frente do LARP; eu, como docente da USP, e a professora Fleming, como professora Sênior do MAE/USP. Não posso deixar de enfatizar que a força do LARP vem também de nossos alunos, todos eles, sejam da iniciação científica, mestrado ou doutorado. Além destes, destaco os pós-doutorandos e tantos outros pesquisadores associados ao nosso laboratório. Sem sombra de dúvida, todos eles são o motor que movimenta esse importante laboratório temático do país.

Podemos considerar o LARP como um polo de discussão e debates científicos sobre a Arqueologia e História do Mediterrâneo Antigo, centrado nos mundos romano e suas províncias, além da rede de contatos engendrada por todas as províncias ao longo do Mediterrâneo e dos limites fronteiriços. O LARP tem atraído docentes e alunos de universidades brasileiras, mas, igualmente, professores do Ensino Médio e alunos secundaristas, tanto das escolas públicas quanto das privadas. Nosso laboratório está sediado em um museu, mais especificamente, um museu universitário, de modo que, como mencionei, nossas atividades organizam-se a partir do tripé pesquisa, ensino e extensão.

No campo da divulgação científica, criamos os mais variados canais gratuitos, voltados a um público mais ampliado: Facebook, Instagram, vídeos documentários, podcasts, maquetes virtuais, jogos, todos acessíveis pelo site do LARP: <www.larp.mae.usp.br>, e pelo nosso canal do Youtube: <<https://www.youtube.com/@LARPMMAE>>.

No LARP, produzimos pesquisas originais, propondo, a partir de metodologias científicas e teorizações – que acompanham as discussões acadêmicas internacionais –, interpretações atualizadas sobre as organizações de assentamentos, derivando, daí, conhecimentos sobre as sociedades e as relações de contato entre estas. Nossas pesquisas envolvem romanos, gregos, egípcios, fenícios, povos indígenas de toda a Bacia do Mediterrâneo, na Antiguidade, e que, igualmente, estabelecem diálogos com as inquietudes de nosso tempo.

Após a indesejada e horrorosa lacuna causada pela pandemia da Covid-19, as pesquisas e atividades de extensão foram retomadas. Neste contexto, ressalto, especialmente, todo o trabalho de pesquisa e extensão que depende essencialmente do contato com o acervo do MAE, a saber, a práxis curatorial e os estudos que envolvem a coleção de moedas e outros objetos arqueológicos mediterrânicos do MAE/USP. Durante o período pandêmico, desenvolvemos programas de debates e cursos com especialistas de instituições nacionais e internacionais, numa perspectiva que envolvesse os projetos do LARP. Passado o tenebroso período pandêmico, retomamos, com todo vapor, nossas atividades presenciais, mas mantivemos também as atividades híbridas e virtuais, agora introjetadas em nossa vivência acadêmica, sem volta. Neste sentido, para nossa satisfação, foi realizado o III Simpósio do LARP, em que foi comemorado seu 10º Aniversário, tendo sido publicado, no mês de outubro de 2023, o livro *10 Anos de LARP: trajetória e perspectivas* (Fleming; Porto, 2023).

Os estudos de Arqueologia do Mediterrâneo, no Brasil, ensejados e desenvolvidos pelo LARP e por outros importantes centros brasileiros de estudos sobre o mundo antigo, possuem um caráter muito particular, muito próprio no que diz respeito às linhas de pensamento teórico-metodológicas. Nossa formação colonial, de um país periférico e multiétnico, nos possibilita refletir sobre questões simbólicas e religiosas, urbanísticas e territoriais, de poder e produção, a partir de um ponto de vista local, com enorme potencial, acredito, para contribuir com o debate internacional.

Os dados históricos e arqueológicos apresentados e tratados no âmbito do LARP partem de uma proposta interdisciplinar, que apoia o diálogo substancial com a academia e a sociedade. Deste modo, nossas reflexões sobre a História e a Arqueologia Clássica pretendem promover um olhar voltado para a compreensão das relações diversas, plurais e interconectadas que ocorreram no Mediterrâneo. Ao trazermos considerações de um

Mediterrâneo, que ainda não foram totalmente exploradas nos estudos conectados às humanidades no Brasil, buscamos contribuir com um novo olhar, a partir de perspectivas que combatam uma visão colonialista da História, consolidada por grupos privilegiados, a fim de dar voz a outros povos envolvidos no processo. As diversas contribuições das pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores do LARP têm como objetivo demonstrar o debate atual existente sobre as transformações que os materiais arqueológicos receberam, local ou regionalmente, a partir de seu contexto de escavação. Transformações estas que ocorreram, por um lado, dentro de um sistema dinâmico e fluido de trocas contínuas, e, por outro lado, pela preservação das tradições. Queremos crer que o LARP fomente, no Brasil, um amadurecimento teórico-metodológico acentuado acerca dos contatos mediterrânicos.

4. Considerando o diálogo crescente, nos meios acadêmicos brasileiros, entre a História e a Arqueologia, sobretudo no que se refere à Antiguidade, desejamos saber sua opinião sobre a importância das fontes arqueológicas no estudo dos contatos culturais no Mediterrâneo antigo.

R.: A Arqueologia é interdisciplinar por natureza. Dialoga com as mais variadas disciplinas: Arte, Geologia, Antropologia, Física, Química, entre outras. A História, portanto, é apenas uma delas. Desde a Escola dos Annales, iniciada na década de 30 do século passado, principalmente com Marc Bloch e Lucien Febvre, observou-se a importância do diálogo da História com outras disciplinas, como a própria Arqueologia. Ainda assim, é bastante comum ouvir que a Arqueologia é uma “disciplina auxiliar da História”. Embora a ideia de que a Arqueologia seja uma ciência auxiliar da História seja aceita e praticada de maneira ampla, algumas críticas e debates vêm surgindo em relação a essa percepção, e melhor, muitos historiadores vêm trabalhando cada vez mais com a documentação material, estendendo seu leque de reflexões sobre a documentação arqueológica. É importante frisar que a Arqueologia se desenvolveu, assim como a História, como uma disciplina científica independente, com seus próprios métodos, teorias e objetivos.

Os contatos culturais no Mediterrâneo antigo desempenharam um papel fundamental na formação e no desenvolvimento das civilizações antigas que floresceram na região. Nesse contexto, as fontes arqueológicas têm um papel crucial nas investigações a respeito desses contatos culturais. As escavações arqueológicas trazem à superfície artefatos, estruturas e materiais que refletem os padrões de interação e troca entre diferentes culturas. Essas evidências materiais podem incluir cerâmicas importadas, moedas, estilos arquitetônicos, entre outros, que fornecem *insights* sobre os contatos

comerciais, diplomáticos e culturais entre os povos da região. A Arqueologia também revela padrões de assentamento e urbanização, que refletem a dinâmica dos contatos culturais no Mediterrâneo antigo. A identificação de cidades portuárias, rotas comerciais e centros urbanos cosmopolitas, por exemplo, fornece uma compreensão mais profunda da extensão e da natureza dos contatos entre diferentes culturas. Além disso, a análise de artefatos arqueológicos, como arte, escultura e iconografia, revela influências culturais e estilísticas entre diferentes sociedades. Por exemplo, a presença de motivos egípcios em cerâmica grega e a incorporação de elementos gregos na arte etrusca são evidências tangíveis de contatos e intercâmbios culturais. Por fim, com os avanços recentes nas técnicas científicas, como as análises de DNA e isótopos, é possível rastrear movimentos populacionais antigos no Mediterrâneo. Essas abordagens complementam os dados arqueológicos, fornecendo informações sobre o fluxo de pessoas e a mistura genética, em resposta aos contatos culturais na região. Todas essas questões estão sendo – emprestando os termos de Jacques Le Goff e Pierre Nora (1976) – repensadas a partir de novos problemas, novos objetos e novas abordagens. Para fechar esta ideia, gostaria de falar sobre o trabalho de Carol Dougherty (1993), intitulado *The poetics of colonization: from city to text in Archaic Greece*. Nesse livro, a autora assume que é necessário estudar a literatura de forma crítica e contextual, não apenas para extrair a literalidade, mas, também, em uníssono com a cultura material, para extrair ideias, identidade e o significado da cidade no contexto mediterrânico.

5. *Tanto em sua dissertação de mestrado quanto em sua tese de doutorado, o professor realizou pesquisas com base na numismática, ou seja, na análise de moedas. De modo geral, como esses artefatos podem contribuir para o conhecimento das sociedades antigas?*

R.: Minha orientadora de mestrado e doutorado, a professora Maria Beatriz Florenzano, sempre me ensinou e enfatizou o potencial das moedas nos estudos das sociedades antigas. Ela também me ensinou que as esferas das sociedades antigas eram todas amalgamadas, ou seja, não se pode estudar a Grécia e a Roma antigas, por exemplo, sem considerar que as esferas econômicas, culturais, religiosas e políticas estão totalmente imbricadas, ou, como diria Karl Polanyi (2000), estão todas “*embedded*”.

Levando isso em conta, a numismática, ou o estudo das moedas, desempenha um papel fundamental, de várias maneiras, na compreensão das sociedades antigas. Por exemplo, as moedas fornecem *insights* interessantíssimos sobre a economia e o comércio das sociedades antigas. Por meio da análise das moedas, os historiadores podem entender as relações comerciais, as rotas de comércio e as políticas econômicas

das civilizações antigas. Por seu turno, as imagens e os símbolos presentes nas moedas revelam aspectos culturais, religiosos e políticos das sociedades antigas. Por exemplo, as imagens de governantes, divindades e eventos históricos representados nas moedas oferecem informações sobre crenças, valores e mitologias da época. As moedas também são uma fonte valiosa para estabelecer cronologias e datas históricas. Através da análise de estilos de arte, inscrições e materiais das moedas, os estudiosos podem datar eventos e períodos específicos da história.

O sonho dos arqueólogos que escavam ao longo do Mediterrâneo é encontrar alguma moeda nos estratos arqueológicos do sítio escavado, porque esta pode se converter em um importante “fóssil diretor”, ou seja, um marcador cronológico significativo para se datar aquele dado estrato arqueológico em que a peça foi encontrada. Até hoje me lembro da emoção que senti no momento em que encontrei uma moeda do imperador Vespasiano quando escavava o estrato romano de *Apollonia*, em Israel.

A distribuição geográfica das moedas também pode ser importante, pois indica padrões de comércio, migração e interação cultural entre diferentes regiões e civilizações. A presença de moedas estrangeiras em determinada área pode demonstrar relações comerciais ou conquistas militares. Do ponto de vista tecnológico, as transformações nas técnicas de cunhagem e nos materiais das moedas ao longo do tempo podem refletir avanços tecnológicos e mudanças econômicas nas sociedades antigas. O estudo do desenvolvimento das moedas pode fornecer informações sobre os diferentes tipos de técnicas metalúrgicas e de cunhagem. Enfim, como mencionei no início dessa entrevista, em meu mestrado, trabalhei com moedas da Sicília que tinham imagens de Héracles. Apesar de trabalhar com moedas, ou seja, com dinheiro, não versei sobre economia ou comércio entre gregos e gregos, ou entre gregos e povos locais (sículos e sícanos), nas pólis da Sicília, mas investiguei o caráter civilizatório desse deus-herói (*hêrôs-theos*) grego, bem como os significados de sua iconografia e de suas peripécias mitológicas na região.

6. Em sua tese, intitulada “*Imagens monetárias na Judeia/Palestina sob dominação romana*” (2007), o senhor tratou da dinâmica de integração de uma região provincial, a Judeia/Palestina, ao Império Romano. Sabe-se que a inserção das províncias no sistema imperial romano foi um processo bastante complexo, que variou de acordo com as realidades locais. Em face disso, o senhor poderia esclarecer as características da integração da Judeia/Palestina na ordem romana?

R.: A Arqueologia tem oferecido importantes subsídios para entendermos, cada vez mais, a vida nas províncias romanas, seja a vida cotidiana, política ou religiosa. Em minha tese

de doutorado, pude observar, a partir da produção e da circulação de moedas locais, na região da Síria-Palestina, que é muito importante considerar a província localmente diante da centralidade de Roma. Explico: ao longo de praticamente todo o século XX, as relações dentro do Império sempre foram estudadas tendo como ótica principal a cidade de Roma. Isso é até natural, visto que a documentação textual nos legou a grandeza e a pujança da *humanitas romana*. Sempre que se discutia a vida na província, procurava-se, de alguma forma, conectar a cidade provincial com Roma. A documentação arqueológica, bem como as interpretações calcadas no pós-colonialismo e pós-processualismo, alteraram de forma substancial essas reflexões. Começou-se a observar que era possível fazer uma arqueologia e uma história de determinada província sem vinculá-la naturalmente a Roma. Foi possível observar, por exemplo, relações entre duas províncias distantes de Roma, as quais se relacionavam entre si sem a interferência da capital do Império. Creio que a contribuição da minha tese de doutorado vai nesta linha: permitir que a singularidade do local faça saltar aos olhos e às mentes dos pesquisadores, demonstrando as novas possibilidades e potencialidades das complexas e intrincadas relações existentes dentro do Império Romano.

A região da Judeia-Síria-Palestina tornou-se uma província romana após a conquista liderada por Pompeu, em 63 AEC.⁴ Foi durante o período em que Pompeu foi general romano, que a Judeia foi anexada ao Império e transformada em uma província sob controle romano. A partir desse momento, a Judeia passou a ser governada por procuradores romanos ou por reis clientes, que estavam sujeitos à autoridade romana. Todavia, a influência romana no Mediterrâneo oriental pode ser recuada em mais de um século, com as implicações das Guerras Púnicas e das Guerras Macedônicas. Creio que o mais relevante a se dizer é que, no momento inicial, quando Pompeu buscou organizar a vida política da região, os romanos habilidosamente perceberam que as estruturas políticas, sobretudo as jurídico-administrativas, já consolidadas pela presença greco-macedônica ao longo de praticamente três séculos, facilitaram significativamente sua tarefa. No começo, os romanos não alteraram o *status* de pólis das cidades, tendo incluído, *a posteriori*, o estatuto de colônias às cidades aliadas. Além disso, o sistema de coleta de impostos sofreu poucas alterações. Em suma, no Oriente, Roma encontrou uma estrutura favorável à consolidação de sua governança. A propósito, as cidades aliadas receberam o nobre e tão almejado direito de cunhar suas próprias moedas, e, claro, as cidades que se posicionaram contra Roma, além de humilhadas, perderam seus direitos

⁴ Referi-me à província dessa maneira porque, dependendo do período, temos diferentes composições geopolíticas. Por exemplo, após a vitória dos romanos sobre os judeus, na revolta de Bar Kokhba, em 135 EC, o imperador Adriano reorganizou a região, convertendo-a na província da Síria-Palestina.

políticos, como o de produzir suas próprias moedas. Acrescente-se que a “helenidade” absorvida pelos romanos fez com que o grego continuasse a ser o idioma predominante na região. Ademais, aspectos da vida cultural, como as práticas balneárias, a ida ao hipódromo para ver as corridas de bigas e a ida ao anfiteatro para acompanhar as lutas de gladiadores, faziam parte do cotidiano dessa região. Contudo, destacamos que, entre as lideranças judaicas, havia uma forte pressão para evitar a participação de judeus em atividades associadas às tradições gregas e romanas.

7. Dado o avanço contínuo da tecnologia e seu impacto sobre as mais diversas áreas do conhecimento, de que maneira as inovações tecnológicas têm beneficiado os estudos no campo da Arqueologia Clássica?

R.: As inovações tecnológicas têm tido um impacto significativo e benéfico nos estudos da Arqueologia Clássica. Algumas dessas inovações têm influenciado muito positivamente as pesquisas arqueológicas que são desenvolvidas por diversos países do mundo, de modo geral, e pelo Brasil, de modo particular. Neste sentido, o uso de imagens de satélite e sensoriamento remoto permite aos arqueólogos identificar sítios arqueológicos de forma mais eficiente. Essas tecnologias podem revelar padrões no solo, estruturas enterradas e, até mesmo, assentamentos antigos, que seriam difíceis de detectar de outra forma.

O escaneamento a *laser* é outra ferramenta poderosa empregada no mapeamento do terreno e na identificação daquelas características que indicam a presença de sítios arqueológicos. A técnica pode revelar ruínas, estradas antigas, muralhas e outros detalhes que são difíceis de se observar na superfície. O *Ground Penetrating Radar* (GPR), mais conhecido, no Brasil, como georradar, é usado para investigar o subsolo e identificar estruturas enterradas, sem a necessidade de escavação. Isso permite uma avaliação não invasiva de sítios arqueológicos e ajuda os arqueólogos a planejar escavações de forma mais eficiente. Em meu projeto de pesquisa em Tel Dor, Israel, utilizamos o georradar para detectar as estruturas antigas da cidade, de modo a comprovar a hipótese de que ela manteve, no período romano, o padrão de uma malha urbana ortogonal que se iniciara já no período de ocupação persa e fenícia da cidade.

Outros dois métodos investigativos bastante utilizados por arqueólogos hoje em dia são a fotogrametria e a modelagem 3D. Esses dois métodos permitem que os arqueólogos criem modelos digitais precisos de sítios arqueológicos e de artefatos. Isso não ajuda apenas na documentação e na preservação digital, mas, também, permite análises mais detalhadas e a visualização de como os locais podem ter parecido no passado.

Os avanços nas técnicas analíticas, como a datação por radiocarbono, a análise de isótopos, de DNA e de material microscópico, têm proporcionado aos arqueólogos uma compreensão mais profunda dos artefatos e dos padrões de assentamento humano ao longo do tempo. Dessa maneira, chamo a atenção para um trabalho que nós, do LARP, realizamos em conjunto com o Laboratório de Arqueometria e Ciências Aplicadas ao Patrimônio Cultural (LACAPC) e o Departamento de Física Nuclear – Instituto de Física da Universidade de São Paulo, comandado pela professora Marcia Rizzutto. Na ocasião, aplicamos técnicas analíticas de Espectroscopia de Fluorescência de Raios X e Raman em cinco artefatos egípcios do MAE/USP, nos quais figura o deus egípcio Bés. O emprego de técnicas ligadas à Arqueometria também faz parte do escopo das pesquisas do LARP. Destaco as pesquisas de Marcio Teixeira-Bastos, que analisou as lamparinas romano-bizantinas encontradas na antiga região da Síria-Palestina, na tentativa de entender a produção cerâmica dos samaritanos. Seu estudo arqueométrico concentrou-se na análise de lâminas ceramográficas (delgadas) do petrogrupo da planície costeira, central e sul da região mencionada.

O emprego do *Reflectance Transformation Imaging* (RTI) também tem sido bastante importante em nossas pesquisas. Cito, aqui, o emprego desta técnica nas moedas escavadas no sítio arqueológico de Tel Dor. A técnica possibilita que enxerguemos detalhes da iconografia dificilmente perceptíveis a olho nu. A introdução desta técnica no MAE/USP congregou diversos pesquisadores, dentre eles alunos de graduação e pós-graduação, tanto do LARP quanto do Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (LABECA), o outro laboratório temático de Arqueologia Mediterrânea do MAE/USP. Enfim, essas são apenas algumas das possibilidades de aplicação dos usos da tecnologia em benefício dos estudos da Arqueologia Clássica, oferecendo aos arqueólogos novas ferramentas e métodos para investigar e compreender o passado.

8. Gostaríamos de saber um pouco mais sobre os projetos desenvolvidos no grupo de pesquisa Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas (ARISE), do qual o senhor é coordenador.

R.: O ARISE é um Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq, em 2017. Na sua coordenação, além de mim, está o professor Alex Martire. Desde sua criação, este grupo de pesquisa sempre buscou estudar as simulações eletrônicas digitais, analisar o conteúdo já ofertado pelo mercado, além de produzir interatividades baseadas em dispositivos eletrônicos, que auxiliem a compreensão da arqueologia e história das sociedades passadas.

Fazem parte do escopo do ARISE a pesquisa e os estudos sobre humanidades digitais, “ciberarqueologia” e jogos eletrônicos; a análise de simulações eletrônicas (jogos)

existentes no mercado; a produção de material voltado aos “arqueojogos”; e, além disso, o desenvolvimento de instalações interativas baseadas em dispositivos eletrônicos e materiais impressos feitos em resina.

Hoje, o ARISE tem uma relevante projeção nacional, tendo em vista que os nossos produtos estão sendo utilizados por jovens estudantes de todo o país. Em São Paulo, a parceria que estabelecemos com as Secretarias Municipal e Estadual da Educação tem permitido que escolas de âmbito fundamental e médio possam empregar nossos produtos em sala de aula. Recentemente, mais precisamente em março de 2022, foi publicado, no Portal de Livros Abertos da USP, uma coletânea que organizamos, intitulada *(Des) construindo arqueologias digitais* (Martire; Porto, 2022). É uma boa introdução para quem tem interesse em se iniciar nesta área de estudos. Para os interessados em aprofundar o conhecimento sobre os projetos desenvolvidos pelo ARISE, deixo aqui o nosso site: <<http://www.arise.mae.usp.br/>>.

9. Ao longo de sua trajetória profissional, observamos várias parcerias firmadas com instituições de pesquisa e universidades estrangeiras. O senhor poderia explicar a importância da cooperação internacional para as pesquisas executadas por pesquisadores brasileiros no âmbito da Arqueologia Clássica e da História Antiga?

R.: A cooperação internacional desempenha um papel crucial no avanço das pesquisas em Arqueologia Clássica e História Antiga realizadas por pesquisadores brasileiros. Neste sentido, é importante ressaltar que podemos estabelecer contato com centros de estudos com tradição consolidada em pesquisa arqueológica e histórica, e que, muitas vezes, possuem recursos e tecnologia que ainda temos dificuldades de alcançar por aqui. A cooperação internacional permite o acesso a laboratórios especializados, equipamentos de última geração e técnicas de pesquisa inovadoras, enriquecendo as capacidades de pesquisa dos brasileiros.

Outro ponto significativo é a troca de conhecimentos e experiências. A colaboração com pesquisadores estrangeiros possibilita a troca de conhecimento, experiências e práticas de pesquisa. Isso pode incluir aprendizado sobre novos métodos de escavação, análise de artefatos, interpretação de dados e abordagens teóricas. Essa troca bidirecional de conhecimento contribui para o enriquecimento mútuo e para o avanço do campo.

Essas parcerias também nos facilitam o acesso a fontes e sítios arqueológicos internacionais. Muitas vezes, as pesquisas em Arqueologia Clássica e História Antiga exigem o estudo de fontes e sítios arqueológicos localizados em diferentes partes do mundo. A cooperação internacional permite que os pesquisadores brasileiros acessem

esses recursos, realizem estudos comparativos e ampliem sua compreensão acerca de contextos históricos e culturais específicos.

Muitos projetos de pesquisa em Arqueologia do Mediterrâneo Antigo e História Antiga envolvem uma variedade de disciplinas, como Arqueologia, História, Antropologia, Geografia e Ciências Naturais. A cooperação internacional facilita a formação de equipes multidisciplinares, que podem abordar questões complexas de forma mais abrangente e integrada. É o caso, por exemplo, dos trabalhos de que participei em Portugal, mais precisamente no sítio arqueológico de Tongobriga. A princípio, Tongobriga era vista como uma cidade romana. Todavia, com o passar do tempo, revelou um nível de ocupação de uma população local conhecida como castrejos, que habitava aquela localidade muito antes de os romanos ali pisarem. Nas escavações de Tongobriga, ao explorarmos a necrópole castreja, nos deparamos com urnas cinerárias, que são enterramentos comuns a esses povos. Assim que se comprovou a existência de cinzas e remanescentes ósseos humanos, a antropóloga física Filipa Cortesão Silva juntou-se ao grupo para estudar esses remanescentes humanos.

Outro ponto relevante da colaboração internacional é o fortalecimento das relações entre instituições de pesquisa e universidades brasileiras e estrangeiras. Esse processo pode resultar em parcerias duradouras, intercâmbio de estudantes e professores, oportunidades de financiamento conjunto e na formação de redes acadêmicas internacionais. Ademais, possibilita o acesso às riquíssimas bibliotecas das instituições estrangeiras, promovendo o crescimento e a visibilidade da pesquisa brasileira em Arqueologia Clássica e História Antiga.

Em resumo, a cooperação internacional desempenha um papel fundamental no avanço das pesquisas em Arqueologia Clássica e História Antiga no Brasil, proporcionando o acesso a recursos, conhecimentos e oportunidades que enriquecem a pesquisa e promovem o desenvolvimento acadêmico e científico do país.

10. Na conferência de abertura do X Encontro Regional do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES), ministrada em 7 de novembro de 2023, na Universidade Federal do Espírito Santo, o senhor apresentou sua experiência de pesquisa no sítio arqueológico de Tel Dor, Israel. Poderia nos falar um pouco sobre a natureza da investigação e os resultados obtidos até o momento na prospecção da cidade?

R.: Quando meu projeto de pesquisa teve início, em 2020, consegui o apoio do CNPq (processo no. 307954/2020-0) e o da Fapesp (processo no. 2020/16698-0). Obtive também o apoio do Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP), no período do meu ano sabático,

em 2022, bem como o do MAE/USP. A pesquisa é um programa interinstitucional amplo, composto por vários pesquisadores de diversas universidades do Brasil e do mundo afora. Assim, entendo que nossa pesquisa vem fomentando o intercâmbio cultural e acadêmico com diversos centros acadêmicos ao redor do mundo, já que pesquisadores da Universidade Hebraica de Jerusalém, da Universidade de Haifa, da Universidade de Boston, da Universidade Flinders e da Universidade de Bristol fazem parte deste projeto multi-institucional.

A pesquisa tem buscado alcançar um maior aprofundamento dos nossos conhecimentos a respeito dos mecanismos de contato cultural e dos processos de transformação urbana na província da Síria-Palestina, no período romano. Tem sido nossa intenção compreender melhor a presença romana nessa região, a partir de reflexões sobre como os romanos tentaram impor suas concepções de urbanismo na porção leste do Império, e, da mesma forma, visamos a verificar como as populações locais receberam tais concepções, emulando-as e adaptando-as às suas realidades.

Tel Dor, *locus* deste estudo, situa-se a 130 km de distância a norte de Jerusalém. A pesquisa tem como objetivo analisar as moedas encontradas nas escavações desse sítio arqueológico, observando seus locais de achado, nos estratos de ocupação romana. O material inédito, fruto das escavações realizadas desde a década de 1980, do qual estamos nos valendo para efetuar nossa pesquisa, encontra-se, atualmente, no Departamento de Arqueologia da Universidade Hebraica de Jerusalém. Foi lá que fizemos todas as fotos para o catálogo que estamos confeccionando conjuntamente com pesquisadores como a Profa. Rebecca Martin, da Universidade de Boston, e a arqueóloga Svetlana Matskevich, da Universidade Hebraica de Jerusalém. Na instituição, também foram produzidas as fotos para a aplicação da já referida técnica de RTI. Buscando entender as questões de urbanidade deste dado período, plotamos as moedas, verificando as coordenadas geográficas dos locais em que foram escavadas.

No atual estágio da pesquisa, estamos registrando todas as informações disponíveis sobre as moedas em dois bancos de dados. Quando finalizarmos esta etapa, e com a definição das estruturas da cidade romana, mapas serão confeccionados a partir do ArcGis. As perguntas que subsidiam a criação destes mapas são: 1) Como podemos relacionar os locais de achado das moedas com a planta da cidade? 2) As moedas circulam mais em áreas públicas, privadas ou em ambas? 3) As moedas são encontradas associadas a qual tipo de artefatos (doméstico, funerário, votivo)? 4) Quais são os fluxos de circulação ao longo do tempo? 5) Onde foram escavadas as moedas estrangeiras, principalmente as regionais, das cidades vizinhas, e as moedas produzidas localmente? Há convergências?

Todas estas perguntas se transformam em categorias que formarão os mapas, sendo subdivididas em períodos: século I AEC e séculos I, II e III EC.

Outra frente de pesquisa que estamos desenvolvendo, relacionada às moedas, é o estudo da iconografia delas. Entendemos por análise iconográfica o estudo das imagens do anverso e reverso das moedas, das legendas e das marcas monetárias, isto é, dos símbolos das oficinas monetárias e das autoridades emissoras. Com o aprofundamento do nosso conhecimento acerca das moedas de Tel Dor, acreditamos ser possível compreender melhor o nível de monetização dessa cidade e das cidades vizinhas durante esse período, o que certamente contribuirá para a interpretação do uso dos espaços nos quais as moedas foram encontradas. A investigação está sendo conduzida por meio do levantamento de dados arqueológicos/numismáticos disponibilizados nos relatórios de escavação, catálogos e na bibliografia disponível.

Esperamos que nossa pesquisa impacte o conhecimento dos jovens estudantes brasileiros do Ensino Fundamental, Médio e Superior, ao possibilitar o contato com nossas pesquisas por meio das publicações, do videodocumentário que estamos produzindo paralelamente à pesquisa, dos sites e outros produtos tecnológicos do LARP/MAE/USP. Nossa intenção última é promover, no cenário educacional brasileiro, reflexões mais aprofundadas sobre a história do Império Romano, desconstruindo as tradicionais leituras eurocêntricas que, porventura, ainda persistam em nossa academia, ao mesmo tempo em que buscamos fomentar uma reflexão descolonizadora sobre o mundo romano antigo e suas consequências para a posteridade.

Agradecimentos

Agradeço a Juliana Figueira da Hora e a Claudia Ribeiro Campos Gradim pela generosa leitura, contribuições e troca de ideias.

Referências

Documentação textual

- ARISTÓFANES. *Lisístrata*. Tradução de Ana Maria César Pompeu. São Paulo: Cone Sul, 1998.
- DIODORUS SICULUS. *The Library of Diodorus of Sicily*. Books III-V. Translated by Charles Henry Oldfather. London: Harvard University, 1976.
- ÉSQUILO. *A trilogia de Orestes*. Tradução de David Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1988.

- FLÁVIO JOSEFO. *Obras completas*. Traducción de Luis Farré. Buenos Aires: Acervo Cultural, 1961.
- HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução de J. Brito Broca. São Paulo: Ediouro, 2001.
- HESÍODO. *Teogonia*. Tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Massao-Ohno, 1981.
- HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- SÓFOCLES. *Antígona*. Tradução de Millôr Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Obras de apoio

- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, J. L. *Ficções*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DOUGHERTY, C. *The poetics of colonization: from city to text in Archaic Greece*. New York: Oxford University, 1993.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- ENGELS, F.; MARX, K. Manifesto do Partido Comunista (1848). In: ENGELS, F.; MARX, K. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1982. v. 3.
- FLEMING, M. I. D'A.; PORTO, V. C. (ed.). *10 Anos de LARP: trajetória e perspectivas*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2023.
- LE GOFF, J.; NORA, P. (ed.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, J.; NORA, P. (ed.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- LE GOFF, J.; NORA, P. (ed.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- MARCUSE, H. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARTIRE, A. S.; PORTO, V. C. (ed.). *(Des)construindo arqueologias digitais*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2022.
- MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- PAZ, O. *Libertad bajo palabra*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1968.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Compus, 2000.
- PORTO, V. C. *Imagens monetárias na Judéia/Palestina sob dominação romana*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- PORTO, V. C. *Mito e História: análise estrutural da "Epopeia de Gilgamesh"*. Trabalho de conclusão de curso – Universidade de Santo Amaro, São Paulo, 1994.

PORTO, V. C. *Subsídios para o estudo do culto de Héracles na Sicília*: uma análise da iconografia monetária. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

Além dos eubeus: imigrantes fenícios, comunidades itálicas em Pitecusa e suas contribuições

Beyond the Euboeans: Phoenician immigrants, italics communities in Pitecusa, and their contributions

Rodrigo Araújo de Lima*

Resumo: O presente artigo examina a questão da origem de Pitecusa, uma antiga cidade grega, localizada na ilha de Ischia, no Golfo de Nápoles. Ele investiga as disputas históricas sobre os fundadores da cidade e avalia a validade dessas narrativas. Ao longo dos séculos, surgiram diferentes teorias, que atribuem a fundação de Pitecusa a diferentes grupos étnicos gregos, como os eubeus, ou aos fenícios. O texto analisa a evidência histórica e arqueológica por trás dessas teorias e propõe uma reflexão sobre como entender a complexidade da antiga Pitecusa.

Palavras-chaves:

Pitecusa;
eubeus;
fenícios;
indígenas;
comunidades locais;
identidade.

Abstract: The present article examines the issue of the origin of Pithecusa, an ancient Greek city, located on the island of Ischia, in the Gulf of Naples. It investigates the historical disputes about the city's founders and evaluates the validity of these narratives. Over the centuries, different theories have emerged, attributing the foundation of Pithecusa to different Greek ethnic groups, such as the Euboeans, or Phoenicians. The text analyses the historical and archaeological evidence behind these theories and proposes a reflection on how to understand the complexity of ancient Pithecusa.

Keywords:

Pithecusa;
Euboeans;
Phoenicians;
Indigenous.
local communities;
identity.

Recebido em: 21/05/2024
Aprovado em: 13/06/2024

* Doutor em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

Introdução

Pitecusa,¹ situada atualmente em Ischia, ilha localizada no Golfo de Nápoles, já foi considerada “a mais antiga colônia grega no Ocidente” (Buchner, 1966).² Foi fundada por volta do século VIII a.C., no sul da Península Itálica, região referenciada pelos gregos como Magna Grécia.³ A cidade de Pitecusa foi referenciada por Estrabão (*Geographica*, V, 4, 9) como uma empreitada dos cidadãos de Erétria e da Calcídia, fundações localizadas na ilha da Eubeia, na área da Grécia moderna. Ridgway (1992) interpretou a ilha como essencialmente eubeia, dando protagonismo aos eubeus, na condição de principais atores que colonizaram a ilha.⁴ O uso do termo “eubeu” passa a errônea impressão de que se tratava de uma comunidade homogênea e coesa. Assim, a escolha dos eubeus foi simbólica, pois foram eleitos para serem representantes dos primeiros “gregos” que iniciaram o movimento de “colonização” após a chamada “Idade das Trevas” (Donnellan, 2016, p. 109).⁵ No entanto, a ocorrência de cerâmica eubeia no período entre 750-700 a.C. é escassa, sendo muito mais comum as produções proto-coríntias, e muitas outras do Levante, de Rodas, das fundações fenícias e do mundo indígena (Donnellan, 2016, p. 111). O debate sobre os fundadores originais de Pitecusa ainda se encontra em aberto e, atualmente, vem sendo fomentado por um olhar mais atento em relação aos “novos” velhos protagonistas: os fenícios e as comunidades itálicas, que, antes, eram considerados subordinados aos recém-chegados eubeus.

¹ Em grego, Πιθηκούσσαις.

² No decorrer do texto, optaremos por utilizar o termo *apoikia*. De acordo com o glossário do Labeca, a *apoikia* (em grego: ἀποικία) era uma cidade fundada por grupo de imigrantes gregos, sobretudo a partir do século VIII a.C. As *apoikias* mantinham relação religiosa e moral com as cidades que as haviam fundado, mas eram completamente independentes do ponto de vista político e econômico. Disponível em: <<https://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary/>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

³ *Megálē Hellás* (em grego: Μεγάλη Ἑλλάς; em latim: *Magna Graecia*) foi um termo utilizado, por volta do século V a.C., para se referir a todas as áreas do Mediterrâneo colonizadas pelos gregos. No entanto, o uso mais antigo atestado, que faz referência apenas ao sul da Itália e Sicília, foi registrado, no século II a.C., por Políbio (*Histories*, II, 39), e, no século I, por Estrabão (*Geo.*, VI, 1, 2). Atualmente, os pesquisadores que se debruçam sobre a região concordam em a delimitar, de modo muito mais restritivo, a apenas o sul peninsular da Itália (Walsh, 2014, p. 6639).

⁴ Para esse caso, o termo “colonização” foi aplicado apenas para manter o vocábulo utilizado na obra de Ridgway (1992), como será utilizado daqui em diante para outras obras. Porém, é necessário trazer à baila a problemática que envolve a utilização do termo “colonização” para se referir ao processo de expansão, também chamado de diáspora (Woolf, 2013), na Antiguidade Mediterrânea. A aplicação do termo “colonização” acarretaria a criação de paralelos com o período de colonização das Américas. Para evitar ambiguidades e elucidar que o fenômeno ocorrido na Antiguidade difere substancialmente do moderno, utilizaremos o termo expansão ao longo do texto.

⁵ Este é um termo muito debatido devido à suposição de que, após o fim do sistema palacial, todas as regiões tocadas por uma hierarquia bem delimitada, dentro da organização micênica, liderada pelo *wanax*, foram revertidas para uma organização menos complexa. Neste artigo, será utilizado o termo “Idade do Ferro Inicial” (EIA). Souza (2011, p. 29-30) aprofunda esse debate, considerando também a problemática do uso do termo “Idade do Ferro Inicial”.

Quem foram os eubeus?

A ilha da Eubeia se estende por cerca de 220 quilômetros, em paralelo à costa da Ática, Beócia e Lócrida, desde o Golfo de Pagassai até as Cíclades. Seu nome significa “rica em gado”. É a segunda maior ilha do Mar Egeu, depois de Creta. A costa voltada para o Estreito de Euripo, que separa a Eubeia da Beócia, é onde a maioria dos sítios antigos está localizada. A ilha foi habitada por comunidades pré-gregas de dríopes, elópios e perrébios. É dito que Cálcis, uma das principais cidades eubeias, foi fundada pelos jônios como uma colônia de Atenas, antes da Guerra de Tróia (Str., *Geo.*, X, 1, 8).

Em algum momento de sua história, a Eubeia foi habitada pelos Abantes/Abantis, que são considerados por Aristóteles (*Pseudepigraphus*, 601) como trácios da cidade de Abae (Trácia), que migraram para a ilha. Acredita-se que o nome Abantes/Abantis persistiu devido à associação tradicional entre os eubeus e os habitantes guerreiros da Época Homérica (Walker, 2004, p. 3).

Também há registros dos míticos *kouretes*, que teriam sido a população mais antiga e autóctone da ilha. Eles são mencionados como uma população que veio de Creta ou da Etólia, na costa oeste da Grécia continental (Str., *Geo.*, X, 3). Os *kouretes*, de acordo com Estrabão (*Geo.*, X, 3, 19), vieram para Cálcis, de Creta, onde haviam sido sacerdotes e adoradores de Zeus, divindade que teria nascido no Monte Dikte (Lasíti). Dentro dessa tradição, também se creditou aos *kouretes* a introdução do bronze/cobre (*kalkhos*) em Cálcis,⁶ uma antonomásia que gerou o gentílico “calcídios”.

Durante o Período Micênico LHII/IIIC (*Late Helladic* II/IIIC) (~1400-1050 a.C.), acredita-se que os abantes tenham governado toda a ilha. No entanto, a Eubeia permanecia sendo uma região considerada de influência do palácio de Tebas, localizado na Beócia. Esses dados provêm de registros epigráficos tebatanos constituídos por tabuletas, escritas em Linear B, que fazem referência aos toponímicos de *a-ma-ru-to* (que se acredita ser o local da atual cidade de Amarinto) e *ka-ru-to* (atual Caristo), ambas cidades localizadas na Eubeia (Walker, 2004, p. 49).

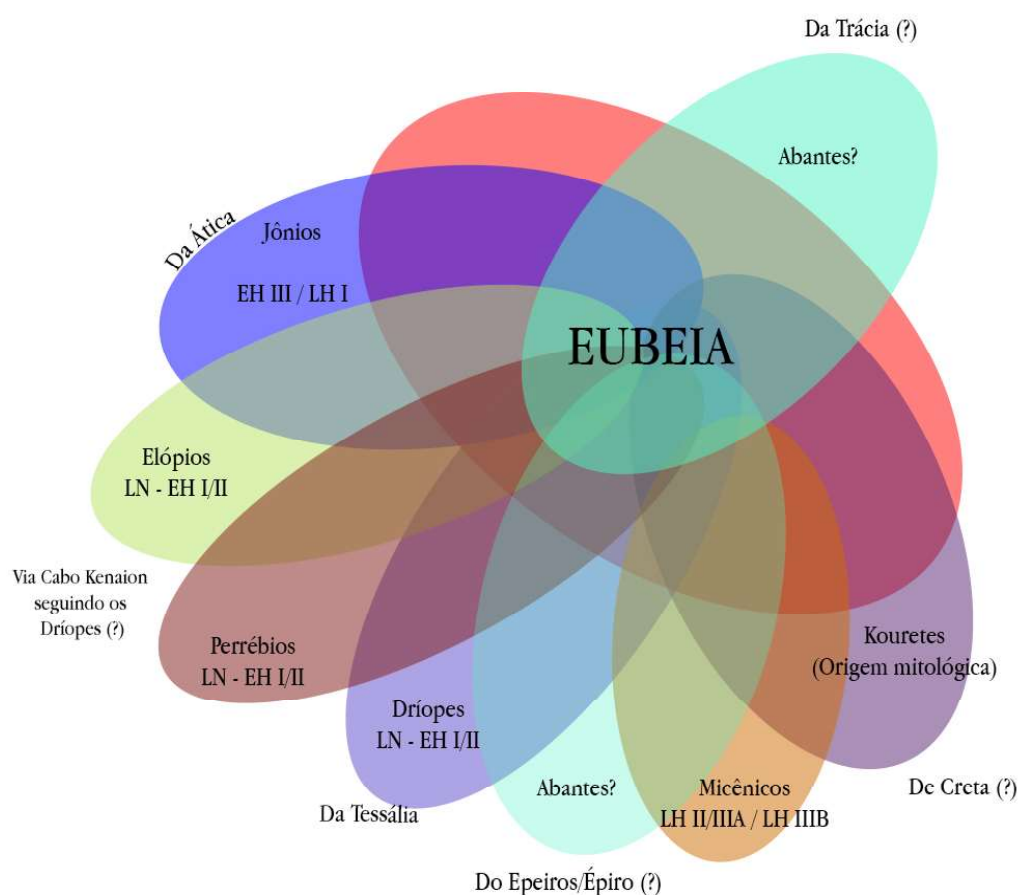
Com a decadência do sistema palacial micênico, por volta de 1200 a.C., um dos principais sítios da Idade do Ferro Inicial na Eubeia se tornou Lefkandi. Walker (2004, p. 51) argumenta que Lefkandi seria a capital do Estado Abante. O governante abante,

⁶ Também existe uma tradição que credita aos *kouretes* uma derivação da palavra grega *koura* (corte de cabelo). Os *kouretes* eram associados a um penteado muito específico da cultura sub-micênica, como na Aitolia e na Eubeia. Os *kouretes* eubeus raspariam a parte da frente de suas cabeças, para não permitir que o inimigo os agarrasse pelo cabelo. Isso evitaria desequilíbrios, pois suas cabeças não seriam puxadas para frente, expondo menos o pescoço. Outras tradições mencionavam esses costumes como distintivos de coragem (*Comae Abanticae*) (Mastrocinque, 1980, 460-462; Walker, 2004, p. 29).

menção como *hegemon*, ao invés de *wanax*, poderia indicar uma posição subordinada ao *wanax* de Tebas. No entanto, com o enfraquecimento do sistema palacial, desde o LHIII B2 (séc. XIII a.C.) (Middleton, 2008, p. 12), e, muito provavelmente, devido à desordem interna e desastres naturais, Tebas perdera gradualmente influência sobre a ilha. Acredita-se que essa desordem poderia estar correlacionada com uma camada de destruição do início do século XII a.C., encontrada em Lefkandi (Desborough, 1972, p. 12).

A destruição teria sido perpetrada pelos micênicos, dada a continuação do estilo pictórico de cerâmica do período. Além disso, vários corpos foram encontrados mal enterrados sob o chão das casas e vários edifícios da cidade foram destruídos. Essa violência poderia estar relacionada ao fim do sistema palacial, o que, provavelmente, levou a um vácuo de poder sobre a Eubeia. Após o fim do domínio tebano, a população abante de Lefkandi retomou o controle da ilha (Walker, 2004, p. 75-76).

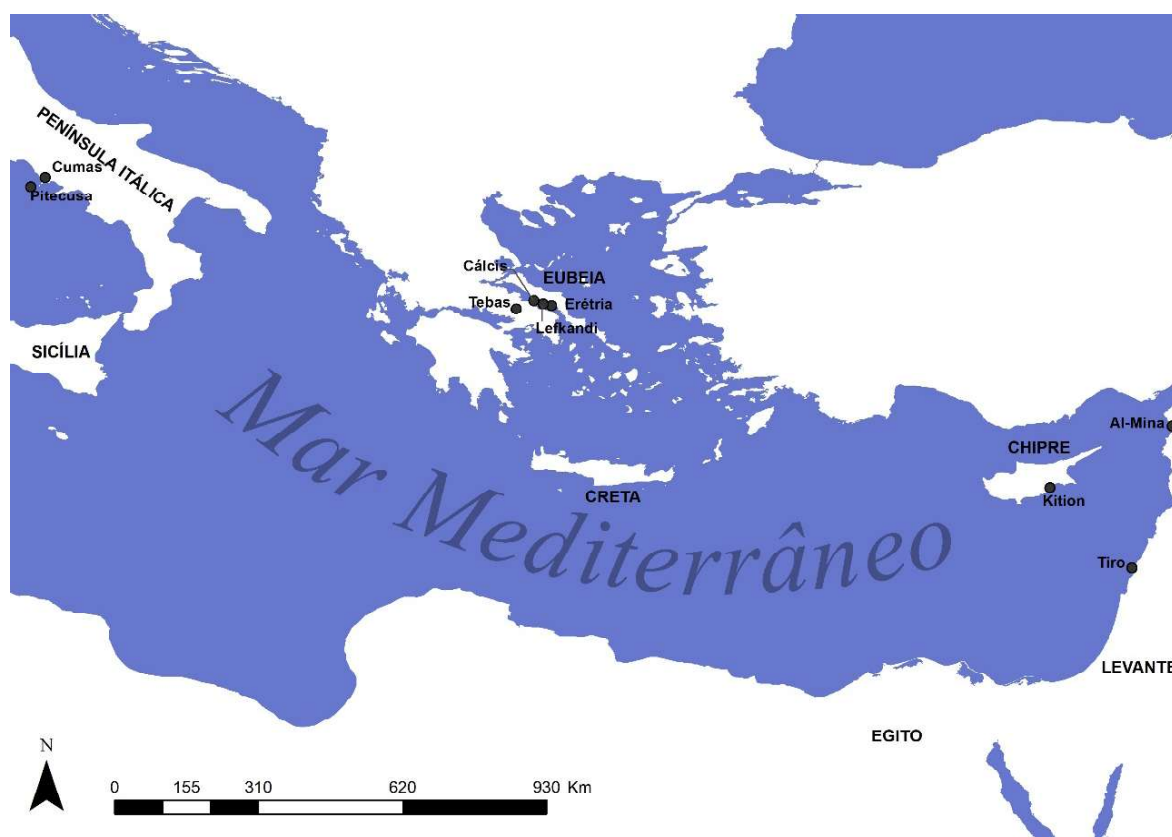
Figura 1 – Diagrama de Venn mostrando uma representação da Eubeia e o influxo de imigrantes até o período Protogeométrico inicial (aprox. 1070-1000 a.C.)



Fonte: feito pelo autor (2024).

Localizado em um promontório (atualmente Xerópolis), o sítio arqueológico de Lefkandi está situado entre Cálcis e Erétria, na área da planície Lelantina (Walker, 2004, p. 46). Em Lefkandi, uma das descobertas mais importantes relacionadas à organização social da Eubeia é o monumento conhecido como *Toumba*. A estrutura é considerada uma das mais antigas e maiores da Idade do Ferro Inicial (~1000-950 a.C.). Como veremos adiante, o monumento também é uma evidência crucial para se entender a relação entre Eubeia, Levante, Chipre e Egito (Crielaard; Driessen, 1994, p. 251; Dominguez, 2017, p. 215).

Figura 2 – Mapa do Mediterrâneo com alguns dos sítios comentados



Fonte: feito pelo autor (2024).

A *Toumba* (Sepultura 79, também conhecida como *Tumba do Comerciante Guerreiro Eubeu*) possui uma forma absidal, medindo aproximadamente 50 metros de comprimento por 10 metros de largura, tendo uma orientação voltada para Leste-Oeste, no topo de uma plataforma nivelada. O acesso era feito através de um alpendre, que levava à Sala Central, ladeada pelas Salas Norte e Sul, enquanto um corredor levava à Sala do *Ábside*, ao Oeste. Provavelmente a estrutura teria um telhado de colmo e seria cercada por uma

varanda de estacas de madeira.⁷ Sob a Sala Central, um duplo poço continha os esqueletos de quatro cavalos, os restos de um possível guerreiro cremado e uma mulher ricamente adornada, mas não cremada (Crielaard, 1998, p. 47; Popham *et al.*, 1993).⁸ O edifício teve um curto período de uso, no chamado Proto-Geométrico Médio. Após ser parcialmente desmontado, foi preenchido e coberto por um monte, sugerindo que poderia ter servido como local de sepultamento de uma importante linhagem (Crielaard; Driessen, 1994, p. 253; Popham *et al.*, 1993).

Na inumação do indivíduo principal, as cinzas foram colocadas em um tecido e armazenadas no interior de uma ânfora cipriota, feita de bronze, disposta dentro de um caldeirão maior, também de bronze. Seu mobiliário funerário engloba os seguintes objetos: espada, navalha de pedra, caldeirão, cerâmicas importadas, a representação de um centauro em cerâmica, cerâmica cipriota, gorjal babilônico, anel de elétron, joias, faiança, selos e escaravelho fenícios.

Devido a essas descobertas e seu tamanho monumental, a *Toumba* foi considerada como o local de nascimento e desenvolvimento da *heroïsation* (Bérard, 1982), onde, *grosso modo*, existiria uma elite detentora de um território e suas principais rotas comerciais. Esse momento seria uma etapa anterior à formação das pólis grega, sendo um ponto fundamental para o estabelecimento da ideia de cidadania e de democracia. Em termos gerais, a *heroicização* é um processo no qual os príncipes usam suas raízes ancestrais, que podem ser naturais ou inventadas, para legitimar seu *status* como elite dominante:

Os mortos da elite exercem, portanto, no contexto institucional da formação da cidade, um poder que seria mais tolerado se fosse detido pelas mesmas pessoas em vida. Por meio dos heróis, a cidade – ou seja, seus herdeiros diretos – resolve um problema de crise de soberania ao preservar certos valores que não podem mais se desenvolver livremente no novo sistema social e político que está se estabelecendo (Bérard, 1982, p. 92; *tradução nossa*).

O fim desse sistema ocorreu gradualmente até o abandono do assentamento de Lefkandi (cerca de 1100-1025 a.C.). Uma das principais evidências dessa mudança foi o surgimento do estilo protogeométrico, que teve início, em Atenas, por volta de 1050 a.C. Lefkandi foi reocupada, mostrando um desenvolvimento ininterrupto da cerâmica geométrica, o que contribuiu para uma melhor compreensão das *empória*,⁹ que se acredita

⁷ O termo “colmo” é usado para descrever o material de cobertura dos telhados, especialmente em construções tradicionais. O colmo é feito de palha, junco e, também, de outros tipos de materiais vegetais semelhantes, e, frequentemente, é usado em áreas rurais para telhados de casas e celeiros.

⁸ Seguindo Sahlins (1963, p. 279), o guerreiro da *Toumba* poderia ter sido um *big-man*, ou seja, uma autoridade que não é um poder político *per se*, mas sim uma posição interpessoal reconhecida pelo seu grupo de origem.

⁹ De acordo com o glossário do Labeca, as *empóriai* (feminino; plural *emporíai*) pode ser definida como um tipo de comércio por mar; centro de comércio; país onde existe grande atividade comercial; porto; cidade; negócio; mercadorias.

serem eubeias, como Al-Mina (Chipre), Cumas e Pitecusa (Campânia). Ao mesmo tempo, o influxo de jônios se acelerava e poderia ser indicado pela presença de importações e imitações de cerâmicas áticas (Walker, 2004, p. 76-77).

Com base nesses dados particulares, Ridgway (1997, p. 28) considerou a Eubeia como detentora de centros mercantis prósperos na fase inicial da Idade do Ferro. Sua própria situação geográfica, próxima de várias ilhas, entre a Grécia e a Ásia Menor, permitia o acesso ao Levante por meio de Quios, Esmirna, ilhas Espórades, Cíclades, Andros até Samos, Rodes, Chipre e à foz do rio Orontes,¹⁰ onde se localizava Al-Mina.

Conforme mencionado anteriormente, em algum momento do século XI a.C., a ilha recebeu um influxo jônico.¹¹ Walker (2004, p. 54) sugere que isso pode ser representado nas fontes textuais, como a narrativa da chegada do irmão de Ion (ou seja, Kothos e Aiklos). Ambos mencionados como fundadores de Cálcis e Erétria, respectivamente.

Os jônios foram creditados como fundadores de vários *demoi* (por exemplo, Athmonon, atualmente Marousi).¹² O influxo jônico ocorreu em algum ponto próximo a Cálcis e, a partir daí, se espalhou para o restante da Eubeia (Walker, 2004, p. 54-55).

Tal como mencionado no início desse artigo, os eubeus, como um todo, são considerados uma das primeiras comunidades “gregas” a zarpar para fundar novos assentamentos no Oriente Próximo e no Ocidente (Lemos, 2020, p. 787-789; Walker, 2004, p. 48). Isso fez Ridgway (1992) chamar os eubeus de “os primeiros gregos ocidentais”, justamente devido à fundação de Pitecusa, uma das primeiras e mais distantes *apoikias* da Eubeia no Mediterrâneo Ocidental. Dentre todos os eubeus, os calcídios, especificamente, foram mencionados como “colonizadores” de numerosas cidades na costa das ilhas do Egeu (na Península Calcídica com Kleonai, Sarta, Gale, Singos, Mekyberna, Sermylia, Pilos e Assera), na Macedônia, na Sicília (Leontini, Catana/Catânia, Naxos, Zancle/Messina) e, em conjunto com a pólis de Erétria, empreenderam a fundação de duas cidades (Pitecusa e Cumas), fato que deu suporte para o estabelecimento de uma vasta rede comercial e cultural, que se estendia do Levante até a Itália. Sendo Cálcis uma das principais cidades na Grécia (Crielaard, 1998, p. 44), a fundação também é mencionada como contribuidora de quarenta navios (Homero, *Iliad*, II, 511) no *Catálogo das Naves* (Hom., *Il.*, II, 494-759),

Disponível em: <<https://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary/>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

¹⁰ Identificado como o atual rio Asi, no Levante.

¹¹ É necessário mencionar aqui que um influxo de outras comunidades (por exemplo, o possível influxo de eleianos?) também estava ocorrendo em Eubeia. Durante a Idade do Ferro Inicial (por volta de 1125-900 a.C.), é possível que esse movimento migratório tenha se reduzido. Para uma discussão mais aprofundada sobre o movimento migratório na Eubeia, consulte os capítulos 2 e 3 de Walker (2004).

¹² De acordo com o glossário do Labeca, as *demoi* (δῆμος, ou) podem ser definidas como subdivisões da tribo. Disponível em: <<https://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary/>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

que se trata da lista de cada contingente que navegou para Troia, conforme descrito na *Ilíada*, de Homero.

Erétria, por outro lado, era uma das principais pólis da Eubeia (Crielaard, 1998, p. 43). Também mencionada no *Catálogo das Naves* (Hom., *Il.*, II, 511), existem evidências de cerâmica que trazem à luz material do século IX a.C. (Ridgway, 1997, p. 30). Em geral, trata-se de fragmentos sub-protogeométricos encontrados na cidade atual. No entanto, é necessário observar que essa deposição não está relacionada a nenhuma das estruturas do mesmo período conhecidas em Erétria. As evidências estruturais de um possível assentamento datam da primeira metade do século VIII a.C., em associação com cerâmica espalhada em várias áreas da cidade, juntamente com sepultamentos de cremação de cerca de 800-760 a.C., durante a fase Ática Médio-Geométrica II (AMG II) (Mazarakis Ainian, 1987, p. 3). Com essa diversidade de produtos vindos da Ática, várias importações de Creta, Chipre, Egito e Levante, nas formas de cerâmicas e joias, pode-se dizer que há evidência para a existência de uma talassocracia eubeia (Walker, 2004, p. 77).

Relações com o Levante e o norte do Egeu

Como contextualizado, o estabelecimento de Pitecusa foi parte de um processo conectivo muito mais amplo, que estava em andamento não só na Eubeia, mas, também, no Mediterrâneo Oriental. As cidades eubeias estavam profundamente conectadas com as comunidades fenícias,¹³ a Leste. Os eubeus tanto comerciavam quanto navegavam, juntamente com os fenícios, pelas antigas rotas micênicas.

Sendo descendentes diretos dos canaanitas estabelecidos no Levante, os fenícios haviam sobrevivido à chamada “invasão dos povos do mar”, durante o século XIII a.C., e iniciaram seu processo de expansão pelo Mediterrâneo por volta do século IX a.C. Com o fim do sistema palacial, do declínio de Ugarit, do Império Hitita, da Assíria e do Egito como poderes regionais, os fenícios emergiram com importantes centros urbanos, tais como Biblos, Tiro, Sídón, Sarepta, Arados, entre outros (Markoe, 2000, p. 22-25). Cada uma dessas cidades possuiria seu próprio rei. No entanto, compartilhavam da mesma cultura dentro do espaço que ficou conhecido pelos gregos como “Fenícia”.

É quase certo que os fenícios não usavam nenhum desses termos gregos para se referir a si mesmos. Por outro lado, com base em uma raríssima evidência epigráfica,

¹³ Salientamos que os termos “fenícios” e “Fenícia” foram utilizados pelos gregos. No entanto, não há um conjunto documental, de fontes textuais ou epigráficas, robusto o suficiente, que apresente como os próprios fenícios se chamavam. Contudo, sabemos que existem evidências de uma consciência identitária, devido às suas cidades, pois cada indivíduo se referia a si como cidadão tírio, gibliota, sidônios, dentre outros.

os chamados “fenícios” poderiam se referir aos gregos com um termo muito específico. Desde Ugarit, os levantinos chamariam os “gregos” de “ionianos” (em fenício: *hywnym*).¹⁴ Ainda assim, é desconhecido se estavam se referindo, de maneira geral, à Grécia e aos gregos, ou apenas aos próprios jônios. No entanto, pode-se pensar que, talvez, os fenícios estivessem tendo mais contato com os jônios (que haviam adentrado a Eubeia no século XI a.C.?) do que com todos os outros grupos falantes do grego.

Esses centros semíticos se dedicavam a uma variedade de atividades produtivas, sendo algumas de grande importância, como a silvicultura,¹⁵ além da produção têxtil,¹⁶ vítrea e cerâmica. Markoe (2000, p. 22-25) sugere que, com o declínio das grandes potências da época, os centros urbanos semíticos, na condição de locais ideais para a atividade portuária e por se dedicarem principalmente à produção manufatureira e comercial, passaram por mudanças socioeconômicas significativas, tendo que se reinventar para sobreviver. Dessa maneira, os fenícios teriam aproveitado esse momento de vácuo de poder para se expandir. Dada a competição entre as cidades levantinas para se estabelecer sobre outras menores, foi durante o século IX a.C. que Tiro funda Kition, o primeiro assentamento fenício fora do Levante. Dedicado à exploração do cobre, Kition foi fundado na costa sudeste do Chipre, com o nome de “Cidade Nova” (em fenício: *Qart-ḥadašt*), provavelmente durante o reinado de Ithobaal, rei de Tiro e Sídón (Markoe, 2000, p. 28-29).

No mesmo século, os entrepostos de Al-Mina, nas margens do rio Orontes, numa importante rota para a Mesopotâmia, e do reino de Urartu, no planalto Armênio, foram estabelecidos ao norte da Síria, levando à intensificação das trocas comerciais e culturais entre a Grécia e o Levante, mais especificamente entre os eubeus, cipriotas e fenícios. Tal como o caso de Pitecusa, que será apresentado adiante, Niemyer (2004, p. 42-43) argumenta que, sobre Al-Mina, existe um debate a respeito de quais teriam sido seus fundadores, se eubeus ou fenícios. O autor pondera que esse debate, por si só, reforça a ideia de uma competitividade entre fenícios e eubeus (i.e. definidos como gregos em grande parte da historiografia), durante esse período. No entanto, os achados cerâmicos de Al-Mina, datados de c. 750-600 a.C., os quais são sempre utilizados pelos que advogam pela causa pró-helênica, revelam uma quantidade impressionante de jarros e panelas de cozimento eubeias, se comparadas com as cerâmicas cipriotas, cipro-fenícios ou sírias. Por outro lado, aqueles que defendem a causa pró-semítica indicam que os achados cerâmicos de jarros de bebidas podem estar muito mais relacionados à adoção desse tipo

¹⁴ Baseado em Byb. 13.5 (PH) (Krahmalkov, 2000, p. 30; Röllig, 1974, p. 2).

¹⁵ Pela exploração do *Cedrus libani*.

¹⁶ Como a produção da cor púrpura, por meio do molusco *Murex trunculus*.

de importação (incluindo *kotylai* proto-coríntias) aos costumes fenícios, fato que afirmam ser evidente em Cartago ou nas tumbas arcaicas do sul da Espanha (Niemeyer, 2004, p. 42-44).

Em suma, interessa a quem a atribuição de Al-Mina para uma comunidade mediterrânica ou outra? Como é possível perceber, nesse momento, Al-Mina poderia ter sido um dos canais por onde o que seria chamado de estilo “Orientalizante” viria a se desenvolver.¹⁷

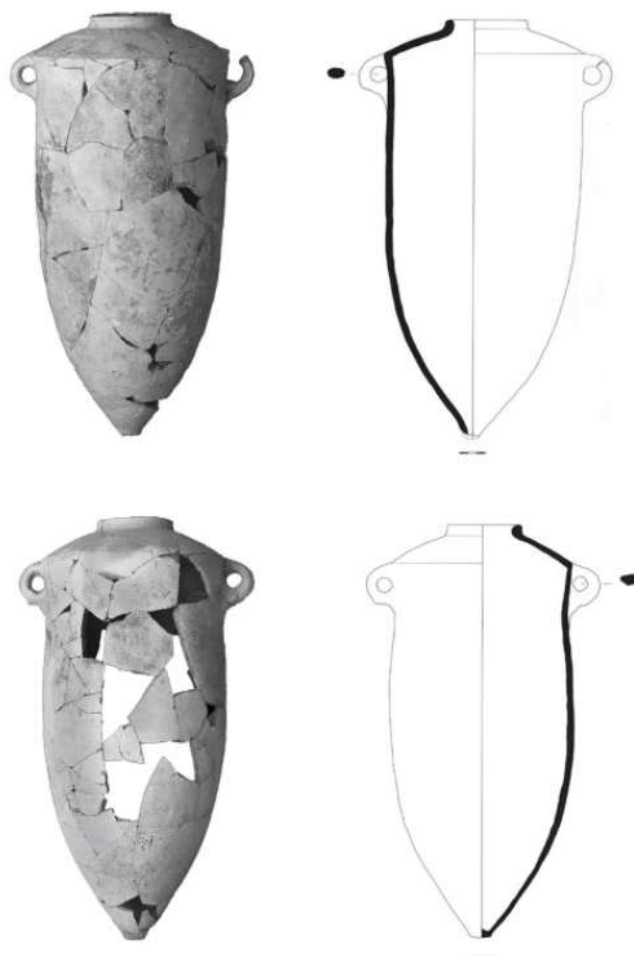
Sendo grega ou fenícia, o que realmente importa aqui é como essas relações culturais estão tão emaranhadas, que não é possível (e nem viável!) desfazer esses nós durante esse período específico. São esses nós que mantêm a coesão da diversidade mediterrânica. A Grécia “bebeu” dos conhecimentos levantinos e os readaptou para a própria construção identitária de suas cidades em momentos posteriores. O que está sendo levantado aqui não é o *ex oriente lux*, ou quem veio primeiro, o grego ou o fenício, mas, sim, a ideia de como as culturas, a partir desses nós, se transformam, se “consolidam” e se transformam novamente.

É justamente essa integração que Ilieva (2019) considera em seu estudo. Mesmo se concentrando em uma área geográfica ainda pouco investigada (norte do Egeu), Ilieva consegue trazer à luz o testemunho escrito e o registro arqueológico, que considera, também, a presença semítica na área. Fragmentos de seis ânforas comerciais fenícias (Figura 3), datadas do século VIII a.C., vieram à tona no *Ypogeio* de Methone,¹⁸ fundação erétrica próxima à atual Nea Agathoupoli, em Pydna-Kolindros. Os recipientes, também conhecidos como “jarros em forma de torpedo”, possuem fortes paralelos que podem ser encontrados no Chipre e no Levante, onde, segundo a autora, essas ânforas foram descobertas ao lado de fornos em áreas de produção oleira. Acredita-se que a cronologia desses depósitos de ânforas poderia estar situada por volta de 730-690 a.C. (Ilieva, 2019, p. 74-75).

¹⁷ Por “estilo orientalizante”, Cook e Dupont (1992, p. 42; 1998, p. 29) entendem como sendo um modelo em que se adotam as formas de animais (representações faunísticas míticas ou naturais de touros, leões, esfinges, lebres, grifos, águias, gansos e humanas, com representação naturalizada, ao invés de suas silhuetas). Esse estilo teria se difundido com mais intensidade a partir de 680 a.C., tendo sido adotado, por Corinto, já no século VIII a.C.

¹⁸ Plutarco (*Questões Gregas*, 293a-b) comenta que os erétrios inicialmente tentaram estabelecer uma colônia na Corcira. No entanto, foram expulsos pelos coríntios e se estabeleceram, então, em Methone.

Figura 3 – Dois jarros fenícios “em forma de torpedo”, encontrados no *Υπογειο* de Methone (séc. VIII a.C.)



Fonte: Ilieva (2019, p. 75).

Como apresentado por Da Hora (2019), o norte do Egeu também foi palco de recepção cultural e ecletismo entre pários, trácios e fenícios. A presença fenícia na região foi atestada por Hérodoto (*Histórias*, VI, 46-47) como tendo acontecido em Tasos. O autor comenta que os fenícios estiveram em Tasos e a povoaram, realizando a exploração aurífera na região de Cenira e Enira. Na longa duração, vemos o desenvolvimento do estilo tasiense, comentado por Da Hora (2019, p. 22). A autora argumenta que Tasos possuiu uma forte tradição orientalizante, que se prolongou por séculos. A pólis foi um importante centro produtivo cerâmico, que adotou uma variedade de técnicas por meio de pintores e oleiros de outros locais da Grécia e do Levante para a sua própria construção identitária (i.e. adoção das figuras negras e versões próprias a partir dos modelos de Quios e da Ática), que se manteve coerente no que tange ao período entre 509 e 501 a.C. (Da Hora, 2019, p. 24-25).

Ainda no norte do Egeu, em Therme, foi encontrado um conjunto cerâmico no interior do túmulo I07 Cipriota (KN28-29), onde também há a presença de cerâmicas fenícias. Uma das descobertas (KN30), um BoR (*Black-on-Red ware*/Cerâmica de verniz negro sobre vermelha), era composta por duas juntas de boca e fragmentos de um gargalo de uma jarra de trilobada (três lábios), de cor vermelha, que preliminarmente foram identificados como produtos “fenícios”. No entanto, após notar sua textura brilhante, Bourogiannis (2007, p. 344) os interpretou como uma imitação das produções fenícias, sendo uma versão do sudeste do Egeu, que teria sido levada ao Norte. Assim, não teria sido uma importação diretamente da Fenícia (Ilieva, 2019, p. 75-76). A única importação identificada como fenícia, no túmulo I07, é a jarra chamada 29α, no estilo *Dipinti*.¹⁹ Sua cronologia é intrigante, pois pertence ao século IX a.C., porém, antecede as importações cipriotas de cerâmica BoR, em Creta. Mesmo com esses dados, Bourogiannis (2007, p. 344) sugere cautela ao considerá-lo como uma evidência da participação fenícia na circulação da cerâmica BoR.

Relações com o norte da África

Como observado por Boardman (2006, p. 198):

A natureza dos primeiros relacionamentos entre gregos e fenícios, no Mediterrâneo Ocidental, tem sido amplamente distorcida na literatura acadêmica pela suposição de que sempre foram rivais, se não inimigos, que linhas divisórias foram traçadas desde o início e, mais recentemente, que os fenícios sempre chegaram primeiro, de modo que qualquer presença grega inicial nessas regiões do Oeste (como Espanha, Sardenha, Tunísia), que posteriormente se tornaram púnicas, deve ter sido introduzida pelos fenícios. Portanto, presume-se que os gregos ‘se focavam na conquista de terras cultiváveis’, enquanto os assentamentos fenícios, nas rotas comerciais, que podem ter sido estabelecidos ‘para se proteger contra a colonização grega’ (tradução nossa).

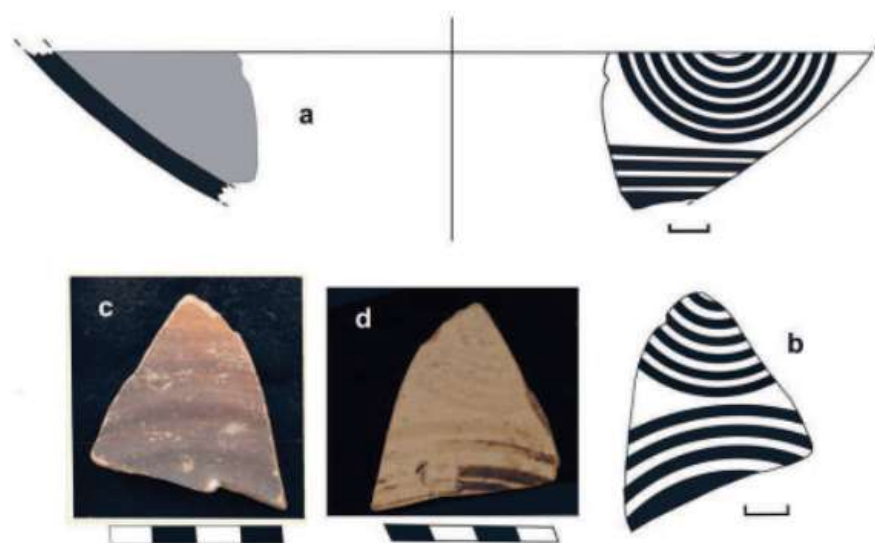
O processo de integração entre eubeus, cipriotas e fenícios, durante os séculos IX e VIII a.C., também alcançou a costa norte da África. A presença de cerâmica eubeia em Cartago (Benichou-Safar, 2004), ainda em seus estágios iniciais, em um dos locais púnicos mais emblemáticos, o *Tofet de Salambô*, poderia indicar que os laços entre fenícios e eubeus ainda eram fortes nesse período. A presença desse tipo cerâmico nos recintos sagrados da necrópole infantil poderia ser uma indicação de emaranhamento cultural entre essa comunidade fenícia diaspórica inicial e os eubeus, no norte da África (Hodder, 2012).

¹⁹ Do italiano “Dipinto” (plural *dipinti*), que se refere às inscrições desenhadas (oposto às gravações).

Segundo Descœudres (2006, p. 13, prancha 3), um conjunto cerâmico eubeu, composto por mais de 10 recipientes de bebida (*skyphoi*, *kotylai* e xícaras) e 1 caneca, aparece em Cartago, pela primeira vez, no período de 750 a 700 a.C. (ou seja, no Geométrico Tardio). A importação desses itens diminuiu do século VIII a.C. ao século VII a.C. A partir deste período, Descœudres (2006, p. 16, prancha 4) argumenta, com base no trabalho de Cintas (1970, prancha 18), que apenas 1 recipiente de bebida foi descoberto em Cartago até o momento de sua pesquisa.

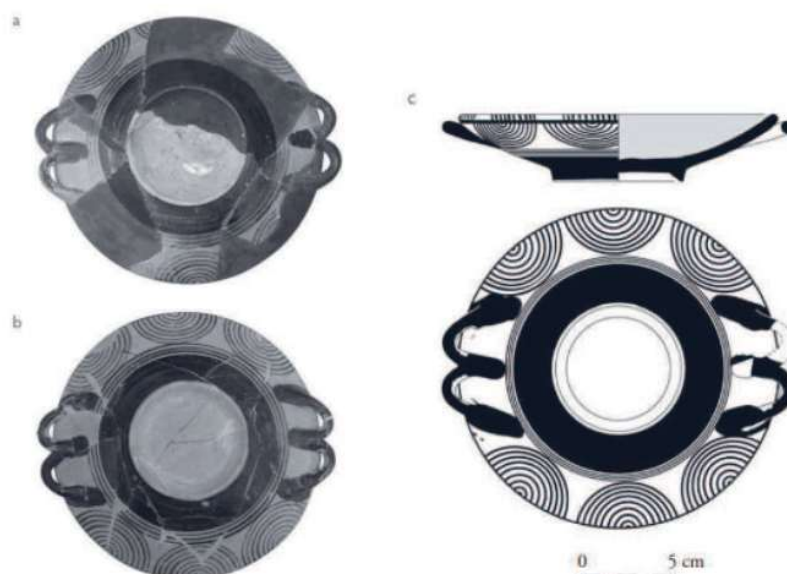
Ainda na nascente metrópole púnica, na encosta sudeste da colina de Byrsa, a acrópole da futura cidade, uma escavação de resgate na moderna rua Astarté foi capaz de identificar várias camadas de ocupação até o solo virgem. No entanto, contra todas as probabilidades, foram encontrados alguns fragmentos de um prato do estilo “pêndulo-circular”, do período Geométrico Médio (Figura 4). Esse fragmento possui paralelos não na Eubeia, mas em Atenas, precisamente na necrópole do Cerâmico (Figura 5) (Papadopoulos, 2015). Inicialmente, os pesquisadores discordaram sobre sua procedência, com alguns argumentando que seriam produtos atenienses, e outros, que seriam importações eubeias. Sua cronologia se encontra entre o Protogeométrico Tardio e o Geométrico Tardio. O problema continua sem uma solução definitiva, pois a cronologia não é um dado que pode ser assegurado com certeza. Em Tiro (Líbano), foi encontrada uma placa eubeia do Sub-Protogeométrico com algumas semelhanças com a encontrada na *Rue Astarté* (Maraoui Telmini, 2014, p. 73-76).

Figura 4 – Fragmentos de um prato do estilo “pêndulo-circular”, do período Geométrico Médio, encontrado na Rua Astarté



Fonte: Maraoui Telmini (2014, p. 73).

Figura 5 – “Pêndulo-circular creditado como sendo necrópole do Cerâmico em Atenas (Protogeométrico Tardio/Geométrico Tardio)



Fonte: Papadopoulos (2015, p. 210).

Domínguez (2017, p. 217) menciona que produções “gregas” do período Geométrico Tardio, de várias tipologias, foram encontradas em Cartago e em Sulcis, na Sardenha. No entanto, ao analisá-la com cautela, observou-se que essa cerâmica eubeia, na realidade, era de origem eubeia-pitecusana.

Pitecusa

Desde a Antiguidade, o nome de Pitecusa tem sido alvo de debate.²⁰ De acordo com Valério Harpocracion (*Léxico dos dez oradores*, 42), o historiador Xenágoras (~90 a.C.) afirmava que o nome viria de *píthekos* (em grego: *πίθηκος*), dada a lenda da presença dos Cércopes em Ischia,²¹ e sua transformação em macacos.

Tal como dito anteriormente, o movimento de expansão eubeu parecia ter acompanhado o ritmo fenício de estabelecimento de assentamentos ao longo do Mediterrâneo. Enquanto essa expansão acontecia, o mesmo se dava com as produções

²⁰ *Pithekoússai* (em grego: *Πιθηκούσσαι*).

²¹ Os círcopes seriam dois irmãos gêmeos, que atormentaram as populações na Lídia (Anatolia ocidental), ou de Oechalia, na Eubeia. Foram capturados por Hércules, que não resistiu à jocosidade dos irmãos e, então, os libertou. Foi Zeus quem os transformou em macacos, após os gêmeos entrarem em conflito com essa divindade. Disponível em: <<https://www.theoi.com/Georgikos/Kerkopes.html>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

eubeias, que estavam em circulação desde Tiro (Levante) até Huelva (Espanha), tendo seu ápice entre 750 e 700 a.C. (Descœudres, 2006).

Foi nesse contexto que ocorreu a fundação de Pitecusa e Cumas (Golfo de Nápoles).²² As evidências arqueológicas foram encontradas, pela primeira vez, no século XVIII, pelo médico Francesco de Siano, que atestou a presença de cerâmicas e telhas antigas, bem como tumbas “pagãs”, no promontório de Monte de Vico. Posteriormente, entre os séculos XVIII e XIX, a área foi explorada pelo suíço J. E. Chevalley de Rivaz, que identificou cerâmica de figuras vermelhas em tumbas de inumação e cremação. Em 1890, Julius Beloch pontuou que Monte de Vico poderia ter sido a Pitecusa mencionada por Estrabão (*Geo.*, V, 4, 9) e Plínio, o Velho (*Naturalis historia*, III, 12, 2) (Ridgway, 1997, p. 55-57).

Em 1900, Ettore Pais encontrou o primeiro assentamento “grego” em uma série de colinas entre Porto d’Ischia e Casamacciola. Já em 1913, Paolo Orsi enviou uma carta a Vitorrio Spinazzola, diretor geral de escavações e museus de Nápoles, alertando-o sobre a localidade. Na carta, Orsi comenta sobre um arquiteto alemão, que havia lhe mostrado um desenho de uma terracota do século VI a.C., objeto que ele afirmava ter sido encontrado na ilha de Ischia, mais especificamente em Monte Vico. Dessa forma, Orsi recomendou ao colega que escavações fossem efetuadas naquela área. No entanto, apenas 17 anos depois, Amadeo Maiuri retomou o interesse pela área, debruçando-se sobre os estudos da antiga Pitecusa. Foi Maiuri quem afirmou que a arqueologia de Ischia era completamente desconhecida. Seu chamado, no entanto, só foi ouvido a partir dos anos 50. Logo depois de Maiuri, Pitecusa foi comentada pelo inglês Alan Blakeway em um estudo sobre o comércio grego (Ridgway, 1997, p. 57).

As escavações, de fato, tiveram início em 1952, sob a coordenação do professor Giorgio Buchner, que se guiou pelos trabalhos anteriores de Maiuri e Blakeway. Buchner escavou a necrópole do Vale de San Montano, em uma área chamada de Scarico Gosetti, na ladeira oriental do Monte Vico, e outra necrópole situada em um bairro metalúrgico identificado em Mazzona, na colina Mezzavia. De acordo com Buchner (1982, p. 5), essas áreas pareciam já estar em funcionamento em 750 a.C., levando-se em consideração as 493 tumbas, datadas de, aproximadamente, 750 a 700 a.C., que foram encontradas em Pitecusa e escavadas entre 1952 e 1961 (Ridgway, 1997, p. 66-67).²³

²² Atualmente localizada no município de Lacco Ameno, no extremo noroeste da ilha de Ischia.

²³ Donnellan (2016, p. 111) sugere uma cronologia mais antiga, entre 775 e 770 a.C., tendo como base as menções de Estrabão.

Fenícios: entre eubeus e indígena

Conforme a identificação das cerâmicas da necrópole de Pitecusa foi se tornando mais detalhada, Buchner (1982) percebeu a presença de material fenício em coexistência com produções eubeias em muitos locais de enterramento. De acordo com Docter (2000), o primeiro caso que tem que ser considerado diz respeito ao enterramento de um conjunto familiar, datado do Geométrico Tardio I, em San Montano. Esse grupo de enterramentos nessa necrópole teria sido atribuído como pitecusanos de origem Levantina (Ridgway, 1992, p. 111).

Docter (2000) aponta que o material encontrado consiste em uma ânfora de transporte de *enchytrismos* na tumba 575, contendo grafite aramaico e símbolos funerários datados de c. 740 a.C. Também há um grafite grego e um sinal não legível no pescoço da ânfora. O grafite foi interpretado como a marca registrada e está relacionado ao uso primário do recipiente de transporte. Outros dois sinais correspondem a essa peça como um “invólucro” para o morto. Há um símbolo em aramaico (ou em fenício) contendo a letra *het*, relacionada à vida, junto ao símbolo de Tanit/Tinnit, muito bem atestado em todo o mundo fenício-púnico.

Outros enterramentos do mesmo conjunto familiar evidenciam a cremação de uma provável mulher (tumba 199); as cinzas de uma criança (menino?) (tumba 574); uma segunda inumação (tumba 577); e um *enchytrismos* (tumba 578). O que salta aos olhos nesse enterramento familiar é o fato de que sua localização não está configurada como distante de outros enterramentos identificados como eubeus, fato que leva Docter (2000) a considerar que essa família estaria bem integrada na sociedade pitecusana.

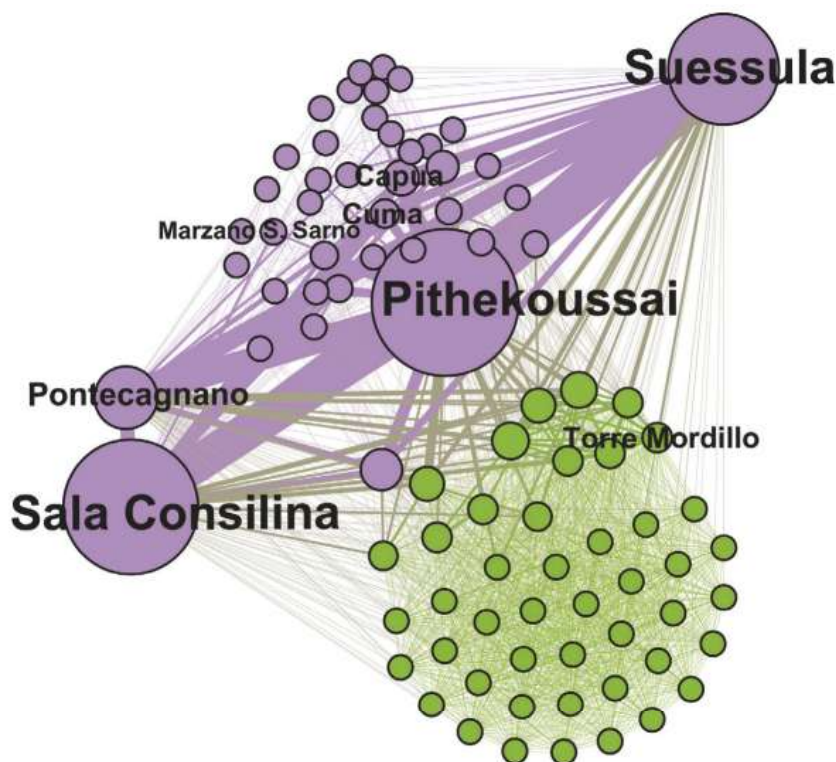
Este não é um caso isolado. Um outro caso, datado do final do século VIII a.C., é o de um *metoikos* também vivendo em Pitecusa. Seu nome foi escrito com as iniciais *al*, em língua semítica ou aramaica, em uma imitação local, feita em verniz negro, de um recipiente de bebida protocoríntio. Esse fragmento teria sido, já na Antiguidade, incorporado à cremação de uma possível mulher, na tumba 232. A cremação teria acontecido em um *ustrinum* e, posteriormente, suas cinzas e seu mobiliário funerário foram coletados e transportados para o local onde foi encontrada. No caminho do transporte, o fragmento contendo o nome foi colocado acidentalmente no dessa pitecusana. Esse fato sugere, de acordo com Docter (2000, p. 139), que o indivíduo que escreveu seu nome na cerâmica tenha sido cremado de acordo com as práticas locais.

No que concerne à população indígena, tal como afirmado por Granser (2022), antes da fundação de Pitecusa, já existia o assentamento indígena de Castiglione,

na ilha que estava em diálogo com outras fundações no continente.²⁴ Durante muito tempo, afirmou-se que os *ápoikoi* “gregos” seriam os agentes ativos, enquanto os locais seriam os passivos (e.g. recebendo a cultura grega, casando suas mulheres itálicas com homens gregos). Essa ideia de subordinação vem sendo contestada nos últimos estudos, uma vez que fica cada vez mais evidente que a interação entre esses grupos possuiria nuances próprias.

Um exemplo apontado pelo autor é o mobiliário funerário pitecusano. Tudo leva a crer que o que era desejado pelos povos indígenas itálicos auxiliou na moldagem da materialidade de Pitecusa. As jóias desses contextos tendem a seguir certos padrões encontrados somente no continente, principalmente as fíbulas itálicas. Tendo como base o catálogo de Lo Schiavo (2010), Granser (2022) apresenta um estudo sobre as redes nodais (Figura 6) e as trocas comerciais entre os centros itálicos e assentamentos não-itálicos.

Figura 6 – Diagrama que demonstra a relação das trocas entre Pitecusa e os centros itálicos



Fonte: Granser (2022, p. 84).

²⁴ Deve-se ter em mente que as comunidades itálicas não podem ser compreendidas como um grupo cultural homogêneo, mas tão variado quanto aqueles que estão chegando em seus litorais.

A presença de certos tipos de fíbulas conecta Pitecusa a diferentes locais sul-italícos, formando uma densa rede já no século VIII a.C. Na rede (Figura 6) proposta por Granser (2022, p. 84), dois locais estão conectados se ambos apresentarem o mesmo tipo de fíbula, sendo que a força dos laços entre eles aumenta conforme compartilham mais tipos. A intensidade dessas relações pode ser percebida a partir das trocas de fíbulas entre o centro samnita de Suessula e Pitecusa.²⁵

A necrópole de San Montano se apresenta como um lugar que foi interpretado como tendo sido dividido, inicialmente, em lotes familiares. Acredita-se que existiria a prática da cremação apenas para os indivíduos da primeira geração de *ápoikoi*. Os montes de cremação encontravam-se em vários pontos da necrópole, enquanto as tumbas de inumação estavam dispostas nas bordas dessas mesmas acumulações.

De acordo com Guzzo (2020, p. 128), o indivíduo da inumação 950, identificado como sendo do sexo masculino, maior de 40 anos, e inumado em decúbito dorsal, é um caso de enterramento de difícil interpretação. É datado do Geométrico Tardio II. O indivíduo foi inumado junto a grilhões de ferro, constituídos por dois anéis grossos de seção circular (Figura 7). Também entre seu mobiliário funerário surgiram um escaravelho e uma adaga. Pela interpretação do autor a respeito desses itens, parece que houve um cuidado para colocá-lo sob uma esfera de proteção pela própria simbologia do escaravelho. No entanto, a adaga contrasta, pois é interpretada como um item defensivo ou ofensivo (Guzzo, 2020, p. 128).

Figura 7 – Grilhões de ferro do Geométrico Tardio II da inumação 950



Fonte: Guzzo (2020, p. 128).

²⁵ Os samnitas eram uma comunidade itálica falante da língua osca, estabelecida na região da Campânia.

Esse indivíduo teria sido enterrado antes da construção do monte 938 e dos montes 926 e 937. Dessa maneira, não é possível estabelecer com precisão a relação entre as tumbas e os montes. Guzzo (2020, p. 128-129) sugere que o falecido da inumação 950 possa ter sido parte de um *génos* titular,²⁶ detentor de um espaço familiar na necrópole pitecusana. Também não é possível identificar se teria sido membro desse *génos*, ou por laços sanguíneos ou por aquisição por outros tipos de relação. No entanto, mesmo sendo um indivíduo de elevada importância dentro da comunidade, não devia fazer parte da primeira geração de pitecusanos, que eram tradicionalmente cremados. Teria esse indivíduo sido um escravo de um *génos*, enterrado no lote familiar? Qual teria sido sua origem? Qual a razão da disparidade simbólica de seu mobiliário funerário? Essas são questões que, se respondidas, dariam condições para uma melhor compreensão da dinâmica social pitecusana em seu momento inicial de formação.

Considerações finais

Tal como levantado por Donnellan (2016, p. 112), existe, na literatura, um viés de acordo com o qual os gregos seriam esses constantes civilizadores, ocupantes de terras agrícolas (Boardman, 2006) ou tomadores da iniciativa, enquanto aos fenícios restaria a responsabilidade pelas redes comerciais e se limitariam a ilhotas ou penínsulas com bons portos e rios navegáveis (Moscati, 1999). Os fenícios seriam, portanto, residentes ou mercadores. Nessa “hierarquia historiográfica”, os povos locais seriam considerados escravos, esposos ou esposas, sempre em uma posição subordinada ao colono “grego”. Um dos poucos pesquisadores que tenta compreender o papel social dos locais, Granser (2022), considera que as tumbas masculinas podem ser relacionadas a esse grupo social itálico.

A própria ideia de “grego”, para o caso de Pitecusa, é questionável. Tal como foi posto anteriormente, esses “gregos” seriam os “eubeus”, que, por sua vez, seriam um mesclado de diversas comunidades, falantes e não-falantes de grego.

Para além do debate exaustivo, e sem resultados tangíveis, ou a disputa apenas pela disputa sobre quem fundou Pitecusa, se foram os gregos (i.e. eubeus), fenícios ou indígenas, uma das ideias mais razoáveis é apresentada por Granser (2022, p. 79). Esse autor é muito claro ao argumentar que entende Pitecusa como um “processo sucessivo

²⁶ De acordo com o glossário do Labeca, um *génos* (em grego: *γένος*; plural: *γένε*) seria o agrupamento, o *genos*, ou família, compreendia todos aqueles que eram arrolados como descendentes de um antepassado comum e que possuíam um culto doméstico particular. Disponível em: <<https://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary/>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

e descentralizado, no qual pessoas de várias regiões e ambientes sociais estiveram envolvidas”, tal como tentamos ponderar no presente artigo.

A discussão *ad nauseam* sobre quem chegou primeiro, fundou, e merece os méritos sobre a fundação do assentamento de Ischia, só levaria a uma continuação do pensamento utilitarista sobre as comunidades mediterrânicas na Antiguidade. Assim, continuariam a se perpetuar entendimentos limitantes, tais como equalizar gregos à procura por terras aráveis; fenícios (ou, como são lidos de forma generalista, os orientais), ao comércio; dentre outras especialidades menos quistas. Que gregos e fenícios se expandiram pelo Mediterrâneo, isso é um fato. No entanto, pouco vemos a respeito de como as comunidades indígenas de cada região também estiveram relacionadas a esses processos. Sem dúvida, a forma de organização “grega” ou “fenícia” variou ao longo do tempo e de seus espaços de ocupação.²⁷ Acreditar que os fenícios e púnicos se agarravam apenas aos litorais, sem se interiorizar pelas terras, é tão infrutífero quanto pensar que os gregos desprezavam os *metoikoi*,²⁸ que comerciavam em suas pólis. Ambas as comunidades realizavam essas tarefas, tendo como diferencial o modo como as desempenhava.

Nessa fase embrionária e exploratória dos séculos IX ao VII a.C., em que eubeus e fenícios realizavam seus périplos lado a lado, revivendo as antigas rotas micênicas (e as expandindo), não é possível cravar quem fez o que. Não seria prudente tornar comunidades inteiras em padrões de utilidade, ou tentar explicar o fenômeno dessa expansão somente pela necessidade de terras aráveis ou pelo pagamento de tributos para potências maiores. De fato, essas necessidades existiram, mas não foram somente elas que levaram a uma organização socioeconômica no Mediterrâneo que fez dos gregos *ápoikoi*, e dos fenícios, *metoikoi*.

²⁷ O trabalho de Whittaker (1978) é excepcional em apresentar uma forma diferenciada de organização social entre as comunidades locais e as *gentes* que chegaram em seus litorais. Analisando a relação entre cartagineses e líbios, o autor chega à conclusão de que os líbios não seriam escravos em toda sua totalidade; a escravidão existia em Cartago, no entanto, teriam sido trabalhadores rurais sujeitos a uma relação de clientela, que os compeliava a trabalhar na terra e servir ao exército púnico.

²⁸ Lembremos que as fontes clássicas foram escritas por uma elite, que possuía uma agenda própria e poderia ver, nos *metoikoi*, uma possível ameaça ao seu poder político, tal como foi trabalhado na obra de Soares (2009), na qual o autor se debruça na compreensão dos metecos em Atenas.

Referências

Sítios eletrônicos

Labeca: <<https://labeca.mae.usp.br/pt-br/glossary/>>.

Theoi: <<https://www.theoi.com>>.

ToposText: <<https://topostext.org>>.

Documentação textual

ARISTOTLE. *Pseudepigraphus*. Translated by Valentini Rose. Lipsiae: Teubneri, 1863.

HERODOTUS. *The Histories*. Translated by A. D. Godley. Cambridge: Harvard University, 1920.

HOMER. *Homeri opera in five volumes*. Oxford: Oxford University, 1920.

PLINY THE ELDER. *Natural History*. Translated by J. Bostock and H. T. Riley. London: Taylor and Francis, 1855.

PLUTARCH. *Moralia*. With an English translation by Frank Cole Babbitt. Cambridge: Harvard University, 1936.

POLYBIUS. *Histories*. Translated by Evelyn S. Shuckburgh. New York. Macmillan, 1889.

STRABO. *The Geography*. Translated by H. C. Hamilton and W. Falconer. London: Bell & Sons, 1903.

VALERIUS HARPOCRATION. *Lexicon in decem oratores Atticos*. Oxford: Typographeo Academico, 1853.

Obras de apoio

BENICHO-SAFAR, H. *Le tophet de Salammbô à Carthage: essai de reconstitution*. Rome: École Française de Rome, 2004. v. 342

BÉRARD, C. Récupérer la mort du prince: héroïsation et formation de la cité. In: GNOLE, G.; VERNANT, J-P. (éd.). *La mort, les morts, dans les sociétés anciennes*. Cambridge: Cambridge University, p. 89-105, 1982.

BOARDMAN, J. Early Euboean settlements in the Carthage area. *Oxford Journal of Archaeology*, v. 25, n. 2, p. 195-200, 2006.

BUCHNER, G. Die Beziehungen zwischen der euböischen Kolonie Pithekoussai auf der Insel Ischia und dem nordwestsemitischen Mittelmeerraum in der zweiten Hälfte des 8. Jhs. v. Chr. In: NIEMEYER, H. G. (ed.). *Phönizier im Westen*. Mainz: Philipp von Zabern, 1982, p. 277-306.

- BUCHNER, G. Pithekoussai, oldest Greek colony in the West. *Expedition Magazine*, v. 8, n. 4, p. 4, 1966.
- CINTAS, P. *Manuel d'archéologie punique*. Paris: Picard, 1970.
- COOK, R. M. *Greek painted pottery*. London: Routledge, 1992.
- COOK, R. M.; DUPONT, P. *East Greek pottery*. London: Routledge, 1998.
- CRIELAARD, J. P. Cult and death in early 7th-Century Euboea: the aristocracy and the polis. *Maison de l'Orient et de la Méditerranée Jean Pouilloux*, v. 27, n. 1, p. 43-58, 1998.
- CRIELAARD, J. P.; DRIESSEN, J. The Hero's Home. Some reflections on the building at Toumba, Lefkandi: M. R. Popham, P. G. Calligas-L et H. Sackett eds., *Lefkandi II*, 1-2, 1990-1992. *Topoi: Orient-Occident*, v. 4, n. 1, p. 251-270, 1994.
- DA HORA, J. F. A cerâmica de figuras negras no Mediterrâneo: Grécia do Leste no norte do Egeu – a recepção em Tasos. *Classica: Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, v. 32, n. 2, p. 11-27, 2019.
- DESBOROUGH, V. R. D'A. *The Greek Dark Ages*. New York: St. Martin, 1972.
- DESCŒUDRES, J-P. Euboean pottery overseas (10th to 7th centuries BC). *Mediterranean Archaeology*, v. 19, n. 20, p. 3-24, 2006.
- DOCTER, R. F. Pottery, graves and ritual I: Phoenicians of the first generation in Pithekoussai. In: BARTOLONI, G.; CAMPANELLA, L. (ed.). *La ceramica fenicia di Sardegna: dati, problemi, confronti*. Roma: Consiglio nazionale delle ricerche, 2000, p. 135-149.
- DOMINGUEZ, A. J. Euboeans in the Far West? New data and interpretations. In: TANKOZIC, Z.; MAVRIDIS, F.; KOSMA, M. (ed.). *An island between two worlds: The Archaeology of Euboea from Prehistoric to Byzantine times*. Athens: Norwegian Institute at Athens, 2017, p. 215-234.
- DONNELLAN, L. 'Greek colonisation' and Mediterranean networks: patterns of mobility and interaction at Pithekoussai. *Journal of Greek Archaeology*, v. 1, p. 109-149, 2016.
- GRANSER, E. Pithekoussai (Ischia): colonisation vs. participation. *Proceedings of the 19th International Congress of Classical Archaeology*, v. 32, p. 79-94, 2022.
- GUZZO, P. G. Ceppi in ferro da sepoltura e da santuari (VIII-I sec. a.C.). Problemi di interpretazione. *Aristonothos*, n. 16, p. 127-202, 2020.
- HODDER, I. *Entangled: an archaeology of the relationships between humans and things*. Malden: Wiley-Blackwell, 2012.
- ILIEVA, P. Phoenicians, cypriots and euboeans in the Northern Aegean. *Athens University Review of Archaeology*, v. 2, p. 65-102, 2019.
- KRAHMALKOV, C. *Phoenician-Punic Dictionary*. Leuven: Peeters, 2000.
- LEMOS, I. S. *Euboea: a companion to the Archaeology of Early Greece and the Mediterranean*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2020, p. 787-813.

- LO SCHIAVO, F. *Triumph and limitations of the 'corpus': the Late Bronze Age and Early Iron Age fibulae of southern Italy*. Stuttgart: Franz Steiner & Mainz, 2010.
- MARAOUI TELMINI, B. An Attic Middle Geometric plate in Euboean Pendent Semi-Circle Style from Carthage. *Carthage Studies*, v. 8, p. 73-82, 2014.
- MARKOE, G. *Phoenicians*. Berkeley: University of California, 2000.
- MASTROCINQUE, A. La *kourà* degli Eubei e la Guerra Lelantea. *Athenaeum*, v. 58, p. 460-462, 1980.
- MAZARAKIS AINIAN, A. Geometric Eretria. *Antike Kunst*, v. 30, n. 1, p. 3-24, 1987.
- MIDDLETON, G. D. *The collapse of palatial society in LBA Greece and the postpalatial period*. Durham: University of Durham, 2008.
- MOSCATI, S. *The Phoenicians*. New York: Rizzoli, 1999.
- NIEMEYER, H. G. Phoenician or Greek: is there a reasonable way out of the Al Mina debate? In: TSETSKHLADZE, G. (ed.). *Ancient West & East*. Leiden: Brill, 2004. p. 38-50.
- PAPADOPOULOS, J. K. Owls to Athens: imported pottery in Early Iron Age Athens. In: VLACHOU, V. (ed.). *Workshops and Early Iron Age society: function and role of ceramics in Early Greece*. Brussels: Étude d'Archéologie, 2015, p. 201-215.
- POPHAM, M. R. et al. (ed.). *Lefkandi II: the protogeometric building at Toumba. Part 2: the excavation, architecture and finds*. Athens: The British School at Athens, 1993, p. 1-101.
- RIDGWAY, D. El alba de la Magna Grecia: Pitecusa y las primeras colonias griegas de Occidente. Barcelona: Crítica, 1997.
- RIDGWAY, D. *The first western Greeks*. Cambridge: Cambridge University, 1992.
- RÖLLIG, W. Eine neue phönizische Inschrift aus Byblos. *Neue Ephemeris für Semitische Epigraphik*, v. 2, p. 1-15, 1974.
- SAHLINS, M. Poor man, rich man, big man, chief: political types in Melanesia and Polynesia. *Comparative Studies in Society and History*, v. 5, n. 3, p. 285-303, 1963.
- SOARES, F. A. M. *A democracia ateniense pelo avesso: os metecos e a política dos discursos de Lísias*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SOUZA, C. D. As práticas mortuárias na região da Argólida entre os séculos XI e VIII a.C. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, suplemento 13, p. 7-316, 2011.
- WALKER, K. G. *Archaic Eretria: a political and social history from the earliest times to 490 BC*. London: Routledge, 2004.
- WALSH, J. St. P. Sicily and Magna Graecia, Archaeology of. In: SMITH, C. (ed.). *Encyclopedia of Global Archaeology*. New York: Springer, 2014. p. 6639-6649.
- WHITTAKER, C. R. Land and labour in North Africa. *Klio*, v. 60, n. 60, p. 331-362, 1978.

WOOLF, G. Diasporas and colonization in Classical Antiquity. In: NESS, I (ed.). *The encyclopedia of global human migration*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2013.

ΜΠΟΥΡΟΓΙΑΝΝΗΣ, Γεώργιος. Κυπριακή και φοινικική κεραμική στο Αιγαίο κατά τους πρώιμους ιστορικούς χρόνους: εμπορικά δίκτυα και το πρόβλημα του Black-on-Red. Athens: University of Athens, 2007.

Os deuses no processo das redes mediterrânicas: ritos e práticas cultuais helênicos para a boa navegação no Mediterrâneo

The gods in the process of Mediterranean networks: Hellenic rites and cult practices for safe navigation in the Mediterranean

Camila Alves Jourdan*

Resumo: Como um espaço de conexão vital, os helenos empenharam-se na prática naval, no Mediterrâneo, como um componente fundamental para a preservação do sistema políade. No entanto, o mar, conforme representado pelos gregos em documentos textuais, permaneceu caracterizado pela ambivalência, sendo descrito tanto como fértil – fonte de peixes – quanto como infértil – o mar salgado não podia sustentar a vida como a terra cultivada. Com o intuito de investigar a importância dos deuses e suas atuações na segurança da navegação, iremos nos concentrar nos debates sobre a compreensão do Mediterrâneo como um elemento-chave nas análises dedicadas aos estudos de trocas e contatos. Nesse contexto, examinaremos a condição social dos navegadores e a realização dos rituais e práticas cultuais em sua devoção aos deuses, visando a garantir uma travessia segura pelo Mediterrâneo.

Abstract: As a vital connection space, the Greeks engaged in naval practice in the Mediterranean, as a fundamental component for the preservation of the polis system. However, the sea, as represented by the Greeks in textual documents, remained characterized by ambivalence, being described both as fertile – a source of fish – and as infertile – the salty sea could not sustain life like cultivated land. In order to investigate the importance of the gods and their actions in ensuring navigation safety, we will focus on debates about understanding the Mediterranean as a key element in analyses dedicated to studies of exchanges and contacts. In this context, we will examine the social condition of sailors and the performance of rituals and cult practices in their devotion to the gods, aiming to ensure a safe passage through the Mediterranean.

Palavras-chave:

Mediterrâneo;
navegação;
ritual;
deuses.

Keywords:

Mediterranean;
navigation;
ritual;
gods.

Recebido em: 22/04/2024

Aprovado em: 13/06/2024

* Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) - Pós-doutorado nota 10. Mestre e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

// Qual é o papel do Mediterrâneo na história dos helenos”? Seria mais apropriado questionar: “Quais são os diálogos entre o Mediterrâneo e as ações dos helenos”?

A formulação dessa pergunta é essencial porque nosso objetivo é destacar o Mediterrâneo como um participante ativo, tão significativo quanto os gregos, nos processos ocorridos dentro e ao redor dele, entre os séculos VIII e IV a.C. A chave para essa questão são os contatos, pois, assim como os helenos projetam suas concepções sobre o mar, ao criarem representações dele, também são afetados pelas mudanças constantes que ocorrem enquanto navegam. O Mar Mediterrâneo desempenhava um papel fundamental no cotidiano dos gregos, e o processo de domínio desse mar começa com a atribuição de nomes, identificação e atribuição de significados, reflete-se na navegação, no reconhecimento prático por meio do mapeamento e, por fim, na construção de um complexo imaginário social.

Os acadêmicos dedicados ao estudo da Antiguidade, há décadas, têm reconhecido a importância do Mediterrâneo para todas as sociedades que habitavam em suas margens. No entanto, as pesquisas sobre as rotas marítimas, o comércio e as trocas culturais têm gerado um debate relativamente recente.

A criação de redes no Mediterrâneo: a navegação que conecta

Em meados do século XX, Fernand Braudel dedicou suas obras monumentais, como *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II* e *Les Mémoires de la Méditerranée: Préhistoire et Antiquité*, a discutir o papel do Mediterrâneo e das atividades desenvolvidas em suas águas. Segundo Juliana Hora (2012, p. 6), para Braudel, a definição do Mediterrâneo é fluida e dependente do contexto histórico, o que reflete sua complexidade temporal e relacional. Braudel aponta para uma integração mediterrânea baseada na formação de redes, nas quais as interações entre os povos, ao longo do tempo e do espaço, representavam uma complexa articulação de vantagens e desvantagens.

Entre a década de 1960, quando Braudel iniciou essa discussão, e a primeira grande obra que marcou o início dos debates sobre o “mediterraneanismo”, houve um intervalo de 40 anos sem uma profunda dedicação a essa questão. Na tentativa de definir o conceito de Mediterrâneo, Peregrine Horden e Nicholas Purcell publicaram *The Corrupting Sea* (2000), adotando uma perspectiva de ecologia histórica ao longo de um extenso período. O objetivo do livro era compreender como o Mar Mediterrâneo afetou as relações entre os povos em suas margens. Apesar de inspirados nas obras de Braudel, as críticas dirigidas à tentativa de compreender o Mediterrâneo no modelo braudeliano são contundentes. A crítica principal refere-se à unidade mediterrânea defendida pelo historiador francês,

principalmente em sua concepção de longa duração. O Mediterrâneo de Braudel é mais histórico do que ecológico, o que está mais próximo da proposta de Horden e Purcell. Embora Braudel não tenha definido o que chamou de “Mediterrâneo maior”, as fronteiras do que ele considerava Mediterrâneo eram delineadas por limites físicos, como o Saara, a Europa e o Atlântico (Harris, 2005, p. 94). Opondo-se a uma unidade circunscrita, Horden e Purcell defendem uma fragmentação mediterrânea que pauta-se em uma conectividade entre estas “microrregiões”.

Na presente concepção, o Mar Mediterrâneo encontra-se circundado por diversas microrregiões, por meio das quais ocorrem interações em uma dinâmica de trocas significativa. Vale ressaltar que os estudos sobre o Mediterrâneo não têm como foco primário o mar em si, mas sim o território que, de alguma forma, é influenciado por ele. O mar, que serve tanto como barreira quanto como elo, representa essa dualidade que une a diversidade (Horden; Purcell, 2000, p. 101). Essas “microrregiões” referem-se às diversas localidades ao redor do Mediterrâneo, cada uma caracterizada por microclimas e regimes climáticos próprios. Essas especificidades têm um impacto direto na produção agrícola, contribuindo para crises ou aumentos na produção. Portanto, nenhuma região agrícola pode ser totalmente autossuficiente. É justamente essa interdependência que torna as trocas tão essenciais, sendo os contatos entre as comunidades um fator crucial para sua manutenção. Todas essas comunidades dependem umas das outras em diferentes graus. Desse modo, a sobrevivência delas está intrinsecamente ligada à conectividade facilitada pelo mar, que oferece inúmeras interfaces, tanto em grandes quanto em pequenas escalas. Os autores argumentam que todas as comunidades do Mediterrâneo existem dentro de uma rede no interior de uma grande teia de relações (Horden; Purcell, 2000, p. 160-172).

No âmbito do intenso debate sobre o Mediterrâneo e suas definições, no início do atual século, um conceito proposto pelo arqueólogo britânico Ian Morris resalta a necessidade premente de explorar a noção de “mediterraneanização”. No capítulo intitulado “Mediterraneanization”, Morris destaca a conectividade como elemento crucial desse processo, sugerindo que, por meio da análise da paisagem e de estudos de caso, é possível compreender os diferentes graus de interconexão entre as cidades, assim como as variações ocorridas, em determinados momentos, nessas relações (Morris, 2003, p. 50-51). Ao cunhar esse conceito, sua ideia central é refletir sobre a historicidade que impulsionou a conexão e a integração dos povos, organizados de diversas maneiras, que habitavam ao redor do Mar Mediterrâneo, sofrendo influência, em maior ou menor medida, das comunidades localizadas nas proximidades ou um pouco mais distantes do próprio mar.

Nessa intensificação do debate sobre o Mediterrâneo, as primeiras críticas a *The Corrupting Sea* começam a revelar novas abordagens para pensar essa região. Uma das principais críticas, compartilhada por muitos autores, é a ausência de uma abordagem histórica na obra. Para os historiadores, o cerne da questão reside em identificar quando as conexões no Mediterrâneo se tornaram reais e duradouras, e como essas relações se desenvolveram ao longo do tempo. Um dos críticos mais proeminentes do trabalho de Horden e Purcell é Harris, que, em 2005, organizou uma obra como uma “resposta” a *The Corrupting Sea*. No entanto, Harris reconhece o mérito da obra abrangente de Horden e Purcell, como um ponto de partida para os debates, assim como algumas de suas argumentações. Na introdução de *Rethinking the Mediterranean*, Morris apresenta uma série de críticas e sugere novas abordagens para compreender a discussão e a pesquisa sobre o Mediterrâneo e o “mediterraneanismo” (Harris, 2005, p. 80-81).

A “Introdução”, redigida por Harris, além de apresentar críticas a *The Corrupting Sea*, suscita algumas questões que contribuem para as reflexões sobre o Mediterrâneo. Em primeiro lugar, nos instiga a refletir sobre a distinção entre a história no Mediterrâneo e a história do Mediterrâneo, bem como sobre suas possibilidades intrínsecas. Harris também aborda questões relacionadas à interação entre o ambiente e a ação humana, considerando a complexidade de delinear os limites de influência de cada um. Conforme reconhecido por Harris, a “fronteira entre a intervenção humana (aceitável, de acordo com *The Corrupting Sea*, como parte da história) e a história no (inaceitável) é quase impossível de ser mantida” (Harris, 2005, p. 81).

Uma leitura relevante neste debate historiográfico é a obra *Small Greek World*, de Irad Malkin (2011). Em seu estudo, Malkin destaca que os helenos não se limitavam apenas a interações comerciais e diplomáticas, mas estendiam suas conexões por meio de uma ampla gama de atividades culturais, políticas e religiosas. Essas redes de conectividade transcendiam as fronteiras geográficas e étnicas, unindo comunidades dispersas por toda a bacia do Mediterrâneo. O autor argumenta que essas redes desempenharam um papel crucial na formação e na coesão da identidade grega. Por meio de interações regulares e intensas, os helenos compartilhavam conhecimentos, práticas culturais e valores, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva compartilhada. Assim, as redes não eram estáticas, mas possuíam uma natureza dinâmica e fluida, tornando-se adaptáveis e em constante desenvolvimento, segundo as necessidades e mudanças das sociedades no Mediterrâneo ou do próprio mar.

O Mediterrâneo, em grande evidência nas discussões historiográficas contemporâneas, possui um conjunto vocabular pelo qual os gregos, na Antiguidade, poderiam lhes fazer referência. Desde Homero até Pausânias, termos como πέλαγος, ἄλς/

ἄλμη, Πόντιος/πόντιος, Πόντος/πόντος e θάλασσα/θάλαττα são amplamente utilizados como referências ao mar. Embora seus significados e sentidos se aproximem e, por vezes, se associem, eles remetem a características que permeiam o imaginário grego. Em suma, Chantraine (2009, p. 404) sugere que πέλαγος seja compreendido como “vasta extensão”, ἄλς/ἄλμη como “elemento salgado” (e, por isso, ambos os termos são associados, significando “vasta extensão do elemento salgado”), πόντιος/πόντος como “do mar/rota” e θάλασσα/θάλαττα como “o mar”. No entanto, uma análise cuidadosa dos vocabulários e usos empregados por autores dos períodos Arcaico e Clássico revela que diferentes escritores utilizavam diferentes palavras para se referirem ao litoral, por exemplo, ou mesmo para mencionar a água salgada do mar, podendo ou não recorrer a ἄλς/ἄλμη, optando apenas por θάλασσα/θάλαττα. Portanto, esse vocabulário relacionado ao mar, que é multifacetado e variável em gênero, nos permite compreender as múltiplas representações que os gregos forjaram sobre a superfície aquosa, resultando em um amplo conjunto de ideias que o caracterizavam.

É nesse imaginário do mundo marinho e marítimo que homens e deuses se comunicam e onde diferentes “mundos” se encontram. O mar se torna um caminho de comunicação, uma rede que conecta. Para os helenos, o mar é não apenas um espaço onde a prática da navegação é realizada, mas, também, um caminho de diálogo entre diferentes sociedades e realidades distintas. O mar, independentemente do termo utilizado pelos helenos, assume um papel crucial, sendo considerado um caminho que promove conexões. O Mediterrâneo, além de ser o cenário onde, ao longo dos séculos, se desenrolam as atividades de gregos, fenícios, romanos, egípcios e outros povos, sociedades e grupos étnicos, é ele próprio um catalisador de relações e intercâmbios.

O mar desempenhou um papel crucial na vida dos helenos, tanto de forma direta quanto indireta. Ele permeava toda a paisagem grega, sendo raramente ignorado, seja pelos habitantes das regiões montanhosas ou pelas comunidades costeiras e insulares. Como observado por Beaulieu (2016, p. 1), “o mar é mais do que uma realidade geográfica, é um modo de vida”. Essa importância se refletia nas representações que os gregos construíam, frequentemente destacando suas relações com esse espaço geográfico, atribuindo-lhe diversos sentidos e significados.

Para os gregos, o ambiente marinho não era apenas um meio de transporte e subsistência, mas, também, um palco para a guerra, trocas comerciais, políticas e disseminação de notícias – tornando-se parte integrante de sua vida cotidiana. Além disso, o mar ocupava um lugar central no imaginário e na religiosidade dos helenos em toda a bacia do Mediterrâneo. Estendendo-se para além das fronteiras físicas do Mar Mediterrâneo, conectando-se ao Mar Negro, ao delta do Nilo, ao Mar Vermelho e

ultrapassando o Estreito de Gibraltar, o mar era fundamental para os gregos, fornecendo meios de troca e comunicação com diferentes povos e produtos, além de sustento.

Esse conjunto de representações sociais é moldado pelo diálogo vivenciado pelos gregos: o mar, que incorpora aspectos da prática cotidiana, navegação e alimentação, junto com elementos imaginários, habitado por deuses e monstros, servindo como um caminho para os mundos divino e dos mortos (Beaulieu, 2016, p. 21). Assim, o mar atua como um ponto de conexão entre o mundo visível e o mundo invisível.

Refletir sobre um Mediterrâneo integrado, que se molda e se remodela nas interações entre os povos que o circundam, é uma tentativa de compreender esse mar da maneira como os helenos o viam: como uma entidade indivisível, repleta de conexões. As representações criadas pelos poetas, tragediógrafos, comediógrafos, historiadores e filósofos, ao tentarem compreender e definir esse mar, ressaltam ainda mais a diversidade de perspectivas com que o concebiam.

O Mediterrâneo representava um desafio para os helenos, pois os perigos eram recorrentes e iminentes. As competências daqueles que realizavam a navegação, e especialmente aqueles que faziam dela um modo de vida, eram fundamentais e insubstituíveis para viabilizar os contatos e as trocas nas complexas redes mediterrâneas.

A desconfiança social por aqueles que vivem da navegação

As dificuldades enfrentadas de forma repetida pelos gregos, que demandavam uma resposta rápida para superá-las e perseverar a existência sobre a superfície líquida, requeriam conhecimentos ligados à comunidade dos marinheiros. Em razão da interação em um ambiente desafiador, que implicava em certo afastamento do corpo político ao qual pertenciam, enquanto se aproximavam de outros povos, aqueles que exerciam sua profissão no meio aquático eram observados com suspeita. Assim, ao enumerarmos os atributos associados aos navegadores através de registros textuais, é possível evidenciar uma considerável estagnação nas concepções apresentadas, frequentemente considerando esse grupo como socialmente inferior.

Nos trechos da poesia de Sólon, constatamos apenas em uma passagem a menção aos navegadores, na qual é empregado um caráter pejorativo. Nessa perspectiva, os homens do mar são caracterizados como gananciosos e, por conseguinte, seriam negligentes até mesmo com suas próprias vidas quando em ambiente marítimo. Devido à busca por lucros excessivos, são considerados imprudentes e, portanto, malvistas dentro do corpo social da cidade-estado. Este fragmento de Sólon (I, 44-45) ilustra o juízo negativo atribuído aos grupos que exercem funções no espaço aquático: “um, desejoso

de levar à sua casa a ganância, percorre com as naus o mar cheio de peixes, empurrado por ventos e tempestades e não se importa com sua vida”.

Da mesma forma, nos versos de Teógnis, encontramos uma menção aos navegadores. Dentro da embarcação, o poeta retrata os marinheiros de forma desfavorável, assim como fez Sólon, uma vez que, sob um olhar desconfiado, são considerados saqueadores de bens que, a qualquer momento, podem revoltar-se contra o comandante ou algum outro membro da tripulação. Num sentido que prejudica a reputação dos navegadores, os versos “Mas eles agem: retiraram o comando do habilidoso piloto que, com sua perícia, vigiava o navio e se entregaram ao saque” (Teógnis, I, 675-676) destacam a contraposição entre o saque perpetrado pelo grupo naval e o reconhecimento conferido ao piloto da embarcação, que é habilidoso e permanece constantemente vigilante, para garantir a segurança do navio e de seus ocupantes.

Algumas passagens de poetas do Período Arcaico grego, todavia, podem elucidar outras formas de apreensão deste grupo social. Nos escritos de Arquíloco, por exemplo, os navegadores são mencionados apenas uma vez, em uma passagem na qual se reconhece que, para a condução adequada de uma embarcação, são necessárias habilidades específicas. Desse modo, vejamos o que escreve Arquíloco (163):

[...] as rápidas naus avançam no mar... carreguemos o... grande número de velas... afrouxando as cordas da nau; reflete um vento favorável e poupa nossos companheiros, para que possamos lembrar de você... afasta o medo e não conte a ninguém... uma terrível onda sobe girando... Tome cuidado... valor.

No trecho em questão, além do perigo iminente da onda, que se avoluma e se aproxima, toda a passagem retrata as atividades desempenhadas a bordo de uma embarcação, desde o carregamento de produtos e outros bens, até a ameaça marinha, que requer ações sobre as velas e as cordas, seja para aproveitar o vento a seu favor ou para contornar a tempestade que ameaça o navio. Mesmo diante de um cenário ameaçador, destaca-se a necessidade de afastar o medo. Dessa forma, há uma identificação das práticas de conhecimento associadas a esse grupo. Portanto, entre os poetas do Período Arcaico existe uma caracterização ambivalente, na qual residem pontos positivos e negativos atribuídos aos nautas.

A atividade da navegação teria sido, dessa maneira, relegada a uma “categoria social inferior”, conforme indicado pelos discursos presentes na tradição textual. Segundo Hesíodo (*Opera et Dies*, 618, 643-647), a navegação era considerada extremamente arriscada, apesar de oferecer oportunidades de riqueza. Apenas aqueles que, por algum motivo, não podiam trabalhar em suas próprias terras, deveriam recorrer à navegação e

ao comércio. Em contraste com os discursos predominantes entre a elite social da cidade-estado – que privilegiava a agricultura e menosprezava outras atividades, assim como aqueles que nelas se engajavam –, acreditamos que isso não refletia de forma precisa o cotidiano desse grupo, uma vez que desempenhavam um papel crucial na sustentação da cidade, embora os cidadãos diretamente envolvidos na prática da navegação pertencessem às camadas econômicas mais modestas. Conforme argumenta Ana Livia Bomfim Vieira (2011, p. 66):

[...] a ambivalência ligada ao mar como lugar do desconhecido, como meio contrário ao *habitat* natural do homem, a terra, é reforçada, assim, pela sua proximidade e relevância para a cidade. O mar é uma presença constante e, por isso, constantemente temida. E, aqueles que circulam e transitam usando o mar como caminho ou como lugar de trabalho recebem o peso do olhar de desconfiança da comunidade.

A construção de um imaginário sobre aqueles que se envolviam no mar reflete a própria relação dos gregos com o mar, visto que estes não eram naturalmente navegadores, mas aprenderam a sê-los. Contudo, embora essencial para a sustentação das pólis, a prática naval e uma vida dedicada ao mar não eram valorizadas com glórias e honras. A ideia presente na *Constituição dos atenienses* (I, 9) revela uma semelhança entre as posições do ateniense e do escravo que participam da prática naval, tornando os conhecimentos náuticos um processo de aprendizado ao qual ambos se submetem. Assim, como afirma Pseudo-Xenofante:

Devido às possessões em terras estrangeiras e às funções públicas exercidas no exterior, os atenienses e seus escravos aprendem, sem perceber, a manejar o remo. Afinal, um homem que navega com frequência acaba por aprender a usar o remo, assim como seu escravo, além de se familiarizar com os termos náuticos.

Em outras palavras, o homem que está no mar se assemelha a um escravo ao remar e compartilhar com ele o mesmo conhecimento: o náutico. Com a representação do mar como um elemento caracterizado pela flexibilidade e imprevisibilidade, ora calmo e amigável, ora agitado e tenebroso, carregava consigo uma conotação negativa que poderia envolver os membros das pólis. Essa ambivalência do mar poderia levar à corrupção desses cidadãos, tornando-os, assim, como os homens do mar, astutos (Vieira, 2011, p. 65). Tanto no Período Arcaico quanto no Clássico, os discursos presentes na documentação textual tendiam a reforçar a conotação negativa dos gregos em relação àqueles que se envolviam no mar.

Apesar de surgir tardiamente no Período Clássico a ideia de um oficialato naval, os remadores, por exemplo, não eram considerados especialistas com conhecimentos

próprios. As habilidades e técnicas eram reconhecidas no construtor naval, que utilizava instrumentos específicos em seu ofício; no piloto, que detinha conhecimentos para lidar com os perigos do mar; e no capitão da embarcação, dotado de um saber técnico que o equiparava a um médico. No entanto, mesmo com o reconhecimento de algumas posições no ambiente marítimo, isso não impediu que críticas diversas fossem dirigidas pelos tragediógrafos, comediógrafos e filósofos, acusando esses navegadores de intemperantes, de buscadores de prazeres em todos os portos que atracavam, e de pessoas grosseiras e mesquinhas com alguma instrução (Corvisier, 2008, p. 307-309).

Apesar do discurso que lança uma visão negativa sobre os navegadores, estes compartilham com os deuses o ambiente e os conhecimentos, como enfatiza Homero, na *Odisseia* (IV, 480): “O dom das rotas, só então os deuses dão”. No ambiente marinho, divindades e homens se aproximam; é onde os homens imploram aos deuses, e estes, por sua vez, ajudam ou dificultam as atividades no mar. É crucial ressaltar que os navegadores não se percebiam de modo depreciativo ou inferior na sociedade. Eles precisavam estar preparados para enfrentar esse ambiente hostil e repleto de perigos, pois o Mediterrâneo é constantemente um universo sujeito a caprichos, no qual as mudanças climáticas podem ser abruptas e violentas. Contudo, cabe aos navegadores, quando familiarizados e possuidores do conhecimento necessário, reconhecer os alertas e os indícios das mudanças e tomar medidas que assegurem a segurança da tripulação e da embarcação (Arnaud, 2005, p. 124). Portanto, o timoneiro deve antecipar essas mudanças e variações dos ventos, utilizando sua astúcia contra a ação da natureza, buscando a melhor oportunidade para escapar e reverter a relação de forças entre os homens e o ambiente hostil (Detienne; Vernant, 2008, p. 203).

No Período Arcaico, o medo experimentado pelos proprietários de terras era equiparado à desconfiança demonstrada em relação aos navegadores na sociedade. Homero, em suas obras, contrapõe o misterioso mundo marinho ao ambiente terrestre fértil e abundante em rebanhos; Hesíodo considera a dedicação à navegação apenas como último recurso diante da obtenção de lucros a partir do excedente produzido pelos que têm boa sorte em terra. O poeta e legislador Sólon compara as pessoas instáveis e ingovernáveis ao mar agitado e infrutífero. Nesse contexto, no qual o mar, o comércio e os contatos por ele estabelecidos são desacreditados, também se desqualifica os navegadores. “Navegar é necessário para obter os bens que estão faltando aos gregos, para negociar os meios de enriquecer a si mesmo, mas ir ao mar não é uma atividade nobre” (Corvisier, 2008, p. 306).

Desta maneira, ao longo dos Períodos Arcaico e Clássico, a relação entre os gregos e o mar, bem como com aqueles que navegavam, foi paulatinamente sendo construída. Concordamos com Vieira (2011, p. 65) ao afirmar que:

Os gregos construíram, durante toda a Antiguidade, uma intensa relação com o mar, e construir é um termo chave nesta sentença. Os helenos não eram navegadores e pescadores desde sempre. A diferença nítida entre um navio de guerra, feito para o combate, e um navio mercante, precisou de tempo para se concretizar. Eles se fizeram homens do mar. Mas, essa passagem, para que pudesse conhecer o auge – que foi o que aconteceu, haja vista a marinha ateniense e seu papel na história desta pólis – não foi fácil, pois obrigou esses homens, agricultores e pastores que eram, a enfrentar o desconhecido e o medo advindo da exploração de um território tão inóspito e estrangeiro quanto fascinante e belo. O elemento líquido, símbolo da vida marinha, significa também a morte àquele que lhe é estranho.

No debate sobre a posição dos navegadores na sociedade helena, destaca-se a necessidade de reconhecer não apenas os conhecimentos técnicos e habilidades marítimas dos nautas, mas, também, a importância do culto e do emprego de ritos aos deuses para garantir uma prática naval bem-sucedida. Embora os navegadores enfrentassem um ambiente marinho imprevisível e perigoso, sua relação com os deuses era crucial. Acreditava-se que os deuses tinham o poder de intervir nas atividades marítimas, podendo ajudar ou dificultar a navegação. Portanto, além de dominar as técnicas de navegação, os navegadores também buscavam o favor divino por meio de rituais e cultos, reconhecendo a influência dos deuses no sucesso de suas empreitadas marítimas.

A intervenção dos deuses: para além do saber naval

Obter auxílio de um vasto panteão divino, por meio de diversas estratégias, demandava o desenvolvimento de operações e táticas eficazes para selecionar as divindades mais adequadas às necessidades dos navegadores, um grupo socialmente vulnerável. Na escolha da divindade a ser invocada, diversas variáveis precisavam ser consideradas, especialmente no que diz respeito à benevolência divina desejada. Os marinheiros, tanto os que navegavam ocasionalmente quanto os permanentes, deparavam-se com múltiplas circunstâncias que os levavam a buscar o auxílio de uma divindade específica. Assim, os deuses assistiam àqueles que, de alguma forma, estavam sob sua proteção ao se aventurarem no mar, mesmo que não fossem propriamente deuses marinhos – aqueles que faziam do ambiente aquático sua morada. Além das influências de Poseidon e Nereu, por exemplo, outras divindades podiam usar suas forças para intervir diretamente com os

navegadores, seja para evitar situações adversas ou para favorecer a navegação, embora seu domínio sobre o mar fosse limitado (Recio, 2010, p. 235).

Para se resguardarem da má sorte, os marinheiros dirigiam preces, promessas e juramentos diretamente aos deuses. Entretanto, durante a travessia, tais ações, por vezes, não eram suficientes para mitigar os desafios enfrentados. Assim, com o intuito de atrair os favores dos deuses marinhos, muitas vezes realizavam sacrifícios a bordo enquanto navegavam. Esses rituais envolviam derramamento de sangue: um animal era aspergido e depois sacrificado, tendo seu sangue e sua carne lançados nas ondas. É válido destacar que, frequentemente, os animais destinados ao sacrifício não eram exclusivamente reservados para esse fim, sendo necessário que aqueles inicialmente selecionados para a alimentação da tripulação fossem utilizados. Dessa forma, os navegadores podiam contar com animais disponíveis no próprio mar para os rituais de sacrifício. “O atum, em particular, que permitia o sacrifício sangrento, assim como outros peixes, também eram frequentemente oferecidos. Teócrito menciona que os leucos, um tipo de peixe branco, eram considerados dignos dos deuses”. Além disso, em caso de necessidade, podiam desembarcar e realizar os sacrifícios em terra firme para garantir sua proteção (Corvisier, 2008, p. 346-347).

Entre as divindades benevolentes aos homens, destacam-se os irmãos divinos, filhos de Zeus, que agem em favor dos navegadores. No hino homérico dedicado aos Dióscuros (XXXIII, 6-17), vemos que:

De dentro das naus/ invocam suplicantes os filhos do grande Zeus/ com brancos carneiros, dirigindo-se para a extremidade/ da popa. Forte vendaval e espuma do mar/ provocam a submersão do navio; surgem eles de súbito/ e com asas farfalhantes se lançam através do éter./ Em breve acalmam as tempestades dos terríveis ventos,/ e aplainam a espuma das brancas ondas do alto-mar,/ bom augúrio para os marinheiros, sem esforço para eles.

Dessa maneira, assim como outras divindades que não faziam parte do panteão olímpico, várias outras deidades auxiliavam os navegadores, como Nereu e as Nereidas, ou Proteu, apenas para citar algumas. Frente aos perigos constantes, os navegadores solicitavam aos deuses sua benevolência por meio de oferendas específicas. Essa estratégia de buscar o favor divino começava antes mesmo da partida da embarcação, conforme Apolônio de Rodes (*Argonautica*, I, 406-424) descreve em seus versos:

Nesse ínterim, os vaqueiros do Esônia haviam retirado/ dois bois do rebanho e os traziam. Os companheiros/ mais jovens os arrastaram para perto do altar, enquanto os outros/ forneceram a água lustral e os grãos de cevada. Então Jasão/ fez uma prece invocando Apolo Paternal:/ “Ouve, soberano habitante de Págasas e da cidade de esão,/ cujo nome vem de nosso genitor, tu que me prometeste,/

quando consultei o oráculo em Pito, sinalizar o cumprimento e/ os limites do caminho, pois és o próprio responsável por estes trabalhos./ Conduz a nau, com os companheiros são e salvos,/ até a Cólquida e de volta à Hélade. Depois, em tua honra,/ depositaremos em teu altar esplêndidos sacrifícios/ de tantos touros quanto retornarmos, e também/ a Pito e a Ortígia levarei inumeráveis presentes./ Agora vem, Apolo Flecheiro, e recebe o sacrifício/ que te oferecemos como primeiro sinal de gratidão/ ao embarcarmos na nau. Que eu solte as amarras, soberano,/ segundo o teu plano, com um destino sem pesares. E que o vento/ sopra doce, com o qual viajaremos tranquilos pelo mar.

A narrativa descreve o momento em que Jasão e seus companheiros se preparam para iniciar sua jornada em busca do Velocino de Ouro. Antes da partida, os vaqueiros do Esônia trazem dois bois para serem sacrificados no altar, enquanto Jasão faz uma prece a Apolo Paternal, solicitando sua orientação e proteção durante a viagem. Essa invocação divina é permeada por promessas de sacrifícios futuros em gratidão pelo auxílio divino esperado. A importância da intervenção divina na navegação é enfatizada pela figura de Apolo, que, neste contexto, é evocado como o guia e protetor dos marinheiros durante a jornada. Jasão expressa sua confiança na promessa divina de sinalizar o caminho e garantir a segurança da tripulação, evidenciando a crença na influência direta dos deuses sobre os eventos marítimos. Além disso, a prática dos sacrifícios desempenha um papel central na relação entre os navegadores e os deuses. Os rituais de oferta de água lustral, grãos de cevada e sacrifício de animais são realizados com meticulosa devoção, demonstrando a importância da reverência religiosa na preparação para a viagem.

Desse modo, aliadas às preces e empregando diversos mecanismos, os navegadores buscavam assegurar uma viagem naval segura, sobretudo mediante oferendas aos deuses. No que diz respeito às oferendas, aquelas de caráter mais pessoal dos navegadores aos deuses incluem seus cabelos, frequentemente raspados após a sobrevivência em um naufrágio, conforme testemunham algumas estelas votivas, e suas próprias vestimentas. No entanto, outras ofertas podem ser feitas, mais relacionadas à função desempenhada por esses homens do mar, como as embarcações, os equipamentos de pesca – como redes e anzóis –; objetos marinhos – como corais e peixes, associados à religiosidade dos navegadores –; ou, desvinculadas do ambiente naval, a construção de santuários, dedicados a uma ou mais divindades; altares; estátuas de diferentes materiais; recipientes, como vasos; estelas com dedicatórias; além de sacrifícios, alimentos e libações. Estes tipos, é válido ressaltar, apresentam maiores dificuldades de interpretação quanto à sua associação com navegadores ou com o mar e a prática naval, pois são oferendas comuns entre os fiéis. Assim, muitas vezes, depende-se de uma inscrição no objeto votivo ou de uma fonte literária que faça referência específica ao objeto para corroborar sua ligação com as expressões de piedade daqueles que eram nautas (Recio, 2012, p. 109).

Na tragédia *Filoctetes*, em seus versos finais, podemos constatar que a prática comum entre os navegadores era sempre implorar pela piedade divina: “Partamos então todos juntos,/ após dirigir uma prece às Ninfas marinhas,/ para que protejam o nosso regresso” (Sófocles, *Filoctetes*, 1469-1471).

A partida de uma nau é um ato profundamente impregnado de significado religioso na Antiguidade helenica. Os navios são submetidos a um ritual de purificação, frequentemente através de libações, antes de partirem em suas jornadas, como testemunhado tanto em registros epigráficos quanto na literatura grega (Corvisier, 2008, p. 344-345). Esta prática ressalta a crença na necessidade de assegurar a benevolência divina para uma navegação bem-sucedida, destacando a estreita interdependência entre o divino e o humano no contexto marítimo. Nesse sentido, argumentamos que, no mar, a obtenção de uma boa navegação e um retorno seguro à terra firme dependia da cooperação entre deuses e homens. Os navegadores reconheciam a importância de buscar o favor divino e de manter uma relação harmoniosa com as deidades. Essa interação ritualística entre a esfera divina e a humana reflete não apenas uma manifestação de piedade religiosa, mas, também, uma estratégia pragmática para mitigar os perigos inerentes ao cotidiano marítimo.

Como divindade por excelência vinculada ao mar, Poseidon é objeto de devoção em diversos santuários espalhados pelo Mediterrâneo. Esses locais sagrados são frequentemente encontrados próximos à costa, especialmente em pontos de destaque visíveis do mar, como o cabo Sounion ou Samos. Outros são situados em áreas onde os ventos e as ondas representam desafios a serem superados durante a navegação, como Gerastos, ao sul da Eubeia, ou o cabo Malea. Também há santuários em regiões que exigem especial atenção, como o Istmo de Corinto (Corvisier, 2008, pp. 347-348). Alguns navios foram consagrados em honra à vitória em Salamina nestas áreas de culto, como registrado por Heródoto (*Historiae*, VIII, 121, 1).

Mais comumente, as oferendas realizadas assumiam a forma de representações ou reproduções de embarcações. A interpretação dessa tipologia de oferta tem gerado certa controvérsia, uma vez que esses objetos são encontrados em uma variedade de contextos – sacros, domésticos e funerários. Ademais, os locais de natureza sagrada estão dispersos por diversas regiões da bacia do Mediterrâneo, como Chipre, Atenas, Esparta, Samos, Pitecusa e Delos, enquanto as oferendas são atestadas ao longo de um amplo período, que abarca desde a Idade do Bronze até a Época Helenística. Nesse sentido, tais oferendas poderiam ter sido realizadas tanto por navegadores experientes quanto por aqueles que empreendiam uma viagem naval ocasionalmente, mas, em ambos os casos, como forma de expressar gratidão a alguma divindade pela segurança e pelo retorno salvo à terra firme (Recio, 2012, p. 109-111).

Na *Odisseia* (XI, 121-135), a prática de oferecer equipamentos de uma embarcação é mencionada: um remo é dedicado a Poseidon, figurando como um sacrifício expiatório destinado a apaziguar a ira da divindade e, ademais, simbolizando a retirada da vida ativa no mar. Na passagem em questão, o adivinho de Tebas instrui Odisseu a oferecer um remo a Poseidon em terra firme, em um local onde os nativos não reconheceriam tal utensílio naval. O deus solicita que o navegador entregue o instrumento mais próximo de sua ocupação, o remo, e, para efetuar esta oferenda, é necessário acompanhar com sacrifícios sangrentos, os quais serão posteriormente complementados por sacrifícios às demais divindades, como sinal de gratidão por ter retornado são e salvo à sua morada. Conforme um escoliasta da *Odisseia*, a oferta foi realizada em um local distante do mar, pois a melhor forma de honrar um deus é levar seu culto a um lugar onde não é venerado (Recio, 2010, p. 224-225).

Um destaque especial entre os utensílios navais que são oferecidos às divindades deve ser conferido às âncoras (Pomey, 1997, p. 61). Elas representam um elemento de extrema relevância dentro da embarcação, pois a âncora é a derradeira esperança diante dos perigos enfrentados quando o barco é lançado de um lado para o outro pelas ondas durante uma tempestade. Entre as diversas âncoras que eram colocadas na nau, a mais pesada era nomeada como âncora-sagrada. Sagrada porque representava a última possibilidade de salvamento, ao fixar firmemente o navio, evitando que fosse lançado contra rochedos ou que se inclinasse perigosamente no alto-mar. Essas âncoras já foram identificadas como achados arqueológicos, enterradas no solo, e presentes desde o século VII a.C., principalmente nos santuários do sul da Península Itálica e da Sicília, mas encontradas também em Mileto e no Mar Negro, demonstrando ser uma prática disseminada em diferentes pontos da bacia mediterrânea. Algumas dessas peças apresentam inscrições gravadas, como uma âncora descoberta na ilha de Egina, datada do século V a.C., na qual se pode ler a dedicatória feita a Afrodite Epilimênia. Entre os objetos que trazem inscrições, é possível identificar exemplares que indicam a origem da doação, sendo que algumas foram feitas por pessoas socialmente abastadas. É o caso de uma âncora dedicada por Failo de Crotona, um atleta que venceu três vezes os jogos píticos, em agradecimento a Zeus Miliquio pela batalha de Salamina, da qual, às suas próprias custas, equipou um barco e participou (Recio, 2012, p. 112).

A busca pela assistência divina era essencial para aqueles que se aventuravam no mar, sendo os ritos realizados antes da partida e no retorno à terra firme considerados de vital importância. Durante o embarque (*embaterion*) e o desembarque (*apobaterion*), as oferendas, conforme descrito na mitologia, frequentemente consistiam em sacrifícios de animais. Nas obras literárias, essas narrativas estão principalmente associadas ao deus

Poseidon, visto que as ofertas eram dedicadas como forma de apaziguar a fúria que ele poderia desencadear sobre o mar (Recio, 2012, p. 114). Em geral, por meio desses sacrifícios, especialmente de touros, os navegadores depositavam sua sorte nas mãos dos deuses, como evidenciado nesta passagem da *Odisseia* (III, 175-178): “Quando anoita,/ fundeamos e m Geresto para oferecer/ touros ao deus do mar (o pélagos gigante/ nós acalmamos)”. Séculos depois, nos versos da obra *Argonáuticas* (IV, 1597-1602), os sacrifícios continuam sendo realizados em honra às divindades, com o intuito de assegurar a travessia marítima:

‘Divindade que apareceste nos confins deste lago,/ portento marinho, se te chamam Fórcis ou Nereu,/ sê propício e nos concede agradável término de nosso retorno’. Assim disse e, após cortar a garganta da ovelha em meio a preces, da popa/ jogou-a na água.

A navegação era, inquestionavelmente, uma atividade perigosa. Envolvidos em um ambiente hostil e de árduo labor, aqueles que se viam compelidos a praticá-la recorriam a todos os meios para obter o favor dos deuses. Nesse sentido, o *katapontismos* foi um dos mecanismos que permitiram invocar divindades favoráveis às tripulações, conforme Recio (2010, p. 227-228) indica neste trecho:

Mediante a precipitação ao mar, humanos como Britomartis [...], Ino e Melicertes [...] ou Glauco [...] foram deificados. Sua capacidade para atuar estava também ligada a este meio e eram os navegantes os que davam sentido a sua própria existência. Contudo, estes deuses também tinham um caráter ambíguo, que podia se manifestar prejudicando os fiéis. [...] os deuses nascidos do *katapontismos* se haviam lançado às águas em situações críticas.

Um grupo particularmente intrigante de divindades surgido na literatura grega, concebido pelo e para os navegadores, é o dos pilotos e marinheiros, aos quais foram dedicadas especialidades sacras. As adversidades impostas pelos fenômenos meteorológicos e pelos acidentes geográficos ao longo da costa do Mediterrâneo, não apenas geravam um imaginário intimidador, tanto para os navegadores quanto para a população políade, mas, também, propiciavam a divinização dos membros da tripulação, em cujas mãos repousava o sucesso da travessia, especialmente os timoneiros. Dessa forma, os marinheiros podiam encontrar nesses pilotos míticos um modelo exemplar, no qual se destacava o favor divino concedido a esses habilidosos marinheiros, que ocupavam um lugar de prestígio entre eles. Dois timoneiros excepcionais, elevados à categoria de divindades, guiaram a embarcação de Menelau: o primeiro foi Frontis, que pereceu ao retornar de Troia, e o segundo foi Canopo, que dedicou os timões de seu barco no santuário de Athená e Poseidon, em Lindos (Recio, 2010, p. 229).

Conclusões

O ambiente marítimo do Mediterrâneo revela seus perigos, os quais os navegadores enfrentam diariamente, ao exercerem suas atividades. Nesse cenário, a relação foi gradualmente estabelecida pelos gregos no contínuo intercâmbio e confronto com diversos “outros”, que também transitavam pelas redes e conexões desse espaço ambivalente. Assim,

[...] não deve ser visto no mar uma estrada permanentemente aberta. O mar também pode fechar, e não apenas com os ventos e as estações do ano. É o lugar de muitas ambições estratégicas. [...] É, também, um lugar de ilegalidade, de talassocracias, embargo, contrabando, corridas e pirataria. Lugar do intercâmbio, também é lugar de uma violência normativa diversificada (Arnaud, 2005, p. 132).

Além das ameaças existentes no imaginário social, referentes à prática naval, como as criaturas monstruosas do mar, os perigos enfrentados pelos navegadores eram tangíveis e exigiam enfrentamento direto. Esse grupo social arriscava sua vida para cumprir suas obrigações para com sua pólis, seja na pesca ou no comércio de mercadorias. Portanto, a navegação praticada pelos gregos não estava isenta de riscos; mesmo na ausência de naufrágios, as condições climáticas adversas e as ações humanas representavam desafios para os marinheiros. Dessa forma, ao buscar auxílio divino contra todos esses perigos, o mar se tornava um espaço onde deuses e homens colaboravam para garantir uma navegação segura.

As preces e oferendas, em suas diversas manifestações, representam uma contínua tentativa de apaziguar os deuses, tanto os marítimos quanto aqueles que exercem influência sobre o mar, buscando sua benevolência para garantir uma travessia segura e o retorno à terra firme. Sem a intervenção divina, não haveria garantia de que os deuses não se voltariam contra os navegadores e prejudicariam a navegação. Portanto, as oferendas de diversos tipos de objetos, assim como a construção de santuários em homenagem a determinadas divindades, eram meios de angariar a piedade divina. Sem os deuses, os navegadores estariam fadados ao infortúnio. Não bastava que esses marinheiros tivessem um conjunto específico de conhecimentos relacionados à navegação; era fundamental contar com a intervenção divina.

Referências

Documentação textual

- APOLÔNIO DE RODES. *Argonáuticas*. Tradução de Fernando Rodrigues Junior. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- ARQUÍLOCO. *Líricos griegos: elegíacos y yambógrafos arcaicos* (siglos VII-V a.C.). Traducción de Francisco R. Adrados. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990. v. 1.
- HERÓDOTO. *Histórias: Livro VIII*. Tradução de José Ribeiro Ferreira e Carmem Leal Soares. Lisboa: Edições 70, 2002.
- HESÍODO. *Trabalhos e Dias*. Tradução de Christian Werner. São Paulo: Hedra, 2013.
- HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Trajano Vieira. São Paulo: Editora 34, 2012.
- HOMERO. *Hinos Homéricos*. Tradução de Edvanda Bonavinda da Rosa. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- PSEUDO-XENOFONTE. *A Constituição dos Atenienses*. Tradução de Pedro Ribeiro Martins. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012.
- SÓFOCLES. *Filoctetes*. Tradução de José Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2005.
- SÓLON. *Líricos griegos: elegíacos y yambógrafos arcaicos* (siglos VII-V a.C.). Traducción de Francisco R. Adrados. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990. v. 1.
- TEÓGNIS. *Theognidea*. Tradução de Glória Braga Onelley. Niterói: Eduff, 2009.

Obras de apoio

- ARNAUD, P. *Les routes de la navigation antique: itinéraires en Méditerranée*. Paris: Errance, 2005.
- BEAULIEU, M-C. *The sea in the Greek imagination*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2016.
- CHANTRAINE, P. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque: histoire de mots*. Paris: Klincksieck, 2009.
- CORVISIER, J. N. *Les grecs et la mer*. Paris: Les Belles Lettres, 2008.
- DETENNE, M.; VERNANT, J-P. *Métis: as astúcias da inteligência*. São Paulo: Odysseus, 2008.
- HARRIS, W. V. Preface. In: HARRIS, W. V. (ed.). *Rethinking the Mediterranean*. Oxford: Oxford University, 2005.

- HORA, J. F. Reflexões acerca do contato entre gregos e não-gregos no Mediterrâneo: identidade, materialidade e espacialidade. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SP, 21, 2012. *Anais...* Campinas: Anpuh, 2012, p. 1-15.
- HORDEN, P.; PURCELL, N. *The corrupting sea: a study of Mediterranean history*. Oxford: Blackwell, 2000.
- MALKIN, I. *A small Greek World: network in the Ancient Mediterranean*. New York: Oxford University, 2011.
- MORRIS, I. Mediterraneanization. *Mediterranean Historical Review*, v. 18, n. 2, p. 30-55, 2003.
- POMEY, P. *La navigation de l'Antiquité*. Aix-em-Provence: Édisud, 1997.
- RECIO, M. R. Los dioses de los navegantes. In: NUÑO, A. A. (dir.). *El viaje y sus riesgos: los peligros de viajar en el mundo greco-romano*. Madrid: Cima, 2010, p. 223-239.
- RECIO, M. R. Recetas para tratar el miedo al mar: las ofrendas a los dioses. In: ALBELDA, E. F. *et all.* (coord.). *La religión del mar: dioses y ritos de navegación en el Mediterráneo Antiguo*. Sevilla: Kádmós, 2012, p. 107-118.
- VIEIRA, A. L. B. *O mar, os pescadores e seus deuses: religiosidade e astúcia na Grécia Antiga*. São Luís: EDUEMA, 2011.

A integração da Ilíria ao Império Romano (sécs. III a.C.-I d.C.)

The integration of Illyria into the Roman Empire (3rd century BC-1st century AD)

Guilherme de Aquino Silva*

Resumo: Este artigo tem como objetivo examinar a integração do território da Ilíria ao Império Romano. Demonstramos que a conquista e ocupação romana foram processos lentos e graduais, estendendo-se, por séculos, até o estabelecimento da província. Entre os séculos III a.C. e I d.C., o território ilírio foi palco de disputas e sua integração foi efetuada mediante o emprego de diversas estratégias por parte de Roma, não apenas militares, mas também políticas e jurídicas. Ademais, notamos a influência dos nativos nesse processo, seja por meio da resistência direta ou por intermédio dos acordos estabelecidos com Roma. De início, exploramos a composição étnica e geográfica da Ilíria, no contexto pré-romano, e, em seguida, discorremos sobre as fases da anexação da região ao Império Romano, abordando a resistência dos nativos e o papel das elites locais no processo de integração.

Abstract: This article aims to examine the integration of Illyrian territory into the Roman Empire. We demonstrate that the Roman conquest and occupation were slow and gradual processes, extending over centuries until the establishment of the province. Between the 3rd century BC and 1st century AD, Illyrian territory was the stage of disputes, and its integration was carried out through various Roman strategies, not only military but also political and legal. Furthermore, we note the influence of the natives in this process, either through direct resistance or through established agreements. Initially, we explore the ethnic and geographic composition of Illyria in the pre-Roman context, and then we discuss the phases of the annexation of the region into the Roman Empire, addressing the natives' resistance and the role of local elites in the integration process.

Palavras-chave:
integração;
fronteiras;
Império Romano;
Ilíria.

Keywords:
integration;
frontiers.
Roman Empire;
Illyria.

Recebido em: 25/06/2024
Aprovado em: 26/07/2024

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/Ufes), sob orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva. Mestre, licenciado e bacharel em História também pela Ufes. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, seção Espírito Santo (Leir/ES).

A Ilíria pré-romana

A partir do século III a.C.,¹ Roma iniciou a expansão de seu domínio sobre diversos territórios mediterrâneos, ultrapassando os limites da Península Itálica para incorporar regiões como Sicília, Córsega, Sardenha, Península Ibérica e Península Balcânica. Por meio do contato entre Roma e os territórios conquistados, novas ordens foram estabelecidas ao longo do tempo. Entende-se por “ordem” o conjunto de todas as esferas da ação humana, circunscritas em um período e espaço específicos. A ordem não é fixa, mas está em constante transformação, visto que o contato entre duas ordens distintas gera uma nova estruturação da vida. O ponto de interseção entre duas ordens é denominado fronteira, que não deve ser vista como uma barreira rígida e intransponível, mas como um espaço propício às transformações decorrentes do processo de influência mútua entre as diferentes ordens. O fenômeno de contato entre duas sociedades, que analisamos neste artigo, é conhecido como integração (Guarinello, 2010, p. 119-123). Isto posto, nosso objetivo principal é apresentar a maneira pela qual uma região específica do Império Romano, a Ilíria, foi integrada à ordem imperial romana, em um processo que se estendeu por séculos e foi marcado por resistências e negociações por parte das populações locais.

A região da Ilíria (Figura 1), localizada na Península Balcânica, era habitada por diversos *ethne* no período pré-romano,² como nos revelam as fontes textuais provenientes do contexto do Principado,³ entre as quais estão a *Geografia*, de Estrabão, e a *História Natural*, de Plínio, o Velho. Tendo o Danúbio como fio condutor, verificamos que, a sul do rio, habitavam grupos étnicos ligados a três vertentes diferentes, que, no contexto da Antiguidade, eram denominados como celtas, ilírios e trácios (Estrabão, *Geographica*, VII, 1, 1; 5, 1; frag. 10).

¹ Este artigo foi escrito com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² O termo *ethne* é empregado, neste artigo, em referência às diversas populações que habitavam a Península Balcânica no período pré-romano. Cada *ethnos* tinha uma identidade própria, que o diferenciava da alteridade representada pelas comunidades vizinhas e pelos próprios romanos.

³ O Principado é o período da história romana que se estende de 27 a.C. a 235 d.C.

Figura 1 – Mapa da Ilíria (Illyricum)



Fonte: Cristiano64. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Roman_Illyricum_in_40_BC.png>.

Acesso em: 23 dez. 2024.

O curso superior do Danúbio era habitado pelos récios e nóricos,⁴ os quais, devido à sua importância local, legaram seus nomes às províncias romanas da Récia e da Nórica. Todavia, uma pletora de outros grupos étnicos, para além dos récios e nóricos, também dividia o território dessas províncias, como é o caso dos tauriscos, muito citados nas fontes (Plínio, *Naturalis Historia*, III, 25, 148). Contudo, nosso foco está voltado para a região situada mais ao Leste: a Ilíria.

Após a Récia e Nórica, seguindo o curso do Danúbio em sua margem direita, localizava-se uma região que os romanos denominavam Ilíria. Após a anexação romana, ela se tornou uma unidade administrativa dentro do Império Romano. Sua área ocupou,

⁴ Nossa descrição sempre se refere à região situada ao sul do Danúbio, isto é, a margem direita do rio. Quando forem mencionadas regiões situadas ao norte do Danúbio (margem esquerda), apontaremos no texto a devida localização em relação ao rio.

em sua máxima extensão, desde o Adriático, que banha o oeste da Península Balcânica, até o Danúbio, situado ao Norte e a Leste.

Concordamos com Dalla Rosa (2015, p. 155) no sentido de que “a Ilíria não existia como uma unidade geográfica, política e cultural antes da conquista romana”. Isso quer dizer que, antes da criação da província da Ilíria, o território era dividido em uma série de unidades políticas independentes. A unificação da região sob um governo centralizado foi uma criação imperial romana. Ainda segundo Dalla Rosa, apenas algumas populações que habitavam esta região do Império poderiam ser incluídas no “tronco linguístico-cultural ilírio”, a saber, aquelas que se estabeleceram no litoral do Adriático e no seu interior imediato. Portanto, o nome da província, tal como em outras regiões, faz referência a um *ethnos* que nela estava inserido. Dessa maneira, a “Ilíria romana” foi uma construção dos governantes romanos para se referir a uma unidade administrativa do Império, que não englobava apenas os ilírios propriamente ditos, mas, também, outros grupos étnicos, como os panônios e celtas. Os termos “panônios” e “celtas” também se referem a troncos culturais e linguísticos, mas que se subdividiam em outras sociedades ainda menores, que dominavam seus próprios territórios.

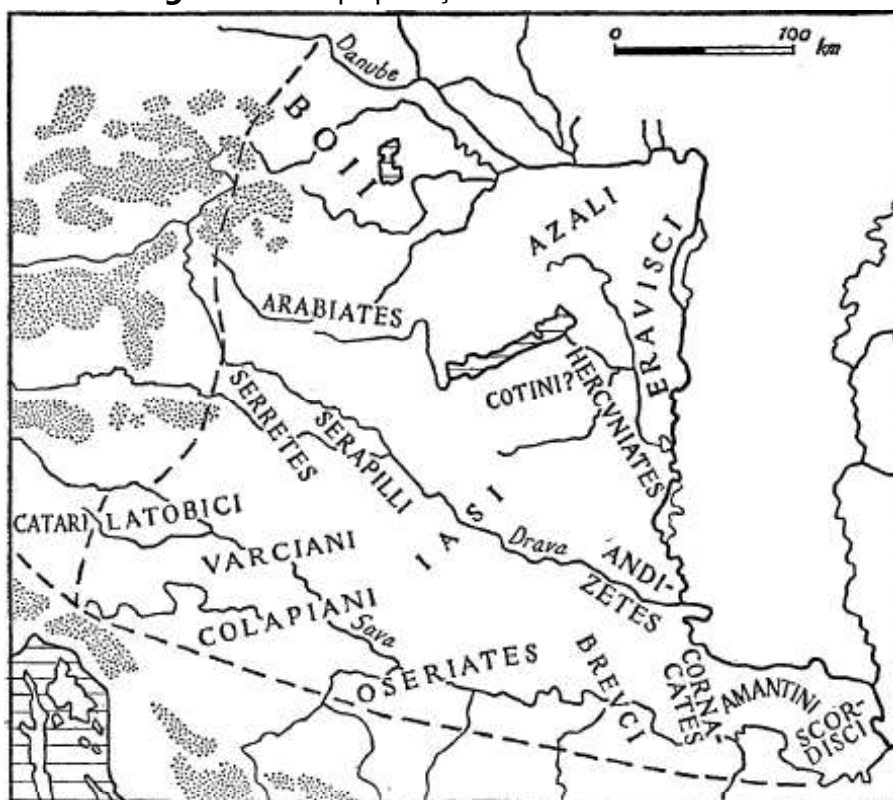
Na delimitação do território da província romana da Ilíria, não foram levadas em consideração as fronteiras territoriais das numerosas populações que ali viviam no contexto pré-romano. A demarcação territorial efetuada pelos romanos partiu de uma necessidade política do governo imperial de administrar a região segundo seus interesses próprios. Portanto, há que se destacar que havia uma região específica habitada por populações de um tronco linguístico e cultural chamado ilírio, que se situava no litoral adriático, e, por outro lado, havia uma região administrativa romana denominada Ilíria, que abrangia outras populações para além dos ilírios propriamente ditos, incluindo os panônios e os celtas. Sendo assim, apesar da semelhança dos termos, a região habitada pelos ilírios pré-romanos não se confunde com o que se estabeleceu como a província da Ilíria, pois esta absorveu ilírios, panônios e celtas.

Conforme assinala Apiano (*Illyriké*, 6), apesar das diferenças culturais, tanto gregos quanto romanos designaram como Ilíria a região situada ao sul do Danúbio e denominaram suas populações de ilírias. Apiano (*Ill.*, 6) prossegue a descrição afirmando que, em sua época, entre os séculos I e II, os romanos cobravam um imposto nos territórios que se estendiam das nascentes à foz do rio Danúbio, no Mar Negro. Essa taxa era denominada “imposto da Ilíria”. Verifica-se, assim, o quão genéricos os termos se tornaram a partir de uma visão greco-romana, de modo a englobar populações muito diferentes entre si (Šašel Kos, 2013a, p. 3).

Sob o Principado, houve uma especificação maior, em termos administrativos, entre aquelas populações ditas ilírias e as panônias, como Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 3) deixa claro ao afirmar que: “[...] todo o território montanhoso que se prolonga desde o fundo do Adriático até o golfo Rizônico e a terra dos ardieus é denominado Ilíria, que se situa entre o mar e os panônios”. Observamos que o relato de Estrabão é muito preciso na delimitação do território ilírio. Para o autor, poderiam ser consideradas ilírias apenas aquelas populações que se situavam na costa leste do Adriático e do seu interior imediato, como os istrios, libúrnios, ardieus, dálmatas, daorsi e iápodes.⁵

Os panônios habitavam uma região chamada Panônia (Figura 2), situada entre os rios Drava e Sava. A princípio, essa região foi integrada à província da Ilíria, mas, posteriormente, com a subdivisão da Ilíria, a Panônia se tornou uma província independente, ao lado da Dalmácia. O contexto dessa divisão será analisado neste artigo.

Figura 2 – As populações nativas da Panônia



Fonte: Mócsy (2014, p. 54).

⁵ Apesar de, nas fontes textuais, istrios e libúrnios serem identificados como ilírios, sua língua era semelhante à dos vênets, sendo, desse modo, diferente daquelas das demais populações ilírias (Wilkes, 1995, p. 185).

Para identificar quais *ethne* habitavam a Panônia, recorreremos novamente às fontes textuais. Segundo Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 2), os panônios teriam seu território limitado ao Norte e ao Leste pelo rio Danúbio, e, ao Sul, chegariam até Siscia.⁶ Em outro trecho de sua *Geografia* (VII, 5, 3, 10), o autor nos informa que os panônios chegavam até a fronteira com os dálmatas e quase faziam fronteira com os ardieus. Plínio (*NH*, III, 25, 147), por sua vez, afirma que os panônios eram vizinhos dos dálmatas e dos ilírios. Observamos que os dálmatas e ilírios estavam situados no litoral do Adriático, enquanto os panônios se esdendiam pelo interior, até o Danúbio. Além disso, ressaltamos que essa descrição específica toma como base o território ocupado pelos diferentes grupos étnicos do litoral, uma vez que a linha costeira fazia parte da Dalmácia, província à qual as populações ilírias foram integradas.

Em suas caracterizações da *hinterland* do Império Romano, os autores gregos e latinos se valiam de marcadores naturais para sinalizar a localização das populações nativas. Na ausência do mar, que foi, durante muito tempo, a principal referência nas descrições geográficas, os rios e cadeias de montanhas passaram a ser utilizados. Dessa maneira, a narrativa de tipo periplográfica, que se valia da linha costeira para a descrição de regiões e grupos humanos, teve que sofrer uma adaptação gerada pela interiorização do domínio romano. No caso da Europa, os rios foram essenciais na demarcação dos territórios das diferentes populações, como é o caso do Danúbio, do Sava e do Drava.

Entrementes, diversos *ethne* são descritos como panônios por Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 3), como os *breuci*, *andizetii*, *ditiones*, *pirustae*, *maezaei*, além dos *daesitiatae*. Devemos, no entanto, levar em consideração que, na época em que Estrabão escreveu, ainda não havia sido efetuada a divisão da Ilíria entre as províncias da Panônia e Dalmácia, ou, então, as fontes consultadas pelo autor continham dados ultrapassados.⁷ Quando se consolidou a divisão, os *breuci* e *andizetii* foram inscritos na Panônia, e o restante, na Dalmácia (Kovács, 2018, p. 164; Wilkes, 1995, p. 203). Também é mencionada, nas fontes textuais, uma região situada no extremo norte da Ilíria, denominada "deserto dos *boii*", que recebeu este nome por ter sido ocupada por um *ethnos* conhecido como *boii*, de vertente celta (Plin., *NH*, III, 24, 146; Str., *Geo.*, VII, 1, 5).

De modo específico, ao descrever a Panônia, Plínio guia sua narrativa a partir dos rios que banhavam a província. Para além do Danúbio, cuja importância se mostra evidente, fluíam pela Panônia os rios Drava e Sava, ambos afluentes daquele. Plínio (*NH*, III, 25, 147) situa nas margens do Drava os *serretes*, *serapilli*, *iasi* e *andizetii*. No Sava,

⁶ Também conhecida como Segéstica. Atual Sisak, na Croácia.

⁷ Discutiremos essa divisão provincial adiante.

por sua vez, estariam os *colapiani* e os *breuci*. Na concepção de Plínio, esses seriam os *ethne* mais relevantes, apesar de outros também habitarem a região banhada pelos rios supracitados, como estes: *arabiates*, *azali*, *amantini*, *belgites*, *catari*, *cornacates*, *eravisci*, *herciniates*, *latovici*, *oseriates* e *varciani* (Plin., *NH*, III, 25, 148). Observamos que essa última listagem se encontra organizada em ordem alfabética e não conforme sua localização no território, como é o caso das primeiras populações citadas. No mesmo parágrafo, há uma maior caracterização de *Sirmium*, *civitas* na margem do Sava em cujo território habitavam os *sirmienses* e os *amantini*. Se seguirmos a linha do Danúbio, após os panônios, encontram-se os *scordisci*, *ethnos* de origem celta. O território escordisco teria suas fronteiras delimitadas da seguinte forma: o Danúbio, a Norte; os panônios, a Oeste; os mésios, a Leste; e as montanhas macedônias e trácias, ao Sul (Plin., *NH*, III, 25, 148; Str., *Geo.*, VII, 5, 10).

No tocante à visão de Estrabão e Plínio sobre a região da Panônia, verificamos uma discrepância. Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 10) descreve a região da Panônia como montanhosa, fria e coberta de neve, sobretudo nas áreas setentrionais, o que levaria a uma escassez de vinhedos, tanto nas zonas mais elevadas quanto naquelas mais planas. Por outro lado, Plínio (*NH*, III, 25, 147) assinala que a região seria muito fértil e seu relevo menos acidentado se comparado ao das regiões mais elevadas dos Alpes. Essa discrepância pode estar relacionada a uma mudança de percepção dos romanos em relação à prática da agricultura no território panônio no decorrer do século I d.C., talvez uma consequência da própria integração dos panônios ao Império. Durante o período em que Estrabão escreve, a Panônia ainda sofria com a instabilidade gerada pelas guerras de conquista; quando Plínio faz seus registros, pelo contrário, essa situação já havia sido superada e, desse modo, a exploração agrícola e comercial pôde se desenvolver, o que explicaria as visões opostas sobre uma mesma região. Outra diferença entre a enumeração de populações panônias feita por Estrabão e aquela presente na obra de Plínio está no fato de que este último utiliza dados mais recentes, tendo em vista que cita as populações organizadas pelos próprios romanos e nomeadas por eles com base em termos geográficos, como são os casos dos *arabiates*, *colapiani*, *cornacates*, *herciniates* e *oseriates*, instalados em suas respectivas *civitates* (Kovács, 2018, p. 166).

Os primeiros contatos dos romanos com a Ilíria

O processo de imperialismo romano e de integração de novos espaços ao *dominium mundi* romano é demasiado complexo para ser explicado em poucas páginas. Por mais que nos esforcemos no sentido de fornecer uma visão sobre o que ocorreu, decerto ela

será apenas uma dentre muitas possíveis. Nesse sentido, a integração da Ilíria, assim como a de outros territórios, envolveu questões de ordem militar, política, econômica e cultural. Neste artigo, buscamos explicar, sobretudo, as duas primeiras nuances, pois investigamos como ocorreu a lenta anexação da Península Balcânica, até que o *limes* chegasse ao leito do Danúbio.⁸ Também demonstramos a configuração do território no contexto que se seguiu ao término das batalhas, principalmente no que diz respeito à implantação de um sistema burocrático romano em cuja base estavam as *civitates*.

As primeiras contendas entre romanos e ilírios tiveram início na segunda metade do século III a.C. Do outro lado do mar, o inimigo de Roma era o Reino da Ilíria ou Reino Ardieu, denominado assim por ser governado por Agrão, que pertencia ao *ethnos* dos *ardiei*. Esse reino foi conquistado por Roma entre 229 e 168 a.C., no decurso de três guerras: a Primeira Guerra Ilíria, entre 229 e 228 a.C.; a Segunda Guerra Ilíria, entre 220 e 219 a.C.; e, por fim, a Terceira Guerra Ilíria, em 168 a.C. Todas essas guerras, no entanto, não levaram a uma administração efetiva do território ilírio por parte de Roma, o que só foi efetuado muito tempo depois, a partir das campanhas de Augusto nesta região.

A justificativa romana para o início da primeira guerra dizia respeito à prática da pirataria no Adriático, que estaria atrapalhando o comércio dos romanos e de seus aliados. Além disso, a expansão territorial efetuada pelos ilírios incomodava os romanos. Esta levou os ilírios a conquistarem regiões do Épiro e as pólis de Cócira, Epidamnos e Faros (Políbio, *Histories*, II, 1, 3; Šašel Kos, 2013a, p. 175). Em 231, os ilírios derrotaram o exército etólio, que tentava conquistar a pólis de Medion. Na ocasião, Agrão teria feito festivais em comemoração ao sucesso de suas campanhas e teria sido acometido de pleurisia, o que o levou à morte. Como o herdeiro do trono, Pines, era muito jovem para reinar, o controle do reino passou às mãos de sua madrasta, Teuta (App., *Ill.*, 6-7; Polyb., *Hist.*, II, 3-11; III, 1-8; IV, 1-9).

Entre 231 e 229 a.C., um novo ciclo expansionista foi empreendido pelo Reino da Ilíria, além do fato de a rainha ter ordenado à marinha que fosse promovido um controle das rotas marítimas do Adriático. Nesse ínterim, cidades da Magna Grécia, como Eleia e Messina, e do Épiro, como a capital Fênice, sofreram ataques. Em seguida, Issa foi tomada, e seus habitantes buscaram a ajuda de Roma. Os legados romanos Caio e Lúcio Caruncânio, e o representante de Issa, Cleemporus, participaram de uma audiência com a rainha. Nesse contexto, Lúcio e Cleemporus foram assassinados, supostamente a mando de Teuta, o que foi o estopim para o início da Primeira Guerra Ilíria (Polyb., *Hist.*, II, 4-8; Šašel Kos, 2013b, p. 175-176).

⁸ Entende-se por "*limes*" a fronteira entre o Império Romano e o "*Barbaricum*".

Apiano (*Ill.*, 6), cujo relato diverge do de Políbio, afirma que todos os eventos que ocorreram entre 231 e 229 a.C. teriam sido efetuados sob as ordens de Agrão, e não de Teuta, incluindo a morte dos representantes diplomáticos que foram enviados para tratar da questão de Issa. Após o início da guerra, Agrão morreu, sem que isso estivesse relacionado às batalhas, e só então o comando passou às mãos de Teuta. Depois de se tornar regente, Teuta teria continuado a política expansionista, conquistando Epidamnos e Córçira. Nessa última pólis, instalou uma guarnição, comandada por Demétrio de Faros, importante figura no que diz respeito às disputas entre romanos e ilírios (Šašel Kos, 2013b, p. 176).

Diante do crescimento do Reino da Ilíria, em 229 a.C., dois cônsules romanos, Cneu Fúlvio Centúmalos e Lúcio Postúmio Albino, partiram com o exército em direção ao território ilírio. Demétrio, general ilírio, entregou a ilha de Córçira à proteção romana por meio de um acordo, em prejuízo de Teuta. Em seguida, tornou-se líder das ações militares romanas na cidade de Apolônia. Os romanos, então, se dirigiram a Epidamnos, que estava sob o sítio dos ilírios, expulsaram dela as tropas inimigas e colocaram-na sob sua proteção. Ainda durante essa campanha, os romanos adentraram a Ilíria e conquistaram o território dos *ardieus*, *ethnos* do qual a dinastia reinante era proveniente. Ademais, passaram a controlar a ilha de Issa, outrora ocupada pelas tropas ilírias. Finalizadas as batalhas, os romanos confiaram o governo de parte das regiões conquistadas a Demétrio de Faros, como forma de agradecê-lo pelo apoio que este havia dado durante as disputas. Por meio do envio de embaixadas, populações como os *parthini* e *atintanes* se renderam aos romanos. Teuta se refugiou em Rizon e, em 228 a.C., selou um acordo de paz com Roma, segundo o qual deveria pagar tributos, retirar as tropas ilírias de grande parte do território anexado, e, por fim, não poderia efetuar a navegação ao sul de Lissos com mais de dois esquifes, que deveriam estar sempre desarmados. Em seguida, Pines, com a autorização dos romanos, tornou-se governante de uma parcela do território do antigo Reino da Ilíria, com a condição de que se mantivesse aliado aos romanos. Desse modo, Roma não criou uma província de imediato, nem instalou guarnições permanentes no território ilírio, mas apenas buscou controlar a região por meio de alianças políticas com a elite local (App., *Ill.*, 6; Beća, 2022, p. 89; Dalla Rosa, 2015, p. 156-157; Polyb., *Hist.*, II, 9-12; Šašel Kos, 2013b, p. 177).

Como dissemos, os romanos legaram a Demétrio uma parcela do território ilírio, devido à sua ajuda durante a campanha de 229 a 228 a.C. Nos anos que se seguiram, Roma se mostrou ausente da Ilíria, em decorrência das guerras contra os celtas e os cartagineses, e, por causa disso, Demétrio tomou atitudes contrárias ao acordo selado com o Senado, como a retomada da navegação no Adriático, o que foi considerado pelos

senadores como pirataria. Outras condutas que causaram descontentamento em Roma foi o fato de Demétrio ter fornecido apoio a populações ilírias inimigas dos romanos, como a dos *labeatae*, governada por *Scerdilaidas*, e de ele ter se aproximado de Antígono Dóson, rei macedônio oponente do Império Romano. Esses fatores exigiram uma nova resposta militar contra os ilírios. Liderada pelo cônsul Lúcio Emílio Paulo, essa campanha se estendeu de 220 a 219 a.C.⁹ Com a derrota, Demétrio buscou refúgio na Macedônia, onde viveu até sua morte (App., *Ill.*, 8; Polyb., *Hist.*, II, 9-11; 16; 18-19; Šašel Kos, 2013b, p. 178-179).

A Terceira Guerra Ilíria (168 a.C.) está relacionada à Terceira Guerra Macedônia (171-168 a.C.) e à influência dos macedônios na região da Ilíria. Roma temia o avanço macedônio rumo ao Norte e sua influência sobre o vale do rio Sava, o que prejudicaria o comércio em torno da cidade de Aquileia, fundada pelos romanos em 181 a.C., e que servia como importante entreposto comercial, principalmente para romanos, panônios e nóricos. Um cenário ainda mais drástico seria uma investida macedônia sobre a própria cidade de Aquileia. Diante disso, em 171 a.C., o cônsul Caio Cássio Longino efetuou uma campanha nas terras limítrofes a Aquileia, onde viviam ístrios, iápodes e carni, a fim de mostrar o poderio bélico romano e de proteger as atividades comerciais (Mócsy, 2014, p. 32-33; Šašel Kos, 2013a, p. 2; 2013b, p. 181, 186-187; Wilkes, 1995, p. 200).

Nesse ínterim, um *ethnos* ilírio chamado *labeatae* alcançou destaque político na região. Sua capital era Scodra e seu líder, Gêncio. No início da Terceira Guerra Macedônia, Gêncio se aliou a Roma, mas, em 169 a.C., migrou para o lado macedônio. Essa união resultou em ataques a áreas que eram aliadas a Roma, como a pólis de Issa. Os embaixadores romanos enviados para uma reunião com os inimigos foram aprisionados. Em vista disso, em 168 a.C., o pretor peregrino Lúcio Anício Galo aprisionou o governante em uma fortaleza e depois o exibiu, juntamente com a corte, em um triunfo em Roma. Ao mesmo tempo, o cônsul Lúcio Emílio Paulo derrotou Perseu na Batalha de Pidna (App., *Ill.*, 9; Dalla Rosa, 2015, p. 157; Šašel Kos, 2013b, p. 180). Segundo Tito Lívio (XLV, 26, 15), em 167 a.C., após terem vencido essa guerra, os romanos dividiram o território ilírio em três partes. Embora nessa época não houvesse uma política de integração efetiva do território, nota-se uma tentativa inicial de organização da região conquistada por Roma. Todavia, como veremos adiante, a construção do aparato de governo provincial se consolidou apenas durante o Principado.

⁹ A respeito dessa campanha, Estrabão (*Geo.*, VII, 7, 3) indica que Emílio Paulo teria arrasado cerca de 70 cidades do Épiro após derrotar Perseu e os macedônios, além de ter reduzido à escravidão 150 mil habitantes desses povoamentos. Apiano (*Ill.*, 2, 10) segue esse mesmo pensamento, afirmando que 70 cidades do Épiro teriam sido saqueadas por Emílio Paulo.

Entre os séculos II e I a.C., a Ilíria foi palco de diversas campanhas romanas, que tratamos adiante de maneira resumida. Entre 156 e 155 a.C., os romanos voltaram sua atenção para a região habitada pelos dálmatas e panônios. O exército sitiou o *oppidum* panônio de Siscia, situado na confluência entre os rios *Colapis* e Sava. Esse avanço para o Leste pode ter envolvido também outras populações do vale do Sava, como os escordiscos. Em expedição contra os dálmatas, no ano 156 a.C., o exército, então liderado pelo cônsul Caio Márcio Fígulo, foi repellido pelos nativos. No ano seguinte, o cônsul Cipião Násica obteve êxito na destruição do *oppidum* de Delmínio.¹⁰ Em 129 a.C., Caio Semprônio Tuditano e Tibério Latino Pandusa se lançaram contra os ístrios, carni, libúrnios, tauriscos, mas, sobretudo, sobre os iápodes. Entre 119 e 118 a.C., uma nova campanha foi realizada contra os dálmatas e panônios, desta vez sob a direção dos cônsules Lúcio Cecílio Metelo e Lúcio Aurélio Cota. Devido a essa campanha, Metelo celebrou um triunfo, em 117 a.C., e adotou o título de Dalmático. Entre 85 e 84 a.C., Lúcio Cornélio Cipião Asiático teria combatido os escordiscos, os maedi e os dardânios. Entre 78 e 76 a.C., o procônsul Caio Coscônio guerreou contra os dálmatas e recuperou o controle romano sobre Salona, que já abrigava um numeroso contingente de colonos itálicos. Supõe-se que, nessa campanha, Coscônio também teria conquistado o povoamento dálmata de Promona e o transferido aos libúrnios, aliados romanos, além de ter cobrado impostos dos dálmatas. Enquanto Coscônio liderava a campanha contra os dálmatas, o procônsul P. Licínio se lançou contra os iápodes. Por volta de 61 e 60 a.C., o pretor Lúcio Culeolus teria sido o último comandante das tropas na Ilíria antes da ascensão de César ao proconsulado (App., *Ill.*, 1, 5; 2, 10-11; Džino, 2010, p. 65, 86, 89; Luthar, 2015, p. 62-63; Mócsy, 2014, p. 12, 32; Šašel Kos, 2022, p. 61 *et seq.*; Wilkes, 1995, p. 185, 189-190, 200-201).

A Ilíria sob César

Entre 59 e 50 a.C., César, por meio da *lex Vatinia de imperio Caesaris*, foi nomeado procônsul da Gália Cisalpina e recebeu o comando da Ilíria. Essa teria sido a primeira atitude tomada pelo Senado no sentido de considerar a costa oriental do Adriático como uma região sob o controle direto de Roma, mediante o envio de magistrados responsáveis por manter, sobretudo, o controle militar. Portanto, estavam criadas as bases para a constituição futura de uma província, embora, nesse período, ainda não houvesse

¹⁰ Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 5) aponta que Públio Cipião Násica Córculo teria rebaixado o *status* de Delmínio, e, além disso, teria deixado suas planícies assoladas a ponto de servirem como pasto para as ovelhas, numa clara referência ao fato de estas áreas, que anteriormente serviam para a agricultura, terem se transformado em um campo para os animais.

fronteiras bem definidas, tampouco uma estrutura administrativa desenvolvida (Džino, 2010, p. 80-82, 87-88).

César teria sido o primeiro a governar o território da Ilíria, mas o governo dessa região ainda se encontrava atrelado à província da Gália Cisalpina, o que significa que a Ilíria não estaria organizada como uma província independente. Para sua administração, foi criado um tipo de magistratura especial, a ser exercida pelo período de cinco anos, o que não se compara a um serviço regular, como era feito em outros territórios provinciais. Além disso, não encontramos um aparato governamental permanente, característico de uma província, um território delimitado, a designação de uma capital e a instalação de instituições civis provinciais (Beća, 2022, p. 90).

Durante o exercício do proconsulado, César se viu obrigado a resolver questões militares, dando combate a alguns *ethne* da Ilíria, dentre os quais se encontram os *pirustae*, os libúrnios e os dálmatas. Em 54 a.C., César logrou sucesso ao controlar uma ofensiva empreendida pelos *pirustae*. Não teria sido difícil detê-los, tendo sido necessária apenas a aplicação de medidas diplomáticas. Em 51 a.C., os iápodes atacaram Aquileia e Tergeste, o que requereu de César o envio da *legio* XV para estes locais, visando à proteção contra novos ataques. Em 50 a.C., a cidade de Promona, que estava sob influência dos libúrnios, aliados romanos, foi tomada pelos dálmatas. Os libúrnios, então, solicitaram o apoio de César, que, à época, encontrava-se em campanha nas Gálias. O procônsul atendeu prontamente ao pedido e tentou um acordo diplomático com a parte inimiga. Como o resultado foi negativo, César enviou à região muitos legionários, que foram derrotados pelos dálmatas e seus aliados (App., *Ill.*, 12; Džino, 2010, p. 84-86; Šašel Kos, 2013b, p. 185).

Além das interferências militares e diplomáticas efetuadas por César, observamos a difusão dos *conventus civium Romanorum*, ou seja, dos assentamentos de colonos romanos em povoamentos pré-romanos da Ilíria, movidos, sobretudo, por interesses econômicos (agricultura e comércio). Esse foi um passo importante para a integração do território. Em alguns casos, a administração dos povoamentos ficou a cargo dos cidadãos romanos ali estabelecidos. Ademais, em troca do apoio das elites locais, foram concedidos a estas alguns direitos políticos limitados e alguns povoamentos receberam direitos municipais. Os *praefecti civitatum*, magistrados designados para a administração das cidades, poderiam também ser membros da elite local. Devido à sua conexão com o mundo mediterrâneo e pelo seu maior nível de urbanização, de acordo com a lógica greco-romana, as populações costeiras foram as primeiras a se inserirem nesse processo de integração (Džino, 2010, p. 88-90; Wilkes, 1995, p. 209).

Diante da eclosão da Segunda Guerra Civil (49-45 a.C.), César foi obrigado a adiar a questão ilíria para dar combate a Pompeu, radicado na Macedônia. Assim como em outras partes do Império, as populações da Ilíria se dividiram entre aquelas que eram partidárias de César e as que se colocaram ao lado de Pompeu. No contexto das disputas, vários legados de César foram enviados à Ilíria, como Quinto Cornifício, Aulo Gabínio, Públio Vatínio e Públio Sulpício Rufo. Entre 48 e 46 a.C., o questor propretor Quinto Cornifício foi enviado para combater as forças pompeianas na Macedônia e adjacências, tendo conquistado vários povoamentos fortificados dos dálmatas. Entre 48 e 47 a.C., o ex-cônsul Aulo Gabínio também foi enviado para ajudar Cornifício, mas, ao cruzar o território ilírio, foi atacado em Sinódio e teve seu exército destruído pelos dálmatas, que derrotaram cinco coortes e levaram seus estandartes. Devido aos ferimentos, Gabínio morreu em Salona, povoamento aliado dos romanos. Em 46 a.C., Vatínio foi enviado para ajudar Cornifício, e, juntos, conseguiram derrotar as forças de Pompeu no Adriático. Nesse mesmo ano, Cornifício foi substituído por Sulpício Rufo, que enfrentou problemas na sua campanha contra os dálmatas. Entre 45 e 43 a.C., Vatínio seguiu como procônsul para a Ilíria e realizou incursões nas regiões montanhosas, onde logrou sucesso contra os dálmatas. A morte de César, em 44 a.C., reacendeu as hostilidades. Nesse contexto, o senador Bêbio foi morto e cinco coortes foram derrotadas pelos dálmatas. O Senado, então, transferiu de Vatínio para Marco Bruto o comando do exército na Ilíria. Bruto já governava a Macedônia, o que prova uma vez mais a singularidade da administração do território ilírio, agora sob controle do governador da Macedônia, e não da Gália Cisalpina, como no passado. Antes de uma nova ação do exército contra as populações da Ilíria, irrompeu outra guerra civil, o que adiou ainda mais o domínio romano sobre essa região (App., *Ill.*, 12-13; Beća, 2022, p. 90; Džino, 2010, p. 90-94; Šašel Kos, 2013a, p. 3; 2013b, p. 182; 2022, p. 61 *et seq.*). Como demonstramos, é evidente a resistência militar imposta durante décadas pelos dálmatas às intervenções romanas, o que levou Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 5) a caracterizá-los como uma das populações que por mais tempo combateram contra os romanos.

Após a morte de César, as populações da Ilíria se mantiveram resistentes em relação ao domínio romano. Apesar de poucas informações sobre as campanhas ilírias ocorridas entre 44 e 35 a.C., sabemos que o cônsul Caio Asínio Polião enfrentou os partínios e os dálmatas entre 39 e 38 a.C., mas não obteve uma paz duradoura na região (Džino, 2010, p. 99-100). Sendo assim, a instabilidade interna de Roma, em decorrência das Guerras Civis, foi um dos fatores que contribuíram para as hostilidades no território da Ilíria. Conforme nos indicam Mócsy (2014, p. 32) e Wilkes (1995, p. 183), o controle efetivo da Ilíria ocorreu apenas sob Augusto (27 a.C.-14 d.C.), e esse será o tema do próximo tópico.

As campanhas de Augusto e a criação das províncias danubianas

A consolidação da conquista romana da Ilíria ocorreu a partir das campanhas efetuadas por Augusto à região, entre os anos finais da República e os do início do Principado. Entre 35 e 33 a.C., Augusto avançou sobre as populações da Ilíria com um grande contingente militar, calculado entre 8 e 12 legiões, e foi acompanhado por seus melhores comandantes, como Marco Vipsânio Agripa, Tito Estacílio Tauro e Marco Valério Messala Corvino. Num primeiro momento, entre 35 e 34 a.C., combateu os iápodes, carni, tauriscos e panônios. Em seguida, entre 34 e 33 a.C., lançou-se sobre os dálmatas, que durante muito tempo resistiram às investidas romanas. Com essas campanhas, Augusto estendeu o domínio romano até o leito do Sava, onde, como dissemos, viviam os *ethne* chamados panônios (Dalla Rosa, 2015, p. 158; Džino, 2010, p. 102, 106-107). Dentre as consequências das campanhas de Augusto encontram-se o posicionamento das legiões nas regiões limítrofes, permitindo uma maior proteção da Península Itálica, e a garantia de uma rota terrestre – e fluvial – entre a Península Itálica e a parte oriental do Império (Wilkes, 1995, p. 183).

Dispomos de alguns testemunhos escritos a respeito das campanhas de Augusto. Suetônio (*Aug.*, 21) descreve a extensão delas, afirmando que Augusto teria subjugado pessoalmente ou a seu comando, por meio do envio de legados, “a Panônia, a Dalmácia e toda a Ilíria”. Observamos que Suetônio promove uma divisão etnográfica do território da Ilíria. Podemos verificar que a Ilíria englobava as populações que iam desde a costa do Adriático, passando pelos dálmatas, panônios e chegando àquelas regiões setentrionais, entre o Drava e o Danúbio, cujos habitantes eram de vertente celta, com exceção apenas dos *latobici* e dos *azali* (Kovács, 2019, p. 133).

De acordo com Džino (2010, p. 102), a campanha de Augusto, que se estendeu entre 35 e 33 a.C. pode ser dividida em dois períodos. O primeiro, entre 35 e 34 a.C., e o segundo, entre 34 e 33 a.C. No primeiro período, Augusto concentrou sua atenção sobre os iápodes transalpinos, os carni e os tauriscos. De acordo com Apiano (*Ill.*, 15-21), a capital dos iápodes, Metulo, apesar de suas fortificações, caiu nas mãos dos romanos e foi completamente consumida pelo fogo. Em seguida, Augusto estendeu a ação militar até o território dos panônios conhecidos como segestanos, que habitavam o *oppidum* de Siscia/Segesta. Desse modo, as campanhas levadas a cabo pelo *princeps* ficaram restritas à zona situada entre o Adriático e o rio Sava.

Džino (2010, p. 102) aponta que, entre 34 e 33 a.C., Augusto se voltou para os dálmatas e os aliados destes. Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 5) afirma que os dálmatas tinham cerca de 50 assentamentos dignos de menção e acrescenta que Augusto incendiou os

oppida de Salona,¹¹ Promona, Ninia e Sinódio. Segundo Suetônio (*Aug.*, 20),¹² Augusto saiu ferido por uma pedra que lhe atingiu o joelho direito, fato ocorrido durante o cerco a Sinódio. Isso fez com que ele tivesse que se retirar do campo de batalha, passando o comando para Estacílio Tauro, retornando apenas em 33 a.C. (Wilkes, 1995, p. 197). Após a conquista do território dalmata, Augusto celebrou um triunfo em Roma (Suet., *Aug.*, 22). O próprio Augusto (*Res Gestae Divi Augusti*, 29) discorre sobre o fato de ter recuperado das mãos dos dálmatas os estandartes perdidos, como os que foram subtraídos de Gabínio, entre 48 e 47 a.C., durante uma campanha no território dalmata.

Concluimos que os limites da campanha de Augusto se mantiveram no território entre o Adriático e o rio Sava, onde viviam, entre outras populações, os dálmatas, iápodes e panônios. Após a campanha, em algum momento entre 33 e 27 a.C., a Ilíria se tornou uma província de tipo senatorial, tendo sido designado um procônsul para governá-la. A partir desse momento, a administração da Ilíria não estaria mais atrelada à de outra província, como quando era administrada pelo governador da Gália Cisalpina ou da Macedônia. Não se sabe qual teria sido sua primeira capital, mas Iader e Salona são importantes candidatas. A lista de seus primeiros governadores é incompleta, contando apenas com os nomes de Cneu Bébio Tânfilo Vala Numoniano e Públio Sílio Nerva. Nesse contexto, Augusto também fundou colônias, como Iader, Salona, Naron e, talvez, Sênia e Epidauro, o que certamente contribuiu para a integração da Ilíria ao Império Romano (Beća, 2022, p. 91-92; Džino, 2010, p. 119-120, 122).

Entre 16 e 13 a.C., foram realizadas campanhas na região dos Alpes, sendo estas um importante caminho para a conquista e integração das regiões da Nórica e da Ilíria. Em 16 a.C., Públio Sílio Nerva, governador da Ilíria, teria dado início à campanha contra as populações da Gália Cisalpina. Essa campanha continuou em 15 a.C., quando Tibério e seu irmão, Nero Druso, foram enviados para a região dos Alpes. Enquanto Públio Sílio Nerva estava em campanha, os panônios e nóricos realizaram um ataque à Ístria, mas foram rapidamente controlados. Devido a esse ataque, o antigo reino aliado de Roma, a Nórica, foi anexado na condição de província. Não temos certeza de quando, entre 16 a.C. e 6 d.C., a Nórica se tornou uma província. Porém, o ano de 15 a.C. é uma das datas mais aceitas, tendo em vista que, nessa época, Tibério e Druso fizeram uma campanha nos Alpes. É provável que, durante essa campanha, também tenha sido anexado o chamado “deserto dos *boii*”, situado na parte setentrional da Ilíria, que era banhada pelo Danúbio

¹¹ Trata-se de um *oppidum* localizado no interior, não sendo o mesmo povoamento, portanto, da *civitas* de Salona, que estava situada na costa (Džino, 2010, p. 112).

¹² Para essas campanhas, Augusto teria utilizado como base de operações a cidade de Aquileia, no entorno da qual Augusto combateu os carni e os tauriscos (Šašel Kos, 2013b, p. 189).

(Džino, 2010, p. 127-128; Mócsy, 2014, p. 24). Não há uma data oficial para a anexação do norte da Ilíria, região também referenciada como “transdanubiana”. No entanto, conforme afirma Kovács (2018, p. 169), a ocupação romana desse território pode ter começado sob Augusto. Beća (2022, p. 93-94), pelo contrário, defende que a região teria sido anexada sob Cláudio (41-54), tendo em vista os investimentos desse imperador na construção do *limes* danubiano.

Novas campanhas foram efetuadas entre 12 e 9 a.C., as quais ficaram conhecidas como *Bellum Pannonicum*. Dessa vez, os objetivos eram combater a ameaça representada pelos panônios e dácios e conter uma revolta liderada pelos dálmatas. Na fase inicial, Agripa foi responsabilizado pela campanha. Porém, com sua morte, em 12 a.C., a Ilíria passou às mãos de Augusto, que, então, legou a Tibério a liderança da campanha, que teve como resultado a extensão do poder romano até a região compreendida entre o Sava, o Drava e o Danúbio (Dalla Rosa, 2015, p. 159).

Augusto não esteve presente em todas as campanhas na Ilíria, tendo, na sua ausência, enviado seus legados. Suetônio (*Aug.*, 97) afirma que Augusto se deslocou até Benevento, cidade italiana, acompanhando Tibério, que seguia para uma campanha na Ilíria. Augusto (*RG*, 30) revela que Tibério, seu enteado e legado na Ilíria,¹³ venceu os panônios, que, de acordo com o *princeps*, o exército romano jamais havia combatido anteriormente. Dessa maneira, o Império Romano estendeu suas fronteiras até as margens do Danúbio. Nesse mesmo período, o exército dos dácios teria atravessado o Danúbio,¹⁴ mas foram repelidos pelos romanos. Em seguida, os próprios romanos teriam atravessado o Danúbio e atacado as forças dácias, obrigando-as a se submeter ao *populus romanus* (*Aug.*, *RG*, 30; *Suet.*, *Aug.*, 21). Apesar desse relato, sabemos que os dácios impuseram longos anos de resistência, até terem seu território anexado, sob Trajano (98-117). No contexto do *Bellum Pannonicum*, por volta de 11 a.C., a Ilíria deixou de ser uma província senatorial e passou à condição de província imperial. Isso ocorreu devido à necessidade de uma constante presença militar na região de fronteira (Džino, 2010, p. 132-133, 135; Fodorean, 2016, p. 18).

Entre os anos 6 e 9, uma grande revolta ocorreu na Ilíria, a qual ficou conhecida como *Bellum Batonianum*. O nome do motim advém do seu líder, Bato, que era rei dos *daesitiatae*. A revolta envolveu também outras populações panônias, como os *breuci* e

¹³ Tibério foi adotado por Augusto apenas no ano 4, quando tinha 45 anos (Oliveira, 2019, p. 50).

¹⁴ Em 10 a.C., houve uma invasão dos dácios ao território panônio. Os dácios conseguiram atravessar o Danúbio congelado, numa época de inverno rigoroso. Nesse momento, as legiões não se encontravam em posição de guerra, o que, decerto, foi utilizado como estratégia pelos dácios para atacar o território romano, localizado na margem direita do Danúbio. Essa teria sido a única investida dos dácios em território panônio durante o Principado. As demais invasões dácias foram efetuadas no território da Mésia (Džino, 2010, p. 133; Fodorean, 2016, p. 18-19, 21).

amantini, além dos dálmatas. Dentre as motivações estavam a cobrança de tributos, a exploração de recursos minerais e o recrutamento de soldados para compor as fileiras do exército romano. Durante a guerra, os nativos realizaram diversas incursões às *civitates* da região, como Apolônia, Salona e Sírmio. Diante dessa situação, no ano 9, Tibério mais uma vez seguiu para a região da Ilíria e conseguiu controlar a situação (Beća, 2022, p. 95; Dalla Rosa, 2015, p. 159; Džino, 2010, p. 147-148).

A reorganização provincial da Ilíria, no início do Principado, é um tema que gerou diversas hipóteses. Uma das questões mais controversas é a data exata em que ocorreu essa reorganização. Sabe-se apenas que, no início do Principado, a região da Ilíria passou a ser referenciada como Ilíria Superior e Ilíria Inferior. Existem ao menos quatro hipóteses relacionadas ao momento exato da divisão da Ilíria em duas regiões administrativas. A primeira hipótese sugere que houve uma divisão sob o governo de Augusto (27 a.C.-14 d.C.), durante ou logo após o *Bellum Batonianum* (6-9 d.C.), a partir da qual duas províncias diferentes foram criadas. A segunda hipótese data a divisão da Ilíria em duas províncias no governo de Tibério (14-37). Já a terceira hipótese propõe que a divisão aconteceu durante o governo de Cláudio (41-54). Por fim, a quarta hipótese indica que a reorganização provincial teria ocorrido sob o governo de Vespasiano (69-79) (Beća, 2022, p. 94 *et seq.*; Fodorean, 2016, p. 13, 18, 21; Wilkes, 1962, p. 156; 1995, p. 209).

A questão central reside em determinar se a divisão em Ilíria Superior e Inferior, ocorrida durante ou logo após o *Bellum Batonianum* (6-9 d.C.), afetou apenas o âmbito militar ou se interferiu na totalidade do governo da província. Diante disso, Beća (2022, p. 102-104) advoga pela hipótese da criação de dois distritos militares em algum momento entre os governos de Augusto e Tibério, mas indica que a Ilíria permaneceu sendo uma única província em termos administrativos, até que, sob Vespasiano, confirmou-se a divisão da Ilíria em duas novas províncias, a Panônia e a Dalmácia. Šašel Kos (2022) também afirma que, no contexto da guerra acima mencionada, houve uma divisão “informal” da Ilíria em termos militares, de modo que as legiões da Ilíria Superior (Dalmácia) passaram a ser comandadas por um *legatus exercitus/praepositus*, e o mesmo teria ocorrido na Ilíria Inferior (Panônia). Para a autora, essa divisão se tornou “oficial” pouco tempo depois, ainda no final do governo de Augusto. Todavia, o governo provincial da Ilíria, que cuidava da sua administração civil, teria permanecido unificado sob um único território provincial.

Sob o principado de Tibério teve início a construção de algumas obras imprescindíveis para a integração da Ilíria, dentre as quais podemos citar a abertura de estradas. Conforme salienta Šašel Kos (2013b, p. 183-184), a maioria das estradas que interligavam os territórios provinciais da região foram construídas durante o governo de Tibério. Džino (2010, p. 124) acrescenta que os romanos, em muitos casos, utilizaram

as redes viárias pré-romanas como base para a elaboração de uma extensa malha viária, utilizada sobretudo na movimentação de tropas, no comércio e nas atividades jurídico-administrativas que passaram a ser realizadas na região. No território panônio, destacamos as estradas que ligavam a Península Itálica ao leito do Danúbio. Partindo de Aquileia, chegava-se a Carnunto, na margem direita do Danúbio, passando por Emona e Poetovio. Essa era uma via conhecida como “Rota do Âmbar”, importante do ponto de vista comercial por conectar o Adriático à região do Báltico, no extremo norte da Europa. Além dessa estrada, podemos citar também aquela que margeava o vale do rio Sava, passando por povoamentos como Siscia e Sírmio, até chegar a Singiduno, na margem direita do Danúbio (Fodorean, 2016, p. 17, 20). Fontes imprescindíveis para o estudo dessas estradas e das construções civis e militares erguidas em seus cursos são o Itinerário Antonino e a Tábula Peutingeriana, como demonstra Fodorean (2016).

A presença de rios navegáveis, sem dúvida, também auxiliou na integração do território ilírio. Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 2) escreve a respeito do transporte de mercadorias nos leitos fluviais. O autor afirma que as carruagens eram conduzidas até Nauporto, onde ficava o rio Corcoras, no qual os carregamentos eram colocados em navios. Observa-se que uma parte da rota era efetuada por meio de estradas, certamente a que ligava Aquileia a Nauporto, e, em seguida, as mercadorias eram colocadas nos navios. Dali, poderiam ser levadas com facilidade às regiões banhadas pelos rios Corcoras, Sava e Danúbio, já que centros urbanos importantes estavam localizados em suas margens, como Emona, Siscia, Sírmio e Singiduno.

Quanto à urbanização, verificamos um investimento por parte de Roma na organização do território por meio da criação de *civitates*, nas quais as populações pré-romanas foram integradas de maneira gradativa. Como Guarinello (2010, p. 116) afirma, as cidades foram agentes ativos no processo de fusão entre as identidades romana e nativa, não como uma imposição cultural abrupta do conquistador, mas como uma negociação gradual entre dois sujeitos distintos. No caso da integração da Ilíria ao Império Romano, nota-se que os romanos e os líderes das populações locais buscaram selar acordos, o que se evidencia por meio da concessão da cidadania romana a estes (Kovács, 2018, p. 168-169). O direito à cidadania e o desenvolvimento de uma estrutura urbana de tipo romano são processos que estão interligados. Por um lado, as alianças entre os romanos e a elite local auxiliavam aqueles na administração e controle do território anexado. Em contrapartida, a elite local recebia o direito à cidadania e seus povoamentos galgavam *status* cada vez mais elevados, permitindo o acesso a maiores benefícios por parte da burocracia imperial. Sendo assim, sob os Flávios (69-96), algumas *civitates peregrinae*, que ocupavam uma categoria menos elevada e, portanto, tinham menos direitos, foram

elevadas ao nível de *municipia*, como *Neviodunum*, *Aquae Belisae* e *Andautonia*. Outro vetor de integração foi a fundação de colônias de veteranos em território ilírio,¹⁵ o que foi essencial para a manutenção do controle sobre a região. Nesse grupo, encontram-se Emona (Tibério), Savaria (Cláudio), Sirmium (Vespasiano), Síscia (Vespasiano), Poetovio (Trajano) e Mursa (Adriano). Floresceram também diversos tipos de assentamentos menores, como os *canabae* e os *vici* (militares e civis) (Kovács, 2013, p. 132, 136).

Conclusão

Por meio deste artigo, analisamos o processo de integração da região da Ilíria ao Império Romano, com ênfase nas campanhas militares romanas, na administração do território e nas relações entre romanos e populações locais. Observamos que a Ilíria foi um espaço em constante disputa entre romanos e nativos, no período que se estende entre o século III a.C. e o I d.C. No início, os romanos adotaram uma abordagem menos invasiva, permitindo que as elites locais governassem, desde que mantivessem sua lealdade a Roma e cumprissem os acordos políticos e econômicos estabelecidos. No entanto, essas elites demonstraram resistência mediante o descumprimento dos acordos e a organização de revoltas contra o domínio romano, o que exigiu uma ação imediata dos legados. Durante a República, não houve uma integração significativa da Ilíria ao Império, exceto em se tratando das *civitates* costeiras, que há muito tempo contavam com comunidades de colonos romanos. Nas áreas distantes da costa, o conflito persistiu até os primeiros anos do Principado, quando a presença militar mais robusta garantiu o controle efetivo. Todavia, apesar da militarização da região, a integração dos *ethne* ilírios não foi automática, sendo necessário também o estabelecimento de estruturas urbanas romanas e a participação da elite local na administração desses espaços. Por fim, destacamos que o termo “Ilíria”, assim como “Dalmácia” e “Panônia”, era usado pelos romanos para se referir a uma vasta região habitada por grupos humanos diferentes entre si. Sendo assim, é preciso apontar que cada população reagiu de maneira distinta à invasão romana dos territórios que antes lhe pertenciam. Reconhecer essa diversidade é fundamental para compreender as dinâmicas sociais e políticas que ocorreram na região, sendo necessárias

¹⁵ Nesse ponto, empregamos o termo “ilírio” no sentido geográfico, para se referir a uma região extensa situada entre o Adriático e o Danúbio. Contudo, temos ciência de que as fronteiras provinciais mudaram ao longo do tempo, de modo que, por exemplo, Emona, que antes pertencia à Ilíria, passou a se situar na Península Itálica (Kovács, 2013, p. 138). Após a adoção dos nomes Panônia e Dalmácia para se referir às antigas províncias da Ilíria Superior e Inferior, nenhuma província romana foi denominada Ilíria, apesar de esse termo ter continuado sendo utilizado pelos autores gregos e latinos para se referir àquela região (Šašel Kos, 2013b, p. 182).

análises de caráter “contextual” para entender as particularidades de cada *ethnos* frente à nova ordem que se estabeleceu após a chegada dos romanos.

Referências

Documentação textual

- APPIAN. *Roman History*: Book VIII (Part II); Book XII. Translated by Horace White. Cambridge: Harvard University Press, 1962. v. 2.
- AUGUSTUS. *Res gestae Divi Augusti*. In: SUETÔNIO; AUGUSTO. *A vida e os feitos do divino Augusto*. Traduzido por Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 117-138.
- PLINIO, EL VIEJO. *Historia Natural*: Libros III-VI. Traducción y notas de Antonio Fontán, Ignacio García Arribas, Encarnación del Barrio y Maria Luisa Arribas. Madrid: Gredos, 1998. v. 2.
- POLYBIUS. *The Histories*: Books III-IV. Translated by William Roger Paton. Cambridge: Harvard University, 1922. v. 2.
- STRABO. *The Geography of Strabo*: Books VI-VII. Translated by Horace Leonard Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1954.
- SUETONIUS. *Divus Augusti*. In: SUETÔNIO; AUGUSTO. *A vida e os feitos do divino Augusto*. Traduzido por Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 51-115.
- TITO LIVIO. *Historia de Roma desde su fundación*: Libros XLI-XLV. Traducción y notas de José Antonio Villar Vidal. Madrid: Gredos, 2008.

Obras de apoio

- BEĆA, A. Š. The issue of origin and division of the province of “Illyricum”. *Arheološki radovi i rasprave*, n. 21, p. 87-110, 2022.
- DALLA ROSA, A. Illirico (Dalmazia e Pannonia). In: LETTA, C.; SEGENNI, S. (ed.). *Roma e le sue province: dalla prima guerra punica a Diocleziano*. Roma: Carocci, 2015, p. 155-161.
- DŽINO, D. *Illyricum in Roman politics (229 BC - AD 68)*. New York: Cambridge, 2010.
- FODOREAN, F-G. *Pannonia, Dacia and Moesia in the ancient geographical sources*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2016.

- GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, n. 1, p. 113-127, 2010.
- KOVÁCS, P. Northern Pannonia and the Roman conquest. In: BRADAČ, M. M.; DEMICHELI, D. (ed.). *The century of the brave: Roman conquest and indigenous resistance in Illyricum during the time of Augustus and his heirs*. Zagreb: FF, 2018, p. 163-169.
- KOVÁCS, P. Some notes on the change of the term *pannonius*. In: NEMETI, S. et al (ed.). *The Roman provinces: mechanisms of integration*. Cluj-Napoca: Mega, 2019, p. 133-142.
- KOVÁCS, P. *Territoria, pagi and vici* in Pannonia. In: ECK, W.; FEHÉR, B.; KOVÁCS, P. (ed.). *Studia Epigraphica in memoria of Géza Alföldy*. Bonn: Dr. Rudolf Habert GmbH, 2013, p. 131-154.
- LUTHAR, O. (org.). *A terra e o seu entorno: uma história da Eslovênia*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.
- MÓCSY, A. *Pannonia and Upper Moesia: a history of the Middle Danube Provinces of the Roman Empire*. Translation edited by Sheppard Frere. London: Routledge, 2014.
- OLIVEIRA, J. C. M. Tibério. In: SILVA, M. A. O.; PORTO, V. C. (org.). *Imperadores romanos: de Augusto a Marco Aurélio*. Teresina: Labham, 2019, p. 40-70.
- ŠAŠEL KOS, M. Illyria and Illyrians. In: BAGNALL, R. S. et al. (ed.). *The Encyclopedia of Ancient History*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2013a, p. 3407-3409.
- ŠAŠEL KOS, M. The creation of the province of Dalmatia in light of the recent research. *Mélanges de l'École Française de Rome*, v. 134, n. 1, p. 61-70, 2022.
- ŠAŠEL KOS, M. The Roman conquest of *Illyricum* (Dalmatia and Pannonia) and the problem of the northeastern border of Italy. *Studia Europaea Gnesnensia*, n. 7, p. 169-200, 2013b.
- WILKES, J. J. *Studies in the Roman province of Dalmatia*. 1962. Thesis (Doctorate in Philosophy) – Department of Archaeology, University of Durham, Durham, 1962. v. 1.
- WILKES, J. J. *The Illyrians*. Oxford: Blackwell, 1995.

A prática imperialista romana em Sagunto: debates e releituras sobre o processo de anexação

The Roman imperialist practice in Saguntum: debates and reinterpretations on the annexation process

Carlos Eduardo da Costa Campos*

Resumo: O processo de anexação territorial romana, como observado no caso de Sagunto, é um exemplo claro das práticas imperialistas romanas. Sagunto, parte da Hispânia Citerior e, posteriormente, da Hispânia Tarraconense, materializa como Roma implementou o seu controle através da reconstrução urbana e da cooptação das elites locais. A cidade, devastada por Cartago durante a Segunda Guerra Púnica, foi reconstruída pelos romanos, que utilizaram estratégias como a instalação administrativa e a criação de um "município" para integrar a população ao sistema de poder romano. A anexação não era um processo homogêneo, variando conforme as necessidades políticas, econômicas e estratégicas de Roma. Esse processo também refletia a complexidade e variabilidade das relações entre Roma e as sociedades subjugadas, evidenciando a importância de se considerar a especificidade histórica e cultural na análise do imperialismo romano.

Palavras-chave:
imperialismo;
anexação romana;
Sagunto.

Abstract: The process of Roman territorial annexation, as observed in the case of Sagunto, is a clear example of Roman imperialist practices. Sagunto, part of *Hispania Citerior* and, later, *Hispania Tarraconensis*, illustrates how Rome implemented its control through urban reconstruction and the co-option of local elites. The city, devastated by Carthage during the Second Punic War, was rebuilt by the Romans, who used strategies such as administrative installation and the creation of municipalities to integrate the population into the Roman power system. Annexation was not a homogeneous process, varying according to Rome's political, economic, and strategic needs. This process also reflected the complexity and variability of the relationships between Rome and the subjugated societies, highlighting the importance of considering historical and cultural specificity in the analysis of Roman imperialism.

Keywords:
imperialism;
Roman annexation;
Sagunto.

Recebido em: 21/05/2024
Aprovado em: 13/06/2024

* Docente de História Antiga da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFMS e do Programa de Mestrado em Antropologia Social da UFMS. Coordenador do Laboratório ATRIVM/UFMS. Pesquisador do Museu Histórico Nacional, do Museu de Arqueologia da UFMS e investigador estrangeiro colaborador da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Bolsista de produtividade PQ2 do CNPq.

A questão das ações imperialistas romanas é amplamente discutida em diversas fontes, desde livros e artigos até cursos de graduação e extensão, tanto no Brasil como internacionalmente. Como exemplos de trabalhos que abordam o imperialismo romano, apontamos os estudos de Moses Finley, em *Empire in the Greco-Roman World* (1978); de Regina Bustamante, Norma Mendes e Jorge Davidson, no artigo *A experiência imperialista romana: teorias e práticas* (2005); e de Craige Champion e Arthur Eckstein, no livro *Roman imperialism readings and sources* (2008). No entanto, o tema não oferece apenas uma lente única para estudo, pois apresenta uma infinidade de possibilidades de análise, incluindo conflito, negociação, interação cultural, entre outras. No caminho das interações culturais, observamos os processos de anexação territorial de Sagunto ao Império Romano, que será o foco de discussão deste texto. Em nossos escritos, vamos aplicar o arcabouço teórico referente às práticas do imperialismo que foram propostas pelo intelectual Edward Said (1995).

Compreendemos o processo de expansão romana como um tema complexo, no qual as ações ofensivas e defensivas variavam de acordo com os interesses e contexto histórico. Assim, urbanismo, cunhagem, cultura, economia, política e determinadas práticas aristocráticas para a legitimação do *status* social devem ser problematizados em conjunto, ampliando a visão na elaboração das análises sobre o imperialismo romano, principalmente no que concerne ao nosso recorte temporal, compreendido entre os séculos II a.C. e I d.C. As visões sobre o imperialismo no que tange à defesa territorial e ao fluxo ofensivo para a conquista de territórios e benefícios econômicos não devem ser analisadas de forma antagônicas, como em muitos casos pode parecer para os pesquisadores da cultura romana. As ações defensivas e ofensivas eram, em algumas ocasiões, práticas complementares, e seu emprego variava de acordo com o contexto político-cultural de Roma. Passemos para os estudos da integração romana via anexação, que será o nosso viés de análise no que diz respeito à sociedade saguntina.¹

O processo de anexação territorial na historiografia

Observamos, nos textos históricos de Theodor Mommsen, *Römische Geschichte* (1976); Tenney Frank (1914), *Roman Imperialism*; e Ernest Badian, *Foreign clientelae (264-70 BC)* (1958) e *Imperialism in the Late Republic* (1968), que houve uma inclinação no campo da História em rejeitar a análise do processo de anexação territorial romana,

¹ O presente texto proporciona uma atualização e ampliação do debate acerca da anexação romana territorial que se encontra nos estudos de Campos (2013).

devido às possibilidades de intervenções não diretas. Segundo esses escritores, Roma teve diversas ocasiões para realizar anexações territoriais, e nem sempre o fez.

Nota-se que o questionamento dessa tese começou na década de 1960, e se acentuou a partir de 1970. Michael Rostovtzeff (1983, p. 149-150), em sua obra *Rome*, que foi publicada em 1960, ressalta que, até o século III a.C., Roma desempenhou uma política que evitava a anexação. Contudo, a partir do século II a.C., o Senado passou a desempenhar ações imperialistas consideradas como agressivas e que incluíam a incorporação de territórios para promover a entrada de riquezas.

Andrew Erskine (2010, p. 4) salienta que os estudos imperialistas sobre anexação e conquistas territoriais estabelecidos por Edward Said influenciaram vigorosamente os estudos romanos e produziram a pujança das análises provinciais, a partir da segunda metade do século XX e do começo do século XXI. Convergindo com Erskine, Andrew Gardner (2024, p. 1) salienta o papel da teoria pós-colonial, em 1990, e da teoria da globalização, nos anos 2000, nas diferentes perspectivas contemporâneas sobre o imperialismo que floresceram em finais do século XX. Para Gardner (2024, p. 1), o estudo da cultura material também se tornou um tópico de interesse interdisciplinar nos últimos anos, o que produziu novas abordagens sobre as relações sociais, levando, assim, à revisão de temas nos estudos romanos.

Como exemplo dessas transformações historiográficas do século XX, temos Paul Veyne (1975). O autor ressaltou que a expansão romana foi forçada por uma série de decisões pragmáticas baseadas no critério da autopreservação. Moses Finley (1978, p. 5), por sua vez, analisou a anexação como um tema controverso na área da historiografia. Na visão do autor, o movimento anexador foi uma prática realizada na Antiguidade e na Era Moderna. Todavia, sua aplicação variou ao longo do tempo e da região. Pontuamos que tal vertente imperialista foi utilizada por Roma com maior ênfase nos territórios ocidentais. Entretanto, também ocorreu naqueles lugares que representavam um ponto estratégico ou que dispunham de recursos materiais interessantes para o segmento dirigente de Roma, como foi o caso de Sagunto.

A revitalização da questão do imperialismo romano, de forma mais abrangente, surgiu a partir da obra de William Harris, *War and Imperialism in Republican Rome* (1989). O autor defende que os romanos tinham a intenção consciente de expandir seus territórios ultramarinos, movidos, em parte, pelo interesse na obtenção de lucros. Com o tempo, as ideias de Harris geraram uma série de contra-argumentos, alguns dos quais tentaram reiterar as explicações “estabelecidas” ou apresentar variantes de sua tese.

Mediante análises sobre as produções de Whittaker (1994), notamos que as relações de Roma com as áreas provinciais foram centradas na interação com a elite

local. Sendo assim, na perspectiva do autor, estabeleceu-se, no Império, um tipo de relacionamento fundado na troca de poder e riqueza, estruturado pela rede de alianças políticas e sociais que conectava o centro político e as áreas periféricas, proporcionando, assim, uma integração econômica e cultural no Mediterrâneo Antigo.

Philip Freeman (1998, p. 32) argumenta que Roma moldava o seu processo de integração a qualquer tipo de especificidade referente ao território do seu interesse. Freeman destaca que havia uma tradição historiográfica, ao longo do século XX, que retratava os romanos absorvendo formalmente os territórios conquistados através de um processo sistemático que envolvia: a frase "*redacta in formam provinciae*" (reduzido ao *status* de uma província), a promulgação de *leges provinciae* (leis provinciais) e o envio de *decem legati* (dez senadores). Entretanto, Freeman desafia essa visão, argumentando que a frase "*redacta in formam provinciae*" foi usada, retrospectivamente, por autores posteriores, e não indica um processo formal de anexação.

Freeman (1998, p. 46-47) indica que a criação de províncias foi um processo gradual e, muitas vezes, improvisado, influenciado por vários fatores, ao invés de uma política sistemática. Ele enfatiza a importância de contextualizar as evidências e evitar a imposição de concepções modernas sobre eventos antigos. O autor sugere uma reavaliação das evidências sobre a anexação romana, instando os pesquisadores a considerarem a complexidade e variabilidade do processo. Ele conclui que o crescimento do Império Romano não foi impulsionado pelo desejo de criar províncias, mas foi o resultado de uma série de decisões pragmáticas em resposta às necessidades e circunstâncias imediatas.

Andrew Erskine (2010), seguindo uma linha semelhante à de Freeman, Whittaker e Finley, destaca que os romanos, com certa frequência, exerciam seu poder sobre outros povos, sem, necessariamente, interferir no cotidiano desses territórios. Segundo Erskine (2010, p. 6), as *relações interestatais*, que optamos por denominar de *interprovinciais*, dos romanos com os demais povos, estavam presentes em tais sociedades, mesmo sem a anexação territorial destas.

Até o século III a.C., por exemplo, o que contava era a obediência às ordens romanas, e isso poderia funcionar tanto fora de uma estrutura provincial quanto dentro dela, como apontado por Finley, Whittaker e Erskine. Porém, no século II a.C., essa concepção de poder, provavelmente, foi se transformando, e o Império dos romanos passou a ser, com maior frequência, dividido em províncias, o que sinalizou uma mudança gradual na forma como o poder era representado a partir de ordens das estruturas institucionais (Erskine, 2010, p. 39).

Complementando os apontamentos de Erskine, recorreremos aos escritos de Arthur Eckstein (2006), pois ele frisa que, devido às conquistas da República romana no

Mediterrâneo Antigo, a *anarquia de poder* foi perdendo espaço para o que podemos denominar de *sistema de unipolaridade* (a partir do século II a.C. até a desagregação do Império Romano do Ocidente). A conceituação oriunda da Ciência Política nos possibilita compreender que Roma passou a configurar-se como ator predominante nas interações políticas, militares e econômicas estabelecidas pelas cidades-estados que permeavam o Mar Mediterrâneo. O autor utiliza o termo interações estatais para definir o processo de relação através do comércio, da política, do militarismo, entre outros, produzido pelas cidades-estados na Antiguidade. Contudo, optamos pelo termo interações entre cidades-estados como conceituação mais aceita pela historiografia (Eckstein, 2006, p. 7-8). Faz-se necessário ressaltar que temos noção de que cada cidade-estado, governada ou aliada ao poder romano, teve um processo de contato cultural específico.² Por isso, não partilhamos de uma perspectiva homogeneizante.

Ao retomarmos nossas reflexões sobre Andrew Erskine (2010, p. 4), destacamos o pressuposto de que Roma formulou um espaço geográfico amplo através de um processo gradual de expansão e de produção de zonas de ação. Erskine demarca que o sistema de poder romano foi vivenciado de distintas formas pelos povos que foram subjugados, desde a sua expansão na Península Itálica, no século IV a.C., e após a conquista do Mediterrâneo, com a Segunda Guerra Púnica, no século III a.C. Logo, Erskine (2010, p. 50) explica que não há como agirmos de forma reducionista e homogeneizante ao tecermos estudos sobre tal empreitada romana. O autor prossegue nos advertindo, afirmando que devemos ter rigor acadêmico ao aplicar à Antiguidade tal concepção anexadora, pois o Império Romano apresentou diversos contrastes em sua construção.

Como vertente aproximada, podemos mencionar as análises de Norberto Guarinello (2006, p. 17-18). Ele nos alude que, ao problematizarmos a historicidade do Império Romano, percebemos que este foi o ponto culminante de uma longa História expansionista, e que representou um fenômeno de integração no Mediterrâneo Antigo, pois Roma se sobrepôs às cidades-estados, aldeias e impérios. Uma das chaves para esse fenômeno é a relação entre integração e diversidade na área imperial. Imersos em tal perspectiva de expansão romana, concordamos com a tese de Moses Finley (1978, p. 4), segundo a qual os romanos agiram como imperialistas sempre que as oportunidades se colocavam diante deles ou lhes era interessante em dado contexto, porém, jogando com as demandas das elites locais.

² Na visão de Laraia (1986, p. 99-100), o contato cultural seria um encontro entre dois ou mais grupos culturais, que poderia ocorrer ou não de forma traumática.

Ao nos apropriarmos dos escritos de Edward Said (1995, p. 37) e adaptarmos o seu arcabouço teórico a Roma, percebemos que o ponto central do conceito de imperialismo é a forma de se “pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, as quais estão distantes e que são possuídas e habitadas por outros”. Logo, o que se nota no caso romano, principalmente a partir do século II a.C., é uma preocupação com a aquisição e manutenção das terras subjugadas, não apenas como um símbolo de poder e de glória romana. Como, em muitos casos, elas já se encontravam habitadas, tornou-se necessário um aparato para o controle e preservação dessas áreas, o que se deu, por exemplo, por meio da instalação de exércitos permanentes e/ou de uma administração, além da cooptação do elemento nativo. A partir do que foi frisado por Said e cotejando com as informações de Moses Finley (1978, p. 2-4), verificamos que ambos nos possibilitam pensar a complexidade da política imperialista romana, pois esta poderia ocorrer via intervenção anexadora ou através da formulação de áreas de influência, mediante a colaboração da elite nativa.

Ao nos remetermos às pesquisas de William Harris (1989, p. 131), o que verificamos é uma crítica ao viés historiográfico que rejeita as medidas de anexação que foram efetuadas por Roma. O historiador em questão menciona que poucos foram os casos em que o Senado romano, ao se deparar com uma conjuntura favorável para a anexação, renegou-a. Para Harris, as anexações fora da Península Itálica foram um sistema complexo de controle, manutenção e exploração.

Outras colaborações significativas para os estudos provinciais e sobre os seus processos de anexação territorial foram feitas, nos anos 1990, através da publicação da obra *Roman imperialism: Post-colonial perspectives*, de Webster e Cooper (1996), seguida por *Dialogues in Roman imperialism*, de Mattingly (1997). Tais obras permitiram abrir um novo horizonte de análise sobre o agenciamento e interações provinciais.

Desse modo, é possível pontuarmos que a anexação via implantação de um sistema de governo permanente nas áreas subjugadas floresceu a partir do século II a.C. Tal recurso gerou um instrumento romano de preservação do poder e extração de insumos, que podemos demarcar tanto em forma de bens materiais (como ouro, prata ou grãos), e, também, através de recursos humanos para serem incorporados às legiões, com os revoltosos sendo reduzidos à condição de escravos.

Chama-nos a atenção o fato de o termo *provincia* ter apresentado modificações em seu sentido ao longo do tempo. Logo, percebemos que tal conceito era utilizado tanto no período republicano, para designar a função ou comando de um magistrado, quanto para se referir a determinada área geográfica. A assertiva se fundamenta nas passagens de Tito Lívio (III, 25, 9; VI, 30, 3; XXIV, 9, 5; XXVII, 22, 2). Richardson (2004, p. 5-6) frisa que,

no século I a.C., autores clássicos, como Cícero, nos levam à compreensão de “província” como uma área geográfica sob o controle romano, e que possui estabelecidas, em sua organização social, as instituições de Roma. No período do *princeps* Augusto (27 a.C.-14 d.C.), o sentido de extensão geográfica atribuído às províncias foi um ponto importante para o projeto político dos envolvidos no sistema do Principado,³ para a consolidação e a integração daquilo que ficou conhecido, nas palavras de Tácito (*Historiae*, I, 16), como *immensum imperii corpus* (imenso corpo imperial). Logo, caracterizamos a província como uma área anexada, que estava subordinada a uma série de magistrados (*proconsules* ou *propretores*), os quais exerciam o seu poder de *imperium* por um período delimitado e sem hereditariedade. Além disso, em alguns casos, poderia haver uma tropa posicionada para conter eventuais revoltas (Harris, 1989, p. 131). Tais magistrados seriam eleitos pela *comitia centuriata* (Assembleia das Centúrias) sobre o território que seria de sua competência.⁴

Claude Nicolet (1982, p. 100) evidencia que, com a anexação e a formação das províncias, Roma conseguiu captar recursos tributários consideráveis para o período. Os principais insumos enviados das províncias para Roma eram oriundos da exploração de metais preciosos e do cultivo de cereais. Podemos notar que, na perspectiva do autor, a conquista romana estava atrelada aos fatores econômicos. Para Michael Kulikowski (2004, p. 2-3), as Hispânicas, durante os séculos III e II a.C., foram incorporadas em tratados e, posteriormente, anexadas, por representarem um ponto estratégico para a disseminação do controle romano no Mediterrâneo Antigo Ocidental, para além da simples obtenção de recursos. A localização das Hispânicas permitia aos romanos adentrarem as Gálias, a Norte, assim como se dirigirem ao norte da África em sua empreitada imperial. Além de Kulikowski, John Richardson (2004, p. 1) está de acordo em demarcar o ano de 197 a.C. como o do início da ocupação romana através do envio de *praetores* e da formulação da *Hispania Citerior e Ulterior*, como mecanismo de atrelamento à dinâmica política romana.

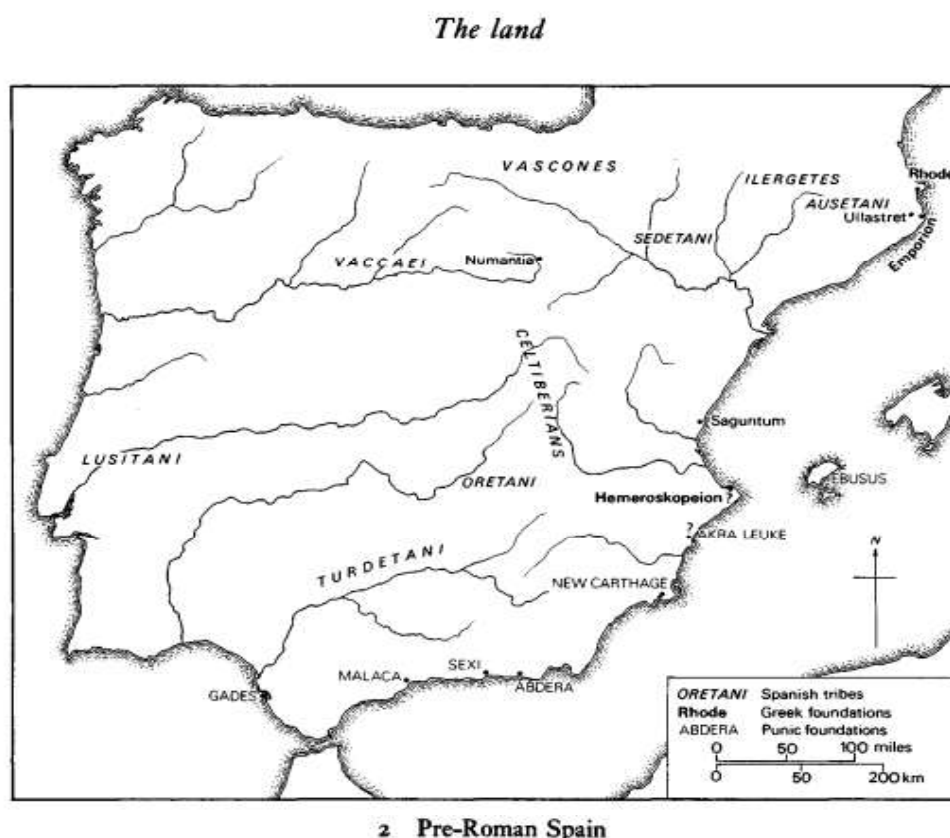
³ O Principado, elaborado por Augusto, pode ser visto como um sistema político em que a figura do *princeps* (primeiro dos cidadãos) concentra os poderes políticos e religiosos em si, bem como em seus apoiadores. Fora implantado para apaziguar a competição aristocrática pelos altos postos de comando, em um contexto no qual a guerra por expansão ficou cada vez mais esporádica (Erskine, 2010, p. 42). Possivelmente, tal mecanismo foi engendrado para evitar a retomada de um forte conflito político no interior da própria Roma, visto que tal processo vinha se desenrolando no século I a.C., com os confrontos entre César e Pompeu e, posteriormente, entre Caio Otávio e Marco Antônio.

⁴ Sobre as assembleias existentes no mundo romano, as quais atuavam ao lado do Senado, são necessárias algumas observações históricas. De acordo com Renata Lopes Biazotto Venturini (2001, p. 219), havia, em Roma, os *comitia curiata*, que atuavam nas áreas que hoje vemos como relacionadas ao direito civil e que, além da competência citada, também conferiam, na maior parte dos casos, o poder de *imperium* ao magistrado selecionado. Os *comitia tributa* eram as assembleias responsáveis por buscar benefícios para a população e detinham funções consideradas atualmente como legislativas e eleitorais. O *concilium plebs* era o conselho responsável pela seleção dos tribunos e edis. Por último, podemos ressaltar os *comitia centuriata*. Tal esfera de poder, em sua matriz, possuía um caráter militar e foi adquirindo, ao longo do Período Republicano, funções de nível jurídico e político, como notamos na Hispânia.

O processo de anexação territorial de Sagunto

Uma das antigas regiões provinciais que podemos evidenciar com fortes marcas do imperialismo romano é Sagunto, cuja localização pode ser verificada no mapa abaixo (Figura 1). Seu território fez parte da Hispânia Citerior e, posteriormente, da Hispânia Tarraconense (atualmente integra Valência, na Espanha). Todavia, notamos que há certa escassez de análises sobre o tema de sua reconstrução pelos romanos, havendo um maior foco historiográfico na destruição da cidade por Cartago, no período da Segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.).

Figura 1 – Mapa da Península Ibérica Pré-Romana



Fonte: Richardson (2004, p. 13).

Sagunto aparece como alvo de análises históricas, no século II a.C., através do autor grego Políbio de Megalópole. No livro III de suas *Histórias*, Políbio nos apresenta a região saguntina como um dos principais motivos para a disputa entre Roma e Cartago, durante a Segunda Guerra Púnica. Políbio (III, 15) se refere a Sagunto usando o termo Zacântha, em grego (Ζάκανθα), e aponta que a região foi, em seus primórdios, uma

apoikia helênica oriunda de Zakynthos (Ζάκυνθος).⁵ Tal região fazia parte das ilhas Jônicas e, atualmente, está situada no território grego de Zante. Hansen e Nielsen (2004, p. 374-375) nos fornecem mais dados, ao indicar que Zakynthos pertenceu miticamente aos domínios de Odisseus. Além de Políbio, podemos indicar, entre os séculos I a.C. e I d.C., os trabalhos de Tito Lívio, sobretudo o Livro XXI de sua *História de Roma*. Assim como Políbio, o autor latino centra-se nas relações políticas entre Roma e Cartago em torno do território saguntino, fornecendo elementos históricos sobre a sociedade de Sagunto. Tito Lívio foi um dos primeiros escritores romanos a denominar, em latim, o território como *Saguntum* e, aos seus habitantes, como *saguntini*. Quanto ao processo de reconstrução de Sagunto, Tito Lívio (XXI, 16) apenas menciona que Roma teria assumido a missão de reconstruir a cidade devido à destruição ocasionada.

Ao prosseguirmos em nossas análises sobre as menções a Sagunto pelos gregos, recorreremos ao autor latino Plínio, o Velho, e, em específico, à sua obra *História Natural*, por meio da qual aprofundamos nossos estudos. De acordo com Plínio (*Naturalis historia*, XVI, 79, 246), a cidade de Sagunto foi fundada pelos helenos, 200 anos antes da queda de Troia, em meados do século XIII ou XII a.C. Sobre a reconstrução, verificamos que há um silenciamento nos textos escritos por Plínio.

Outro autor clássico que nos possibilita estabelecer análises sobre a *civitas* de Sagunto é Apiano de Alexandria. O escritor nasceu em Alexandria, no Egito, e era de matriz cultural grega. Viveu, possivelmente, entre os séculos I e II d.C. Apiano (*Iberiké*, 7) ressalta que os saguntinos são oriundos de Zacynthos (Ζάκυνθων), região que se vincula à Hélade. Além disso, Apiano (*Ib.*, 12-14) concorda com Políbio e Tito Lívio, ao indicar que um dos principais elementos para a Segunda Guerra Púnica foi a devastação cartaginesa do território saguntino, que era aliado de Roma.

Em Sagunto, notamos a materialidade da anexação romana através da integração dos membros de sua elite, que foram reconduzidos ao poder por Roma, no final do século III a.C. Tito Lívio (XXVIII, 39, 1-9) nos fornece indícios de que os saguntinos enviaram à cidade de Roma uma embaixada contendo dez representantes, os quais teriam uma função similar à dos senadores romanos. Diante do caos gerado pela destruição de seu núcleo urbano pelos cartagineses, os governantes de Sagunto são apresentados, no discurso liviano, como decididos a ampliar as relações já existentes entre Sagunto e a área de influência romana, para conseguir maiores privilégios, como a reconstrução da

⁵ Sob a ótica dos autores Sophie Montel e Airton Polinni (2005), a *apoikia* possui como característica o fato de não ser dependente da sua metrópole, de apresentar cultura similar a esta, assim como a possibilidade de manter relações econômicas ou não.

região, devido à sua condição de aliada de Roma.⁶ A medida romana é consonante com os estudos de Said (1995, p. 40), que compreende o “imperialismo” como uma gama de atitudes que foram e/ou são empregadas por um centro de poder para manter o controle dos territórios, muitas vezes alocados em regiões distantes. Além disso, Said (1995, p. 42), em seus escritos sobre as práticas imperialistas modernas, já nos advertiu sobre uma ação totalmente aplicável à Antiguidade: o fato de que um império é sustentado por ambos os grupos dirigentes envolvidos na dinâmica imperialista.

Dessa forma, verificamos, em Sagunto, um sistema de *colaboração política* entre as elites locais e o centro do poder romano,⁷ o que evidencia um pacto conservador que manteve os dirigentes locais das áreas imperiais unidos por séculos (Guarinello, 2006, p. 16-17). Apesar de estarmos trabalhando por meio dos escritos dos próprios romanos sobre uma sociedade ibérica, devemos frisar que os apontamentos sobre Sagunto em Tito Lívio (XXI), Plínio, o Velho (NH, III, 4, 20), Políbio (Hist., III), Apiano (Ib., 7-13) e Pompônio Mela (Chorografia, II, 6, 92), por exemplo, em diversas passagens, indicam que seus cidadãos foram exemplos de *fides* para com Roma, não mencionando possíveis revoltas dos habitantes do território contra seus dominadores.

A resposta romana para a solicitação saguntina é exposta por Tito Lívio (XXVIII, 39) da seguinte maneira: “O Senado respondeu aos legados de Sagunto que a recuperação de sua cidade seria, para todos os povos, um exemplo de fidelidade mútua entre os dois aliados”. O acordo foi ratificado em termos religiosos, possivelmente no templo da tríade capitolina – Júpiter, Juno e Minerva –, como vemos na narrativa de Lívio (XXVIII, 39), neste trecho: “os atos generosos por eles praticados foram aprovados pelo Senado, que permitia que os enviados depusessem suas oferendas no Capitólio”. Para Arthur Eckstein (2006, p. 16), há uma tendência natural, por parte das cidades-estados, de buscar uma supremacia de poder e fazer alianças políticas quando se encontram em meio ao sistema anárquico.

A exemplo do que ocorreu com Sagunto, outras regiões das Hispânicas foram se aproximando da dinâmica de poder romano, após o século III a.C. John Richardson (2004, p. 1) argumenta que a Hispânia foi um cenário de práticas de clientelismo político, realizadas por Pompeu Magno e Júlio César, durante os finais do regime republicano

⁶ Não é tarefa dos profissionais de História avaliar se as atitudes dos saguntinos e dos romanos foram corretas para eles ou não. O historiador francês Lucien Febvre (1998, p. 25-26) já havia nos advertido de que não nos cabe, na condição de pesquisadores, julgar os acontecimentos e as ações dos personagens históricos, mas sim refletir sobre os processos que transcorrem ao longo da História; em nosso caso, a cidade de Sagunto.

⁷ Como *colaboração política*, compreendemos o processo de estabelecimento de alianças e a consequente *cooptação política* efetuada entre dois grupos, no qual, geralmente, um dos envolvidos –ou até mesmo uma coligação – apresenta uma preponderância política, econômica, bélica e/ou cultural sobre o outro ou outros (Said, 1995, p. 40).

em Roma, no século I a.C. Logo, fica perceptível que a Península Ibérica foi objeto de diversas formas de controle romano, que visavam a assegurar os seus domínios sobre a região. Assim, podemos definir tais práticas como imperialistas, já que, para manter sua preponderância, foram utilizadas redes de aliança nas Hispânicas (Kulikowski, 2004, p. 1).

Michael Kulikowski (2004, p. 3-6), por sua vez, frisa que, com Augusto (27 a.C.-14 d.C), o sistema administrativo romano se intensificou nas Hispânicas, e o estreitamento das relações políticas se ampliou com a prática imperialista. Para tal empreendimento, Augusto teria remodelado as províncias hispânicas, redividindo o que era a antiga *Hispania Citerior* em província *Tarraconensis*, e o que era conhecido como *Hispania Ulterior*, foi desmembrado nas províncias da *Baetica* e da *Lusitania*. O autor pontua que essa diferenciação representava a diversidade de interesses romanos no território e a visão heterogênea que já havia, naquele período, para a política de administração das Hispânicas.

Uma das principais ações augustanas foi o empenho na criação de municípios nas áreas submetidas, como um mecanismo de integração sociopolítico e, também, de exploração econômica. No que tange ao estatuto de município, qualquer cidade que o recebesse deveria remodelar seu centro urbano, com a finalidade de ficar de acordo com a realidade romana em termos políticos, sociais e religiosos. Logo, a presença de fóruns, templos, termas, além dos cargos da magistratura, eram todos elementos vitais para a obtenção e manutenção do estatuto jurídico de município romano (Mangas, 2001, p. 10). Assim, um município é uma comunidade que foi constituída e organizada de uma forma determinada, não sendo somente um agrupamento de famílias que foram enviadas por uma metrópole. Seus cidadãos são os *municipes*, cuja terminologia se refere à natureza política, social e econômica da comunidade. Para Gerardo Pereira-Menaut (2000, p. 12), um *municipium* tem suas atividades em torno dos seus cidadãos e deve se concentrar nos recursos destes para o pleno funcionamento da comunidade.

Plínio, o Velho (*NH*, III, 3, 20), no século I d.C., faz alusão a Sagunto como um *municipium civium romanorum*.⁸ Josep Corell (2002, p. 78-79) lista uma inscrição honorífica da região de Valência, na Espanha, por meio da qual notamos a condição de município de Sagunto no final do século I a.C. Na inscrição, também vemos que se trata de uma homenagem dos cidadãos saguntinos a Augusto. Com base nessa perspectiva, houve uma transformação sociojurídica, de modo que Sagunto passou à condição de *municipium civium Romanorum*, no final do século I a.C. (Estarán Tolosa, 2022, p. 135-

⁸ Segundo Geza Alföldy (1987, p. 92-93) e Josep Corell (2002, p. 19), os estudos etimológicos estabelecidos a partir dos escritos de Plínio, o Velho, e da documentação epigráfica, denotam que o termo *oppidum*, que aparece recorrentemente na obra *História Natural*, equivale à terminologia *municipium*, ao se referir ao estatuto das cidades das Hispânicas.

158).⁹ Essa transformação impactou diretamente a composição da magistratura e dos colégios sacerdotais locais, o último tema de análise neste artigo.

Ressaltamos que a intervenção romana no ambiente físico acabou por modificar esse lugar e, dessa forma, delineou manifestações culturais específicas no local, validando as práticas de dominação (Pearson; Richards, 2005, p. 3-4). Esse apontamento aproxima-se dos estudos de Richard Sennett (1997, p. 15), no livro *Carne e pedra*, no qual o autor destaca que as experiências corporais das pessoas, no dia a dia, deixam marcas significativas no ambiente, assim como na estrutura e no planejamento urbano, que precisam ser analisados pelos estudiosos. Adicionalmente, o próprio ambiente atua como um elemento de organização sensorial dos seres humanos, de acordo com a sua disposição.

Louise Revell (2024, p. 123) argumenta que o urbanismo deve ser visto como uma das características marcadoras das práticas imperialistas romanas, em seus processos de anexação. A autora sugere que a materialidade do urbanismo romano reflete as prioridades e preocupações das pessoas que construíram as cidades. Revell (2024, p. 124) frisa que, na parte ocidental do Império, o urbanismo deve ser visto como uma imposição dos poderes imperiais e uma forma de lidar com a complexidade administrativa dos seus territórios. Logo, edificar uma cidade romana era fomentar a *Romanidade*, ainda que o agenciamento indígena viesse a ressignificar esses espaços.

Não é viável estabelecer e preservar um sistema de governo sem a necessidade de sua materialização, representada pelo uso do espaço, como na construção das cidades e na elaboração dos edifícios e monumentos, que carregam consigo significados simbólicos e intenções profundas. Em nossas pesquisas, partimos do pressuposto de que houve uma utilização estratégica dos espaços urbanos para atrair e unir a população local ao novo sistema de poder implementado – no caso em questão, na região íbero-romana de Sagunto. Diante disso, a anexação territorial resultou na remodelação espacial do poder por meio da construção do teatro, do fórum, de templos e da própria inserção da dinâmica política, administrativa, econômica e religiosa (Nuez; Monsserat; Maestro, 2020, p. 779-789).

⁹ Há uma historicidade nas relações entre os saguntinos e Otávio Augusto. Tanto que Nicolau de Damasco (*Vita Caesaris*, FGrH 90 F., 127, 12) narra a entrada daquela população na esfera de influência do *princeps*, desde os tempos de Júlio César. Assim, Nicolau ressalta que: “os saguntinos vieram a Otávio pedindo ajuda, pois havia uma série de acusações contra eles. Ele atuou como seu porta-voz, e, falando perante César, habilmente garantiu a libertação das acusações que esses sofriam. Ele os enviou para casa muito contentes, cantando seus louvores; todos chamavam-no de seu salvador. Então, muitas pessoas se aproximaram dele para pedir o seu patrocínio, e ele se mostrou de grande valor para eles. Alguns aliviou das acusações feitas contra eles; para os outros, ele garantiu recompensas, e ele ainda colocou outras pessoas em cargos do Estado. Sua bondade, humanidade e prudência eram reveladas nesses encontros, pois todos observavam suas ações. Na verdade, até o próprio César cautelosamente [lacuna]”.

Considerações finais

Diante das transformações culturais observadas, é evidente que as cidades romanas desempenhavam um papel central na integração da sociedade. No entanto, é crucial destacar que a vida urbana, nas províncias, enfrentava uma constante tensão e negociação entre a identidade romana e as tradições locais.

Nos ambientes urbanos, especialmente em espaços como o teatro, os cidadãos interagiam com as instituições de poder e com as formas de educação, além de apreciarem a monumentalidade, que refletia sua identidade, seu povo, sua sociedade e suas tradições. Isso reforçava a distinção entre “nós” e “os outros”. As peças teatrais e seus edifícios, portanto, devem ser vistos para além de sua função de entretenimento, pois eram manifestações de pensamento e arenas de disputa pelo poder. Esses elementos são fundamentais para compreender o agenciamento provincial e são centrais nas pesquisas e no ensino sobre a História Antiga romana.

Em suma, percebemos que a divisão em províncias foi um meio de manter o controle político externo romano nas áreas do Mediterrâneo Antigo e, assim, valer-se de mecanismos como a diplomacia ou a guerra para ter seus interesses obtidos. Para Andrew Erskine (2010, p. 61), o urbanismo romano e o processo de cooptação de uma elite local eram agentes facilitadores do processo de estabelecimento do poder nas regiões provinciais.

Assim, podemos ver as províncias, e, por consequência, a construção ou reconstrução de cidades como a materialização do poder de Roma sobre os territórios que apresentam uma posição importante para os romanos, seja econômica, política ou militar. Em virtude do exposto, notamos que a reedificação da cidade de Sagunto foi uma forma de integração do local à dinâmica de poder romano.

Referências

Documentação textual

- APPIAN. *Roman History*. Translated by Horace White. Cambridge: Harvard University, 1912-1913. v. 1-4.
- NICOLAUS OF DAMASCUS. *Nicolaus of Damascus' life of Augustus: a historical commentary embodying a translation*. Translated by Clayton Morris Hall. Massachusetts: Kessinger Legacy, 1923.

- PLINY THE ELDER. *The Natural History*. Translated by John Bostock. London: Taylor and Francis, 1855.
- POLYBIUS. *Histories*. Translated by Evelyn S. Shuckburgh. Bloomington: Indiana University, 1962.
- POMPONIUS MELA. *Chorographie*. Texte établi, traduit et annoté par Alain Silberman. Paris: Les Belles Lettres, 1988.
- TACITE. *Histoires*: Livre I. Texte établi et traduit par Pierre Willeumier et Henri Le Bonniec, annoté par Joseph Hellegouarc'h. Paris: Les Belles Lettres, 2002. t. 1.
- TITO LÍVIO. *História de Roma*. Tradução de Mônica Vitorino e Júlio Cesar Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

Documentação epigráfica

- CORELL, J. *Inscriptions romanes del país Valencià: Saguntum i el seu territori*. Valencia: Universidad de Valencia, 2002. v. 1.

Obras de apoio

- ALFÖLDY, G. *Römisches Städtewesen auf der neukastilischen*. Heidelberg: Universitätsverlag Winte, 1987.
- BADIAN, E. *Foreign clientelae (264-70 BC)*. New York: Oxford University, 1958.
- BADIAN, E. *Roman Imperialism in the Late Republic*. Oxford: Blackwell, 1968.
- BUSTAMANTE, R. M. C.; DAVIDSON, J.; MENDES, N. M. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, n. 18, p. 17-41, 2005.
- CAMPOS, C. E. C. *A estrutura de atitudes e referências do imperialismo romano em Sagunto (II a.C.-I d.C.)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CHAMPION, C. B.; ECKSTEIN, A. Introduction: the study of Roman imperialism. In: CHAMPION, C. B. (ed.). *Roman imperialism: readings and sources*. Massachussets: Blackwell, 2008, p. 1-15.
- ECKSTEIN, A. M. *Mediterranean anarchy, interstate war, and the rise of Rome*. Berkeley: University of California, 2006.
- ERSKINE, A. *Roman imperialism: debates and documents in Ancient History*. Edinburgh: Edinburgh University, 2010.

- ESTARÁN TOLOSA, M. J. The epigraphy and civic identity of Saguntum. *Pyrenae*, v. 53, n. 1, p. 135-158, 2022.
- FEBVRE, L. *Honra e pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FINLEY, M. Empire in the Greco-Roman World. *Greece & Rome*, v. 25, n. 1, p. 1-15, 1978.
- FRANK, T. *Roman imperialism*. New York: The Macmillam Company, 1914.
- FREEMAN, P. On the annexation of provinces to the Roman Empire. *Classics Ireland*, v. 5, p. 30-47, 1998.
- GARDNER, A. Introduction: Roman Archaeology and the materiality of Empire. In: TANNER, J.; GARDNER, A. (ed.). *Materialising the Roman Empire*. London: University College London, 2024, p. 1-18.
- GUARINELLO, N. L. O Império Romano e nós. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 13-19.
- HANSEN, M. H.; NIELSEN, T. *An inventory of archaic and classical poleis*. Oxford: Oxford University, 2004.
- HARRIS, W. V. *Guerra e imperialismo en la Roma Republicana (327-70 a.C.)*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1989.
- KULIKOWSKI, M. *Late Roman Spain and its cities*. Baltimore: The Johns Hopkins University, 2004.
- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- MANGAS, J. *Leyes coloniales y municipales de la Hispania Romana*. Madrid: Arco, 2001.
- MATTINGLY, D. J. (ed.). *Dialogues in Roman imperialism*. Potsmouth: Oxbow Book, 1997.
- MOMMSEN, T. *Römische Geschichte*. München: Dt. Taschenbuch-Verl, 1976.
- MONTEL, S.; POLINNI, A. Colonização grega no Ocidente através do exemplo de Poseidonia. *História e-História*, 2005.
- NICOLET, C. *Roma y la conquista del mundo mediterráneo (264-27 a. de J.C.)*. Barcelona: Labor, 1982.
- NUEZ, J. B.; MONSERRAT, J. M. M.; MAESTRO, J. J. F. Comentarios acerca de la transformación del paisaje urbano de *Saguntum* en época romana. In: CRUZ, P. M.; SÁNCHEZ, C. J. M. (ed.). *Exemplum et spolia: la reutilización arquitectónica en la transformación del paisaje urbano de las ciudades históricas*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, 2020, p. 779-789.
- PEARSON, M. P. P.; RICHARDS, C. Ordering the world: perceptions of architecture, space and time. In: PEARSON, M. P. P.; RICHARDS, C. (ed.). *Architecture and order: approaches to social space*. New York: Routledge, 2005, p. 1-66.

- PEREIRA-MENAUT, G. Prólogo. In: ÁLAVA, E. O. U. *Las comunidades hispanas y el derecho latino*. Vitoria: Universidad del País Vasco, 2000, p. 11-14.
- REVELL, L. Empire and urbanism in Ancient Rome. In: TANNER, J.; GARDNER, A. (ed.). *Materialising the Roman Empire*. London: University College London, 2024, p. 123-146.
- RICHARDSON, J. S. *Hispaniae*: Spain and the development of Roman imperialism (218-82 BC). Cambridge: Cambridge University, 2004.
- ROSTOVITZ, M. *Historia de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SENNETT, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. São Paulo: Record, 1997.
- WEBSTER, J.; NICHOLAS, J. C. (ed.). *Roman imperialism: post-colonial perspectives*. Leicester: University of Leicester, 1996.
- WHITTAKER, C. R. *Frontier of the Roman Empire*. London: The Johns Hopkins University, 1994.
- VENTURINI, R. L. B. Amizade e política em Roma: o patronato na época imperial. *Acta Scientiarum*, v. 23, n. 1, p. 215-222, 2001.
- VEYNE, P. Y a-t-il eu un impérialisme romain? *Mélanges de l'École Française de Rome (Antiquité)*, t. 87, n. 2, p. 793-855, 1975.

‘Da Líbia toda a costa mediterrânea está em seu poder’: a expansão romana na África a partir da ‘Geografia’, de Estrabão

‘From Libya all of the Mediterranean coast is in its power’: the Roman expansion in Africa according to Strabo’s ‘Geography’

Alaide Matias Ribeiro*

Resumo: Neste artigo, objetivamos analisar como o geógrafo grego Estrabão de Amásia (64 AEC-24 EC) enunciou o processo de expansão territorial romano no norte da África. Para isto, examinamos o Livro XVII da *Geografia*, que contém a descrição da Líbia. As relações estabelecidas entre romanos e povos líbios foram marcadas pela colaboração e pelo conflito. Estrabão, ao longo do seu discurso, faz referência a Roma e às ações de seus agentes em toda a *oikoumene*, compreendendo a expansão romana na Líbia como um processo iniciado no período republicano e em vigência em sua época. Conclui-se que tal expansão é evidenciada pela terminologia; exploração de recursos locais; instituição de províncias; e pela presença de agentes a serviço de Roma no território norte-africano.

Abstract: In this article the objective is to analyze how the Greek geographer Strabo of Amasia (64 BCE-24 CE) enunciated the process of Rome’s territorial expansion in North Africa. To do this, we will examine the Book XVII of *Geography*, which contains the description of Libya. The relations established between Romans and Libyan peoples were marked by collaboration and conflict. Strabo, throughout his discourse, refers to Rome and the actions of its agents in the *oikoumene*, understanding Roman expansion in Libya as a process that began in the republican period and was in force in his time. It is concluded that the expansion is evidenced by terminology; exploitation of local resources; institution of provinces; and presence of agents serving Rome in North African territory.

Palavras-chave:

expansão;
território;
Roma;
África;
Estrabão.

Keywords:

expansion;
territory;
Rome;
Africa;
Strabo.

Recebido em: 03/05/2024
Aprovado em: 13/06/2024

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN/campus Natal) sob orientação da Profa. Dra. Marcia Severina Vasques. Bolsista Capes-DS. Mestra e licenciada em História pela UFRN. Membro do Grupo de Estudos de História Antiga (MAAT-UFRN).

Introdução

O Mediterrâneo foi um espaço criado discursivamente e analisado por pessoas letradas na Antiguidade.¹ Conformado pelo mar e por parte dos continentes que o circundam, estava presente no debate encetado por geógrafos gregos e romanos acerca da configuração do *orbe* habitado (*οἰκουμένη*) conhecido antes da Expansão Ultramarina Moderna. O mar constituía tanto uma barreira como um meio pelo qual as sociedades mediterrâneas se expandiram para outros espaços e estabeleceram relações bélicas, comerciais e culturais. A historiografia contemporânea compreende o Mediterrâneo antigo como um espaço ecológico por onde as populações se moveram e se conectaram, qualificado pela integração, dinamicidade e redistribuição de bens entre ambientes microrregionais (Horden; Purcell, 2020, p. 112; Morales; Silva, 2020, p. 131).

Nesse contexto espacial, destaca-se o caso dos romanos que, a partir de Roma, cidade situada na Península Itálica, expandiram-se ao longo da Afro-Eurásia.² Tal processo, iniciado na República romana (sécs. VI-I AEC), foi intensificado no século I EC e se manteve até o século V EC (Guarinello, 2014, p. 54), resultando na integração, à primeira vista administrativa, de espaços conquistados, que passaram a ser, sob o estatuto jurídico de cidades livres, colônias e províncias, territórios sujeitos ao poder romano. A literatura geográfica produzida no período por sujeitos que estavam ligados aos espaços de poder romano constitui-se em uma das fontes por meio das quais é possível observar esse processo. Apesar de criticada por sua perspectiva *colonial* e externa, argumentamos ser possível recorrer a uma leitura que, mesmo restritiva, pode evocar tópicos de debate como, por exemplo, a criação discursiva de espacialidades.

Dessa forma, nosso objetivo é analisar como o processo de expansão territorial romano no norte da África foi enunciado na *Geografia*, de Estrabão (sécs. I AEC-I EC), sujeito que experienciou a República e o início do Principado. Para isso, analisaremos o Livro XVII de sua obra, no qual se encontra a descrição geográfica do Egito, da Etiópia e da Líbia. Esse espaço onde, atualmente, estão situados os países da Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos é o objeto da nossa investigação (Kormikiari, 2023, p. 198). Iniciamos com uma abordagem de Estrabão e sua *Geografia*. Em seguida, para compreendermos tal contexto enunciativo, discutimos as categorias *território*, *imperialismo* e *hegemonia*. Por

¹ Período classificado pela historiografia europeia e eurocêntrica, que inclui o primeiro milênio Antes da Era Comum (AEC) e a primeira metade do primeiro milênio da Era Comum (EC), e abrange, espacialmente, os três continentes em torno do Mediterrâneo: a Europa, a África/Líbia e a Ásia/Oriente Próximo.

² Termo que designa a massa de terra que compreende a África, a Europa e a Ásia. Neste artigo, seu uso se refere apenas às partes dos continentes descritas por escritores gregos e romanos.

fim, refletimos sobre como o geógrafo apresentou o processo de expansão romana na África e, a partir disso, como esse espaço foi criado e qualificado discursivamente.

Uma Geografia universal

Estrabão nasceu em Amásia, no Ponto Euxino, no contexto das campanhas militares romanas contra Mitrídates VI Eupátor, por volta de 64 AEC, e faleceu em 24 EC (Prontera, 2016, p. 239). Sua biografia é esboçada a partir de eventos citados na *Geografia*, em especial, sua data de morte, definida em relação à morte de Juba II, rei da Mauritânia, em 23 EC (Artal, 2016, p. 139). Outrossim, autor da obra *Comentários Históricos*, esse sujeito, descendente de uma família ligada à realeza pôntica, se situa temporalmente nos séculos I AEC e I EC, quando se observa um estilo de narrativa geográfica desenvolvida no período helenístico, que tratava todo o *orbe* habitado de acordo com as partes que o constituíam (Clarke, 1999, p. 193; Dueck, 2012, p. 7). Nesse sentido, a *Geografia* é considerada uma obra universal por abranger elementos etnográficos, geográficos e históricos do mundo conhecido, desde sua história inicial até a época do *princeps* Tibério (Braund, 2005, p. 217).

A Geografia, mesmo considerada um assunto menor, estava presente na educação das elites romanas (Mattern, 1999, p. 25). Os escritos sobre a Terra não eram incomuns, haja vista a série de registros sobre espaços, regiões e lugares cunhados desde o período arcaico (IX AEC), que foram denominados como *periploi*, *itineraria*, *periodos gês* e *chôrographia* (Dueck, 2012, p. 6-8). Essas geografias antigas expressavam fatos concretos e quantitativos do mundo (Dueck, 2010, p. 236), enunciando aspectos físicos e humanos, como fauna, flora, hidrografia, topografia, clima, além de povos e seus costumes. Também consideram níveis distintos de espaço: o local, o regional e o global.³ Assim, a descrição difere conforme o objeto, pois, ao abordar uma região em particular, se faz corografia. Mas, ao discutir dimensões macroestruturais, as formas dos continentes, sua localização em relação às zonas climáticas e as medidas de longitude e latitude, tem-se uma Geografia Matemática.

No campo da Geografia, a interação entre disciplinas como Astronomia e Geometria era importante (Aujac, 1966, p. 90-94), pois “quem se aplica à descrição regional necessita se basear em muitos postulados físicos e matemáticos” (Estrabão, *Geographia*, II, 5, 1).⁴ Para Estrabão, além de expor o *orbe* habitado, suas dimensões, forma, natureza e sua relação

³ O termo “global” é empregado no sentido de todo o *orbe* habitado.

⁴ Todas as traduções do texto em grego são de nossa autoria.

com a Terra (Str., *Geo.*, II, 5, 13; 18), o geógrafo é aquele responsável por "dar a explicação adequada de cada uma das regiões, tanto terrestres como marítimas, acrescentando o que não foi suficientemente tratado pelos nossos antecessores [*geógrafos*]" (Str., *Geo.*, II, 5, 4, *grifo nosso*). Nesse sentido, evidencia-se a preocupação com as informações comunicadas e sua correção (*epanorthosis* e *diorthosis*), questão identificada em geógrafos anteriores e posteriores à Estrabão, como Eratóstenes de Cirene e Cláudio Ptolomeu (Arnaud, 1989, p. 11).⁵

O geógrafo também deve considerar tanto a realidade presente dos espaços como os eventos marcantes do passado (Str., *Geo.*, VI, 1, 2). Assim, observa-se o registro de eventos históricos que são evocados quando da descrição dos territórios e lugares. Mas, esse caráter historiográfico não sobrepuja a dimensão espacial e a preocupação em apreender as normas significativas dos limites e fronteiras (Str., *Geo.*, II, 1, 30). Tal definição pode derivar tanto da natureza na qual determinado território está situado (rios, lagos, montanhas, mares, desertos, bosques, florestas, pântanos, entre outros), como de uma interferência direta do homem, com a fundação de marcadores artificiais de um território ou dos lugares em um território. Apesar da distinção, a fronteira natural também deriva da ação do homem, que considera determinado elemento da natureza como um limite ou fronteira.

Por fim, cabe destacar que a *Geografia* foi um discurso produzido para um público seleto composto pelos geógrafos, generais e *principes* (Cole, 2010, p. 204). Nesse contexto, a obra de Estrabão destinava-se aos que pertenciam à área e aos que executavam, diretamente ou não, a administração de territórios. No caso, percebe-se como o conhecimento geográfico era importante no processo de decisão da elite romana em relação aos assuntos do Estado (Geoffroy, 2017, p. 74).⁶ Além disso, haja vista que, na Roma Antiga, o domínio da escrita estava relacionado a uma minoria privilegiada letrada, ressalta-se, novamente, a ligação da *Geografia* aos sujeitos de poder e agentes que atuavam na expansão territorial e administração da República e Império (Bustamante; Davidson; Mendes; 2005, p. 26).

⁵ Na *Geografia*, tal correção se efetiva nos Livros I e II, os quais tratam sobre temas próprios da Geografia Matemática, e ao longo das corografias sobre tópicos específicos aos territórios descritos.

⁶ A título de exemplificação, sobre as áreas e povos desconhecidos, situados a norte da zona temperada, Estrabão (*Geo.*, II, 5, 8) enuncia que, para as necessidades do governo romano, seria inútil conhecê-los, pois não causariam dano ou proveito ao Império.

A expansão territorial romana na perspectiva de Estrabão

A *Geografia* contém dezessete livros, dos quais os dois primeiros são uma exposição geográfica geral, com a discussão e a correção de assuntos tratados por geógrafos anteriores e uma breve apresentação das três partes que constituíam o *orbe* habitado. Todavia, a ação romana relacionada ao estabelecimento de configurações territoriais na Afro-Eurásia pode ser percebida ao longo de toda a obra. Essa característica foi compreendida pelos historiadores como reflexo do contexto histórico de Estrabão, sujeito que expressa uma visão de mundo por meio da qual considera os eventos desenrolados a partir de Roma e dos romanos no Mediterrâneo e no *orbe* habitado (Cole, 2010, p. 203). Nesse sentido, sua obra foi considerada uma descrição do mundo romano e uma resposta ao imperialismo (Clarke, 1999, p. 193; Nicolet, 1991, p. 16).

A *Geografia* segue uma hierarquia dos espaços segundo a qual a Europa ocupa um lugar privilegiado “porque tem uma forma muito diversa e é a mais favorável para a superioridade dos homens e dos regimes políticos e a que mais se distinguiu por sua transmissão a outros continentes de seus próprios bens” (Str., *Geo.*, II, 5, 26). Isso significa que os romanos, percebendo-se situados no *centro* desse continente, compreendiam-se como superiores, além de o serem também seu regime político e bens. Apesar de não explicitar quais seriam esses bens, infere-se que seja uma referência ao modo de viver romano, marcado pela instituição da cidade e da cultura urbana como meio difusor de tal conduta (Clarke, 1999, p. 205; Dueck, 2000, p. 79; Le Roux, 2023, p. 73; Lima Neto, 2014, p. 19; Silva, 2013, p. 115). Tal superioridade também é comunicada na “corografia” da Península Itálica, território evocado como “a base de operações para a expansão universal” (Str., *Geo.*, VI, 4, 2), que possuiria características que contribuíram para o avanço dos romanos (Str., *Geo.*, VI, 4, 1).

Os fatores que lhes permitiram atingir essa primazia se resumem, em primeiro lugar, ao seu território, que é protegido por mares e montanhas; em segundo, ao litoral, com portos artificiais que possibilitam a defesa contra ataques externos e permitem o trânsito comercial; em terceiro, um espaço submetido a variações de ares e temperaturas, o que resulta na variedade de recursos animais, vegetais, hidrográficos e minerais; e, por fim, uma quarta característica, que é a localização privilegiada de Roma em relação aos povos da Hélade e da Ásia. A partir dessa lista de condições, é possível perceber a relevância que a configuração geográfica desse espaço assume no discurso de Estrabão. Por outro lado, essas características também fundamentam os argumentos de que a ascensão de Roma no Mediterrâneo resulta, em grande medida, das vantagens econômicas, em particular,

das provisões que abasteciam a cidade, dos portos que as recebiam e a proteção dada pelo Estado romano aos seus mercadores (Abulafia, 2011, p. 194).

A conquista territorial romana, em diversas partes do *orbe*, teve início antes do Principado. Todavia, a Augusto foi atribuída a restauração da paz e da harmonia de Roma, o que permitiu a prosperidade, a pacificação e o governo do mundo (Nicolet, 1991, p. 15). Essa expansão se concretiza no domínio e administração de territórios fora da Península Itálica, mas conectados pelo Mar Mediterrâneo. Tal fato é evidenciado no discurso de Estrabão que, escrevendo durante a passagem da República ao Principado, registrou os territórios sujeitos ao domínio romano, bem como os espaços que, em sua perspectiva, tornar-se-iam romanos.⁷ Todavia, apesar de ser possível identificar uma distinção entre uma possessão territorial e um território romano (Geoffroy, 2017, p. 73), a diferença enunciada por Estrabão se resume aos territórios considerados partes da República e Império e aqueles fora de seu controle. Assim, observa-se a ideia de uma integração territorial conduzida por Roma. E, mesmo enunciando a relevância dos impérios Parta e Macedônico na ampliação do conhecimento geográfico sobre regiões desconhecidas (Str., *Geo.*, I, 2, 1; II, 5, 12), em razão de suas expansões na Ásia, Roma é destacada como um Império em expansão, não só no Mediterrâneo, mas em todo o *orbe*.⁸

O fato de Roma ter sobrepujado impérios é explicitado na descrição da Península Ibérica, quando Estrabão (*Geo.*, III, 1, 14) enuncia que os romanos destruíram o Império Fenício que, até o século III AEC, dominava as melhores zonas da Líbia e daquela Península.⁹ Nesse sentido, a reconfiguração do espaço, a partir da dominação de territórios, pode ser compreendida como resultado de relações conflituosas com outros povos que habitavam e circulavam no Mediterrâneo e na Líbia. Ao situar tal processo em relação ao continente africano, considera-se que Roma estabeleceu relações diretas com esse espaço antes do século II AEC. Essas se estendem tanto no âmbito político, com o controle da parte ocidental do Mediterrâneo, no contexto pós-Guerras Púnicas (264-146 AEC), como no comercial (Abulafia, 2011, p. 191). Esse processo concreto foi enunciado por Estrabão, que utilizou uma terminologia específica, a qual, se não estava associada diretamente ao contexto de expansão territorial romana, ao menos relacionava-se com sua linguagem geográfica.

Na época do geógrafo, existiam três províncias romanas na Líbia, *Africa*, *Africa Nova* e *Cirene*, situadas, respectivamente, na antiga Cartago e nos territórios da Numídia e Líbia.

⁷ Esse inventário pode ser encontrado, de modo mais explícito, nos Livros VI e XVII da *Geografia*.

⁸ Ideia igualmente vista em Floro (Epítome, 2, 13), autor que relaciona o *imperium* ao *orbis totius*, ressaltando a proeminência de Roma frente aos imperialismos precedentes (Bustamante; Davidson, Mendes, 2005, p. 19).

⁹ Apesar disso, Estrabão (*Geo.*, XVII, 3, 15) afirma que os fenícios ainda dominavam, no âmbito comercial, parte da Europa e da Líbia, bem como algumas ilhas mediterrâneas (Alonso; García-Bellido; Tovar, 2015, p. 518).

O significado de província (*provincia*),¹⁰ no início do século I EC, se referia a uma área de responsabilidade (Goodman, 1997, p. 35), um tipo de mandato temporário exercido por um sujeito, não denotando, restritamente, um sentido territorial-administrativo (Geoffroy, 2017, p. 73; Hobson, 2022, p. 109). Mas, no fim do século I EC, torna-se um marco político, territorial, administrativo e cultural, um mecanismo concreto e direto de controle territorial (Geoffroy, 2017, p. 76). No discurso de Estrabão, tais recortes geográficos provinciais são enunciados para se referir ao controle territorial romano mais do que a uma área de responsabilidade, o que implica que o geógrafo se aproximou do significado que marcará, posteriormente, a administração imperial.

Tais espaços são evocados por *khora* (χώρα), termo mais genérico traduzido por território,¹¹ e que, atualmente, remete a “um espaço vivo, definido por todos os elementos que estão em seu interior” (Silva, 2019, p. 25 *apud* Ribeiro, 2022, p. 79). É um nível de espaço relacional, marcado por movimento e conexões, englobando as dimensões natural, política ou de poder, cultural, simbólica e econômica (Haesbaert, 2004, p. 40 *apud* Ribeiro, 2022, p. 80). Aplicando tal categoria ao discurso geográfico, compreende-se que tais territórios, as províncias romanas, são organizações administrativas delimitadas por fronteiras e constituídas por lugares (cidades, vilas, aldeias, campos, entre outros), que, apesar de abrangerem o conjunto de aspectos culturais de um povo, referem-se a uma instância maior: Roma. Essa configuração, portanto, denota uma intervenção romana no espaço norte-africano, o que nos leva a refletir como essas transformações advindas do contato, conquista e expansão foram enunciadas pelo geógrafo, mas, também, traduzidas pela contemporaneidade.

Nesse sentido, historiadores, a partir do paradigma imperialista e colonialista dos séculos XIX e XX, praticado por Estados Nacionais europeus em países africanos e asiáticos, transplantaram tal modelo para o mundo romano, denominando-o *Romanização* (Hobson, 2022, p. 106-107). Alguns a consideram uma categoria redutora das experiências, tornando-a sinônima de aculturação (Funari; Garraffoni, 2018, p. 246). Outros a utilizam para enunciar a mudança sociocultural advinda do contato entre a cultura romana e as províncias, percebendo o processo por meio da perspectiva de uma negociação bidirecional (Bustamante; Davidson; Mendes, 2005, p. 41). Apesar das divergências em relação ao termo, resultando na visão moderna de uma África romana influenciada pelo domínio colonial (Mattingly, 2011, p. 147), os especialistas se apoiam

¹⁰ *Eparkhia* (ἐπαρχία), em grego.

¹¹ País, solo, espaço, lugar, zona, posição, terra, estado e extensão são outros significados, se considerarmos as traduções portuguesas, francesas, espanholas e inglesas (Liddel; Scott, 1996, p. 2015; Masip, 2008, p. 445).

em discursos da Antiguidade romana que evidenciam o processo de contato, conquista e expansão, dentre os quais se encontra a *Geografia*.

Todavia, argumentamos que o contexto da expansão territorial e das transformações espaciais podem ser problematizadas a partir da categoria *imperialismo*, definido como uma ação, um modo de pensar, colonizar e controlar terras distantes e habitadas por outrem. Ele exprime o pensamento, as ações e atitudes de um centro dominante que governa um território distante (Bustamante; Davidson; Mendes, 2005, p. 21). É um discurso efetivado mediante violência, colaboração com as elites ou aristocracia local, além da dependência econômica, social e cultural (Hingley, 2005, p. 51). Tal categoria tem o significado aproximado à ideia de territorialidade romana, considerando-a uma estratégia de influência ou controle, que pode ser individual ou coletiva, exercida sobre objetos e povos por meio da delimitação e afirmação do poder sobre uma área geográfica (Geoffroy, 2017, p. 74-75). No caso do norte da África, toda a sua costa mediterrânea, por volta de 44 AEC, já estava sob influência romana (Goodman, 1997, p. 276). A permanência dessa influência pode ser observada pela urbanização extensiva (Goodman, 1997, p. 281), isto é, pela quantidade e distribuição de cidades e monumentos romanos que denotam um espaço norte-africano urbanizado (Le Roux, 2023, p. 57), contando com cerca de 500 cidades no início do Principado (Carlsen, 2022, p. 143).

Outro termo de destaque na discussão desse Império Romano, que se atribuía um domínio espacial imbatível e ilimitado é *hegemonia* (*ἡγεμονία*) (Bustamante, Davidson, Mendes, 2005, p. 35; Geoffroy, 2017, p. 78). Essa categoria deriva de um termo grego que faz referência ao poder ou soberania, que foi utilizado para qualificar a expansão territorial romana (Ribeiro, 2022, p. 48). Mas, esta não deve ser entendida como uma ideia que Estrabão aventa de forma acrítica, pois, além de apresentar críticas ao sistema imperial e às consequências consideradas imorais derivadas da conquista (Peck, 2017, p. 8; Dueck, 2000, p. 107), ele constata territórios e povos ainda fora desse poder. Dessa forma, compreendendo essa disparidade, cabe questionar que tipo de território emerge do discurso de Estrabão, tendo em vista o contexto imperialista e hegemônico. Do mesmo modo, é necessário refletir sobre o lugar das províncias, colônias, cidades e reinos independentes nessa estrutura territorial. Ademais, é necessário, principalmente, pensar como a Líbia é percebida em relação ao Império Romano enunciado por Estrabão.

Uma África romana?

Na estrutura do *orbis terrarum* do início do século I EC, a África é percebida como um terceiro continente ou como um apêndice da Europa ou da Ásia. Ela estava cerceada

a Oeste, Norte, Sul e Leste, respectivamente, pelo Oceano Exterior, pelo Mar Interior, pelo deserto do Saara e pelo Nilo. Sua costa mediterrânea é considerada bem delimitada em contraposição à oceânica e às suas fronteiras ao Sul, egípcia e etiópica, áreas desconhecidas ou de deserto (Str., *Geo.*, XVII, 3, 1; 23). Estrabão inicia seu terceiro capítulo do Livro XVII com comentários gerais sobre esse espaço, destacando sua inferioridade de recursos; seu aspecto desértico, provavelmente por estar situado em uma parte da Zona Tórrida; sua população nômade; e a fauna selvagem. Contudo, também apresenta uma imagem oposta, caracterizando toda a costa mediterrânea, em especial a região de influência cartaginesa, como uma faixa habitada e próspera, apesar da existência de zonas áridas e do povo local, marmaridas, que habitavam tal espaço (Ribeiro, 2022, p. 147-148).

Nesse sentido, o geógrafo elabora uma primeira descrição, mediante a qual ele divide a Líbia em duas partes: a faixa litorânea e o interior. Nessa primeira parte, o que se destaca é a descrição do espaço e suas características geográficas, que poderiam ser percebidas como um obstáculo à expansão e domínio romano, como, por exemplo, o clima e a topografia de deserto, a presença de povos nômades e de uma fauna de grande porte, perigosa e repelente. Conforme as demais descrições dos territórios da *oikoumene*, no relato de Estrabão também se utiliza a Geometria para comunicar a seu público sobre a forma visual da Líbia, como se o espaço fosse imaginado numa superfície plana. Nesse sentido, Estrabão aponta que a figura que melhor a representa é o triângulo retângulo. As distâncias, em estádios,¹² de cada lado da figura, também são enunciadas. Estrabão omite qualificadores do espaço, previamente apresentados no livro II, como, por exemplo, as características topográficas ao longo da costa mediterrânea (golfs e cabos) e sua semelhança a uma pele de pantera, em razão das várias aldeias no interior, cercadas por terra (Str., *Geo.*, II, 5, 33).¹³

Finalizada a apresentação geral, inicia-se a descrição dos territórios que constituem esse espaço. Importa ressaltar que Estrabão não comenta sobre o nome do continente, apesar de fazer a distinção entre nomenclaturas dadas por gregos, romanos e povos locais (*τῶν ἐπιχωρίων*) a determinados territórios e povos (Str., *Geo.*, XVII, 3, 2). Líbia (*Λιβύη*) é o termo que designa o território dos líbios, enquanto este identifica, de forma generalizante, os povos locais do norte da África. O termo que designa o espaço pode ser encontrado em Homero (*Odyssey*, IV, 85), especificando uma terra pastoril e fértil, localizada a Oeste em relação ao Egito (Romm, 2010, p. 231). Depois, passou a abranger

¹² O *στάδιον* é uma unidade de medida, que equivale a 600 passos gregos (Dueck, 2012, p. 70).

¹³ Nessa exposição inicial, o geógrafo se aproxima de Heródoto (séc. V AEC), autor que divide a Líbia em três partes: a costa oeste, habitada pelos fenícios, cartagineses e líbios sedentarizados; a costa leste, habitada pelos helenos e povos locais; e o interior próximo ao Saara, habitado pelos nômades (Lima Neto, 2020, p. 6).

a área situada mais a Nordeste, colonizada por gregos, Cirene, e, posteriormente, a zona costeira africana, até vir a designar todo o continente (Eidinow; Hornblower; Spawforth, 2012, p. 831).

Nosso objetivo é investigar como Estrabão identificou a ação e expansão territorial romana na Líbia. Sendo assim, vale considerar o ato de nomear como uma primeira forma de exercício de poder sobre o espaço. De acordo com o geógrafo, os romanos, assim como os locais, denominaram de *mauros* (*Μαῦροι*) os povos que habitavam a parte ocidental da Líbia (Str., *Geo.*, XVII, 3, 2). É uma nomenclatura pertinente, que difere da grega (*Μαυρούσιοι*), empregada por Estrabão, particularmente, considerando que o etnônimo apareceu na época de César, a partir do contato entre os romanos e tais povos (Desanges; Laudenbach, 2014, p. 50). Mesmo sendo a representação de um sujeito estranho à realidade que descreve, Estrabão inclui no discurso termos alternativos aos atribuídos pelos gregos. Além disso, menciona os termos utilizados pelos líbios para nomear os objetos geográficos do seu meio ambiente. É o caso da montanha situada na parte ocidental da Líbia, chamada de Atlas pelos gregos, mas de Duris pelos *βάρβαροι*, e a aldeia chamada por Artemidoro e Eratóstenes como Linx e Lixos, mas pelos locais de Tinx (Str., *Geo.*, XVII, 3, 2).

Assim, iniciando pela parte ocidental, o primeiro território descrito é a Maurúsia, fértil e abundante em recursos hídricos, “dotada de árvores extraordinariamente grandes e numerosas e que produz de tudo: é ela que fornece aos romanos as mais lindas e maiores mesas feitas de uma única peça de madeira” (Str., *Geo.*, XVII, 3, 4). Além da flora (videira, *árum*, serpentina, cenoura, funcho e cardo) e da fauna local (serpentes, elefantes, gazelas, antílopes, leões, guepardos, ginetas e macacos) de grande porte, o geógrafo menciona um elemento particular e o produto resultante da exploração desse recurso. Não é demonstrado como era feita a exploração da madeira, mas este era um produto muito consumido pelos romanos durante o século I EC, o que ocasionou sua extinção (Alonso; García-Bellido; Tovar, 2015, p. 504). Conjectura-se, no discurso, um primeiro tipo de contato entre romanos e locais no âmbito exploratório e comercial.

Além da menção à extração e uso de um produto originado da Líbia, Estrabão recorda eventos políticos relacionados a essa área específica, confrontando-os à sua situação presente. Ele enuncia que:

Pouco tempo antes de nós, os reis Bogo [I] e Boco possuíam-na [a Maurúsia] em toda a amizade com os romanos. Depois de suas mortes, Juba [II] recebeu o poder que lhe foi dado por César Augusto, além do que herdou de seu pai; ele era o filho de Juba [I], que combateu com Cipião contra o deus César. Mas, Juba morreu recentemente e Ptolomeu, nascido de uma filha de Antônio e Cleópatra, foi quem o sucedeu no poder (Str., *Geo.*, XVII, 3, 7).

No trecho acima, Estrabão evoca a atuação romana nos territórios independentes do norte da África, mas que estavam ligados a Roma pela *amicitia*. Bogo e Boco II eram os reis da Mauritânia Ocidental e Oriental, as quais constituíam a Maurúsia. Ambos são considerados simpatizantes de César, sendo reconhecidos como reis pelo Senado romano, em 49 AEC (Desanges; Laudenbach, 2014, p. 98). Outro personagem destacado é Juba II, que, em 30 AEC, foi reinstalado por Roma no trono da Numídia. Em 46 AEC, com a morte do rei Juba I, a Numídia foi transformada na província *Africa Nova*, e, posteriormente, foi unida à província da *Africa*, resultando na *Africa Proconsularis* (Carlsen, 2022, p. 143; Goodman, 1997, p. 279). Em 25 AEC, o Reino da Mauritânia foi confiado a um governante, permanecendo com o *status* de reino cliente por outras duas gerações (Carlsen, 2022, p. 143).

Observa-se a reconfiguração do espaço e de seus governantes. Portanto, Roma interferia na África, conferindo poder aos nativos da Líbia e de territórios adjacentes. No entanto, nessa passagem, nota-se a ausência de uma caracterização geográfica que especifique as fronteiras entre os territórios sujeitos aos romanos e aqueles governados por reis aliados. Por outro lado, nota-se que Estrabão identifica as fronteiras dos territórios dos líbios como a terra dos masaisilos, limitando-se com as dos maurúsios, no rio Molocat, e terminando no promontório Treton, que é considerado a fronteira com os massilos (Str., Geo., XVII, 3, 9). Na mesma seção, o geógrafo nos informa que, no litoral que abrange a Numídia, além de rios, existiam várias cidades, destacando-se, dentre elas, Siga, que era o local de residência de Sifax (séc. III AEC), governante dos masaisilos, mas que, na época do autor, encontrava-se destruída.

Avançando no território habitado pelos masaisilos, compreende-se que Estrabão faz referência a conflitos entre os próprios habitantes locais, bem como entre estes e os romanos, dentre os quais se destaca a destruição de Zama, a residência real de Juba I (Str., Geo., XVII, 3, 9). Juba II, Ptolomeu e César são personagens frequentemente citados ao longo da descrição, indicando um retorno aos eventos do passado mais recente em relação ao contexto em que o geógrafo viveu. As seguintes seções explicitam a atuação romana na destruição de cidades, na formação de alianças e nas delimitações dos territórios sujeitos aos nativos e aos romanos:

Na mesma costa havia uma cidade chamada Iol, refundada por Juba [II], o pai de Ptolomeu, que mudou seu nome para Cesareia [...]. Entre Cesareia e o Treton existe um grande porto chamado Salda; é ele que marca a fronteira entre Juba [II] e os romanos. As divisões territoriais foram feitas de mil maneiras porque as autoridades locais se multiplicaram e os romanos os trataram diferentemente de acordo com as circunstâncias, alguns como amigos, outros como inimigos, ao ponto de retirar o território de alguns para conceder a outros, mas sem qualquer constante (Str., Geo., XVII, 3, 12, *grifo nosso*).

Além de mencionar a mudança de nome de uma cidade líbia por iniciativa de um governante instituído pelos romanos, afiliação que pode ser expressa na nova denominação, Cesareia, Estrabão explicita a delimitação do território a partir de Salda. Consta-se que os romanos usavam objetos visíveis para reconfigurar a paisagem dos espaços que dominavam, destacando-se, além das cidades e portos, os marcos miliários ou de fronteiras (*cippa*) e as estradas (Talbert, 2010, p. 270). Nessa passagem, as divisões territoriais e o reconhecimento destas por Roma são enunciados. Apesar de mencionar a falta de constância no estabelecimento de limites, que pode ser resultante da inacabada expansão e administração territorial que se verifica no início do século I AEC (Geoffroy, 2017, p. 73), tais demarcações podem ser identificadas como o resultado da ação romana que, conforme a circunstância, atribuía não só limites, mas, também, territórios para aqueles que lhe conviesse.

Ultrapassando o espaço que, posteriormente, será denominado como Mauritânia Cesariense, Estrabão se detém na parte central da Líbia, onde estavam situadas cidades conhecidas pelos romanos em decorrência de eventos bélicos como as Guerras Púnicas (264-146 AEC), a Guerra de Jugurta (112-106 AEC) e a Batalha de Ruspino (46 AEC).¹⁴ Situada no nordeste da atual Tunísia, Cartago era a principal potência no Mediterrâneo Ocidental, no século III AEC, mas, com a vitória de Roma, foi destruída e seu território transformado na primeira província romana no continente (Goodman, 1997, p. 277-278). O cenário histórico enunciado pelo geógrafo denota uma série de conflitos estabelecidos pelos líbios, que eram percebidos como amigos ou inimigos. Nesse contexto de relações conflituosas, outras cidades são destacadas, conforme observamos neste trecho:

Com os generais também desapareceram as cidades, como Tisieu, Vaga e Tala; também Capsa, guardiã do tesouro de Jugurta, Zama e Zica; e as cidades junto às quais César derrotou Cipião, ganhando uma primeira vitória perto de Ruspino, uma segunda perto de Uzito e, enfim, perto de Tapso, na borda do lago vizinho e das salinas; não longe se acham as cidades livres de Zela e Acola [...]. De todas essas cidades, algumas desapareceram completamente, outras foram destruídas. Quanto a Fara, foram os cavaleiros de Cipião que a incendiaram (Str., *Geo.*, XVII, 3, 12).

As cidades líbias que, durante o conflito, se aliaram aos púnicos, como Neferis, Túnis, Hermes/Clupea e Neápolis, foram destruídas pelos romanos (Hobson, 2022, p. 105; Str., *Geo.*, XVII, 3, 16). Nesse sentido, mesmo com a menção a cidades e povos livres, evidencia-se, no discurso, a reconfiguração do espaço efetuado por agentes de Roma.

¹⁴ A Guerra de Jugurta foi uma disputa pelo Reino da Numídia, entre os filhos de Micipsa, Aderbal, Hiempsal e Jugurta, marcada pela atuação romana como mediadora e interventora para a resolução do conflito.

Nesse cenário, podemos imaginar cidades em ruínas em contraposição à paisagem líbia citadina de outrora, em especial aquelas que serviam como residências reais. No entanto, algumas cidades no território conquistado foram reconstruídas. É nesse contexto que Estrabão enuncia a mudança do centro da administração territorial romana de Cartago para Útica, considerada a segunda maior cidade e a mais renomada, pois “é ela que os romanos consideram como a metrópole e sua base posterior para suas ações na Líbia” (Str., *Geo.*, XVII, 3, 13). Útica, cidade que se aliou a Roma durante o conflito púnico e que, por isso, recebeu o *status* de cidade livre (Carlsen, 2022, p. 142), permaneceu sendo o centro administrativo romano na época de Estrabão, pois foi a partir de lá que, em 46 AEC, César procedeu com a venda das propriedades africanas confiscadas dos apoiadores de Pompeu (Hobson, 2022, p. 105-106).¹⁵ Mesmo constatando a relevância de Útica, Estrabão enfatiza Cartago. Todavia, restringe-se a dizer que foi reconstruída e habitada por colonos e soldados romanos, tornando-se a cidade mais povoada da Líbia. No entanto, ele não menciona as denominações que o território assumiu como colônia, tanto no século II como no I AEC: *Colonia Iunonia Karthago* e *Colonia Iulia Concordia Karthago* (Bockmann, 2022, p. 120).

Durante a primeira dinastia imperial, Cartago controlava um vasto território e incorporava, além de colonos romanos, aldeias de povos locais (Goodman, 1997, p. 179). Localizava-se em uma posição estratégica do Mediterrâneo e, além de ser urbanizada, estava voltada ao cultivo e exportação de cereal, vinho, azeite, *terra sigillata*, *garum* e animais selvagens (Bustamante; Davidson; Mendes, 2005, p. 25; Goodman, 1997, p. 282). Entretanto, no discurso de Estrabão, o passado é enfatizado para evidenciar que os romanos expandiram seu poder e dominaram o território cartaginês. Por um lado, “os romanos fizeram uma província da parte sujeita aos cartagineses e, por outro, nomearam como soberanos Masinissa e seus descendentes em torno de Mikipsa” (Str., *Geo.*, XVII, 3, 15). Na sua compreensão espacial, Estrabão opera uma divisão entre o centro urbano de Cartago e o território que englobava esse centro, e os espaços ligados a ele, transformados na província da *Africa*.¹⁶

Por meio de seu discurso, Estrabão enuncia como Roma se estabeleceu no território e o poder de comando dado pelos romanos aos nativos, pois nutriam entre si relações de amizade. Masinissa, rei númida, é percebido como um sujeito de valor “que civilizou os nômades no trabalho da terra e que lhes ensinou, [...] a lutar na guerra ao invés de saltar”

¹⁵ O discurso de Estrabão omite certos aspectos que evidenciariam ainda mais a presença romana na África, como a existência de propriedades compradas por aristocratas romanos nos territórios provinciais, durante o período republicano.

¹⁶ Ainda que enfatize a derrota de Cartago em sua descrição da Líbia, Estrabão (*Geo.*, XVII, 3, 20) menciona diferentes locais, *emporia*, onde os cartagineses continuaram a desenvolver suas atividades econômicas.

(Str., *Geo.*, XVII, 3, 15). Este *civilizar* (πολιτικός) está relacionado à ideia de mudança de práticas como apropriação do modo de vida romano, concepção mencionada na primeira apresentação da Líbia:

Não é inverossímil que alguns deles [líbios] tenham sido chamados nômades, porque antigamente não podiam lavar a terra pela abundância de feras selvagens; mas, os contemporâneos, que têm uma perícia superior na caça – no que ajudam os romanos com sua dedicação aos combates de feras – eles se tornaram ilustres em ambos os campos, nas feras e na agricultura (Str., *Geo.*, II, 5, 33, *grifo nosso*).

Destacam-se a prática da agricultura e da caça às feras selvagens, atribuídas aos romanos, o que resultou, segundo o geógrafo, na mudança do modo de vida dos líbios. Contudo, também é possível notar como os líbios foram inseridos nas práticas romanas, em particular, nos jogos de combate às feras, que ocorriam nos anfiteatros, tanto em Roma quanto nas províncias. Massinissa não foi o único governante local que apresentou um comportamento divergente do esperado para os líbios, caso adotarmos a visão dicotômica de romanos *versus* bárbaros. Juba II foi um governante instruído pelos romanos, cujo poder dependia de Roma, o que o levou a ser considerado um rei leal e adepto de costumes estrangeiros, inclusive auxiliando-os em guerras e propagando não só a lei romana, mas, também, a arte grega (Goodman, 1997, p. 280).

A *Africa* não foi a única província romana da Líbia descrita por Estrabão.¹⁷ Ao final da zona costeira e mais urbanizada do continente, ele situa *Cirene*, inicialmente uma colônia fundada por emigrantes de Tera, a atual ilha de Santorini (Desanges; Laudenbach, 2014, p. 206; Str., *Geo.*, XVII, 3, 20). Estrabão apresenta a história da cidade, localizada no nordeste da atual Líbia, desde a sua fundação, passando por sua dominação pelos reis macedônicos – durante o governo lágida, no Egito –, até chegar à sua transformação em província romana, o que ocorreu por volta de 74 AEC (Desanges; Laudenbach, 2014, p. 211; Goodman, 1997, p. 278).¹⁸ Mas, o que se destaca no discurso de Estrabão é o elogio deste aos filósofos e geógrafos ilustres de Cirene, enfatizando a cultura grega da comunidade, o que distinguiria este espaço dos demais da Líbia (Str., *Geo.*, XVII, 3, 22). *Africa* e *Cirene* são os territórios provinciais destacados por Estrabão em sua descrição. Ambas repercutem a expansão romana no norte da África, mas é possível perceber, por meio do discurso, uma presença romana mais marcante na primeira.

¹⁷ Ao longo da República e do Império, o nome da província foi alterado, tendo esta sido, posteriormente, denominada como *Africa Vetus*, *Africa Proconsularis*, *Tripolitania*, *Africa Byzacena* e *Africa Zeugitana*. As demais províncias romanas da África foram a *Numidia*, também chamada de *Africa Nova*, e a *Mauretania*, que, em 44 EC, foi dividida em *Mauretania Caesariensis* e *Mauretania Tingitana*.

¹⁸ A província da Cirenaica abrangia, além de sua capital, Cirene, as cidades de Apolônia, Ptolemais, Arsinoé e Berenice, todas citadas por Estrabão (*Geo.*, XVII, 3, 20).

Essa agência romana também é evocada na marcha de trinta dias, realizada pelo general Marco Catão com seu exército, no terreno arenoso e quente em torno das Sirtes (Str., *Geo.*, XVII, 3, 20). Apesar de tal evento, não são apresentados outros episódios de incursões, ressaltando a omissão do geógrafo acerca das configurações espaciais produzidas pela atuação direta de romanos no território. Consideramos que a ideia de expansão romana, enunciada por Estrabão, não se restringe apenas à Líbia. Para o geógrafo, o Império Romano é uma força em expansão e responsável pela integração territorial, administrativa, econômica e cultural de diversos espaços. Esse sentido é evidente com a rememoração da conquista da Península Itálica e a expansão por meio da guerra:

Da Líbia, toda a costa mediterrânea está em seu poder e, o resto, está desabitado ou bem habitado pelas populações miseráveis e nômades [...]. Da totalidade do território sujeito aos romanos, uma parte é governada por reis, enquanto eles possuem o resto sob o nome de províncias, para onde enviam governadores e coletores de tributos (Str., *Geo.*, XVII, 3, 24).

Vale destacar que, apesar da presença e domínio territorial romano em determinados espaços da Líbia, bem como a ideia de que Roma se encaminhava para se tornar uma hegemonia, Estrabão não deixa de registrar a presença dos povos locais. A agência dos nativos, seja no domínio e na administração de territórios norte-africanos ou no enfrentamento aos estrangeiros (romanos, cartagineses e gregos), é citada no caso dos farúsios e nigritas (Str., *Geo.*, XVII, 3, 3). Por outro lado, Estrabão também indica o fato de habitarem lugares inóspitos e desérticos, a exemplo dos maurúsios e gétulos, que habitavam as cadeias montanhosas do continente, e dos nasamones, psilos e garamantes, que viviam ao redor das Sirtes e da Cirenaica (Str., *Geo.*, XVII, 3, 2; 23). No entanto, Estrabão omite alguns episódios que enunciam essa atuação local, em especial a rebelião iniciada pelos *musulamii*, povo que não é citado, e a Revolta de Tacfarinas (17-24 EC) (Carlsen, 2022, p. 144). Situando a atuação de Augusto e sua política de expansão imperial em relação à Líbia, mais próxima do momento vivenciado pelo geógrafo, tem-se que ela alcançou territórios no norte e nordeste da África. Destacam-se, por exemplo, a campanha na Etiópia, em 29 e 25 AEC, e aquela contra os garamantes, na província da *Africa*, em 19 AEC (Goodman, 1997, p. 43-46).

No discurso de Estrabão, percebemos que o território romano não é um em particular, mas designa todos os espaços sujeitos, direta e indiretamente, a Roma. Nesse sentido, o caráter de dominação e poder que o Estado exerce sobre determinada parcela da terra é ressaltado. Outro ponto a considerar é a menção aos agentes administradores do *imperium* que atuavam nas províncias, como é o caso dos governadores, os quais poderiam ser de posto consular, pretoriano e equestre, e dos coletores de tributos.

Pode-se argumentar que o geógrafo destaca tais personagens por considerar o tema da renda devida a Roma um fato relevante. No entanto, ele não aprofunda os tipos de tributos e os demais ofícios que se observa na administração, como *quaestor*, *legates* e *procuratores* (Carlsen, 2022, p. 145). Sabe-se, também, que a receita romana advinha, principalmente, da coleta de impostos nos territórios provinciais. Dentre os principais, ressalta-se o que recaía sobre a produção agrícola e assumia duas formas: o *tributum soli*, baseado no tamanho da área de cultivo, e o *tributum capitis*, baseado no tamanho da força de trabalho; e, por outro lado, havia, também, os impostos indiretos, *portoria*, sobre os produtos comercializados nos portos, fronteiras e limites das províncias (Goodman, 1997, p. 100-101).

Estrabão (Geo., XVII, 3, 24) menciona reis que governavam territórios e indica a existência de cidades livres. Todavia, apesar deste elevado estatuto jurídico, com certa frequência esses espaços demonstram uma relação direta com Roma.¹⁹ Portanto, apesar do *status* diferenciado, argumentamos que esses espaços mantêm tal estatuto a partir da anuência romana. Eles podem ser percebidos como aliados, que governavam áreas em nome de Roma, mas, neste contexto, são considerados parte do Império, sendo os governantes sujeitos à remoção do poder de comando, conforme Roma determinasse (Goodman, 1997, p. 107-111). Nesse sentido, compreende-se a menção a dinastias, filarcas e sacerdotes, os quais, mesmo vivendo segundo sua própria cultura, estavam sujeitos aos romanos. Essa enunciação, porém, é importante porque informa que o domínio do território integrado ao Império, como resultado da expansão romana, não se deu em todos os âmbitos, permanecendo a cultura local em meio ao sistema administrativo romano.

Ademais, Estrabão destaca a dupla divisão provincial estabelecida por Augusto: as do povo romano, ou senatoriais, e as imperiais. A qualificação resulta do tipo de interferência prevista para o território, de acordo com as possibilidades que este apresenta, seja no aspecto do retorno de bens ou no de resistência ao Império. Apesar de mencionar que, nas províncias, podem ser observadas outras divisões territoriais administrativas, no caso da Líbia, em específico, Estrabão não as declara, deixando-nos, portanto, uma imagem geral. Ele omite, por exemplo, as áreas de centurição que marcavam a topografia da *Africa* (Mattingly, 2011, p. 147-149).²⁰ Por fim, Estrabão enuncia que a Líbia é uma província consular governada por um procônsul. Portanto, nesse contexto enunciativo, a Líbia é

¹⁹ As cidades livres mencionadas, mas não descritas, podem fazer referência às pequenas comunidades locais com poderes administrativos próprios, em particular na *Africa Proconsularis*, que receberam o *status* de *municipium* pelo poder romano (Goodman, 1997, p. 281).

²⁰ O desenvolvimento da *limitatio*, a demarcação das terras ou centurição, pode ser datado pouco depois de 146 AEC, após a derrota de Cartago e a fundação da primeira província romana na África, como um meio de Roma conseguir renda mediante o empréstimo ou a venda de terras (Hobson, 2022, p. 104).

evocada como um espaço que compreende todo o norte da África sujeito a Roma, e, em especial, o território instituído como província, com exceção do Reino de Ptolomeu, filho de Juba II, e de Cirene. Esta última, mesmo estando situada na Líbia, pode ser percebida como afastada espacialmente do continente, configurando uma espacialidade mais ligada a Creta.²¹

Conclusão

O discurso de Estrabão denota uma integração administrativa de territórios à hegemonia imperial romana. No caso da Líbia, a ideia é reforçada com a menção aos territórios provinciais, reinos e cidades livres sujeitos a Roma, por terem seus governantes locais indicados e reconhecidos pelo Senado ou pelo *princeps*. Todavia, apesar de mencionar as províncias, Estrabão não demonstra interesse em detalhar os territórios, omitindo configurações espaciais do seu próprio tempo, ao passo que valoriza uma história dos espaços ligada aos conflitos entre os púnicos e os romanos durante a República. Nota-se a ênfase em constatar a presença romana por meio da fundação de províncias e da atuação de generais, governadores e coletores de tributos. Sua descrição evidencia como Roma estabeleceu as bases geográficas de seu poder na Líbia, ao desterritorializar e territorializar os espaços, além de distribuir poder de comando.

A representação discursiva é um complexo de temporalidades que resulta em configurações espaciais diversas, que atestam a presença romana, mas não excluem a Líbia. Nesse sentido, observamos quatro qualificadores da expansão territorial romana nesse espaço. A questão da linguagem, pois são mencionados termos utilizados pelos romanos para nomear povos e renomear lugares; a instituição de províncias, que reconfiguraram o território; a exploração de recursos locais para a fabricação de itens de consumo romano; e, por fim, a enunciação de expedições militares, que contribuíam para o conhecimento geográfico do território. Conclui-se que Estrabão faz referência a Roma e às ações de seus agentes ao longo de toda a obra, particularmente no Livro XVII. Em sua descrição, indica uma expansão territorial iniciada ainda no período republicano sobre os territórios provinciais da Líbia, os quais foram estabelecidos a partir de diversos tipos de relações, destacando-se, no entanto, as conflituosas.

²¹ O caso da Cirenaica é semelhante ao da província egípcia *Alexandria ad Aegyptus*, considerada por historiadores e geógrafos, gregos e latinos, como um território à parte, mais ligado à Ásia do que à África.

Referências

Documentação textual

- ESTRABÓN. *Geografía*. Libros XV-XVII. Traducción de Juan Luis García Alonso, Maria Paz de Hoz García-Bellido y Sofía Torallas Tovar. Madrid: Gredos, 2015.
- ESTRABÓN. *Geografía*: Libros I-II. Traducción de J. L. García Ramón y J. García Blanco. Madrid: Gredos, 1991.
- ESTRABÓN. *Geografía*: Libros V-VII. Traducción de José Vela Tejada y Jesús Gracia Artal. Madrid: Gredos, 2016.
- FLORO. *Epítome de la Historia de Tito Livio*. Traducción de G. Hinojo Andrés y Isabel Moreno Ferrero. Madrid: Gredos, 2000.
- HOMER. *The Odyssey*: Books I-XII. Translated by A. T. Murray. Cambridge: Harvard University. v. 1.
- STRABON. *Géographie*: Livre XVII. L'Afrique, de l'Atlantique au Golfe de Soloum. Traduit par Benoît Laudenbach et Jehan Desanges. Paris: Les Belles Lettres, 2014. 2^a partie.

Obras de apoio

- ABULAFIA, D. *The great sea: a human History of the Mediterranean*. Oxford: Oxford University, 2011.
- ARNAUD, P. Pouvoir des mots et limites de la cartographie dans la géographie grecque et romaine. *Dialogues d'Histoire Ancienne*, v. 15, n. 1, p. 9-29, 1989.
- AUJAC, G. *Strabon et la science de son temps*. Paris: Les Belles Lettres, 1966.
- BOCKMANN, R. African Rome. The city of Carthage from its Roman (re-)foundation to the end of the Byzantine Period. In: HITCHNER, R. B. (ed.). *A companion to North Africa in Antiquity*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2022, p. 119-141.
- BRAUND, D. Greek geography and Roman Empire: the transformation of tradition in Strabo's Euxine. In: DUECK, D.; LINDSAY, H.; POTHECARY, S. (ed.). *Strabo's cultural Geography: the making of a kolossourgia*. Cambridge: Cambridge University, 2005, p. 216-234.
- BUSTAMANTE, R. M. C.; DAVIDSON, J.; MENDES, N. M. A experiência imperialista romana: teorias e práticas. *Tempo*, n. 18, p. 17-41, 2005.
- CARLSEN, J. Roman imperial administration. In: HITCHNER, R. B. (ed.). *A companion to North Africa in Antiquity*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2022, p. 142-151.

- CLARKE, K. *Between Geography and History: Hellenistic constructions of the Roman World*. New York: Oxford University, 1999.
- COLE, S. G. 'I know the number of the sand and the measure of the Sea': Geography and difference in the Early Greek World. In: RAAFLAUB, K. A.; TALBERT, R. J. A. (ed.). *Geography and Ethnography: perceptions of the world in pre-modern societies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 197-214.
- DUECK, D. *Geography in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- DUECK, D. *Strabo of Amasia: a Greek man of letters in Augustan Rome*. New York: Routledge, 2000.
- DUECK, D. The geographical narrative of Strabo of Amasia. In: RAAFLAUB, K. A.; TALBERT, R. J. A. (ed.). *Geography and Ethnography: perceptions of the world in pre-modern societies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 236-251.
- EIDINOW, E.; HORNBLLOWER, S.; SPAWFORTH, A. (ed.). *The Oxford Classical dictionary*. Oxford: Oxford University, 2012.
- FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, R. S. A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização. *Heródoto*, v. 3, n. 2, p. 246-255, 2018.
- GEOFFROY, A. S. *Política, estrategia y pensamiento militar bajo los Antoninos (96-192)*. 2017. Tesis (Doctorado en Societat i Cultura) – Departament d'Història i Arqueologia, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2017.
- GOODMAN, M. *The Roman World (44 BC-AD 180)*. London: Routledge, 1997.
- GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2014.
- HINGLEY, R. *Globalizing Roman culture: unity, diversity and empire*. New York: Routledge, 2005.
- HOBSON, M. S. Africa under the Roman Republic. In: HITCHNER, R. B. (ed.). *A companion to North Africa in Antiquity*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2022, p. 101-116.
- HORDEN, P.; PURCELL, N. *The boundless Sea: writing Mediterranean History*. New York: Routledge, 2020.
- KORMIKIARI, M. C. N. O norte da África nos estudos contemporâneos: os caminhos a seguir. In: PORTO, V. C.; VASQUES, M. S.; TEIXEIRA-BASTOS, M. (org.). *Arqueologia clássica no Brasil: reflexões sobre o Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: MAE-LARP/USP, 2023, p. 197-224.
- LE ROUX, P. As cidades romanas do Magreb. In: PORTO, V. C.; VASQUES, M. S.; TEIXEIRA-BASTOS, M. (org.). *Arqueologia clássica no Brasil: reflexões sobre o Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: MAE-LARP/USP, 2023, p. 57-76.
- LIDELL, H.; SCOTT, R. *A Greek-English lexicon*. Oxford: Oxford University, 1996.
- LIMA NETO, B. M. *Bandidos e elites cidadinas na África romana*. Vitória: EDUFES, 2014.

- LIMA NETO, B. M. Os líbios na África romana: novas perspectivas historiográficas a partir das escavações arqueológicas em Ghizar e no Fazzan. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, v. 19, p. 3-21, 2020.
- MASIP, V. *Manual introdutório ao grego clássico para falantes de português*. Recife: UFPE, 2008.
- MATTERN, S. P. *Rome and the enemy: imperial strategy in the Principate*. California: University of California, 1999.
- MATTINGLY, D. J. *Imperialism, power, and identity: experiencing the Roman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2011.
- MORALES, F.; SILVA, U. História Antiga e História Global: afluentes e confluências. *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 83, p. 125-150, 2020.
- NICOLET, C. *Space, Geography, and Politics in the early Roman Empire*. Ann Arbor: University of Michigan, 1991.
- PECK, H. The treatment of Empire, civilization and culture in Strabo's *Geography*. *Atlas*, v. 15, p. 8-14, 2017.
- PRONTERA, F. Strabo's *Geography*. In: BIANCHETTI, S.; CATAUDELLA, M.; GEHRKE, H-J. (ed.). *Brill's companion to Ancient Geography: the inhabited world in Greek and Roman tradition*, 2016, p. 239-268.
- RIBEIRO, A. M. *A África na Geografia de Estrabão: a construção de paisagens egípcias, etíopes e líbias no Império Romano*. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.
- ROMM, J. Continents, climates, and cultures: Greek theories of global structure. In: RAAFLAUB, K. A.; TALBERT, R. J. A. (ed.). *Geography and Ethnography: perceptions of the world in pre-modern societies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 215-235.
- SILVA, B. S. *Estrabão e as Províncias da Gália e da Ibéria: um estudo sobre a Geografia e o Império Romano*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- TALBERT, R. J. A. The Roman worldview: beyond recovery? In: RAAFLAUB, K. A.; TALBERT, R. J. A. (ed.). *Geography and Ethnography: perceptions of the world in pre-modern societies*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010, p. 252-272.

Poderes em conflito: mudanças e querelas no sacerdócio menfita de Ptah no Egito romano

Powers in conflict: changes and disputes on menphite priesthood of Ptah in Roman Egypt

Renato Pinto*

Victor Braga Gurgel**

Resumo: Neste estudo, abordaremos as principais narrativas sobre as mudanças ocorridas no sacerdócio menfita de Ptah, no Egito de inícios do Período Romano. A morte enigmática do jovem sumo-sacerdote menfita Imhotep/Padibastet IV, o último de sua linhagem, dois dias antes da entrada de Augusto em Alexandria, é comumente interpretada como consequência da atitude deste último, embora recentemente essa visão tenha sido contestada, atribuindo sua responsabilidade a querelas internas das próprias famílias de pontífices menfitas. Primeiramente, buscaremos compreender as estratégias empregadas por Roma, de modo geral, e por Otaviano, em particular, na busca pela contenção/controlar/diminuição de prestígio político-social-econômico do clero. Logo após, mostraremos a provável influência da família clerical nestes acontecimentos.

Abstract: In this study, we will address the main narratives about the changes that occurred in the high priesthood of Ptah from Memphis, in the Early Roman Period. The enigmatic death of the young Memphite high priest Imhotep/Padibastet IV, the last of his lineage, two days before Augustus's entry into Alexandria, is commonly interpreted as a deed of the latter, even though recently this view has been challenged, attributing its responsibility to quarrels internal to the family of Memphite pontiffs themselves. Firstly, we will seek to understand the strategies employed by Rome, in general, and by Octavian in particular, in the search for the suppression/ control/reduction of the political-social-economic prestige of the clergy. Soon after, we will show the likely influence of the clerical family on these events.

Palavras-chave:

Egito romano;
Egito ptolomaico;
sumo-sacerdotes
menfitas de Ptah;
Augusto.

Keywords:

Roman Egypt;
Ptolemaic Egypt;
High priests of
Ptah at Memphis;
Augustus.

Recebido em: 20/05/2024
Aprovado em: 11/06/2024

* Professor Associado de História Antiga da Universidade Federal de Pernambuco.

** Mestre (2020) e licenciado (2017) em História pela Universidade Federal da Paraíba.

Os primeiros governos do Egito, no chamado Período Ptolomaico, no terceiro século a.C., foram marcados pela força e robustez do ponto de vista político, militar e econômico. Concomitantemente, as coroações de seus reis foram realizadas “à macedônica”, por meio da aclamação militar pública (*anakleteria*). Em um contexto em que os Lágidas buscavam afirmar-se internacionalmente perante outros reinos macedônicos,³ a utilização de uma tradição comum entre todos eles constituía-se numa excelente ferramenta de legitimidade política (Sales, 2013, p. 307).

No segundo século a.C., a dinastia lágida começou a dar sinais de enfraquecimento, já no governo de Ptolomeu V Epifânio (205-180 a.C.), que foi marcado pela intensificação dos problemas sociais existentes no Delta e por revoltas em Alexandria, ao mesmo tempo que enfrentava a Quinta Guerra Síria, contra Antíoco III (202-195 a.C.), cujo resultado foi a perda de extensos territórios.

Em continuação a essa tendência, no primeiro século a.C., o governo de Ptolomeu XII Neos Dionisos “Auleta” (80-50 a.C.) deixava claro que os Ptolomeus não possuíam mais a mesma força que antes. Em um contexto internacional, a Casa Real Lágida estava sendo cada vez mais controlada por Roma: sua chegada ao trono ptolomaico não foi apoiada pelo povo do Lácio, levando Auleta a gastar imensas somas de dinheiro em busca do apoio político deste povo, até que, em 58 a.C., vinte e dois anos após sua chegada ao poder, é, enfim, reconhecido como *amicus et socius populi Romani*. A esta altura, o monarca era um títere dos interesses romanos no Mediterrâneo.

Um elemento comum entre estes dois reis do Egito foram as suas coroações “à egípcia”,⁴ pela primeira vez empregadas durante a dinastia ptolomaica, para angariar maior capital político interno e externo ao Egito. Realizadas tradicionalmente, há milênios, pelo sumo-sacerdote menfita de Ptah,⁵ estas coroações podem ser interpretadas como uma tentativa de resposta à crescente influência de Roma sobre o Egito, no intuito de reforçar a legitimação do cada vez mais enfraquecido poder ptolomaico.

Em contraposição a outros sacerdócios, o de Mênfis apoiou ativamente a Casa Real Lágida, em uma troca de favores que beneficiou ambas as esferas de poder. Um exemplo do apogeu desta troca de favores encontra-se em Pasherientah III (76-41 a.C.), sumo-sacerdote menfita que recebeu o seu título diretamente das mãos do monarca Ptolomeu XII, em Alexandria:

³ Nome dado à longa dinastia macedônica que dominou o Egito por três séculos, iniciando-se com Ptolomeu I Sóter (305-282 a.C.), filho de Lagos – daí a proveniência do vocábulo “Lágida” – e terminando com Cleópatra VII Téa Filopátor (52/1-30 a.C.).

⁴ Ptolomeu V Epifânio chegou a ser coroado “à egípcia” duas vezes: a primeira, em 196 a.C., e a segunda, em 187 a.C.

⁵ Em egípcio, *wr xrpw Hmwt*, traduzido como “Maior dos Diretores dos Artesãos” (Maystre, 1992, p. 4-13).

O rei do Alto e do Baixo Egito, Senhor das Duas Terras, o deus Filopátor Filadelfo, o Jovem Osíris, filho de Ré, Senhor dos Diademas, ordenou que me fosse concedido o alto ofício de Maior dos Diretores dos Artesãos [*i.e.*, sumo-sacerdote menfita de Ptah], tendo eu oito anos de idade [...]. O rei do Alto e do Baixo Egito, Senhor das Duas Terras, o deus Filopátor Filadelfo, o Jovem Osíris [...] cingiu a minha fronte com o glorioso diadema de ouro e com todo o tipo de pedras preciosas genuínas, estando a efígie real no meio delas. Tornei-me o seu profeta. Ele emitiu um decreto real para as cidades do nomo [menfita] dizendo: 'Eu fiz do Maior dos Diretores dos Artesãos Pasherientpah, justificado, o meu profeta, e o concedi o rendimento dos templos do Alto e do Baixo Egito por numerosos anos' (Reymond, 1981, p. 148, prancha X).⁶

É perceptível o desejo do pontífice de expressar a sua relação próxima com o soberano, do qual conseguiu privilégios negados aos seus antecessores, como as doações de presentes luxuosos pelo rei, a já mencionada condução ao cargo de sumo-sacerdote pelo próprio monarca, e a sua instalação em Alexandria. Podemos interpretar este último aspecto como uma cessão política por parte de Mênfis, que, neste caso em específico, deixou de ser o local do estabelecimento ritualístico do pontífice.⁷

Por outro lado, os sumo-sacerdotes em questão caracterizavam-se como uma casta autóctone, rica e poderosa,⁸ que possuía contato direto com o soberano e chegava a influenciar politicamente os governantes estrangeiros. Assim, a relação preexistente entre o soberano lágida e o sacerdócio menfita de Ptah se intensifica durante esta fase, de modo que os reis que sucederam a Ptolomeu V Epifânio também teriam sido coroados seguindo essa prática,⁹ em paralelo à *anakleteria* macedônica. O próprio Ptolomeu XII Neo Dioniso "Auleta" foi coroado nesta modalidade pelo sumo-sacerdote Pasherentpah III:

Fui eu quem colocou o colar ornamental da *uraeus* sobre o rei [...]. Fui eu quem conduziu todos os ofícios ocultos (do olho público). Fui eu quem estabeleceu as normas para a lustração do deus na hora do nascimento divino de Ré na Mansão Dourada (Reymond, 1981, p. 148, prancha X).¹⁰

José das Candeias Sales (2013, p. 312) interpreta esta coroação "à egípcia" de Ptolomeu XII como uma "atitude desesperada" deste monarca, frente à perda de capital

⁶ De acordo com a estela hieroglífica *BM EA 886*. Tradução e adendos nossos.

⁷ O próprio texto da estela de Pasherientpah III, no entanto, menciona a visita de Ptolomeu XII a Mênfis, o que reforça a ideia de uma troca estabelecida entre estes dois poderes (sacerdócio-Casa Real Lágida).

⁸ Tendo em conta que, no Egito antigo, o poder do sacerdócio era medido por meio da quantidade de terras que se controlava, e baseando-se no *Papiro Harrys*, datado no Reino Novo (1550-1070 a.C.), Dorothy Thompson (1988, p. 107) estima que os templos de Mênfis possuíam uma quantidade substancial de terras no Período Ptolomaico, embora fosse menor se comparado com Tebas, no Sul.

⁹ Como Ptolomeu VI Filométor (180-145 a.C., coroado em 172/171 a.C.); Ptolomeu IX Sóter II (117-108 a.C., coroado duas vezes, em 116 a.C. e em 86 a.C.); e o mencionado Ptolomeu XII Neos Dionisos "Auleta" (80-50 a.C., coroado em 76 a.C.) (Sales, 2013, p. 311-313).

¹⁰ Estela hieroglífica *BM EA 886*. Tradução e adendos nossos.

político próprio, bem como de sua dinastia. Sua filha e sucessora, Cleópatra VII Téa Filopátor (52/51-30 a.C.), com seus envolvimento com Júlio César e Marco Antônio, sinalizou a derradeira tentativa de manutenção da Casa Real Lágida frente a Roma. A Batalha do Ácio (2 de setembro de 31 a.C.), o posterior suicídio de Cleópatra e Marco Antônio, e a entrada de Otaviano em Alexandria (30 a.C.), marcam o fim da dinastia ptolomaica e dos faraós como instituição.

No entanto, dois dias antes da entrada de Otaviano no Egito, o sumo-sacerdote menfita de Ptah e último representante da linhagem sacerdotal principal no poder desde Ptolomeu II Filadelfo (282-246 a.C.), Imhotep/Padibastet IV,¹¹ então com dezesseis anos, morre repentinamente. Seu falecimento foi conveniente demais para Roma para ser interpretado como uma coincidência, já que, por meio da morte do sacerdote, foi eliminada qualquer possibilidade de resistência por parte desta elite egípcia autóctone, tradicionalmente responsável pela legitimação do poder naquele território. Outro elemento curioso foi a demora incomum para o sepultamento de Imhotep/Padibastet IV, que só ocorreu em 9 de abril de 23 a.C., quase sete anos após sua morte, evento desenrolado junto ao enterro de sua tia materna, Taneferhor.¹²

Pasherienamum II,¹³ seu primo por parte de mãe, é indicado como sucessor no cargo de sumo-sacerdote menfita de Ptah, provavelmente pelas mãos do prefeito Élio Galo. No novo contexto político, ele passa a assumir prerrogativas inéditas para o seu cargo, como notamos através da assunção do título de *profeta do filho de César* (*Hm kysrs*, em egípcio), ficando responsável, na condição de sacerdote, pelo culto imperial.¹⁴

É nessa conjuntura conturbada que as relações entre os romanos e as elites egípcias autóctones começam a ser estabelecidas. Tendo em vista tais considerações, principalmente as nubladas circunstâncias em que Imhotep/Padibastet IV faleceu, abordaremos três correntes historiográficas sobre este momento singular nas mudanças de poder no Egito daquele período. Para tanto, faz-se necessário compreendermos a conjuntura política do momento, bem como suas interferências nas atividades do sacerdócio egípcio.

¹¹ Conforme consta na estela hieroglífica e demótica *BM EA 188* (Reymond, 1981, p. 214-221, prancha XVI).

¹² De acordo com a estela hieroglífica *BM EA 184* (Reymond, 1981, p. 223-230, prancha XVII).

¹³ Até o presente momento, não se descobriu a estela deste sumo-sacerdote, que, no entanto, é mencionado na estela hieroglífica *BM EA 184*, pertencente a Taneferhor (Reymond, 1981, p. 231-235).

¹⁴ O culto imperial pode ser entendido como uma continuidade, sob uma nova forma, do culto ao soberano divinizado praticado no Egito ptolomaico, iniciado por Arsínoe II e seu irmão-esposo divinizado, o faraó Ptolomeu II Filadelfo (Capponi, 2011, p. 513; Quaegebeur, 1971a; 1971b). A seguir, abordaremos com mais detalhes em que consistiu esse culto.

Mudanças no sacerdócio egípcio

Após dominar efetivamente o Egito, Augusto implementa uma série de mudanças no país, muitas das quais afetam o sacerdócio como um todo. Primeiramente, o prefeito do Egito passou a ser a autoridade suprema em assuntos religiosos, ao invés dos sacerdotes egípcios. Oficiais ptolomaicos que atuavam como “supervisores dos templos” (*epi ton hieron*), parecem desaparecer, cedendo lugar aos “presidentes dos sacerdotes” (*epistatai ton hieron*). Nas categorias sacerdotais de menor escalão, há uma manutenção de suas posições sociais, como no caso dos *prophetai pastophoroi* (os guardas do templo, com um *status* menor do que o dos sacerdotes); os *stolistai* (ou *estolistas*, responsáveis por adornar as estátuas do deus); os embalsamadores; além da divisão tradicional dos sacerdotes em cinco tribos.¹⁵

O código legal chamado *Gnomon do Idios Logos* também estabeleceu uma série de mudanças que afetaram o sacerdócio egípcio,¹⁶ como, por exemplo, o estabelecimento da compra do cargo de sacerdote e a inclusão do clero egípcio no censo e na taxação.

Uma inovação fundamental estabelecida por Augusto para o Período Romano foram os privilégios sociais, fiscais e legais garantidos às elites alexandrinas e gregas, em troca de seus deveres oficiais e magistraturas (Capponi, 2011, p. 512). A cidadania romana passou a ser concedida a todo aquele que dispunha do etnônimo “grego”, fazendo ressurgir adormecidas questões étnicas no Egito (Vasques, 2005, p. 5-8; 22-24). Nesse sentido, foi criado o cargo de *sumo-sacerdote imperial*, sendo o seu ocupante proveniente dos estratos mais elevados da sociedade alexandrina. Desse modo, os poderosos sumo-sacerdotes menfitas de Ptah perdem sua influência na política egípcia. Abordaremos, a seguir, duas vertentes relativas ao modo como ocorreu essa perda de influência logo após a invasão do Egito por Augusto, em 30 a.C.

¹⁵ Os sacerdotes eram inicialmente organizados em quatro tribos (em grego, *phylai*), que se revezavam nas funções ritualísticas dos templos. Cada *phylai* gerenciava o serviço religioso durante um mês, passando a incumbência para a próxima no mês seguinte. Após cumprir suas obrigações, a tribo que já havia realizado seus serviços se dedicava a outros interesses. No Período Ptolomaico, uma quinta tribo foi criada. Cada tribo era liderada por um chefe tribal (*phylarch*) (Sauneron, 1960, p. 69-70).

¹⁶ O *Gnomon de Idios Logos* era um código de regulação que consistia em várias regras relevantes para os assuntos das regulações privadas ou especiais, preservado em dois papiros (*BGU V 1210*, séc. II d.C.; *P. Oxy. XLII 3014*, séc. I d.C.) (Speidel, 2015, p. 3390).

Assassinato a mando de Roma ou questões familiares na linhagem dos sumo-sacerdotes menfitas?

Uma das fontes sobre o sumo-sacerdote menfita de Ptah Imhotep/Padibastet IV, que morreu misteriosamente em 30 a.C., dois dias antes da entrada de Augusto em Alexandria, é uma estátua naófora,¹⁷ encontrada em Cesareia, atual Cherchel, na Argélia, antiga capital do reino de Juba II (52-23 a.C.). Uma hipótese para explicar o estranho fato de ter sido encontrada em um reino do norte de África foi cunhada por Eve Reymond (1981), em sua tese de doutorado intitulada *From the records of a Priestly family from Memphis*. Para a autora, não se pode deixar de analisar o aparecimento de uma figura egípcia tão proeminente na Mauritânia romana. Juba II casou-se com Cleópatra Selene II (40-6 a.C.),¹⁸ filha de Cleópatra VII Téa Filopátor com Marco Antônio. Tanto Juba II quanto Cleópatra Selene II possuíam um passado em comum. Ambos desfilaram em Roma como prisioneiros de guerra – ele, sob Júlio César, e ela, sob Otaviano –, além de terem perdido seus pais em conflitos e terem sido educados à maneira romana.

Padibastet I, provável filho de Harimuthis e Harankh, era casado com Berenice, a filha mais velha de Padibastet II – portanto, irmã mais velha de Imhotep/Padibastet IV, o que faz de Padibastet I o seu cunhado. De acordo com a estela funerária de Berenice,¹⁹ Padibastet I pode ter vivido após a morte de sua esposa, o que indica que poderia estar vivo durante a invasão romana do Egito. Para Reymond (1981, p. 212), não seria estranho

¹⁷ São estátuas que representam indivíduos carregando ou apresentando a figura de uma divindade entronizada em um *naos* (um santuário), sugerindo uma relação próxima com a divindade. Esse tipo de representação se tornou muito comum no Egito desde a XVIII Dinastia do Reino Novo até o Período Ptolomaico (1550-30 a.C.), época em que viveu Imhotep/Padibastet IV. A posição do *naos* podia variar: poderia ser segurado por um estandarte, apoiado no chão e sustentado pelo topo pelo indivíduo representado, ou carregado diretamente nas mãos do indivíduo, sem suporte adicional (Selim, 1990, p. 201-202). A estátua em questão pertencia a Imhotep/Padibastet IV. Não conseguimos localizar as suas informações catalográficas. Solicitamos esta informação junto ao Museu Público Nacional de Cherchel, e, até o momento de submissão deste artigo, não obtivemos resposta.

¹⁸ Reymond (1981, p. 211) baseia-se na perspectiva de Isidore Lévy (1913, p. 81), que associa o casamento de Juba II com Cleópatra Selene II ao deslocamento da estátua de Imhotep/Padibastet IV para a Mauritânia. Quaegebeur (1972, p. 83, n. 25), em um primeiro momento, concorda com as proposições de Lévy (1913), referenciadas por Reymond (1981, p. 211), incluindo a identificação da estátua como pertencente a Imhotep/Padibastet IV (identificado como “Pétoubastis III”, na genealogia corrente à época da publicação deste artigo). Posteriormente, porém, Quaegebeur (1980, p. 61-63) realiza uma análise mais detalhada das inscrições da estátua, conectando a genealogia nela presente às das estátuas *Alexandria 27806 e 17533-17534*. Essa nova interpretação parte do significado da palavra *sA* (*sá*, “filho”, em egípcio) e da ausência do título de honra *mAa-xrw* (*maa-heru*, “justo de voz” ou “justificado”, em egípcio) após os nomes dos pais do pontífice. Para Quaegebeur (1980, p. 57-59; 61-63), essa ausência indica que os pais do pontífice ainda estavam vivos no momento da redação da estela. Com base nisso, conclui-se que o pontífice representado não é Imhotep/Padibastet IV, mas sim Padibastet I (ou II, conforme a cronologia vigente à época), casado com Berenice. Embora reconheçamos a relevância e o embasamento deste ponto de vista, ele não interfere nas conjecturas apresentadas a seguir. Isso ocorre porque tanto essa perspectiva quanto as demais abordadas posteriormente – relacionadas a Imhotep/Padibastet IV e às fontes históricas associadas –, permanecem no campo das hipóteses. Nosso objetivo, ao final deste artigo, será amalgamá-las, promovendo um avanço no debate sobre o tema.

¹⁹ Estela funerária *BM EA 392*, escrita em demótico (Reymond, 1981, p. 194-205).

que ele seguisse o rumo da família real, na figura de Cleópatra Selene II, e fugisse para a Mauritânia, levando consigo objetos de memória de valor ritualístico, como uma estátua naófora do último sumo-sacerdote menfita de Ptah, Imhotep/Padibastet IV. Reymond afirma que Antônio possuía alguma responsabilidade no desaparecimento do jovem pontífice, pelo que seria compreensível que Padibastet I levasse estas “lembranças” consigo, tirando das mãos de Antônio qualquer possibilidade de erradicar a memória de sua família (Reymond, 1981, p. 212).²⁰

Uma perspectiva mais recente, que concorda com a agência de Augusto no desaparecimento do último pontífice de Ptah, é a de Livia Capponi (2011).²¹ Evidências arqueológicas e textuais indicam que Augusto instituiu um culto para si no *Kaisareion* de Alexandria, logo após a conquista do Egito (30 a.C.) (Capponi, 2011, p. 513). Ainda no Período Ptolomaico, este templo foi construído por Cleópatra VII Téa Filopátor em honra a Júlio César, sendo posteriormente transformado em um cenotáfio para Antônio. Foi dedicado a Augusto Epibaterio, o *protetor dos marinheiros*, tendo se localizado provavelmente próximo ao mar. Além deste aspecto marítimo, o santuário possuía uma importância administrativa, pois era o local onde os juramentos imperiais eram pronunciados, testamentos abertos e as leis romanas eram guardadas. Os pontífices responsáveis pelo culto de Augusto residiam nas cidades gregas de Ptolemais e Alexandria; eram vinte em número, e possuíam títulos puramente honoríficos, o que significa que faziam parte apenas do sistema da corte, mas não da administração.

O poder político não estava, porém, na mão desses sacerdotes, e sim na dos sumo-sacerdotes menfitas de Ptah, que exerciam controle sobre muitos templos egípcios, bem como sobre seus sacerdotes.²² Livia Capponi (2011, p. 515), ao se referir à morte prematura e misteriosa do sumo-sacerdote menfita de Ptah, Imhotep/Padibastet IV (30 a.C.), atribui inteiramente ao imperador a responsabilidade pelo ocorrido. Além disso, a autora afirma que Augusto teria escolhido como sumo-sacerdote Pasherenamun II,²³ o primo do falecido pontífice, pelo fato de este ser mais fácil de controlar. De acordo com Capponi (2011, p. 515), “está claro que Otaviano se livrou do primeiro sumo-sacerdote, uma figura perigosa

²⁰ “[...] para mantê-la [a estátua] em um local seguro, fora do alcance de Otaviano, que parece ter tido alguma responsabilidade na eliminação de Petobastis” (Reymond, 1981, p. 212; *adendos e tradução nossos*).

²¹ No entanto, Capponi (2011, p. 507-528) sequer menciona a hipótese de Reymond (1981, p. 211) acerca do deslocamento da estátua de Imhotep/Padibastet IV para a Mauritânia como evidência de que haveria conflitos no seio da família de pontífices menfitas, no contexto recente de estabelecimento do poder romano.

²² No início do Período Ptolomaico, Ptolomeu II Filadelfo instituiu várias mudanças no sacerdócio menfita de Ptah, dentre as quais a criação do título de “sumo-sacerdote de todos os deuses e deusas do Egito e chefe de todos os profetas do Egito”, colocando sob a tutela do sumo-sacerdote o comando de todos os templos e sacerdotes egípcios (Gorre; Honigman, 2013, p. 111).

²³ Filho de Taneferhor com seu irmão-esposo Pasherenamun I.

na medida em que era o foco potencial para a revolução, após a conquista romana, e o substituiu por uma figura mais controlável (o novo sumo-sacerdote era apenas um garoto)".²⁴ Capponi, então, situa esse acontecimento no interior das mudanças realizadas por Otaviano para dominar o sacerdócio egípcio, considerado uma ameaça devido à possibilidade de iminentes insurreições autóctones contra o novo comando. Este pontífice não exerceu o sacerdócio por muito tempo, pois faleceu sete anos após sua assunção ao cargo de sumo-sacerdote (23 a.C.).

Capponi (2011, p. 515) defende que, em 23 a.C., teria sido criado o cargo de sumo-sacerdote do culto imperial,²⁵ que estava conectado às elites gregas alexandrinas. Contrariando a visão corrente dos estudiosos modernos, a qual indica que este cargo teria sido criado por Adriano, para supervisionar os templos do Egito, Capponi, com base em evidências externas ao Egito, afirma que Augusto é quem teria sido o responsável pela sua criação.

Assim, para Capponi (2011, p. 515), a família dos sumo-sacerdotes menfitas de Ptah consistia em um incômodo obstáculo, facilmente tirado do caminho de Augusto por ele mesmo, tendo em vista suas ambições não só de controlar a terra do Nilo, fonte preciosa de trigo para Roma, como, também, de estabelecer um culto a si próprio. Logo, duas questões importantes para Augusto foram resolvidas de uma só vez.

Alguns anos depois, esta visão foi contestada por Nenad Marković (2015). Para ele, é importante observar as relações familiares do sacerdócio menfita para compreender melhor certas nuances sobre este período tão delicado da história egípcia, assim como para saber quem estava por trás do assassinato de Imhotep/Padibastet IV. Socorrendo-se de estelas funerárias relativas aos pontífices menfitas de Ptah, datadas do final do Período Ptolomaico, o autor nos leva a observar algumas questões não notadas por egiptólogos que se debruçaram sobre as mesmas fontes (Gorre, 2009; Maystre, 1992; Quaegebeur, 1972, 1974; Raymond, 1981).

Houve duas linhagens familiares que se revezaram na ocupação do cargo de sumo-sacerdote menfita de Ptah. Possuíam grande proximidade, chegando a firmar laços de casamento entre seus membros. Durante quase toda a dinastia ptolomaica, o ramo principal ocupou o cargo sacerdotal máximo em Mênfis. Além desta cidade, a segunda linhagem possuía poder político e religioso, principalmente em Letópolis.²⁶ Em um contexto de troca de poderes, as fronteiras políticas ficam mais diluídas, o que se torna

²⁴ Tradução nossa.

²⁵ O título completo do cargo era algo semelhante a "sumo sacerdote do deus Augusto e do grande Serapieion e responsável pelos templos e altares e pelos bosques sagrados que estão em Alexandria e por todo o Egito", comumente abreviado como "sumo-sacerdote de Alexandria em todo o Egito".

²⁶ Em egípcio, *Khem*; era a capital de *Khensu*, o segundo nomo do Baixo Egito.

ainda mais evidente durante períodos turbulentos, como aquele durante a batalha de Ácio e os posteriores suicídios de Cleópatra VII e Marco Antônio.

Marković (2015, p. 37-48), então, defende a hipótese de que o segundo ramo da família de sumo-sacerdotes menfitas enxergou esse momento como uma oportunidade de chegar ao poder religioso principal, que, como vimos, não se restringia apenas a Mênfis, mas ao Egito como um todo, já que o pontífice possuía o título de “sumo-sacerdote de todos os deuses e deusas do Egito e chefe de todos os profetas do Egito”.

Durante o Período Ptolomaico, o título de pontífice menfita era hereditário. Após o falecimento de Pasherentah III (41 a.C.),²⁷ seu filho, Imhotep/Padibastet IV, já abordado acima, possuía apenas cinco anos de idade, o que o impedia de assumir o cargo. Tendo em vista esta vacância, Marković (2015, p. 43) sugere que Pasherenamun I teria ocupado o ofício.²⁸ Ele era irmão de Taimhotep, mãe de Imhotep/Padibastet IV e esposa do falecido Pasherentah III. Taneferhor era irmã de Taimhotep e de Pasherentah I, de quem também era esposa.

O pai de Pasherenamun I, Kahapy, tinha muitos ofícios importantes, tanto em Mênfis quanto em Letópolis, porém conseguiu atingir uma importância maior no escalão sacerdotal após o casamento de sua filha, Taimhotep, com Pasherieptah III, o sumo-sacerdote, em 58 a.C. Este caso é um dos exemplos das intrincadas relações familiares e políticas entre as duas linhagens de sumo-sacerdotes menfitas de Ptah. Como já mencionamos, Imhotep/Padibastet IV era muito novo para ocupar o cargo de sumo-sacerdote. Logo, seu tio Pasherenamun I provavelmente passou a ocupar o posto até a sua morte, que, supostamente, ocorreu antes da assunção de Imhotep/Padibastet IV como sumo-sacerdote, em 39 a.C., quando este tinha apenas sete anos e dez dias.

Para Marković (2015, p. 43-44), após o falecimento de Pasherenamun I, o segundo ramo da família de sumo-sacerdotes menfitas, encabeçado por Taneferhor, sua irmã-esposa, parece ter tido proeminência. Uma das filhas de Pasherenamun I e Taneferhor, chamada Taibastet, já possuía a proeminente posição de “Grande Esposa do Deus de Ptah”,²⁹ a partir de 44/43 a.C., o que reforça esta perspectiva. Assim, segundo Marković (2015, p. 43-44), Taneferhor teria controlado as decisões políticas de Imhotep/Padibastet

²⁷ Conforme as informações que constam em Reymond (1981, p. 136-160; 160-164, prancha X).

²⁸ É provável que Pasherenamun I tenha sido o sucessor de Pasherieptah III. Infelizmente, sua estela funerária e outros documentos relativos a este indivíduo não chegaram até nós. Conhecemos sua existência através da estela funerária de sua irmã-esposa, Taneferhor (*BM EA 184*) e da estátua de seu irmão, Imhotep (*Museu Pushkin I.1.a.5351*) (Marković, 2015, p. 43).

²⁹ Esse título parece ser uma herança do antigo título de “Esposa de Amon”. As sacerdotisas de Amon que o portavam detinham grande poder no Egito durante as Dinastias XXIII-XXVI (Líbia, Núbia e Saíta), desempenhando um papel central na implementação das políticas de seus pais (Thompson, 1988, p. 143-144; Marković, 2015, p. 44, nota 31).

IV, devido à sua tenra idade.³⁰ O seu irmão, Imhotep, foi o autor das estelas funerárias dos pais do jovem sumo-sacerdote, Pasherientpah III³¹ e Taimhotep.³²

Otaviano pode ter sido informado da situação complicada em Mênfis mesmo antes de ter chegado lá,³³ embora não haja evidências que suportem essa afirmação (Marković, 2015, p. 44). Um fato que corrobora nesse sentido é o enterro de Imhotep/Padibastet IV, que, de maneira anormal, ocorreu sete anos após o seu falecimento, juntamente com o de sua tia materna e provável co-regente, Taneferhor. Os rituais de sepultamento dos dois foram efetuados por Pasherenamun II, que assumiu o cargo de pontífice menfita após a morte de Imhotep/Padibastet IV, e que tinha plenos poderes para efetuar o funeral de seu primo Imhotep/Padibastet logo no início de seu mandato, o que torna muito estranho o fato de não o ter realizado antes.

Outro fato que aponta nesta direção é o ritual de re-sacralização, efetuado por Pasherenamun II, tanto no templo principal de Mênfis (Reymond, 1981, p. 230),³⁴ dedicado a Ptah, quanto em seus santuários anexos, ação interpretada por Marković (2015, p. 41) como provável indício de que algo perturbador ocorreu no interior daqueles muros.

Marković (2015, p. 44) afirma que o grande atraso no sepultamento de Imhotep/Padibastet IV tem de ser visto no contexto da invasão romana, comparando-o com o atraso de um ano e meio no enterro do touro Ápis após a invasão persa do Egito, em c. 526 a.C. As cerimônias funerárias conjuntas de Imhotep/Padibastet IV com a sua tia materna Taneferhor são, para Marković (2015, p. 44-45), uma forte indicação de que tenha ocorrido um conflito familiar. Com o falecimento de Taneferhor, não havia ninguém para se opor ao enterro de Imhotep/Padibastet IV, acontecimento importante na concepção egípcia da vida/morte.

Considerações finais

A falta de evidências concretas sobre a morte de Imhotep/Padibastet IV – indivíduo que, apesar de jovem, ocupou uma posição estratégica dentro dos jogos de poder do Egito, no final do Período Ptolomaico e no início do Período Romano –, torna possível apenas a elaboração de conjecturas acerca do que teria motivado este acontecimento. A

³⁰ Sua mãe, Taimhotep, falecida em 42 a.C., e sua irmã mais velha, Berenice, já estavam mortas nessa época. De acordo com Raymond (1981, p. 202), a morte de Berenice indica circunstâncias também estranhas, já que duas de suas filhas foram enterradas com ela.

³¹ Estela funerária *BM EA 886* (Raymond, 1981, p. 148, prancha X).

³² Estelas funerárias *BM EA 147* e *BM EA 377* (Reyomond, 1981, p. 165-194, pranchas XII-XIII).

³³ Oficiais romanos estariam estabelecidos no Egito antes mesmo de sua conquista formal pelos romanos (Legras, 2014, p. 272-274).

³⁴ Estela funerária *BM EA 184* (Raymond, 1981, p. 230, prancha XVII).

partir das três perspectivas apresentadas, respectivamente, por Reymond (1981), Capponi (2011) e Marković (2015), observamos que cada uma delas se fundamenta em fontes históricas distintas, sem que isso as torne mais ou menos importantes.

Se considerarmos verídico o desejo de Augusto de estabelecer um culto para si, conforme indica Capponi (2011, p. 515-516), isso nos permite elucubrar que ele possuía certo interesse no sacerdócio menfita de Ptah, que, no Período Ptolomaico, era responsável pelo culto aos soberanos Lágidas divinizados. Logo, os sumos-sacerdotes menfitas poderiam ser elementos concretizadores desta vontade do soberano de possuir um culto próprio. Essa visão é reforçada pelo poder de legitimação política e religiosa que o pontificado menfita exercia. No entanto, Capponi advoga que Augusto eliminou Imhotep/Padibastet IV por ver o sumo-sacerdote e a sua posição como uma ameaça ao seu poder, sugerindo que, a partir de então, o soberano tenha criado o cargo de sacerdote do culto imperial.

Consideramos plausível a ideia de Reymond (1981, p. 212), que afirma não ser justificável ignorar como uma estátua do último sumo-sacerdote menfita de Ptah foi encontrada em Cesareia, na atual Argélia. Sua hipótese de que uma parte das famílias remanescentes dos pontífices de Ptah, representada por Padibastet I, cunhado de Imhotep/Padibastet IV, teria se deslocado para Cesareia, seguindo os passos de Cleópatra Selene II, parece plausível, considerando a proximidade familiar entre esses indivíduos.

No entanto, se levarmos em conta a hipótese de Marković (2015) segundo a qual as questões familiares entre as duas linhagens de pontífices de Ptah, encabeçadas por Taneferhor, teriam atrasado, de propósito, o sepultamento de Imhotep/Padibastet IV, o seu sobrinho, a ideia de Reymond (1981) perde um pouco de força, já que coloca em xeque a esperada solidariedade entre os parentes nessas famílias tão poderosas. Pode-se contra-argumentar que Padibastet I, sendo cunhado do jovem pontífice falecido, não tinha laços de sangue tão estreitos com Taneferhor, pertencente à linhagem de Letópolis. Ainda assim, a ideia cunhada por Reymond sobre a possível migração de Padibastet I para a Mauritânia permanece válida.

Tomando em conta todas as ideias e evidências apresentadas, a perspectiva de Marković (2015), de que conflitos familiares teriam resultado no assassinato de Imhotep/Padibastet IV, parece-nos mais plausível. Por consequência, essa interpretação retira de Augusto a responsabilidade por esta morte. Augusto agiu de acordo com os seus interesses ao nomear Pasherenamun II como o novo sumo-sacerdote menfita de Ptah, derrubando de vez a poderosa família menfita/letopolitana. Ademais, estabeleceu para si um culto próprio, criando, para tanto, uma nova linhagem de sacerdotes. Nesse sentido, acreditamos que a presença da estátua de Imhotep/Padibastet IV na Mauritânia romana

possa ser explicada pela fuga de Padibastet I, cunhado do pontífice falecido, para uma região onde agentes políticos ptolomaicos encontraram relativa paz e estabilidade após esse período turbulento, como foi o caso de Cleópatra Selene II.

Referências

- CAPPONI, L. Priests in Augustan Egypt. In: RICHARDSON, J. H.; SANTANGELO, F. (ed.). *Priests and State in the Roman World*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2011, p. 505-526.
- GORRE, G. *Les relations du clergé Égyptien et des Lagides d'après les sources privées*. Leuven: Peeters, 2009.
- GORRE, G.; HONIGMAN, S. Kings, taxes and High Priests: comparing the Ptolemaic and Seleukid Policies. In: BUSSI, S. (ed.). *Egitto dai Faraoni agli Arabi*. Roma: Fabrizio Serra Editore, 2013, p. 105-119.
- LEGRAS, B. Les romains en Égypte, de Ptolomée XII à Vespasien, *Pallas*, n. 96, p. 271-284, 2014.
- LÉVY, I. Le grand-prêtre Égyptien au Musée de Cherchel. *Revue Archéologique*, v. 4, n. 22, p. 73-81, 1913.
- MARKOVIĆ, N. Death in the Temple of Ptah: the Roman conquest of Egypt and conflict at Memphis. *Journal of Egyptian History*, v. 8, p. 37-48, 2015.
- MAYSTRE, C. *Les grandes prêtres de Ptah de Memphis (OBO 113)*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1992.
- QUAEGEBEUR, J. Contribution à la prosopographie des prêtres memphites à l'époque Ptolemaïque. *Ancient Society*, v. 3, p. 77-109, 1972.
- QUAEGEBEUR, J. Documents concerning the cult of Arsinoe Philadelphos at Memphis. *Journal of Near Eastern Studies*, v. 30, n. 4, p. 239-270, 1971b.
- QUAEGEBEUR, J. Inventaire des stèles funéraires memphites d'époque ptolémaïque. *Chronique d'Égypte*, n. 48, p. 59-79, 1974.
- QUAEGEBEUR, J. Ptolomée II devant Arsinoe II divinisée. *Bulletin de l'Institut Français d'Archéologie Orientale*, n. 69, p. 191-217, 1971a.
- QUAEGEBEUR, J. The genealogy of the Memphite high priest family in the Hellenistic period. In: CRAWFORD, D. J.; QUAEGEBEUR, J.; CLARYSSE, W. (ed.). *Studies on Ptolemaic Memphis*. Louvain: Presses Universitaires de Louvain, 1980, p. 64-73.
- REYMOND, E. A. E. *From the records of a priestly family from Memphis*. Ägyptologische. Wiesbaden: Otto Harrassowitz, 1981. v. 1.

- SALES, J. C. As cerimónias de coroação real dos Ptolomeus. Formas de reconfiguração política num país multimilenar. In: PIMENTEL, M. C.; ALBERTO, P. F. (ed.). *Vir bonvs peritissimvs aeqve*: estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2013, p. 307-316.
- SAUNERON, S. *The priests of Ancient Egypt*. New York: Evergreen Books, 1960.
- SELIM, H. A *naophorous* statue in the British Museum (EA 41517). *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 76, p. 199-202, 1990.
- SPEIDEL, M. A. "Idios Logos, Gnomon of the – Law". In: BAGNALL, R. *et al.* (ed.). *Encyclopedia of Ancient History*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2015, p. 3390-3391.
- THOMPSON, D. J. *Memphis under the Ptolemies*. New Jersey: Princeton University Press, 1988.
- VASQUES, M. S. *Crenças funerárias e identidade cultural no Egito Romano: máscaras de múmia*. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. v. 1

O estoicismo vai às fronteiras: as relações entre romanos e bárbaros no pensamento de Sêneca (séc. I d.C.)

The stoicism goes to the frontiers; the relations between Romans and Barbarians in Seneca's thought (1st Century AD)

Cesar Luiz Jerce da Costa Junior*

Resumo: Este artigo trata da construção retórico-argumentativa a respeito dos povos ditos “bárbaros”, no pensamento filosófico de Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C.-65 d.C.), e do modo como o autor entendia a complexa relação intercultural que se apresentava nas fronteiras do Império Romano, em especial aquelas dos rios Reno e Danúbio, onde habitavam germanos e sármatas. As referências aos não-romanos são frequentes em seus escritos; porém, sem caráter sistemático, de forma que compreendê-las em conjunto se faz necessário para se obter um quadro mais amplo acerca do assunto. A partir desses fragmentos discursivos, tentaremos compreender a maneira pela qual Sêneca via o mundo situado além dos tradicionais *limes* romanos, no contexto em que viveu, e em que medida os povos bárbaros poderiam fundamentar noções éticas próprias do estoicismo seguido pelo autor.

Abstract: This article examines the rhetorical-argumentative construction of the so-called “barbarian” peoples in the philosophical thought of Lucius Annaeus Seneca (4 BC–65 AD). It also considers how the author understood the complex intercultural relationship that arose on the borders of the Roman Empire, especially those of the Rhine and Danube, which included Germanic and Sarmatian peoples. References to non-romans are frequent in his writings, but not in a systematic way. Therefore, in order to obtain a broader picture of the subject, it is necessary to understand them together. In light of these discursive fragments, our aim is to demonstrate how Seneca perceived the world beyond the traditional roman *limes* of his time and how barbarian peoples could be the basis of ethical notions proper to the author's stoicism.

Palavras-chave:

Sêneca;
estoicismo;
fronteiras;
bárbaros;
germanos;
citas.

Keywords:

Seneca;
Stoicism;
borders;
barbarians;
Germans;
Scythians.

Recebido em: 05/05/2024
Aprovado em: 20/06/2024

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Considerações iniciais

O alvorecer do século XXI trouxe novos desafios à compreensão da humanidade por parte dos estudiosos das ciências humanas e sociais. O fenômeno redobrado das migrações e transferências populacionais de um canto a outro do mundo, nem sempre de forma pacífica ou consensual, trouxe consigo a necessidade de diálogo com o “outro”, de ter que lidar com diferenças que são intrinsecamente parte não só da existência, mas, também, e sobretudo, das diversas experiências dos seres humanos, os quais se encontram imersos em diferentes espaços ou, no que concerne aos historiadores, no tempo.

Nesse sentido, passado e presente nos oferecem perspectivas múltiplas sobre a questão dos diálogos interculturais. No caso do Império Romano, o tema em questão tem ganhado fôlego nas últimas décadas, e uma visão que podemos chamar de “romanocêntrica”, a título de comparação com o eurocentrismo, tem se tornado cada vez menos popular entre os especialistas. Isso não leva à diminuição da importância histórica do Império Romano para a formação do mundo atual, mas, antes, à crítica salutar a uma visão hierarquizante das sociedades antigas, segundo a qual uma sociedade “atrasada” ou “inferior” poderia alcançar níveis mais avançados de cultura ou “civilização”. Esse pensamento tem como referência o modelo da “aculturação”, conforme nos indicam Funari e Garraffoni (2018, p. 248). No cerne desse debate, surgem os questionamentos ao conceito de romanização, temática que, nos últimos tempos, recebeu grande atenção, sobretudo a partir das ideias do arqueólogo inglês Richard Hingley, que pôs em evidência as origens coloniais do conceito, no século XIX, e sua associação ideológica com a perspectiva que defende a ação romana como civilizadora dos povos bárbaros (Hingley, 2005, p. 15).

Os debates subsequentes relativos ao tema pulverizaram as possibilidades de conceituar romanização ou helenização, mas com diferentes matizes. Enquanto alguns especialistas abandonaram o uso dos conceitos, outros passaram a empregá-los de acordo com seus próprios objetivos metodológicos, conferindo-lhes maior flexibilidade. Essa abordagem reflete a ideia de que as sociedades humanas, a despeito de fenômenos como a guerra e a conquista, são capazes de realizar trocas, compartilhar elementos e selecionar bens culturais que lhes são mais úteis. Esse processo, conhecido como *interação cultural*, é discutido por Frighetto (2012, p. 24).

Nessa mesma linha de pensamento, é preciso lembrar que a conquista e a expansão não foram realidades exclusivas dos romanos. O mundo mediterrânico dos séculos IV a.C. ao I a.C. foi palco de diversos expansionismos competitivos, que se chocavam entre

si, tornando qualquer ideia de um “destino manifesto” dos romanos como senhores do Mediterrâneo altamente equivocada. A própria Cartago, antes de sua destruição final em 146 a.C., alcançou notável expansão de suas redes mercantis nas diversas ilhas do Mediterrâneo. O mesmo pode ser observado nos grandes e pequenos reinos helenísticos, que disputavam territórios e a suserania sobre várias *poleis* gregas e orientais. De maneira semelhante, celtas, germanos e povos nômades das estepes euroasiáticas experimentaram processos de expansão, confederação e migração, motivados tanto por necessidade quanto por ambições territoriais de seus reis. Essas relações, no entanto, não se limitavam à guerra, envolvendo, também, diplomacia e redes de aliança e de cooperação.

Testemunha dessa *Romanitas* em expansão no Mediterrâneo, Lúcio Aneu Sêneca (4 a.C.-65 d.C.), eminente filósofo estoico, representa, em si mesmo, um caso de integração cultural bem-sucedida. Nascido em Córdoba, na província da *Baetica*, Sêneca traz em sua origem hispânica a marca de um mundo em transformação, formado, cada vez mais, por comunidades hispano-romanas, galo-romanas, ítalo-romanas, greco-romanas, sírio-romanas, dentre tantas outras possibilidades, compartilhando inúmeras *homogeneidades* e, ao mesmo tempo, muitas *heterogeneidades*. Embora o Império Romano tenha sido construído através de um processo de expansão progressivo, curiosamente, Sêneca demonstra, por meio de seus escritos, uma total aversão a noções de conquista e expansão militar, as quais são vistas por ele como uma completa insensatez, um traço de pessoas insanas e sanguinárias. Isso é evidenciado mediante o uso de termos como *crudelitas* e *ferocitas*, inventivas que são, sobretudo, dirigidas ao conquistador-modelo de seu tempo: Alexandre (Sêneca, *De clementia*, III, 23, 1; *Epistulae*, XV, 94, 62). O próprio ímpeto expansionista romano (diríamos hoje *imperialismo*) também não escapou de receber censuras, essencialmente as de cunho moral. Afinal, Pompeu, César e Mário levavam seus exércitos para as partes mais distantes do mundo, motivados unicamente por vã grandeza, insensatez e imoderação (Sen., *Ep.*, XV, 94, 64-67). Apesar dessa perspectiva aparentemente crítica aos meios que deram a Roma seu império, Sêneca aceitava o domínio romano como uma realidade consumada e jamais concebeu um mundo que não estivesse sob a égide da autoridade romana. Todavia, estava consciente de que essa autoridade extremamente ampla não abarcava todos os seres humanos que existiam em todas as terras habitadas.¹ Para além das fronteiras romanas havia outras realidades. Eis o autor e a questão sobre os quais vamos nos debruçar a partir de agora.

¹ Estrabão (*Geographica*, II, 5, 8) reconhece o mesmo ao indicar, em termos muito gerais, que existem os territórios sob o controle direto dos romanos e aqueles cujas populações são controladas indiretamente, através de tributos, pois suas terras poderiam não se mostrar vantajosas para uma ocupação efetiva.

Sêneca e as fronteiras

Sêneca foi um autor ímpar em seu contexto, sendo notável pela produção de grandes tragédias e inúmeros tratados filosóficos. No entanto, o filósofo nunca redigiu uma obra específica que, na linguagem de hoje, chamaríamos de *etnográfica*, isto é, uma descrição metódica dos costumes e hábitos de povos diversos. Esse tipo de trabalho seria realizado por Tácito, com *Germânia*, algumas décadas após a morte de Sêneca. Além deste, muitos outros autores romanos seguiram uma tradição consolidada, que remontava aos métodos narrativos de Heródoto, com seu interesse pela análise comparativa dos povos do Mediterrâneo e suas diferenças culturais e históricas (Silva, 2015, p. 45). Embora não tenhamos acesso às obras de Sêneca na íntegra, por meio de certos títulos mencionados por autores posteriores, sabemos que, talvez, o mais próximo de um tratado etnográfico tenha sido sua obra a respeito das tradições religiosas do Egito, intitulada *De Situ et Sacris Aegyptiorum*, e outra, denominada *De Situ Indiae*, que foi dedicada à geografia da Índia. Todavia, ambas estão completamente desaparecidas (Marshall, 2014, p. 43). Dessa maneira, sem a disponibilidade desses textos, todas as referências ao *outro*, aos *não-romanos*, só podem ser encontradas de modo esparso em suas numerosas obras sobreviventes na forma de prosa, tratados e cartas. É esta produção que abordaremos neste artigo.

Nessas obras, encontramos referências aos não-romanos com diferentes finalidades filosóficas, ou seja, Sêneca não necessariamente se interessava pelos povos ditos “bárbaros” por si mesmos. Pelo contrário, utilizava-os, sobretudo, com uma finalidade *retórica e moralizante*, adequando seus costumes aos princípios de sua filosofia estoica. Isso significa que o autor, ao falar dos *outros*, falava também sobre os romanos e para os próprios romanos. Desse modo, a descrição dos hábitos dos povos bárbaros não necessariamente tinha como objetivo a acuidade ou a exatidão que se espera de uma obra de cunho etnográfico, a despeito de todas conterem, invariavelmente, imprecisões. Sêneca fazia, portanto, um uso específico da imagem desses povos através do que chamamos de *exemplum*, um tipo de artifício retórico que buscava transformar questões filosóficas mais abstratas em algo concreto, palpável e exemplificável. Isso demonstra que não existe, nos escritos de Sêneca, uma imagem coerente ou unificada a respeito dos povos bárbaros, pois neles há muitas ambiguidades e contradições, que se manifestavam conforme os objetivos retórico-filosóficos de Sêneca no tópico que este se propunha a desenvolver. A questão emerge, portanto, de verdadeiros *fragmentos discursivos* que, quando reunidos, revelam-nos as diferentes posturas de Sêneca relativas aos povos que habitavam as fronteiras de Roma. Mas, de que forma o autor compreendia a diversidade

humana? Na condição de herdeiro de uma vasta tradição intelectual prévia, sobretudo aquela proveniente do aristotelismo e do platonismo, Sêneca dividia os seres vivos em *gêneros* e *espécies*. Nessa linha de raciocínio, o homem é um gênero e suas espécies podem ser grega, romana e parta. De modo semelhante, seus tons de pele podem ser brancos, negros e amarelos (Sen., *Ep.*, VI, 58, 8-13). Embora não seja mencionada no conjunto dos exemplos fornecidos, podemos deduzir, pela mesma lógica, que “bárbaros”, “germanos” ou “citas” podem muito bem ser consideradas diferentes espécies de seres humanos. Essa é uma visão fortemente calcada na filosofia natural, herdada e desenvolvida pelos estoicos, assim como o é sua visão cosmológica a respeito do mundo habitado: a *cosmópolis*. Essa “cidade comum aos deuses e aos homens” estaria sujeita às regras fixas e eternas da natureza e serviria como palco onde se desenvolvem todos os dramas da humanidade. Nesse contexto, encontramos “cidades em variados locais e nações (*nationes*) separadas por acidentes geográficos; algumas habitam o alto dos montes e outras, receosas, são circundadas por rios e lagos” (Sêneca, *Ad Marciam*, XVIII, 1).² Romanos e bárbaros, por consequência, estão fadados a compartilhar o mesmo mundo, marcado por um caráter de *unicidade*.

O próprio termo “bárbaro”, na sua origem, era um adjetivo pejorativo que designava uma linguagem não reconhecível ou aparentemente ilógica. Seu uso era caracterizado por variações e ambiguidades. Podia ser tomado como uma simples expressão para designar um estrangeiro, num sentido puramente prático. Por outro lado, era empregado, também, como uma postura de desdém em relação àqueles que eram diferentes ou estranhos aos costumes greco-romanos, os quais eram considerados selvagens, brutos e grosseiros (Saraiva, 2006, p. 140). Podemos considerar, do mesmo modo, que o termo carrega consigo uma dualidade universal que distingue o “nós”, aqueles que estão no centro do mundo, do “eles”, que estão às margens, nas periferias (Wiedemann, 2012, p. 223). Tais questões estão igualmente presentes nas obras de Sêneca, que usa o termo “bárbaro” de forma flexível, a depender dos objetivos do discurso proposto, mas sempre num limiar de negatividade, de hierarquias entre povos que reproduzem uma visão tipicamente greco-romana de mundo. Por ser familiar às artes retóricas, o filósofo poderia falar de *barbarismus*, ou seja, do mau uso da língua latina, configurando um sentido pejorativo embutido de antemão (Sen., *Ep.*, XIX, 113, 26). O termo jamais aparece associado a qualquer aspecto referente à Grécia ou aos gregos, que eram os representantes máximos da racionalidade filosófica, desde Sócrates aos antigos estoicos. Este é frequentemente empregado para designar, coletivamente, as populações nortenhas que habitavam além

² Todas as traduções diretas do latim são de responsabilidade do autor.

das fronteiras do Império Romano, as quais, logicamente, estavam muito longe de gozar do mesmo prestígio que os greco-romanos. Entretanto, os bárbaros não necessariamente estavam apenas nas longínquas fronteiras do Norte, pois poderiam ser encontrados no próprio Mediterrâneo, causando idêntico estranhamento. Dramático e contraditório é o juízo de Sêneca sobre o exílio ao qual foi condenado, na ilha de Córsega, por quase dez anos (41-49 d.C.), pois, ao mesmo tempo em que tentava convencer sua mãe, Hélvia, de que seu banimento de forma alguma era um mal, mas um meio para o exercício das virtudes (Sen., *Ad Helviam*, VIII, 1-2), também se lamentava por exasperar-se em uma terra agreste e isolada, imerso em meio à cacofonia de bárbaros (os habitantes da ilha) e, por isso, solicitava a todo custo seu retorno a Roma (Sen., *De Consolatione ad Polybium*, XVIII, 9). Nas obras de Sêneca, seja qual for o contexto, pejorativo ou não, o termo “bárbaro”, de uma forma ou outra, parece estar sempre atrelado, em sua raiz, ao problema das incompreensões da linguagem.

Para além dessas questões de linguagem e retórica, na época de Sêneca, a atenção dos romanos e seu senso de observação das alteridades estavam centrados em povos muito mais distantes do eixo central do Mediterrâneo. Aqui, o caso dos germânicos e citas requer maior atenção. A estes vamos dedicar este espaço, pois estão, da mesma forma, no pensamento e nas palavras de Sêneca. Os contatos entre as tribos germânicas e o mundo romano precediam o filósofo em mais de um século. Tornaram-se mais intensos a partir da migração de cimbrós e teutões para o sul da Gália e da Hispânia. As guerras decorrentes deste processo deram especial visibilidade ao general Caio Mário (Plutarco, *Marius*, 11-12). César, ao lutar contra os suevos, durante sua conquista da Gália, não deixou de notar, para além dos confrontos militares, os costumes e modos de vida daqueles povos que viviam além das margens do Reno (César, *De Bello Gallico*, IV, 1-4). Augusto deu continuidade ao projeto de conquista desses territórios durante seu longo principado, mas seus planos foram frustrados com a fragorosa derrota romana em Teutoburgo (9 d.C.), ocasião que demonstrou a plena capacidade das tribos germânicas de construir uniões políticas, a despeito de suas divisões e conflitos internos, desavenças que, segundo Tácito (*Germania*, 33), eram vistas com grande satisfação pelos romanos. Embora Sêneca e os historiadores modernos falem de “germanos”, essa referência se trata de uma mera generalização. O que havia, na verdade, era um conjunto muito diversificado de povos, os quais tinham variados graus de contato e interdependência em relação a Roma. Alguns destes povos, inclusive, encontravam-se na condição de *clientes*, dentre os quais estavam os frísios, os queruscos, os marcomanos e os quados. Essas populações eram lideradas por reis que recebiam o auxílio romano para manter seus poderes diante de possíveis inimigos (Tac., *Ger.*, 42). Porém, tais distinções e as peculiaridades das relações romano-

germânicas estão completamente ausentes dos escritos de Sêneca, de maneira que todos os germanos são tratados como se fossem um único povo, uma grande coletividade.

Os citas, por sua vez, ganharam espaço na historiografia clássica através dos escritos de Heródoto, que os descreveu como um conjunto de populações nômades que habitava as regiões que compreendem da moderna Ucrânia até o centro da Ásia (Heródoto, IV, 1-144). Roger Batty (2007, p. 2) chama essa região de Pôntico-Danubiana, sendo caracterizada como uma zona de interações das mais variadas entre populações de ambos os lados do Danúbio. A historiografia romana, herdeira dos nomes étnicos (ou gentílicos) gregos, os conservou por uma questão de estilo literário, de forma que, na época de Sêneca, o termo "cita" poderia ser empregado, genericamente e de modo arcaizante, na designação de um conjunto bastante heterogêneo de povos culturalmente e linguisticamente relacionados entre si. Porém, no contexto do primeiro século da Era Cristã, a região Pôntico-Danubiana já não abrigava os citas da época dos autores clássicos atenienses. Nessa época, a região era habitada por um conjunto distinto de populações que os gregos chamavam de sauromatas ou sármatas. Estas migraram para o local e absorveram, em larga medida, os antigos citas, de forma que muitos arqueólogos falam de uma cultura material cito-sármata. Mais bem informado do que Sêneca estava seu contemporâneo, Plínio, o Velho, cujo relato geográfico mostrava um conhecimento mais apurado dessas transformações ocorridas nas estepes, pois afirmou que o nome "cita" já era antigo e aplicável somente a grupos isolados em meio a germanos e sármatas (Plínio, *Naturalis historia*, IV, 81). A aproximação dos sármatas e de outras tribos culturalmente relacionadas da fronteira Danubiana, a exemplo de roxolanos e iáziges, levaram aos primeiros choques com os romanos no período de Augusto (Batty, 2007, p. 225-229). Durante o principado de Nero, no qual Sêneca atuou politicamente, houve paz nas fronteiras germânicas do Reno. As atividades bélicas mal documentadas conduzidas pelo governador Tibério Eliano contra os sármatas, no Danúbio, as quais tiveram objetivos e extensão pouco claros, aparentemente buscava consolidar as posições romanas no noroeste do Mar Negro, região que incluía o Reino do Bósforo e as cidades gregas de Tiras e Ólbia (Drinkwater, 2019, p. 139-140). De qualquer modo, os "citas" forneceram à historiografia greco-romana um modelo exemplar de povo nômade, que, montado a cavalo, guerreava com grande mobilidade nos limites do rio Danúbio. Sêneca, uma vez mais, seguiu os típicos conceitos da geografia grega, e não apresenta, assim como no caso dos germanos, nenhuma distinção substancial entre eles.

Até a época de Cláudio e Nero, as regiões do Reno e do Danúbio se mostraram fronteiras nas quais um intrincado conjunto de estruturas defensivas coexistia com certa *permeabilidade de movimento*, de modo que nunca houve uma barreira impeditiva para o

contato humano, mercantil ou político entre romanos, germanos e sármatas. Atentando-se para as especificidades locais, o mesmo pode ser dito de outras fronteiras, no Oriente e na África. Nessa lógica, o conceito de fronteira, sobretudo no que tange ao espaço Reno-Danubiano, não é percebido de forma estanque, mas como uma franja de territórios onde variados tipos de trocas poderiam ocorrer (Mendes, 2020, p. 323). Mesmo uma barreira monumental, como a Muralha de Adriano, pode ser considerada uma fronteira porosa e complexa na construção de identidades culturais envolvendo romanos e habitantes locais; uma “terra de discussão”, na linguagem dos arqueólogos (Hingley; Hartis, 2011, p. 82-83). Nessa mesma linha de pensamento, podemos imaginar as fronteiras romanas também como um espaço de *estímulo intelectual*, já que os contatos com os não-romanos fomentavam a necessidade de *pensar o outro*, de caracterizá-lo, de refletir sobre seus costumes e normas sociais, religiosas e políticas, não só para comercializar ou combatê-lo, mas, também, para conhecê-lo efetivamente. Porém, tal processo sempre resultou, em maior ou menor grau, na criação de estereótipos, um efeito colateral dessa busca pela alteridade. É justamente essa mistura de elementos que observamos nos textos de Sêneca; um misto de curiosidade intelectual com ideias pré-concebidas. De qualquer modo, as fronteiras existentes na época do filósofo podem ser visualizadas através dos mapas abaixo, em especial a linha que abrange os rios Reno e Danúbio.

Figura 1 – O Império Romano nos tempos de Sêneca e Nero (62 d.C.) em perspectiva global



Fonte: Omniatlas (adaptado por nós).

Figura 2 – Detalhe das fronteiras Reno-Danubianas e seus respectivos povos adjacentes, com traçados roxos diagonais indicando a condição de clientes de Roma (62 d.C.)



Fonte: Omniatlas (adaptado por nós).

Para Sêneca, que nunca esteve nessas fronteiras pessoalmente, esses povos eram, sem sombra de dúvida, mais uma abstração do que uma realidade. É impossível saber quais foram as fontes de informação utilizadas por Sêneca para descrever os costumes dos germanos e dos citas/sármatas, mas é possível que o filósofo tenha se servido de um conjunto muito amplo de fontes disponíveis à época, latinas ou gregas, de geógrafos e historiadores a comentaristas, a exemplo do próprio Júlio César. Curiosamente, em seu *De clementia*, tratado redigido para guiar as ações de Nero, e ápice de sua carreira política (54-62 d.C.), o tema de como proceder com populações no além-fronteiras é praticamente inexistente, salvo em uma breve passagem, na qual declara ser mais meritório a um bom príncipe salvar a vida de seus próprios concidadãos do que ostentar em carros triunfais os despojos manchados de sangue dos bárbaros (Sen., *Clem.*, III, 24, 5). Esse aspecto converge para uma condenação de disposições belicistas para a realização de campanhas de conquista militar, conforme vimos anteriormente.

Germanos, cito-sármatas e estoicismo

Para Sêneca, os povos germânicos e cito-sármatas guardam em si uma grande ambiguidade, e sua representação pode ganhar traços tanto positivos quanto negativos, a depender do uso retórico e moral que se propunha na modalidade dos *exempla*. Absolutamente nenhuma reflexão etnográfica da parte do filósofo estava desacompanhada

de alguma consideração moral-cosmológica associada às doutrinas estoicas. Portanto, estava sempre em subordinação ao objetivo maior que era exemplificar, da melhor maneira possível, os benefícios de uma vida filosoficamente guiada ou as consequências perniciosas da ausência de racionalidade. No *De providentia*, tratado de natureza teológico-cosmológica, o filósofo defende a necessidade da existência, nos termos da doutrina estoica, de uma providência divina (ou *lógos* cósmico), que mantenha a unidade e o ordenamento do universo (Sêneca, *De providentia*, I, 1, 1), elemento central naquilo que pode ser entendido como um *conceito de deus* no pensamento do autor. Contudo, essa ideia não tinha um sentido plenamente monoteísta ou cristão, mas remetia, sobretudo, à noção estoica de *natureza*. No processo de demonstração desse *logos providencial*, Sêneca aborda o problema dos múltiplos males que afligem a humanidade e sua aparente coexistência – contraditória – com uma divindade que necessita ser sumamente boa. “Por que tantos males acometem homens bons?”, pergunta Sêneca a seu interlocutor, Lucílio (Sen., *Prov.*, I, 1, 1).³ Para Sêneca, enfrentar os males enviados pela natureza providencial era um meio de aperfeiçoamento ético, uma espécie de caminho de autoformação trilhado em condições de dureza que, inversamente à opinião dos indivíduos, os incitaria a obter o melhor de si mesmo; um bem, portanto, não um mal; um artifício lógico que permitia a Sêneca escapar da incômoda dicotomia entre uma natureza providencial essencialmente boa e a existência de numerosos males, possivelmente uma resposta às concepções teológicas epicuristas (Costa Junior; Frighetto, 2016, p. 53-57).

Para reiterar seu argumento ético segundo o qual aquilo que os indivíduos, em geral, entendem por males são, na realidade, um bem, Sêneca recorre ao *exemplum* retórico a respeito do modo de vida dos germanos e dos citas, tomando-os como referenciais de virtude. Trata-se, portanto, de uma perspectiva inicialmente positiva em relação àqueles povos que habitavam além do Reno e Danúbio. “Considera todos os povos (*gentes*) que a paz romana não alcança, falo dos germanos e de quaisquer outros povos que vagam próximos ao Istro” (Sen., *Prov.*, I, 4, 14).⁴ A referência aos “citas” não é nomeada, mas a descrição de um estilo de vida nômade ou seminômade, o “vagar”, não deixa margem para muitas dúvidas a respeito da identidade desses grupos étnicos, dentre os quais se encontram os sármatas, os roxolanos, os iáziges e as tribos afins.

Sêneca descreve o modo de vida dessas populações de maneira sombria e árdua, pois estavam acossadas por um “inverno eterno” (*Perpetua hiemps*) e condenadas a viver sob “céus tristes” (*triste caelum*); tampouco o solo empobrecido lhes dá melhores

³ Amigo do filósofo, poeta e político romano. Foi governador da Sicília durante o governo de Nero, provavelmente através do patronato do próprio Sêneca.

⁴ “Istro” é o modo pelo qual o rio Danúbio também era conhecido na Antiguidade.

condições de sustento na prática da agricultura (*maligne solum sterile*). A vida dos povos do além-fronteira, segue Sêneca, é uma luta diária onde não existem lares ou domicílios, cabendo a cada indivíduo apenas o lugar onde é capaz de descansar; o alimento é simples e obtido com as próprias mãos (caça e coleta),⁵ e as vestimentas, praticamente inexistentes, a despeito de um clima tão rigoroso (Sen., *Prov.*, I, 4, 14). O quadro é fechado com um claro apelo retórico: “Esta é a vida de tantas gentes que a ti [Lucílio] parece tão calamitosa!” (Sen., *Prov.*, I, 4, 15). No quesito vestimentas, Sêneca retoma essa questão em suas *Epístolas*, com o mesmo propósito de reforçar a importância ética da simplicidade e a total recusa aos luxos ostentatórios. Ali, afirma que a única roupa que basta aos citas são suas peles de raposa e arminho, agradáveis ao toque e impermeáveis aos ventos gélidos (Sen., *Ep.*, XIV, 90, 16). Em outra epístola, seguindo a mesma linha de raciocínio, as insígnias régias que carregavam os reis citas e sármatas são elencadas como disfarces luxuosos para possíveis comportamentos maldosos (Sen., *Ep.*, IX, 80, 10). A pobreza material dos germanos e dos citas não deixa de ser convergente com outros relatos da mesma natureza, a exemplo dos *Comentários* de César, que igualmente descreve os germanos em termos muito similares aos de Sêneca (César, *BG*, IV, 1-3). Tácito, da mesma forma, não deixa de mencionar as dificuldades próprias aos germanos, que são capazes de suportar, por conta do clima, o frio e a fome (Tac., *Ger.*, 4), mas contraria Sêneca ao indicar que a região era, de fato, produtora de grãos, porém nada fornecia em ouro e prata (Tac., *Ger.*, 5). Estrabão (*Geo.*, VII, 1, 3) igualmente, realça que os germanos migravam com facilidade quando não tinham mais condições de sustento em determinado território, o que os tornava semelhantes aos nômades, com suas cargas e rebanhos. Não há distinção clara entre quais dessas características seriam próprias dos germanos e quais seriam dos sármatas. Para Sêneca, contudo, pouca ou nenhuma importância tinham as suas múltiplas diferenças culturais, bastando apenas o uso retórico de suas alegadas adversidades. “Parecem a ti miseráveis?”, pergunta o filósofo a Lucílio (Sen., *Prov.*, I, 4, 15). A resposta é negativa. Não há miséria ou infelicidade em se seguir os ditames da natureza providencial, o “deus” (no singular) de Sêneca. Da necessidade nasce o desejo e o prazer (*voluptas*) da virtude e, portanto, o fortalecimento da alma daquele que luta incessantemente na arena, que é a existência humana (Sen., *Prov.*, I, 1, 15-16).

Em suma, os povos bárbaros ilustram a virtude justamente porque vivem da forma mais austera possível. Também percebemos esse aspecto no discurso de Tácito, que claramente contrapunha a simplicidade honesta dos povos germânicos com a

⁵ Na retórica das oposições exemplares, as elites romanas estão no lado oposto, pois tinham os mais extravagantes tipos de alimento ao seu dispor, cujo consumo desenfreado causava até mesmo males à saúde, sem contar a mobilização de um exército de escravos para servir tantos pratos (Sen., *Ep.*, XV, 95, 24-29).

perversidade refinada dos próprios romanos (Tac., *Ger.*, 19). Muito embora a cultura material dos povos germânicos e sármatas tenha sido diferente daquela dos romanos, a ênfase na pobreza e na precariedade não deixa de conter certo exagero retórico, pois a finalidade dessas observações é, justamente, enfatizar as adversidades que fortalecem o espírito.⁶ Apesar dos exageros retóricos, a exemplo da descrição do clima extremo, que é mais anedótica do que real (Batty, 2007, p. 55), a investigação científica a respeito dessas populações parece dar ao filósofo certo crédito, pois a Arqueologia tem revelado uma cultura material de porte muito menor do que aquela de povos vizinhos, em especial da dos ricos assentamentos fortificados dos gauleses (*oppida*), muito maiores e dotados de grande produtividade agrícola. O mundo dos povos falantes das línguas germânicas era formado por aldeias de pequenas dimensões,⁷ que praticavam uma agricultura, de fato, precária, pois além da extensa cobertura de grandes florestas, o solo, difícil de ser cultivado, só se tornaria mais produtivo com ferramentas agrícolas mais eficientes, introduzidas muito tempo depois, durante a Idade Média (Heather, 2018, p. 26-31). No caso da região Pôntico-Danubiana dos citas/sármatas, a cultura material mostra uma economia agrária igualmente pouco ou nada urbanizada, com assentamentos agrícolas dispersos, em coexistência com atividades pastoris típicas de grupos de grande mobilidade, nômades ou seminômades (Batty, 2007, p. 292-295). A despeito disso, é preciso lembrar que se trata, também, de uma questão de perspectiva: para um romano como Sêneca, qualquer estilo de vida que não fosse minimamente parecido com aquele da Península Itálica, altamente urbanizada, certamente pareceria pobre e destituído de bens.

Se a austeridade virtuosa e a *fortitudo* dos germanos e dos citas/sármatas são razões positivas para servir de *exemplum* moral no *De providentia*, o mesmo não ocorre em outro tratado, destinado a investigar as causas e consequências daquele que é um dos piores males que podem afligir os seres humanos. No *De ira*, os mesmos elementos teóricos estoicos estão presentes no argumento de Sêneca: a irascibilidade deve ser banida da alma humana, pois, além de distorcê-la grosseiramente, o comportamento furioso é contrário à disposição da natureza, que fez os seres humanos para mútua ajuda, ao passo que a ira serve para sua mútua destruição (Sen., *Ira*, I, 5, 2-3). Nem mesmo em batalha, para soldados diante do inimigo, ela é útil, pois é mais fácil se esforçar no sentido de banir o vício do que tentar administrá-lo (Sen., *Ira*, I, 7, 1-3). Por ser uma das muitas paixões (*adfectus*) da alma, a ira é compreendida por Sêneca como uma verdadeira patologia, e as comparações com a Medicina, algo frequente nos escritos do filósofo, estão igualmente

⁶ Esta ênfase não deixa de lembrar, igualmente, os lamentos de Ovídio, exilado em Tomis, naquela mesma região, descrita como gélida e à mercê da cavalaria do getas (Ovídio, *Epistulae ex Ponto*, I, 2, 15-25).

⁷ Algo que é igualmente enfatizado por Tácito (*Ger.*, 16).

presentes aqui (Sen., *Ira*, I, 7, 4). Para explicar suas posições a Aneu Novato,⁸ os germanos são novamente mencionados como exemplo. No entanto, seu retrato é apresentado de forma muito mais ambígua, ou mesmo negativa, já que a finalidade dessa comparação é mostrar os efeitos das paixões nocivas, e não das virtudes. “Quem tem mais bravura do que os germanos?”, pergunta Sêneca a Novato (Sen., *Ira*, I, 11, 3). O aparente elogio, contudo, guarda consigo uma forma de censura, ao mesmo tempo que retoma alguns aspectos mencionados no *De providentia*, sobretudo no que diz respeito às terríveis condições climáticas do Norte:

Quem é mais audaz em suas incursões do que eles? Quem tem mais amor pelas armas aos quais são nascidos e criados, sua única preocupação em detrimento de tudo mais? Quem é mais resistente a todos os tipos de dificuldades, pois em grande parte não protegem seus corpos com armaduras nem se abrigam do perpétuo rigor do clima?” (Sen., *Ira*, I, 11, 3).

Sêneca diz, portanto, que os germanos se entregam cegamente às suas paixões, sobretudo à ira e à fúria, o que os torna impetuosos em batalha, guerreiros realmente formidáveis, a despeito da leveza ou, até mesmo, da inexistência de proteção corporal, aspecto que Tácito também afirma em *Germânia* (6). A passionalidade extrema dos povos bárbaros também é reforçada em outro escrito de Sêneca, uma de suas consolações, em que afirma que a dor da perda dos entes queridos e do luto costuma afligir “[...] mais os bárbaros do que os homens calmos e educados [...]” (Sen., *Marc.*, VII, 3). É uma passagem breve, mas que reitera uma visão hierárquica que coloca, dessa maneira, os bárbaros numa escala claramente inferior, por serem incapazes de controlar suas emoções. Mas, por que razão tanta passionalidade e tamanha irascibilidade? Para Sêneca, a resposta a essa questão passa, invariavelmente, por um perfil antropológico. Germanos e citas/sármatas (estes últimos igualmente nomeados) possuem um caráter que é necessariamente inato (*natura ingenia*), forte e sólido (*fortior solidaque*), e, portanto, naturalmente propenso à irascibilidade. O vigor inato dessas populações nortenhas, a despeito de produzirem um comportamento furioso, é um campo fértil para muitas qualidades, diz Sêneca, mas, se for negligenciado ou descuidado, torna rapidamente bravura em temeridade, de forma que tal tipo de disposição necessita ser “domada” (*domita sunt*) adequadamente (Sen., *Ira*, II, 15, 1-3). É inevitável não pensar que, ao utilizar tais termos, Sêneca invariavelmente assemelha os bárbaros às feras selvagens. Em outras obras do filósofo, nas *Consolações* a Hélvia e a Políbio, a linguagem utilizada para retratar germanos e citas complementa essa ideia grandemente, mesmo que de forma rápida e sem grandes desenvolvimentos, por

⁸ Irmão mais velho de Sêneca.

meio da qual os citas são descritos como ferozes e indomados (*ferarum indomitarumque gentium*) (Sen., *Hel.*, VII, 1). Da mesma maneira, o uso do termo *ferox* e suas derivações (*gentes ferocissimas*) é empregado na descrição dos inimigos que Druso Cláudio, irmão mais jovem do imperador Tibério, enfrentou em suas campanhas militares na Germânia (Sen., *Pol.*, XV, 5). Assim, em obras tão distintas, temos uma notável convergência de termos nada lisonjeiros para os povos de além-fronteira, pois é evidente que a fúria tem íntima relação com a ferocidade.

De acordo com Sêneca, a ira, que impele os germanos à guerra, também é um aspecto da fragilidade destes, pois podem ser facilmente batidos por um exército que lute com a devida disciplina e ordem, pois é lógico que, no estoicismo moral de Sêneca, nada de bom pode ser obtido da ira: “Ainda assim, estes [os germanos] são os mesmos a quem hispanos, gauleses, asiáticos e sírios, homens brandos para a guerra, matam ainda antes de serem capazes de ver a chegada de uma legião romana, vitimados apenas pela sua própria fúria” (Sen., *Ira*, I, 11, 4). Nesta passagem, podemos observar várias questões importantes. Em primeiro lugar, vemos que Sêneca enfatiza o papel bélico dos não-cidadãos que compunham os corpos auxiliares (*auxilia*) do exército (em clara distinção às *legiones*, compostas por cidadãos), definindo-os como gentes brandas ou calmas (*molles*) na guerra. Isso reflete o sentido de serem *disciplinados*, isto é, capazes de lutar sem demonstrar fúria irracional ou temerária, de forma ordenada e seguindo ditames precisos. Portanto, seriam superiores aos germanos na arte da guerra. Ao mesmo tempo, o filósofo nos fornece um testemunho eloquente da diversidade étnica do exército romano nos tempos de Cláudio e Nero, quando somente 48,7% eram itálicos, segundo estatísticas mais recentes baseadas em nomenclatura (Fields, 2009, p. 7-10). Porém, mais importante ainda, o recurso à imagem de um campo de batalha, em que uma formação disciplinada se sobrepõe ao ímpeto passional do adversário, não é fortuita e nada mais é do que uma metáfora para a luta ética enfrentada por todos os indivíduos numa vida filosoficamente guiada, autodisciplinada, no controle estrito de suas próprias paixões e emoções, inimigos sempre à espreita. É o funcionamento da retórica estoica em sua total plenitude.

Palavras ainda mais severas, porém, são usadas para descrever o comportamento passional dos germanos, somado a um alerta aos próprios romanos, que podem vir a enfrentar um inimigo de grande envergadura se eles próprios não cultivarem a virtude: “Mas, veja bem, se a eles [os germanos], que são ignorantes dos prazeres e excessos, for dada disciplina aos corpos e razão às mentes, então, nós, romanos, certamente seremos forçados a retornar aos velhos costumes” (Sen., *Ira*, I, 4-5). Embora desprovidos de razão e disciplina, segundo Sêneca, os germanos são, ainda assim, virtuosos ao seu próprio modo por sua frugalidade. Dessa maneira, o autor retoma o argumento desenvolvido no *De*

providentia, algo que os próprios romanos deveriam perseguir, aqueles a quem Sêneca deseja justamente comunicar sua mensagem estoica do quão necessário é o retorno ao *mos maiorum*. É uma perspectiva retórica que qualifica os bárbaros minimamente, apenas para que sirvam de contraponto ao luxo e à falta de moderação dos romanos, mas, ao mesmo tempo, os desqualifica como criaturas passionais, brutas e pouco afeitas à racionalidade.

Apesar disso, Sêneca não deixou de se mostrar admirado por outra qualidade dos bárbaros, que, no fim das contas, não é, de forma alguma, oposta às doutrinas estoicas: o *desprezo pela morte*. E isso não na distante fronteira, mas na própria Roma, talvez até sob o olhar do próprio filósofo. Na carta 70, dois casos são elencados minuciosamente e com grande aprovação. O primeiro, relativo a um germano que, condenado a lutar contra feras no circo (*bestiarius*), optou por se suicidar, utilizando, para isso, um objeto dos mais incomuns, uma vareta com esponja utilizada para limpar fezes nas latrinas, introduzindo-a pela garganta antes do início de um espetáculo matinal. A forma como tal germano buscou sua liberdade, mesmo pelos meios mais precários e abjetos, causou uma grande impressão no filósofo, que não deixou de exprimir a grandeza de tal ato, ao dizer que aquele homem “optou por uma morte suja a uma vida de servidão limpa” (Sen., *Ep.*, VIII, 70, 20-21). Outro bárbaro, cuja identidade étnica não é elencada, tirou a própria vida com a arma que recebeu ao ser igualmente condenado a lutar em uma das naumaquias oferecidas por Nero ao público romano (Sen., *Ep.*, VIII, 70, 26).⁹ Sêneca, cuja aprovação a tal estava alinhada aos princípios do estoicismo, praticou ele mesmo esse ato no ano de 65 d.C., motivado por razões políticas. Está evidente o fato de que seus juízos poderiam ser cheios de nuances e o espelho fornecido pelos germanos e citas aos romanos poderia refletir muitas imagens diferentes, mesmo que contraditórias. É coerente com a história dos bárbaros de outrora: aqueles que, no cerco a Numância conduzido por Cipião, nas guerras pela conquista da *Hispania*, considerados invencíveis, optaram por se matar a se tornarem prisioneiros dos romanos (Sen., *Ep.*, VII, 66, 13). Nesse sentido, os bárbaros, a despeito de sua alegada passionalidade irascível e ausência de razão, poderiam se tornar os mais perfeitos exemplos de dignidade estoica a ser ensinada aos romanos, para muito além de sua aparente barbárie.

⁹ O suicídio de germanos, forçados a lutar nos circos e arenas de Roma, aparenta ter sido algo recorrente, pois um episódio similar também é relatado, quatro séculos depois, por Quinto Aurélio Simaco (*Epistolae*, II, 46), prefeito de Roma, quando vários saxões destinados aos espetáculos optaram pelo suicídio.

Considerações finais

A partir das questões que abordamos acima, percebemos que a visão de Sêneca dos povos do além-fronteiras não obedecia a uma perspectiva necessariamente coerente no modo como autores gregos, ou mesmo romanos, se esforçavam em fazer, a exemplo de Heródoto, Estrabão ou seu contemporâneo Plínio, o Velho. Nesse sentido, qualquer comparação, em especial, com o *Germânia*, de Tácito, faz com que as observações de Sêneca se tornem pouco mais do que anedóticas, já que o filósofo jamais concebeu qualquer propósito que fosse similar ao de uma etnografia ou geografia detalhada dos povos bárbaros que habitavam o norte da fronteira Reno-Danubiana. As passagens de Sêneca revelam características muito mais generalizantes, mas, sem dúvida, existe um elemento convergente entre ambos: a exortação retórica à moralidade, tornando os bárbaros, dessa maneira, espelhos aos quais os romanos poderiam observar seu próprio comportamento pretensamente vicioso, pouco condizente à grandeza reservada ao papel de Roma como senhora do mundo. Essa convergência com a obra de Tácito talvez não seja casual, mas decorrente do fato de este ter sido, igualmente, um adepto, ou, ao menos, simpatizante do estoicismo, numa época de enorme sucesso dessa escola filosófica entre as elites imperiais, além de ter sido um autor igualmente moralizante em suas observações a respeito da sociedade romana, na época do Principado. Entretanto, antes de acusar o filósofo de ser um mau observador das tradições culturais dos povos do além-fronteira, é preciso entender que Sêneca foi um homem com sólidas raízes mediterrânicas e pouco afeito a viagens, além de ter compartilhado da mentalidade de uma elite política e social centrada essencialmente em Roma e na Península Itálica. Para este autor, as fronteiras eram locais distantes e, certamente, pouquíssimo atraentes para a permanência ou estadia.

As dificuldades impostas pelas parcas condições materiais e pela obediência cega às paixões poderiam, ainda assim, perpassar as distinções entre romanos e bárbaros e, a despeito destes últimos serem grandemente rebaixados a uma condição de bruteza, violência e irracionalidade, semelhantes em inúmeros traços a um retrato animalesco, seria equivocado dizer que Sêneca os considerava verdadeiros animais. É certo que o filósofo não escapava a determinados preconceitos típicos de seu meio político e social, já que nenhum indivíduo pode simplesmente se desprender ou se dissociar radicalmente de todo o universo mental que o formou intelectualmente. E, ademais, a retórica de antagonismo entre *civilitas* e *barbarismus* não desempenhou um papel pequeno no repertório cultural do filósofo. Porém, na perspectiva de um estoico, é certo que não escapava ao olhar de Sêneca o fato de que o descontrole passional e a irascibilidade não

eram comportamentos necessariamente condizentes *apenas* aos bárbaros, da mesma forma como atos de bravura e dignidade não cabiam *apenas* aos romanos ou gregos. Afinal, era inevitável a conclusão de que nenhum bárbaro poderia ser mais pernicioso do que uma figura como Calígula, um príncipe romano, o modelo maior de toda e qualquer falta de regramento das paixões, moderação ou racionalidade; um indivíduo que, pela lógica do autor, sentia prazer em se viciar, torturar e executar seus próprios concidadãos; um homem, portanto, insano pela fúria que o movia (Sen., *Ira*, III, 18, 3-4). Os vícios e as virtudes, essa linguagem moral tão cara aos filósofos da Antiguidade, poderiam ser encontrados em seres humanos de variadas origens, de forma que, embora distintos de muitas maneiras e sob a ótica de inúmeros preconceitos e estereótipos, romanos e bárbaros eram, portanto, *plenos de humanidade*, mas isso está longe de se configurar como uma condição de efetiva igualdade.

As contradições contidas no discurso de Sêneca nos remetem imediatamente a um problema tratado por Paul Veyne (1992) num de seus mais interessantes ensaios sobre a extensão e limites da *humanitas* romana, definida elogiosamente como um senso de dignidade humanística dos seres humanos para com seus semelhantes. Os estoicos são creditados por sua ideia de uma universalidade humana ou, também, de uma irmandade, que abarcaria todos os seres humanos que estão na *cosmópolis*, a ideia frequente de ser um “cidadão do mundo”, portanto, um cosmopolita, tradição na qual Sêneca é menção obrigatória, haja vista em seus escritos a perspectiva de que a natureza providencial criou a todos como uma verdadeira família, gerados para viverem em comunidade (Sen., *Ep.*, XV, 95, 53), na qual o ser humano deve ser, para os outros seres humanos, coisa sagrada (Sen., *Ep.*, XV, 95, 33). Questionou Veyne como pôde tal visão universalista coexistir com a aceitação da escravidão e com a ideia do outro como um bárbaro, como um incivilizado. O cosmopolitismo estoico, diz Veyne, até poderia ser mais humano e menos etnocêntrico do que aquele manifestado por Aristóteles, que indicava que os bárbaros deveriam ser colonizados pelos gregos, mas, igualmente, é incapaz de se igualar aos princípios do universalismo humanístico moderno, portanto, muito mais limitante em sua visão e eivado em profundas contradições (Veyne, 1992, p. 285-288). Nos escritos de Sêneca, vemos, de maneira muito evidente, essas contradições elencadas por Veyne, mediante as quais o bárbaro até pode manifestar certas qualidades morais, mas seu descompasso com uma proposta de vida racional e autodisciplinada os coloca mais próximos das feras indômitas do que de homens cultos e tranquilos. Percebemos, assim, que Sêneca, embora entendesse, *em teoria*, a comunidade humana como uma fraternidade, da mesma forma, compreendia, *na prática*, essa humanidade dentro de uma escala hierarquizante, na qual os bárbaros ocupam um espaço marginal, relegados a um mundo gélido, pobre

e violento. Nem mesmo outro estoico com uma visão de mundo semelhante, investido no poder do Principado, Marco Aurélio, deixou de combater os bárbaros e forçá-los à submissão quando assim foi necessário para a segurança do Império Romano, numa clara dissociação entre ação política e estoicismo teórico (Grimal, 2018, p. 153-154). A própria ausência de um esforço etnográfico sistemático, do modo como fez Tácito e outros autores romanos, ou mesmo entre os próprios adeptos da escola estoica, a exemplo de Posidônio de Apameia, um século antes, nos indica que Sêneca não demonstrava grandes interesses pelos bárbaros como um tema relevante a ser desenvolvido para uma audiência de discípulos, mas apenas na medida em que poderia transformá-los em metáforas breves e sucintas, em uma imagem espelhada, com o propósito de advertir seus concidadãos dos perigos dos vícios e afecções da alma, de forma que os romanos não se tornassem, mais do que poderiam ser, bárbaros agitados por incontrolláveis paixões.

Referências

Documentação textual

- CÉSAR. *Comentários sobre a Guerra Gálica*. Tradução de Francisco Sotero dos Reis. Rio de Janeiro: Ediouro, [20-?].
- HERÓDOTO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1985.
- OVÍDIO. *Cartas pôníticas*. Tradução de Geraldo José Albino. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- PLINY, THE ELDER. *Natural History*. Translated by H. Hackham. Cambridge: Harvard University, 1961. v. 2.
- PLUTARCO. *Vidas paralelas*. Tradução de Gilson César Cardoso. São Paulo: Paumape, 1991. v. 3.
- SENECA. *Moral essays*. Translated by John Basore. Cambridge: Harvard University, 1928. v. 1.
- SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. Tradução de J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2014.
- SÊNECA. *Cartas consolatórias*. Tradução de Cleonice Furtado van Raij. Campinas: Pontes, 1992.
- SÊNECA; SALÚSTIO. *Tratado sobre a clemência. A Conjuração de Catilina. A Guerra de Jugurta*. Tradução de Ingeborg Braren e Antônio da Silveira Mendonça. Petrópolis: Vozes, 1990.
- SÍMACO. *Cartas: Libros I-V*. Traducción de José Antonio Valdés Gallego. Madrid: Gredos, 2000.

STRABO. *The Geography of Strabo*. Translated by H. C Hamilton and W. Falconer. London: George Bell & Sons, 1903.

TACITUS. *The complete works of Tacitus*. Translated by Alfred Church, William Brodribb and Lisa Cerrato. New York: Random House, 1942.

Obras de referência

SARAIVA, F. R. *Dicionário Latino-Português*. Rio de Janeiro: Garnier, 2006.

WIEDEMANN, T. E. J. Barbarian. In: HORNBLOWER, S.; SPAWFORTH, A.; EIDINOW, E. (ed.). *The Oxford Classical dictionary*. Oxford: Oxford University, 2012, p. 223.

Obras de apoio

BATTY, R. *Rome and the nomads*. Oxford: Oxford University, 2007.

COSTA JUNIOR, C. L. J; FRIGHETTO, R. A concepção de Deus no *De Providentia* de Sêneca. *Hélade*, v. 2, n. 3, p. 51-58, 2016.

DRINKWATER, J. *Nero*. Cambridge: Cambridge University, 2019.

FIELDS, N. *The Roman army of the Principate (27 BC-117 AD)*. Oxford: Osprey, 2009.

FRIGHETTO, R. *A Antiguidade Tardia*. Curitiba: Juruá, 2012.

FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, R. S. A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização. *Heródoto*, v. 3, n. 2, p. 246-255, 2018.

GRIMAL, P. *Marco Aurélio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

HEATHER, P. *Emperadores y bárbaros*. Barcelona: Crítica, 2018.

HINGLEY, R. *Globalizing Roman culture*. New York: Routledge, 2005.

HINGLEY, R.; HARTIS, R. Contextualizing Hadrian's Wall: The wall as "debatable lands". In: HEKSTER, O.; KAIZER, T. (ed.). *Frontiers in the Roman World*. Leiden: Brill, 2011, p. 79-86.

MARSHALL, C. W. The works of Seneca, the Younger, and their dates. In: DAMSCHEN, G.; HEIL, A. (ed.). *Brill's companion to Seneca*. Leiden: Brill, 2014, p. 33-44.

MENDES, N. M. O *limes* Reno-danubiano: conceito e prática no Alto Império. *Phoînix*, v. 3, n. 1, p. 321-334, 2020.

SILVA, M. A. O. Heródoto e suas *Histórias*. *Revista de Teoria da História*, v. 13, n. 1, p. 39-51, 2015.

VEYNE, P. *Humanitas*: romanos e não-romanos. In: GIARDINA, A. (dir.). *O homem romano*. Lisboa: Presença, 1992, p. 281-302.

Disputas sucessórias no trono armeno: considerações sobre as relações políticas entre romanos e partas, em Tácito (*Anais*, VI, 31-37)

*Succession disputes on the Armenian Throne: considerations on
the political relations between Romans and Parthians in Tacitus
(Annals, VI, 31-37)*

Rafael da Costa Campos*

Resumo: Este artigo examina um trecho dos *Anais*, de Tácito, que oferece um relato conciso de um conflito militar no Oriente romano. Neste confronto, forças militares armênias, partas e auxiliares se enfrentaram em meio a disputas sucessórias envolvendo armênios, partas e romanos. Tácito analisa o evento, bem como nos oferece indícios sobre os desafios da política externa do imperador Tibério e as interações da dinastia Júlio-Claudiana com reinos-clientes e adversários estrangeiros. Além disso, o autor nos permite observar um pouco das percepções romanas a respeito de povos vizinhos e fronteiriços. Por fim, esse relato destaca as mudanças históricas nas perspectivas imperialistas romanas na passagem da República para o Principado.

Abstract: This article delves into a passage from Tacitus' *Annals*, offering a concise narrative of a military conflict in the Roman East. Parthian, Armenian, and Roman auxiliary forces clashed amidst succession disputes involving Armenians, Parthians, and Romans. Tacitus scrutinizes the event, providing insight into Emperor Tiberius' foreign policy challenges and the Julio-Claudian dynasty's interactions with client kingdoms and foreign foes. Furthermore, he sheds light on Roman perceptions of neighboring and bordering peoples. Lastly, this account illuminates historical shifts in Roman imperialist outlooks from the Republic to the Principate.

Palavras-chave:

Tácito;
Anais;
Oriente romano;
conflitos militares;
perspectivas
imperialistas.

Keywords:

Tacitus;
Annals;
Roman East;
military conflicts;
imperialist
perspectives.

Recebido em: 19/04/2024
Aprovado em: 13/06/2024

* Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pampa. Pós-doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em História Social pela USP. Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel e Licenciado em História pela UFG. Editor-gerente do periódico *Alétheia* – Estudos sobre Antiguidade e Medievo. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano e o Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP).

No Livro VI dos *Anais*, Tácito interrompe sua narrativa sobre os problemas dinásticos do governo de Tibério César Augusto para introduzir um relato de cinco capítulos a respeito de uma contenda militar que ocorreu na fronteira oriental do Império Romano. No ano 35 EC, eclode o tensionamento pelas disputas sucessórias ao trono do Reino da Armênia, a partir de pressões recorrentes da monarquia pártica, o que mobiliza o *princeps* a interferir politicamente na região.

Tácito (*Annales*, VI, 31, 1) relata que uma comitiva de aristocratas da Pártia foi à cidade de Roma para se queixar da postura beligerante e arrogante do rei Artabano II. Da mesma forma, esta se opunha à condução do primogênito, Ársaces I, ao trono armeno, após a morte de Artaxias III, que havia sido instalado no poder com o apoio romano, em 18 EC. A comitiva buscava o suporte de Roma para guiar o filho mais velho do falecido rei, Fraates IV, com o nome homônimo, e, com isso, depor Artabano II. Eles queriam restaurar um membro da linhagem Arsácida ao poder, apesar de a maioria dos anteriores pretendentes ter sido assassinada pelo último, ou, então, ser muito jovem para ascender (Tac., *Ann.*, VI, 31, 2). Fraates IV, que governou entre 38 e 3 AEC, enviara seus filhos para Augusto, em 10 AEC, entre os quais estava o futuro governante Vonones I, cujo breve reinado durou apenas um ano, entre 8 e 9 EC.

Num primeiro momento, podemos compreender que a situação política do Reino da Armênia foi exacerbada pela insatisfação da nobreza parta com Artabano II, o que a levou a buscar o apoio de Roma para instalar outro descendente de Fraates no trono. Nesse período, este rei consolidara seu poder, não apenas exigindo os tesouros deixados por Vonones, na Síria e na Cilícia, mas, também, reivindicando a região que pertenceu aos Impérios Selêucida e Persa. Dois anos mais tarde, após o falecimento de Tibério César, Artabano II conseguirá reafirmar sua posição e assegurará a sucessão de seu filho, Vardanes.

Desde a morte de Augusto, em 14 EC., o dinasta arsácida tentou eliminar a influência do Império na região da Armênia e da Mesopotâmia. A Armênia Menor, que havia se aproximado da órbita romana durante o governo do primeiro *princeps*, agora estava firmemente sob sua influência, mediante a nomeação de governantes, tanto armênios quanto não-armênios, para a sua administração. As legiões próximas ao Norte e ao Oeste ameaçavam a hegemonia do território parta na região.

Simultaneamente, manter a realeza cativa, em Roma, potencializava a instabilidade política interna. Esse expediente, criado por Augusto, foi seguido pelos imperadores Tibério, Calígula e Cláudio. O território armênio, descrito por Tácito, tornou-se uma região com governadores romanos, ibéricos (georgianos) e de outras origens, os quais se alternavam no poder. Enquanto isso, os partas tentavam impor seus próprios candidatos e

incitavam a rebelião local contra Roma. Ao mesmo tempo, a aristocracia armena da parte oriental alinhava-se com os partas, ao passo que aqueles da parte ocidental continuavam a buscar proteção junto aos governadores romanos da Síria (Bournotian, 2006, p. 41).

Para compreender o desvio de Tácito na história do Principado de Tibério, é necessário analisar a história das relações entre a Pártia, a Armênia e Roma. A primeira, que se estendia do Eufrates à Ásia Central, era um centro cultural diversificado, fortalecendo seu poder por meio de uma rica identidade cultural e por ligar Roma à China. No princípio, era uma satrapia aquemênida, mas, em seguida, a Pártia se tornou uma província selêucida, com fronteiras que alcançavam o Mar Cáspio e o rio Oxus. No século III AEC, a tribo dos *parni* invadiu o território, o que resultou no uso do termo “partas”, tanto no contexto político quanto no étnico. A língua oficial, originada do iraniano noroeste, passou a se integrar a um ambiente multilíngue.

Ao longo de séculos, o controle militar parta se expandiu da cidade de Asaak, culminando na coroação de Ársaces I. Este aproveitou o enfraquecimento dos Selêucidas, após a morte de Antíoco II, para assumir a dominação da Pártia, em 239 AEC. O primeiro dinasta tentou expandir seu território, sem sucesso, mas a instabilidade regional permitiu uma expansão posterior, seguida por seu filho e sucessor, a partir de 217 AEC. Assim, embora Antíoco III tivesse tentado retomar o controle de algumas províncias, acabou reconhecendo a realeza e soberania de Ársaces II em um acordo incontestável sob os reinados seguintes de Fríapates (191-176 AEC) e Fraates I (176-171 AEC) (Brosius, 2006, p. 81-86).

De outra parte, descobertas arqueológicas recentes sugerem que os armênios, antes vistos como migrantes indo-europeus, podem ser nativos do Cáucaso e da Anatólia. Existe a possibilidade de terem adotado o nome do Império Hitita ou de terem se estabelecido na região de *Arme-Shupria*, incorporando termos não originados de raízes proto-europeias em seu vocabulário. Algumas pesquisas argumentam que o povo da Armênia coexistiu com outras etnias da região antes da chegada dos indo-europeus, o que explica a singularidade linguística dessa coletividade. A pressão de impérios circundantes levou esse grupo étnico a formar alianças, bem como a adotar lendas e vocabulário de outras culturas, desenvolvendo-se independentemente até serem reconhecidos como a nação do Cáucaso. Apesar das controvérsias, alguns acreditam que os armênios são nativos da “Armênia Histórica” (Bournotian, 2006, p. 17-18).

Após o fim do Reino de Urartu e o início do Império Persa Aquemênida, a história do Planalto Armênio entra em um período obscuro, devido à falta de registros. No entanto, o povo da Armênia começou a se sobressair dentre as tribos sob o controle persa, preservando sua identidade e idioma, apesar da influência desse Império. As

interpretações gregas da região apenas forneceram uma visão fragmentada, conquanto se notem sinais de uma tradição, especialmente quando líderes conseguiram mobilizar grandes contingentes militares. No final do século IV AEC, a nomenclatura “Orontes” deixou de se referir apenas ao cargo de sátrapa, e tornou-se sinônimo de realeza. Mesmo com as conquistas de Alexandre, em 331 AEC, e a mudança do domínio persa para o macedônio, a dinastia Orôntida manteve seu controle sobre a Armênia (Garsoian, 1997, p. 42-46).

Após a morte de Seleuco I, em 323 AEC, a cultura grega foi introduzida naquele império não-grego, mas a identidade armena manteve suas raízes persas. Com o declínio do Império Aquemênida, a dinastia Orôntida ganhou independência e fundou a capital Eruandacerta. Estabeleceu três territórios: a Armênia Inferior, helenizada; a Armênia Superior, autônoma; e Sofena, que alternava entre a independência e a subordinação à Armênia Superior. A supremacia orôntida terminou durante o reinado de Antíoco III, quando a nação do Cáucaso se submeteu politicamente e Artaxias iniciou uma nova era dinástica no país eurasiático, em 190 AEC (Bournotian, 2006, p. 24-26).

A ascensão da dinastia Artáxida marca um momento de interseção entre o Reino Armênio e seus vizinhos ocidentais e orientais. Nos séculos II e I AEC, a Armênia evitou a ameaça de dominação estrangeira devido à fraqueza dos Selêucidas e ao ressurgimento do Irã sob os Arsácidas, possibilitando o desenvolvimento de ambições locais. Os Selêucidas, buscando recuperar o controle da costa síria e da Mesopotâmia, subjugaram os judeus, em 165 AEC, e lançaram ataques à Pérsia e à Armênia durante o reinado de Artaxias.

Embora este último tenha sido derrotado e capturado por Antíoco IV, em seguida foi liberto e continuou a governar mediante o pagamento de tributos. Roma, portanto, que já observava a Armênia como uma possível aliada ou vassala, mesmo que estivesse descontente com a situação nesta região, não interveio devido às preocupações internas e à sua campanha final contra Cartago.

De todo modo, o Império Selêucida gradualmente perdia sua dominância, em um processo de retração política e territorial que perduraria pelos próximos 100 anos. Sob Mitrídates I (171-138 AEC), o Império Parta surgiu como força política, mesclando as culturas persa e helenística. Estabeleceu-se na Mesopotâmia, tendo Ctesifonte como capital. Diante do declínio do Império Selêucida e com a morte de Diódoto II, o líder Mitrídates I conduziu uma campanha contra a Bactria, expandindo o território rumo à hegemonia no Oriente Médio Helenístico. Os sucessores de Mitrídates mantiveram a estabilidade do Reino, enquanto os Selêucidas aceitaram a impossibilidade de retomar suas antigas províncias orientais. O Reino Greco-Báctrio foi posteriormente dominado

pelas tribos cuchanas, que estabeleceram um império duradouro entre o Tadjiquistão e a Índia, delimitando a fronteira com os partas (Brosius, 2006, p. 88; Overtoom, 2020, p. 154).

Durante o reinado de Mitrídates II (124-88 AEC), o Império Parta expandiu-se, conquistando reinos do norte da Mesopotâmia e retomando territórios, como a Babilônia. Em resposta às ameaças invasoras, Mitrídates aliou-se ao Império Chinês, o que resultou na Rota da Seda. Seu domínio estendeu-se até a Armênia e a Ásia Menor, e uma aliança com o rei do Ponto fortaleceu ainda mais o Império. A fronteira com Roma foi formalizada em 96 AEC, destacando a crescente influência da Pártia, que focou na fronteira ocidental até o século II EC, a despeito dos limites de apresentação das fontes romanas.

Após a derrota de Antíoco III, em 191 AEC, Roma interveio nas províncias selêucidas, na Ásia Menor e Oriente Próximo, e promoveu a fragmentação política em estados menores favoráveis a ela, que serviram de barreira contra o avanço dos partas: perante o desfecho da batalha de Magnésia, e com o acordo de Apameia, selado em 188 AEC, a Armênia, a Capadócia, a Comagena e o Ponto foram reconhecidos pelos romanos como reinos independentes aliados. Em contrapartida, os partas assumiram o controle da Pérsia e se consolidaram no Oriente, além de terem resistido à tendência pró-Roma. As relações entre Roma e o Império Parta permaneceram tensas devido às investidas militares romanas, especialmente a partir das Guerras Mitridáticas, que ocorreram entre 90 e 65 AEC (Bournotian, 2006, p. 29; Brosius, 2006, p. 90-92).

Em 60 AEC, o rei Mitrídates VI buscou refúgio com Tigranes após a derrota, provocando o ataque do general Lúculo. Eles pediram ajuda ao rei Fraates III, estabelecendo o Eufrates como fronteira entre Roma e a Pártia. Lúculo não invadiu a Pártia, mas Crasso, líder romano na Síria, declarou-lhe guerra, visando a expandir a “Cidade Eterna” até a Índia. Seu plano falhou, culminando na Batalha de Carras, em 53 AEC, na qual a capital italiana sofreu uma grande derrota. Isso levou à guerra entre Otávio e Antônio, culminando na Batalha de Filipos.

A Pártia, agora inimiga de Roma, atacou a Síria e a Ásia Menor. Antônio, aliado da Armênia, foi derrotado pelos partas, em Fraaspas, onde perdeu 24 mil soldados. Após uma derrota que diminuiu a influência dos romanos na Armênia, Augusto adotou uma estratégia diplomática e militar equilibrada para manter o domínio imperial na região. Notavelmente, após uma tentativa malsucedida de aliança entre os partidários de Antônio e os da Pártia, para conquistar a Síria, em 40 AEC, os partas ajustaram sua política externa em relação a Roma. Preocupados com um possível avanço romano, os primeiros consideraram que a região do Oriente Próximo era grande o suficiente para uma coexistência pacífica entre os dois impérios (Schlude, 2012, p. 23).

É importante realçar que Augusto definiu um modelo de relações externas que foi o paradigma romano durante grande parte do período imperial. Este modelo consistia numa estratégia de interferência indireta nos assuntos políticos dos reinos próximos ao *limes* romano. Sempre que possível, Roma optava por permitir que seus reinos clientes resolvessem os seus próprios conflitos, evitando, assim, o uso e o custo das suas próprias forças militares, como exemplificado no relato de Tácito. Após a batalha de Áccio, em 31 AEC, Augusto estrategicamente acolheu Tirídates, um aspirante ao trono parta, na Síria, e recusou o pedido do governante armênio Artaxias para resgatar seus irmãos reféns em Roma, colocando Artavasdes em seu lugar.

Anos depois, o monarca retornou a Roma com o filho sequestrado de Fraates IV. Este rei solicitou a liberação de seu descendente e a tutela do monarca, mas Augusto optou por não interferir nas questões partas. Ele permitiu que Tirídates permanecesse em Roma, ao mesmo tempo que devolveu o filho de Fraates, como um gesto de boa vontade aos partas. Em 20 AEC, Augusto viajou para o Oriente e interveio na Armênia. Na ocasião, destituiu o impopular soberano pró-partas, Artaxias II, e, com o apoio romano, colocou Tigranes no trono. Esta ação foi apresentada, em Roma, como uma vitória militar. A influência de Augusto desempenhou um papel crucial na recuperação dos estandartes romanos que estavam na Pártia.

Em retribuição, Fraates recebeu garantias de que seu reino não seria perturbado. Por outro lado, reconhecia os interesses romanos na Armênia. Um acordo não oficial emergiu, estabelecendo possivelmente o Eufrates como a fronteira entre as respectivas zonas de impacto, o que o *princeps* apresentou à população da cidade de Roma como uma vitória. Celebrou com um triunfo concedido pelo Senado, promovendo também a construção de um arco no Fórum, a emissão de moedas gravadas com *signis receptis* e a representação da transferência dos estandartes na estátua de Prima Porta.

Durante anos, a harmonia entre romanos e partas prevaleceu, inclusive com o envio dos príncipes partas para a capital do Império. Todavia, com a morte de Tigranes II, irrompeu-se uma nova disputa sucessória no trono armeno, desta vez entre Tirídates III e Artavasdes. A situação piorou quando Tibério, encarregado de resolver a querela, abandonou a missão e exilou-se em Rodes, no ano 6 AEC.

A situação se tornou ainda mais complicada com a morte de Fraates IV e a sucessão de seu filho homônimo, que resolveu interferir na Armênia. Gaio César, apontado como possível sucessor do *princeps* à época, recebeu a incumbência de conter as intenções dos partas e resolver a questão *in loco*, enquanto Augusto concordava com a coroação de Tigranes III. A situação foi resolvida em 2 EC, com o encontro de Gaio César e Fraates V, no Eufrates. Em troca de autonomia, o monarca pártico reconheceu os interesses romanos

na Armênia, renunciando ao retorno de seus irmãos e mantendo Roma como fronteira política.

Oito anos depois, novas disputas sucessórias fizeram com que uma delegação parta pleiteasse Vonones, outro filho de Fraates IV, ao trono. Desse modo, este foi conduzido sem interferência direta do imperador. Este sucessor não durou muito tempo no poder: em 12 EC, Artabano II tornou-se monarca, e, nesta ocasião, Roma não interferiu, mantendo sua estratégia de influenciar a política armena e limitar a influência parta.

Essa abordagem evidencia a busca por dominância regional, baseada na presença de líderes aliados na Armênia e na manutenção de relações harmoniosas com a Pártia, além de projetar a imagem de um conquistador estendendo a soberania romana ao Oriente (Gruen, 1996, p. 163). É possível observar, pelas inscrições em monumentos espalhados por Roma e suas províncias, e na moeda imperial, a mensagem propagada por Augusto e seus sucessores. Isso exclui brevemente Domiciano, mesmo com os conflitos militares durante o Período Antonino. Até a ascensão de Septímio Severo, a mensagem seria a de uma coexistência pacífica entre romanos e partas. Isso ocorre apesar da representação visual que posiciona os partas em um lugar de inferioridade – mas não de submissão – em relação aos romanos (Rose, 2005, p. 67-68).

Sob Artabano II (10/11-38 EC), Vonones buscou refúgio e poder na Armênia, onde fora rejeitado tanto pelos romanos quanto pelos partas, e, por fim, acabou sendo eliminado. Pouco tempo após a morte de Augusto e a ascensão de Tibério, em 16 EC, Germânico César designou Artaxias como rei, procurando um líder satisfatório para ambos os lados. Este permaneceu com a autoridade por dezessete anos. Assim como Augusto, Tibério aperfeiçoou sua diplomacia no Oriente, empregando uma estratégia que visava à paz, mas com a ameaça implícita do poder militar romano. Além disso, Artaxias, um líder dedicado à caça e à equitação, representava as preferências dos armênios (Levick, 1999, p. 114-115).

Todavia, após sua morte, em 34 EC, uma vez mais o reino da Armênia tornou-se foco de conflitos, e estes são relatados por Tácito. Agora, diante dos distúrbios na fronteira, Tibério repetira o padrão, mediante o envio de Fraates como quinto membro da dinastia para o trono armeno. À vista disso, Tácito (*Ann.*, VI, 32, 1-2) afirma: “esse era o desejo de Tibério, [...] mantendo seus objetivos de gerenciar assuntos externos por meio de estratagemas, e de manter as armas à distância”.

Contudo, essa estratégia falhou, pois, segundo Tácito (*Ann.*, VI, 32, 2): “Fraates, após abandonar o estilo de vida romano, ao qual se acostumara ao longo de tantos anos, estava adotando os hábitos dos partas, quando, incapaz de se adaptar às suas disposições nativas, foi vitimado por uma doença na Síria”. A bem da verdade, podemos observar a

incapacidade de Fraates em lidar com as pressões e desafios políticos internos no Reino da Armênia, bem como a sua inabilidade em conter as ambições imediatas de seu rival, Artabano (Brosius, 2006, p. 99; Levick, 1999, p. 115). Diante dos fatos, Tibério rapidamente substituiu Fraates por outro pretendente, Tirídates, e mobilizou a província da Síria, sob o comando do governador L. Vitélio, ex-cônsul, e as legiões romanas em estado de alerta (Tac., *Ann.*, VI, 32, 3).

Podemos nos ater a esta passagem um pouco mais e debater como a tradição aristocrática romana pode ter avaliado a postura dos imperadores júlio-claudianos a respeito das relações de Roma com alguns de seus reinos vizinhos. Para Gowing (1990, p. 322-331), as representações dos reis clientes elaboradas por Tácito, em seus *Anais*, seguem um padrão: são reféns da realeza estrangeira que, tendo sido educados em Roma ou ali residido por um longo período, são posteriormente designados para governar uma região que, em essência, lhes é estranha. Os benefícios da vida romana têm consequências, tornando o governante inapto para o poder: seu governo é, muitas vezes, visto como opressivo, tirânico, mal-recebido e desdenhado por seus conterrâneos, além de um instrumento e manifestação inaceitável da servidão imperial.

Naturalmente influenciado pelos valores de sua contemporaneidade, Tácito contrastava o imperador Trajano com seus antecessores em diversos assuntos, principalmente na política externa. A presença pessoal, energia e envolvimento direto deste *princeps* diferiam das ações mal executadas devido à inação dos antecessores da dinastia Júlio-Claudiana. Apesar das omissões e enviesamento, o autor fornece uma crítica da problemática relação entre antigos soberanos e reinos-clientes, além de propor considerações para que a posteridade atue de maneira mais adequada a esse respeito.

Tácito continua seu relato com um capítulo em que descreve a preparação militar para o conflito. O cenário era o seguinte: influenciado pelos romanos, o rei Artabano II estava sendo desafiado internamente pelo candidato Tirídates III e, no território armênio, por Mitrídates. De início, este último persuadiu o rei Farasmanes I, da Ibéria, a orquestrar o assassinato de Ársaces, um dos filhos de Artabano II, que foi indicado ao trono armênio durante este interregno. Em seguida, ambos invadiram a cidade armênia de Artaxata (Tac., *Ann.*, VI, 33, 1).

Ao tomar conhecimento desses eventos, Artabano II designou o seu outro filho, Orodes, ao trono armênio, dando-lhe as forças partas para agir contra os armênios e os iberos. Em resposta, Farasmanes recrutou tropas auxiliares dos sármatas. Os líderes sármatas "aceitaram presentes de ambos os lados e, à maneira local, assumiram alianças opostas", o que sugere que atuaram como mercenários, servindo a ambos os lados do conflito (Tac., *Ann.*, VI, 33, 2). A batalha aconteceu sem uma localização precisa fornecida

pelo autor e foi acelerada por um bloqueio que Farasmanes teria feito a Orodes, o qual, pressionado por seus próprios guerreiros, optou pelo combate (Tac., *Ann.*, VI, 34, 1). Em seguida, Tácito complementa que os partas estavam em desvantagem técnica, por terem apenas a cavalaria, enquanto os iberos também possuíam infantaria. Ele, então, faz uma breve digressão étnica, em que contrasta os armênios e sua aliança com os partas. Mas, tal digressão revela, principalmente, uma comparação entre os romanos e os povos do Oriente:

De fato, os iberos e albanos, por viverem em densas florestas, são mais robustos e resistentes. Eles afirmam serem descendentes dos tessálios, na época em que Jasão, após o rapto de Medeia e o nascimento de seus filhos, retornou à Cólquida para reivindicar o trono vago de Étes. Ambos os exércitos se posicionaram em formação de batalha, e o parta começou a falar sobre o Império do Oriente e a ilustre linhagem dos Arsácidas, argumentando que, em contraste, os iberos eram desconhecidos e dependiam de soldados mercenários. Farasmanes disse à sua tropa que eles haviam permanecido imunes ao domínio parta, e que, quanto maiores fossem suas empreitadas, maior seria sua glória se vencessem, mas também sua desonra e perigo se recuassem. Ao mesmo tempo, destacou seu exército armado e, perante eles, a tropa meda adornada com ouro; de um lado, verdadeiros homens, do outro, apenas a pilhagem [...] (Tac. *Ann.*, VI, 34, 1-3).

Segundo Ash (1999, p. 114-123), os trechos de Tácito têm um forte apelo estético e literário, funcionando como uma amostra histórica convincente para sua audiência. O foco na descrição da batalha está no contraste étnico entre os combatentes. Tácito fornece, indiretamente, detalhes sobre os guerreiros partas liderados pelo rei Orodes, com ênfase na cavalaria, assumindo que os leitores romanos teriam um bom conhecimento das técnicas partas.

Esse contraste é ampliado pela diferença entre o exército do rei Farasmanes e a pompa dos partas, simplificados como medas, refletindo um reducionismo histórico. O discurso de Tácito revela o interesse financeiro no conflito, além de sugerir a desvantagem tática do rei parta, devido à previsão dos combatentes iberos em recrutar mercenários sármatas, o que aumenta a tensão na narrativa. Tácito ressalta a diversidade étnica do exército de Farasmanes, formado por iberos, albaneses e sármatas, em contraste com a descrição menos detalhada dos partas, algo comum na literatura romana, desde a Batalha de Carras, em 53 AEC.

Assim como no território armênio, as primeiras formações estatais da Geórgia emergiram entre os séculos VI e IV AEC, sendo mencionadas em inscrições assírias e urartianas, em textos de autores como Hecateu de Mileto, Heródoto e Arriano, bem como em cunhagens provenientes de transações com o Império Aquemênida. A partir do século IV AEC, a região recebeu influência helenística romana, mediante a dominação da dinastia

mitridática do Reino do Ponto. O Reino da Ibéria é mencionado por Estrabão, Tácito, Amiano Marcelino, além de registros georgianos, inscrições e assentamentos fortificados, que apontam uma extensa integração regional e comercial. Já o reino caucasiano da Albânia, estabelecido na região da Média, após sua independência, decorrente da dissolução do Império Aquemênida, no século II AEC, seria incorporado rapidamente pelo rei Tigranes II. De sua parte, sua independência política nunca foi ameaçada pelos romanos, com exceção de uma investida de Pompeu, em 65 AEC. Contudo, a ameaça dos alanos mobilizaria, adiante, o imperador Adriano, levando a uma aliança formal, em 138 EC, que foi continuada por Antonino Pio, dois anos mais tarde (Rossi, 2013, p. 5-6).

Um aspecto crucial é a caracterização dos ibéricos e albaneses, tidos como bárbaros do Norte, destacados por sua robustez, associada às florestas caucasianas. De forma similar, Tácito opta por não detalhar as táticas sármatas. Essa escolha é respaldada pela suposição de que a audiência já possui tal conhecimento e pelas preferências estéticas do autor. A estratégia narrativa realça diferenças, antecipando uma batalha cativante. Isso sugere que, à maneira dos espetáculos gladiatórios, a seleção dos lados opostos baseava-se na origem dos indivíduos e nas técnicas de luta. O objetivo era maximizar o deleite da audiência por meio de contrastes acentuados.

A oposição expressa na literatura da época com a delicadeza oriental ressalta um viés determinista, vinculado à origem setentrional e à mitologia grega. Os partas eram caracterizados pelo estereótipo do bárbaro oriental, apresentando vestes desarrumadas, cabelos emaranhados e barbas, além de uma postura submissa, que os distinguiu como forasteiros aos olhos dos romanos. De forma intrigante, embora fossem retratados como incivilizados, também eram descritos de maneira tradicional como “orientalizados”, sendo representados como luxuosos e efeminados.

Os estereótipos foram utilizados pelos romanos para justificar a animosidade contra os partas, bem como para se afirmarem como sucessores da tradição grega, particularmente nas batalhas contra os persas. Esta imagem foi empregada para corroborar a superioridade e o poder de Roma em relação ao Oriente. Mesmo não sendo fiéis à realidade, essas representações proporcionaram, aos primeiros, meios para legitimar suas conquistas e domínio.

Tais percepções foram expressas em práticas públicas, como nas encenações de antigas batalhas, e a incorporação de elementos persas nas narrativas fortaleceram a identidade e a autoridade do Império Romano. Essas representações ilustram as dinâmicas de poder entre Roma e o Oriente, e evidenciam a ideologia imperial que corroborava a dominação e a subjugação de outros povos (Brosius, 2006, p. 138).

A seguir, apresenta-se uma descrição da batalha que traz ao leitor a impressão de que se travou um combate bastante disruptivo, truncado e sem grandes planejamentos estratégicos. Tácito destaca a ausência de uma unidade de comando entre os sármatas, uma variedade de formas de batalha, como cavalaria, arco e flechas, corpo a corpo ou formação cerrada, algo bastante distinto das descrições das movimentações legionárias romanas em outras ocasiões (Tac., *Ann.*, VI, 35, 1). Em determinado momento, Farasmanes e Orodes se encontram, o que prenunciaria um clímax narrativo ao leitor que, curiosamente, logo é desfeito por meio de um rumor que desestabiliza as tropas partas:

No meio da batalha, Farasmanes e Orodes, que encorajavam os corajosos e auxiliavam os hesitantes, avistaram-se e reconheceram-se. Gritando e fazendo ressoar suas armas, cavalgaram um em direção ao outro, com mais força por parte de Farasmanes, perfurando o capacete de Orodes. No entanto, ele não pôde repetir o golpe, pois seu cavalo o levou para frente com o impulso, e o ferido foi protegido pelos mais corajosos de sua escolta. Contudo, creditou-se a ele um falso rumor de sua morte, levando os partas ao medo e concedendo a vitória aos outros (Tac., *Ann.*, VI, 35, 1-2).

Consequentemente, o rumor como ferramenta política é o estratagema que, segundo Tácito, teria sido utilizado, levando ao desenlace da batalha e à momentânea neutralização de Artabano II. A possibilidade de conflito com Roma desmobiliza o apoio dos armênios a Artabano, e incita a elite parta, contrária a ele, a concluir, mesmo que provisoriamente, seu plano de expurgo:

Artabano não teria recuado se Vitélio, reunindo as legiões e espalhando o rumor de que estava prestes a invadir a Mesopotâmia, não tivesse instigado o medo de uma guerra com Roma. Em seguida, a Armênia foi abandonada e as fortunas de Artabano foram revertidas, com Vitélio persuadindo as pessoas a desertarem de um rei que se mostrava cruel em tempos de paz e desastroso por seus reveses na guerra (Tac., *Ann.*, VI, 36, 1).

Vitélio, ao ver Artabano fugindo e o povo inclinado a aceitar um novo rei, encoraja Tirídates a aproveitar a oportunidade, e conduz o grosso das legiões e aliados até a margem do Eufrates. [...] De qualquer forma, foi construída uma ponte de barcas e o exército foi atravessado [...] (Tac., *Ann.*, VI, 37, 1).

[...] Vitélio, acreditando que já havia mostrado suficientemente as armas romanas, adverte Tirídates e os notáveis: a ele, para lembrar que Fraates era seu avô e que o César o havia criado e, a estes, para que obedecessem ao rei, nos respeitassem e preservassem, cada um, sua honra e fidelidade. Em seguida, voltou para a Síria com as legiões (Tac., *Ann.*, VI, 37, 3-4).

Na análise da batalha, com seu desfecho ineficaz, podemos confirmar, por meio de certos trechos, que Tácito dismantela a representação militar forte e assustadora dos partas. O texto evidencia a aflição pártica diante da dependência de táticas de arco, flecha e cavalaria. Ademais, o autor foca menos nos detalhes militares e mais na crítica

à política externa romana, sobretudo em relação a Tibério, por meio das estratégias de Lúcio Vitélio, avô do futuro imperador Vitélio. Um leitor contemporâneo, insatisfeito ao ver os partas vencidos por tribos vizinhas, poderia entender o pragmatismo de Roma: ao permitir que adversários estrangeiros resolvessem um conflito fronteiriço, Roma poupava suas próprias forças.

De maneira similar, a ideia de *metus hostilis* ou o medo benéfico de um poderoso adversário externo, é um elemento bastante comum na historiografia romana. Isso forçava as pessoas a deixarem suas diferenças de lado para lutar contra um inimigo comum. Teriam os partas lutado de maneira semelhante se o adversário fosse romano? Essa é uma questão que fica para o leitor. Igualmente, Tácito evidencia – e talvez concorde até certo ponto – com a política externa sensata de Tibério, uma vez que isso possibilitaria ao *princeps* focar em seu plano de perseguir a aristocracia senatorial. Sua descrição do conflito é envolvente e esclarecedora sobre as campanhas estrangeiras no Leste. Ela aborda táticas, desafios contemporâneos nas províncias e os perigos internos, na ausência de ameaças externas significativas (Ash, 1999, p. 129-132).

À vista disso, podemos tecer algumas conclusões. Entre a República e o Principado, senadores ou imperadores se preocuparam com as consequências das guerras. A despeito da valorização da glória militar do imperialismo romano, o risco e as limitações de recursos freavam a beligerância agressiva. De modo semelhante, a cultura política romana tinha salvaguardas à tirania, expressas em conceitos como a guerra justa, a diplomacia e a rendição incondicional. A postura militar assertiva era um reflexo de pressões internas e externas em Roma, cujo orgulho patriótico e a busca individual pela glória mantiveram-se constantes na passagem de um sistema político para outro.

Todavia, o Principado consolidou o monopólio do prestígio militar pela família imperial, gerando resistência à expansão. Esses anseios eram mascarados pela ideologia de estabilidade imperial e pelo domínio de Roma sobre as partes primordiais do globo. A ideia de conquista de terras selvagens e inóspitas era apenas eventual, pois as guerras vitoriosas tinham um impacto financeiro mínimo no Estado romano. Em contrapartida, os custos militares chegavam a representar metade das receitas imperiais, evidenciando a importância estratégica e econômica das decisões de guerra até o final do Império.

O conselho de Augusto de manter o Império dentro de limites financeiros é uma demonstração de sua compreensão sobre a relação entre o tamanho do exército, os custos da estabilidade administrativa e a complexidade da governança imperial. Nas províncias, Roma exercia sua autoridade mediante o *imperium*, o que envolvia emitir os comandos e esperar a obediência. Durante a República, essa dinâmica se manifestava de maneiras diferentes no Oriente e no Ocidente, um fato reconhecido pelos acadêmicos.

Após esse período, durante o Principado, era sabido que no norte da África e noutros territórios predominavam unidades políticas antiquíssimas e sofisticadas. Os romanos lidavam com estas mediante o eventual uso da força, embora, na maior parte do tempo, lhes assegurassem autonomia.

Se considerarmos uma análise de perspectiva ampliada, podemos compreender a interação de Roma com suas províncias, reinos-clientes e impérios fronteiriços para além da combalida relação centro-periferia. Conceitos de Relações Internacionais sugerem que um sistema internacional do Mediterrâneo Antigo pode ser interpretado a partir de uma abordagem construtivista ou realista. Abordagens como o construtivismo “moderado” ou o realismo “em camadas” oferecem quadros teóricos viáveis para análise, ao reconhecerem um sistema internacional que influencia seus estados e suas culturas internas. O processo de expansão imperialista romano – e seus limites – seria formado e sustentado pela agressividade, porém, seria atenuado por práticas discursivas internas, como questões morais, obrigações religiosas, tabus, normas de conduta e ideologia, as quais, quando projetadas para fora, exerciam efeitos constitutivos sobre o antigo sistema internacional (Burton, 2019, p. 96-104).

O breve excursus de Tácito sobre o conflito entre armênios e partas, durante o penúltimo ano de governo de Tibério César, nos permite delimitar questões que podem contribuir para a sinergia desse debate. Séculos antes da hegemonia romana sobre o Mediterrâneo, a Pérsia Arsácida e o Reino da Armênia já constituíam unidades políticas sólidas, com importante papel de integração regional com o Oriente Próximo e a Ásia Central. O Império Selêucida construiu alianças políticas e instituiu conflitos que desenvolveram uma cultura mediterrânica de assertividade bélica e de diplomacia em larga escala.

Roma é herdeira desta tradição, mas, entre a República e o Principado, seu imperialismo é acondicionado gradualmente às necessidades de integração sobre a dominação. Isso não significa que o Império Romano não tivesse exercido, por séculos, a preponderância pela força, mas as interações com as províncias dependiam mais dos arranjos administrativos e da descentralização burocrática do que da sujeição pela violência. Com relação aos reinos-clientes e outros impérios, o exemplo de Tácito é instrutivo: abaixo da superfície de um discurso que exaltava a superioridade romana diante dos estrangeiros, existia um Império que, na prática, se relacionava com autoridades e exércitos locais de maneira muito mais cautelosa e pragmática. Essa relação era especialmente importante para assegurar um sutil equilíbrio histórico, cuja ameaça de rompimento poderia ser periclitante e de resultados incertos para ambos os lados, fossem partas ou romanos,

e assim permaneceu durante boa parte do Principado, mesmo sob os mal afamados imperadores júlio-claudianos.

Referências

Documentação Textual

TACITUS. *The Annals*. Translation by A. J. Woodman. London: Hackett, 2004.

Obras de apoio

ASH, R. An exemplary conflict: Tacitus' Parthian Battle narrative (*Annals* 6.34-35). *Phoenix*, v. 53, n. 1, p. 114-135, 1999.

BOURNOTIAN, G. A. *A concise History of the Armenian People*. Costa Mesa: Mazda, 2006.

BROSIUS, M. *The Persians: an introduction*. London: Routledge, 2006.

BURTON, P. J. Roman imperialism. *Brill research perspectives in Ancient History*, v. 2, n. 2, p. 1-114, 2019.

GARSOIAN, N. The emergence of Armenia. In: HOVANNISIAN, R. G. (ed.). *The Armenian People from Ancient to Modern Times*. New York: St. Martin's Press, 1997, p. 37-62.

GOWING, A. M. Tacitus and the client kings. *Transactions of the American Philological Association*, v. 120, n. 1, p. 315-331, 1990.

GRUEN, E. The expansion of Empire under Augustus. In: BOWMAN, A. K. et al. (ed.). *The Cambridge Ancient History: The Augustan Empire (43 BC-AD 69)*. Cambridge: Cambridge University, 1996, p. 147-197.

LEVICK, B. *Tiberius the politician*. London: Routledge, 1999.

OVERTOOM, N. L. *Reign of arrows: the rise of the Parthian Empire in the Hellenistic Middle East*. Oxford: Oxford University, 2020.

ROSE, C. B. The Parthians in Augustan Rome. *American Journal of Archaeology*, v. 109, n. 1, p. 21-75, 2005.

ROSSI, A. V. Iran, the Caucasus and Europe. *Iran & the Caucasus*, v. 17, n. 1, p. 1-8, 2013.

SCHLUDE, J. M. The Parthian response to the campaign of Crassus. *Latomus*, v. 71, n. 1, p. 11-23, 2012.

Tema Livre

Open Subject

Patronato, liderança e conflito na República: a relação de César e Otávio com os veteranos (64-27 a.C.)

Patronage, Leadership, and Conflict in the Republic: The Relationship of Caesar and Octavian with Veterans (64-27 BC)

Ayla Fernanda de Oliveira*

Resumo: Neste artigo, nos propomos a analisar o papel dos veteranos, entre 64 e 27 a.C., ou seja, nas últimas décadas da República, como um grupo de apoio a Júlio César e Otávio. Durante esse período, os veteranos emergiram como uma força significativa, sendo rapidamente cooptados por esses líderes, que viam neles um recurso para desafiar a política senatorial. Em troca de seu apoio, os veteranos exigiam benefícios materiais, consolidando uma relação de patronato e clientela. Esse vínculo não só caracterizou sua atuação, como, também, contribuiu para as profundas transformações sociais que marcaram a crise republicana.

Abstract: In this article, we aim to analyze the role of veterans between 64 and 27 BC, in the final decades of the Republic, as a support group for Julius Caesar and Octavian. During this period, the veterans emerged as a significant force, quickly co-opted by these leaders, who saw in them a resource to challenge the senatorial politics. In exchange for their support, the veterans demanded material benefits, consolidating a patronage-client relationship. This bond not only characterized their actions but also contributed to the profound social transformations that marked the Republican crisis.

Palavras-chave:

República;
conflito;
veteranos;
Júlio César;
Otávio.

Keywords:

Republic;
conflict;
veterans;
Julius Caesar;
Octavian.

Recebido em: 16/11/2024
Aprovado em: 02/12/2024

* Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir/ES).

Introdução

Após a Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), marcada pelas campanhas contra Aníbal, houve significativas mudanças nas legiões romanas, levando a uma crise de recrutamento e à subsequente profissionalização do exército. A longo prazo, esses eventos intensificaram a dependência dos veteranos em relação aos generais, sobretudo visando ao assentamento, além de promoverem a formação de uma identidade coletiva entre os legionários, o que resultou em diversos motins no período final da República. Esses soldados passaram a demandar melhores condições materiais de seus comandantes, estabelecendo uma relação de lealdade pessoal, baseada no patronato, em detrimento das antigas estruturas republicanas.

O processo de patronato coletivo, em que um líder político se coloca como patrono de um grupo, teve início, ao que tudo indica, a partir da atuação de generais como Mário e Sula. Com a profissionalização do exército, esses líderes passaram a utilizar sua influência política e militar para promover o assentamento dos seus veteranos. Esse movimento intensificou-se com Júlio César, que consolidou suas tropas de veteranos leais, especialmente aquelas das campanhas nas Gálias, e culminou em Otávio. Ao assegurar o apoio dos veteranos de César e formar suas próprias tropas, oferecendo amplos benefícios e promovendo diversos assentamentos, Otávio fortaleceu sua legitimidade política e estabeleceu-se como *princeps*. Portanto, neste artigo, buscamos analisar a relação de patronato de César e Otávio com seus veteranos, entre 64 e 27 a.C., de modo a evidenciar em que medida os veteranos se configuraram como importantes agentes políticos no período de crise republicana e consolidação do Principado.

Para compreender essa relação, é necessário analisar o exército romano e suas transformações no final da República, além da importância do assentamento na terra para os legionários. No século II a.C., durante o serviço militar, um legionário recebia um denário a cada três dias, o que era suficiente para cobrir despesas básicas, porém, incapaz de sustentar o soldado e sua família. Assim, o legionário comum recebia um pagamento inferior ao salário de um trabalhador não qualificado, que ganhava, em média, 12 asses por dia (equivalentes a 432 denários por ano). Essa diferença reflete a natureza do serviço militar romano, considerado uma obrigação cívica e não uma atividade lucrativa (Fields, 2007, p. 26). Portanto, grande parte do incentivo para participar das campanhas estava no butim e na possibilidade de assentamento. A escolha de investir no aparato militar e expandir o território era motivada pelos benefícios que as guerras bem-sucedidas traziam a diferentes segmentos da sociedade romana. Dessa maneira, a ordem senatorial dependia das campanhas para aumentar seu prestígio, enquanto as camadas menos

abastadas obtinham recompensas materiais na forma de saques e terras distribuídas pelo Senado após os conflitos. Com sua habilidade em mobilizar diversos grupos para as legiões, Roma demonstrava grande eficiência em reconstituir suas forças, mesmo após sofrer perdas significativas.

No período transcorrido entre a conquista da Península Itálica e a Primeira Guerra Púnica, os cidadãos provavelmente eram incentivados a alistar-se no exército pela perspectiva de butim e de serem assentados em novas terras. Apesar das perdas enfrentadas pela infantaria leve, qualquer espólio obtido era vantajoso, pois esses legionários necessitavam de pouco retorno para compensar o investimento em seu equipamento. Dessa forma, o serviço militar oferecia aos cidadãos menos abastados a chance de participar da distribuição dos espólios de guerra, ascendendo nos *comitia centuriata*. Isso significa que a disposição dos cidadãos para integrar operações militares não se baseava apenas em critérios políticos, mas, também, em cálculos de custo-benefício e risco-recompensa. Entretanto, essa realidade sofreu mudanças em 218 a.C., com o início das guerras de conquista na Península Ibérica e os graves desafios enfrentados pelas legiões romanas ao combaterem tanto as tribos locais quanto o exército cartaginês.

A Península Ibérica era habitada por lusitanos, ibéricos e celtiberos, povos organizados em tribos ou comunidades fortificadas. Durante os conflitos, Roma precisou não apenas enfrentar essas tribos guerreiras, mas também competir por sua lealdade para sustentar o esforço de guerra. Mesmo após o término dos conflitos com Aníbal, Roma continuou a enfrentar obstáculos para estabelecer colônias na Península, lidando com a resistência das comunidades locais (Goldsworthy, 2003). As campanhas prolongadas da Segunda Guerra Púnica e o esforço contínuo na Península Ibérica produziram diversos efeitos na cidade de Roma, incluindo o empobrecimento dos camponeses e o aumento da migração para a *Urbs*. Os espólios das campanhas deveriam subsidiar os custos da guerra e gerar lucros com recompensas que incluíam dinheiro, objetos de arte e, sobretudo, terras confiscadas de inimigos derrotados, que passavam a integrar o patrimônio da República sob a denominação de *ager publicus*. A distribuição de terras era a principal estratégia de Roma para lidar com seus problemas sociais, assentando camponeses despossuídos em novas colônias e, assim, evitando a necessidade de uma reforma agrária mais ampla. Do século IV a.C. até meados do século II a.C., o modelo de assentamento foi caracterizado por preocupações estratégicas. O principal objetivo era consolidar as conquistas romanas, garantindo o domínio sobre os territórios ocupados e estabelecendo cidadãos nas colônias, para prevenir possíveis revoltas locais e amenizar os problemas sociais de Roma.

No período posterior à Segunda Guerra Púnica, os romanos reforçaram as colônias de cidadãos já existentes e estabeleceram novos assentamentos. Contudo, a partir de 173 a.C., o Senado interrompeu a distribuição de terras provenientes de conquistas e, após 170 a.C., não há registros de projetos coloniais por, pelo menos, 50 anos. Uma explicação plausível é a ausência de necessidade militar para a criação de novas colônias, já que a pacificação da Península Itálica eliminava a urgência de colonização para o controle das regiões submetidas e, com a retomada da atividade militar no Vale do Pó e a conquista bem-sucedida da região, os motivos estratégicos imediatos para a colonização tornaram-se obsoletos. Além disso, a crescente competição entre membros da elite, no século II a.C., também pode ter influenciado essa mudança. Os senadores temiam que rivais, ao liderarem o processo de assentamentos, adquirissem colônias inteiras de clientes,¹ o que restringiu o uso de terras confiscadas como espólio. Dessa forma, nas campanhas na Ásia Menor e na Grécia, por exemplo, a expansão do *ager publicus* foi limitada, pois confiscar terras sem fundar colônias era pouco vantajoso. Os senadores optaram por métodos alternativos de exploração, como a imposição de indenizações e a tributação permanente, que geraram grandes lucros para a elite, e a baixo custo. No início do século II a.C., é possível que os senadores acreditassem que já havia *assidui* suficientes, já que muitos cidadãos empobrecidos haviam sido assentados após a Segunda Guerra Púnica. Entretanto, o crescimento populacional e o avanço da agricultura comercial ao longo do século intensificaram a competição por terras, especialmente na Itália Central. Essa situação resultou em uma insuficiência de terras disponíveis, perda de propriedades por inadimplência e endividamento crescente. Os *assidui* foram os primeiros a sofrer os impactos dessa crise (Roselaar, 2020, p. 208). Para os cidadãos menos favorecidos, o assentamento em terras públicas era essencial para manter o critério mínimo de terras necessário para o recrutamento, ou seja, a sua elegibilidade para servir nas legiões.

Em meados do século II a.C., o debate sobre o *ager publicus* foi reacendido, atingindo seu ápice em 133 a.C., quando Tibério Graco propôs sua reforma agrária. O esquema ocasional de distribuição de terras funcionava como um paliativo para o problema estrutural da escassez de terras para os mais pobres. Assim, a possibilidade de assentamento em colônias tornou-se um dos principais incentivos para a plebe

¹ No sistema de patronato e clientela, o patrono oferecia proteção, assistência jurídica, acesso a recursos e outros benefícios a indivíduos ou comunidades que se tornavam seus clientes. Em contrapartida, os clientes deviam lealdade, apoio político, serviços e respeito ao patrono. Essa relação influenciava diversos aspectos da vida social, política e econômica, funcionando como um elo entre os cidadãos menos abastados e as elites (Wallace-Hadrill, 1990). Em determinadas situações, magistrados que fundavam colônias assumiam o papel de patronos dos indivíduos assentados. Por uma lógica de reciprocidade, os colonos deviam apoio político ao patrono, o que poderia resultar em muitos eleitores para o líder político, facilitando seu acesso às magistraturas.

alistar-se nas legiões e participar das campanhas (Coles, 2020, p. 46). A ausência de uma distribuição sistemática resultava no empobrecimento crescente dos camponeses, que, na tentativa de preservar suas propriedades, acabavam se endividando ou integrando as massas de sem-terra na cidade. Em paralelo à suspensão dos assentamentos, a Península Ibérica ainda estava em processo de conquista entre 218 e 133 a.C. Apesar de Roma ter garantido o controle do território ao final da Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), levou quase um século para pacificá-lo completamente. Enfrentando um inimigo que utilizava táticas adaptadas ao terreno, os romanos não conseguiram alcançar uma vitória decisiva, apesar das campanhas frequentes. Servir nas campanhas da Hispânia era pouco atrativo, já que o *stipendium* recebido pelos soldados era insuficiente. Após a dedução dos custos com equipamento, vestimentas e alimentação, restava-lhes muito pouco para levar de volta para casa. Além disso, nem os comandantes nem o Senado ofereciam qualquer recompensa financeira ao término do serviço militar (Cagniard, 2007, p. 81). Nessas condições, a motivação das tropas ficava severamente comprometida. Esse contexto provocou uma grave crise de recrutamento, uma vez que muitos cidadãos não conseguiam atingir o requisito mínimo de propriedade exigido pelo censo para integrar as legiões. Além disso, a falta de *butim* retirava um dos principais incentivos para o alistamento.

Dessa maneira, vimos que o assentamento desempenhava um papel crucial para os legionários, servindo como recompensa por sua participação nos conflitos. Contudo, esse benefício tornou-se escasso até o final do século II a.C. Esse contexto deu ensejo a uma nova prática de distribuição de terras, promovida diretamente pelos generais, e a participação na fundação desses assentamentos era vista como uma continuidade do serviço militar. A República esperava que os colonos permanecessem em serviço ativo, e a distribuição de terras nas colônias seguia a posição do indivíduo no exército, o que resultava na criação de uma hierarquia social imediata, baseada em critérios militares. Nesse contexto, a importância estratégica de manter fronteiras perdeu destaque, enquanto alguns líderes políticos passaram a utilizar sua influência para realizar assentamentos independentemente de aprovação prévia do Senado. Esse comportamento pode ser exemplificado, sobretudo, por Mário e Sula, que abriram caminho para a abordagem adotada posteriormente por Júlio César e Otávio no assentamento de seus veteranos.

Mário foi um general reconhecido por suas reformas militares e por ter sido eleito cônsul em diversas ocasiões, entre 107 e 86 a.C. Sua eleição como cônsul, em 107 a.C., foi impulsionada pela crescente reputação militar e pelo apoio da plebe, que o via como o líder adequado para conduzir a guerra contra Jugurta, rei da Numídia, e, posteriormente, contra as tribos germânicas. Mário também consolidou reformas que possibilitaram que

os *proletarii* fossem recrutados para as campanhas,² rompendo o vínculo tradicional entre propriedade fundiária e alistamento nas legiões. A decisão de Mário de recrutar cidadãos que não cumpriam o requisito de propriedade resultou, a longo prazo, na continuidade das legiões, mesmo após a dispensa dos soldados do serviço ativo. Isso transformou a legião em uma organização permanente, permitindo a incorporação de novos recrutas, mantendo-se o nome e número de matrícula. Além disso, soldados que passaram a encarar o exército como uma carreira começaram a se identificar com suas legiões. Além das reformas militares, Mário se aliou aos tribunos da plebe para propor e aprovar leis agrárias com o intuito de distribuir terras da África e das Gálias aos seus veteranos (Apiano, *Bella Civilia*, I, 4, 28).³

O enfoque dado pelos generais ao exército foi intensificado por Sula, que, ao retornar a Roma, em 82 a.C., e ser nomeado ditador pela *Lex Valeria*, adotou uma série de medidas para implementar suas reformas e assegurar a distribuição de terras aos seus veteranos. As cidades da Península Itálica que haviam apoiado Mário foram severamente punidas com confiscos territoriais,⁴ que foram destinados ao assentamento dos veteranos. Ele puniu várias dessas cidades, impondo multas e exigindo pesadas contribuições. Além disso, fundou colônias com seus veteranos, a fim de manter o controle sobre a Itália, confiscando terras e propriedades dos aliados e redistribuindo-as entre suas legiões, garantindo lealdade mesmo após sua morte (App., *B Civ.*, I, 11, 96). Sula foi o primeiro a estabelecer colônias e distribuir terras por toda a Península Itálica sem a aprovação prévia do Senado. Essa prática foi subsequentemente adotada por outros generais, como César e Otávio.

² Os *proletarii*, ou *capite censi*, como passaram a ser chamados após Mário, eram indivíduos sem propriedade fundiária, incapazes de arcar com os custos da panóplia, o que, na prática, os excluía do exército (Campbell, 1994, p. 4).

³ Entre 103 e 100 a.C., Mário contou com o apoio do tribuno Apuleio Saturnino, que teve um papel importante em suas iniciativas políticas. No ano 100 a.C., muitos veteranos, após longos períodos de serviço sob o comando de Mário, enfrentavam dificuldades após a dispensa. Nesse contexto, Mário e Apuleio uniram esforços para aprovar uma lei que distribuía as terras conquistadas na África aos veteranos, apesar da oposição do Senado. No mesmo ano, eles se aliaram, novamente, desta vez para implementar uma nova lei, que tratava da redistribuição das terras das campanhas germânicas de Mário (App., *B Civ.*, I, 4).

⁴ No final da República, Sula e Mário engajaram em alguns conflitos que levaram à Primeira Guerra Civil (88-82 a.C.). O confronto entre os dois se intensificou em 88 a.C., quando Sula foi nomeado para liderar a guerra contra Mitrídates, mas sua autoridade foi contestada por Mário, que, com o apoio de Sulpício Rufo, conseguiu transferir o comando para si. Esse ato desencadeou uma série de enfrentamentos, nos quais Sula, ao retornar à Itália, reuniu suas legiões, marchou sobre Roma e derrotou os aliados de Mário. Após o controle de Roma, Sula passou a implementar reformas que reforçavam o poder do Senado, ao mesmo tempo que limitavam a autoridade dos tribunos da plebe (Cagniat, 1991).

César, as demandas dos legionários e os motins

Como consequência, os generais assumiram a responsabilidade pela distribuição de terras, enquanto as legiões começaram a desenvolver um senso de identidade e coesão, resultado dos anos que passaram juntas nas mesmas formações. As necessidades e demandas dos soldados, em grande parte, eram semelhantes, abrangendo questões como o assentamento em terras, a distribuição de recursos financeiros e a dispensa do serviço militar. Esse contexto, aliado à instabilidade do período das Guerras Civis, no final da República, favoreceu a ocorrência de, aproximadamente, 76 episódios de indisciplina coletiva e individual nas legiões, entre 91 e 30 a.C. De fato, quando os soldados não eram ouvidos nas *contiones*,⁵ suas exigências não eram atendidas, e, quando não eram dispensados no tempo devido, não recebiam o soldo ou não tinham garantias de serem assentados. Tais condições frequentemente resultavam em motins.

César enfrentou dois episódios significativos que colocaram sua liderança em questão, ambos tendo levado a grandes motins. O primeiro ocorreu em 49 a.C., em Placência, quando as legiões, lideradas pela IX Legião, se rebelaram devido à falta de pagamento e às precárias condições de vida (App., *B Civ.*, II, 7, 47). O segundo episódio, em 47 a.C., envolveu as tropas estacionadas na Campânia, que expressaram insatisfação com a ausência de pagamentos e a demora na dispensa, problemas já manifestados no motim anterior (Suetônio, *Divus Iulius*, 70).

Em 49 a.C., César, acompanhado por três legiões gaulesas e seus veteranos, deslocou-se de Massília para Placência (Suet., *Iul.*, 69), onde convocou uma *contio* com seus legionários, reunindo tanto os homens amotinados quanto aqueles que permaneceram leais. Durante o encontro, as legiões protestaram contra seus oficiais, acusando-os de prolongar a guerra e de não cumprir as promessas de *donativas* feitas por César enquanto ainda estavam em Brundísio. Apesar das reivindicações, César ignorou as demandas apresentadas e pronunciou um discurso perante os soldados (App., *B Civ.*, II, 7, 47). Inicialmente, ele buscou desmobilizar a IX Legião, mas decidiu executar os líderes do motim. Essa ação foi viabilizada pelo apoio que recebia de parte de seus veteranos, especialmente das três legiões que haviam vindo com ele de Massília, e pela confiança de que ainda contava com a fidelidade da maioria de suas tropas. No entanto, os

⁵ As *contiones* eram reuniões convocadas por magistrados romanos com o propósito de avaliar a aceitação de temas ou propostas que seriam posteriormente votados pelos *comitia tributa*. Essas assembleias, diferentes de comícios formais, ofereciam uma maior flexibilidade, permitindo que o magistrado responsável decidisse, de acordo com a situação, se seria estratégico convocar um comício oficial logo após a *contio*. Assim, as *contiones* funcionavam como um mecanismo preliminar para medir o apoio popular e avaliar os interesses envolvidos antes de formalizar a votação em um ambiente mais estruturado (Rosillo-López, 2017).

problemas que causaram o motim, como a falta de dispensa e o não pagamento do soldo, permaneceram sem solução. Embora os conflitos nas Gálias tivessem sido encerrados dois anos antes, as legiões veteranas de César permaneciam em constante atividade, incluindo operações em regiões de difícil acesso na Hispânia. Além disso, desde as campanhas nas Gálias, as tropas enfrentavam doenças e escassez de víveres, problemas que continuaram sem solução. Esse cenário alimentou um motim ainda mais grave do que o ocorrido em 49 a.C., intensificado pelo prolongado tempo de serviço, pela intensidade das campanhas e pelas extensas distâncias percorridas pelos legionários.

Em 47 a.C., diante da revolta da X Legião, em Roma, cujos membros exigiam dispensa e recompensas, ameaçando a segurança da cidade, César foi obrigado a confrontar os amotinados diretamente. Na ausência de outras legiões para apoiá-lo, ele se viu forçado a fazer concessões. Esse episódio é ainda mais significativo do que o motim de 49 a.C., pois César enfrentou os revoltosos sem proteção e teve de persuadi-los a embarcar em uma nova campanha na África,⁶ apesar de seu evidente descontentamento (Suet., *Iul.*, 70). A maioria dessas legiões foi recrutada nas Gálias, o que aponta para uma origem comum no norte da Itália, na Gália Cisalpina e na Gália Transalpina. Essa origem compartilhada, aliada aos anos de combates, conferiu aos legionários um forte senso de unidade e uma clara percepção de seus próprios interesses (Chrissanthos, 2001). Dessa maneira, sabendo de seu valor para César no contexto dos conflitos com Pompeu, os legionários perceberam a oportunidade de expressar suas reivindicações. Entre os problemas que precederam o motim, destacava-se a discordância quanto à duração do serviço militar. Sendo assim, a insatisfação dos soldados estava vinculada ao descumprimento das promessas feitas aos veteranos após a batalha de Farsalos, que incluíam a concessão de terras e outras recompensas. Além disso, os soldados foram mantidos em serviço por um período superior ao estabelecido por lei, o que gerou grande descontentamento e representou uma ameaça à estabilidade da liderança de César (App., *B Civ.*, II, 92).

As legiões que iniciaram o motim, na Campânia, haviam servido a César por um longo período, enfrentando diversos conflitos e condições adversas. Em nosso levantamento, as Legiões VII, IX, X, VIII, XI, V, XII, XIV e XIII atuaram nas Gálias; as Legiões VII, IX, X, XI, V, e XIV atuaram na Hispânia; e as Legiões VII, IX, X, VIII, XI, XII, XIII, V e XIV atuaram na Grécia. As Legiões VIII, XII e XIII também serviram na Península Itálica. Dessa forma, uma parcela significativa dos legionários de César era composta por veteranos

⁶ César ainda planejava conduzir campanhas em Alexandria. As legiões que concordaram em continuar as operações militares foram enviadas para a região, onde participaram de uma série de batalhas durante o Cerco de Alexandria, ocorrido em 47 a.C. Em agosto do mesmo ano, no Ponto, enfrentaram Fárnaces II e triunfaram em Zela. Após estabilizar o controle sobre o Oriente, César finalmente retornou à Itália (App., *B Civ.*, II, 13).

de longa data, que participaram de várias campanhas sob condições difíceis. Podemos observar que algumas legiões estiveram presentes em quase todos os conflitos, e, além das numerosas campanhas, as legiões veteranas já se encontravam seriamente desfalcadas. César (*Bellum Civile*, III, 2, 3) relata que as tropas enfrentaram um número significativo de perdas durante suas longas jornadas. Os elevados índices de baixas nas Gálias, resultado de intensos combates e condições adversas, contribuíram para o esvaziamento dos efetivos. Além disso, a árdua travessia da Hispânia, marcada por um terreno desafiador e o desgaste contínuo das legiões, reduziu ainda mais o contingente disponível. Após esse longo período de campanhas, a saúde dos soldados também foi gravemente afetada. A permanência em regiões relativamente saudáveis não impediu que, ao chegarem à Apúlia, em uma estação outonal, os soldados sofressem um surto de doenças, agravado pelo clima da região de Brundísio. Esses fatores cumulativos, acrescidos às baixas no campo de batalha, ao desgaste físico das longas marchas e às condições sanitárias precárias, resultaram em legiões consideravelmente reduzidas, comprometendo a capacidade operacional.

Dessa maneira, os legionários tinham receio da crônica escassez de suprimentos e da dificuldade em receber os pagamentos. Nas campanhas na Península Ibérica, por exemplo, a comida era escassa e cara, e, devido à falta de trigo, frequentemente, exigia-se gado das cidades aliadas. Diante disso, César teve que se envolver diretamente na gestão das provisões, além de estabelecer acordos para atenuar a escassez de víveres. Em Apolônia, foi forçado a desviar de um confronto com Pompeu para poder deixar os soldados feridos e aprovisionar mantimentos (Caes., *B Civ.*, I, 52, 4).

Outro fator que gerava insegurança entre as tropas era a ausência de recompensas desde a travessia do Rubicão, em 49 a.C. Grande parte da disposição e do entusiasmo dos soldados em seguir César, mesmo em períodos de fome e de grandes dificuldades, baseava-se nas expectativas de benefícios econômicos prometidos durante as campanhas, aos quais acreditavam ter direito. No entanto, ao adentrarem a Península Itálica, nenhuma cidade foi saqueada, e o exército de César atacou poucas cidades na Península Ibérica e na Grécia. Além disso, o próprio César admitiu que, com frequência, não conseguia pagar seus homens. Mais tarde, na Hispânia, ele foi forçado a pedir dinheiro emprestado a seus tribunos e centuriões para remunerar as tropas (Caes., *B Civ.*, I, 39, 3). No início da Guerra Civil, os centuriões de cada legião se ofereceram para equipar um cavaleiro com suas economias pessoais, e os soldados rasos se dispuseram a servir sob seu comando, embora sem receber pagamento por um período. Suetônio (*Iul.*, 68) afirma que, durante o conflito, nenhum soldado sob o comando de César desertou, e muitos, quando capturados, preferiram a morte a servir nas fileiras de Pompeu.

César havia prometido bônus em dinheiro aos seus soldados em diversas ocasiões: na travessia do Rubicão, em Brundísio, e, novamente, pouco antes da Batalha de Farsalos. No entanto, não foi capaz de cumprir essas promessas. Essa situação contrastava com as campanhas nas Gálias, onde os soldados recebiam generosas recompensas e podiam saquear as regiões conquistadas. Após a vitória em Farsalos, as tropas esperavam que a Guerra Civil terminasse, com a desmobilização e a distribuição das recompensas prometidas, como dinheiro e terras. Contudo, César deixou a Grécia para perseguir Pompeu e, mesmo após a morte do último, as legiões encontraram dificuldades no Egito e no Ponto. Assim, em janeiro de 47 a.C., os soldados na Campânia se amotinaram, em um episódio envolvendo várias legiões. Apiano (*B Civ.*, II, 13, 94) relata que César ficou particularmente decepcionado com a X Legião, sugerindo que outras legiões também se envolveram no motim. Segundo Apiano (*B Civ.*, II, 13, 92), os soldados exigiam o pagamento das recompensas atrasadas e a desmobilização após a vitória em Farsalos, indicando que as legiões veteranas, como as IX, X, XIII e XIV, estavam à frente da revolta. Os amotinados, além de demandarem a dispensa imediata com a concessão de terras e o pagamento do soldo e bônus prometidos, usaram a posição vulnerável de César como uma tática para negociar recompensas financeiras maiores no futuro. Os legionários estavam conscientes de seu valor para o comandante e aproveitaram a oportunidade para garantir vantagens adicionais (App., *B Civ.*, II, 13, 93).

César respondeu às demandas dos amotinados, concedendo a dispensa aos veteranos que a solicitaram e prometeu que, ao retornar da África, realizaria a distribuição de terras. Ele garantiu que esses assentamentos teriam lugar em propriedades públicas ou de sua posse, evitando desapropriações que pudessem causar conflitos com os antigos proprietários. Além disso, comprometeu-se a adquirir terras, se necessário, para assegurar a estabilidade e a satisfação dos soldados (App., *B Civ.*, II, 13). Essa postura consolidou a lealdade das legiões, que, em sua maioria, seguiram César nas campanhas africanas. Embora enfrentassem dificuldades e períodos de escassez, os legionários mantinham fidelidade ao seu comandante, em parte pela confiança em suas promessas. Contudo, estavam conscientes de sua importância estratégica para o sucesso militar e usavam essa posição para negociar melhores condições. Os dois motins enfrentados por César destacam-se entre os sete episódios de insubordinação, após os quais o general conseguiu retomar o controle, contrastando com outros trinta casos semelhantes que não tiveram o mesmo desfecho (Chrissanthos, 2001, p. 68). A lealdade das tropas a César pode ser atribuída a sua reputação como comandante atento ao bem-estar de seus soldados, frequentemente cumprindo as promessas de recompensas materiais. Sob seu comando, muitos legionários viram suas condições de vida melhorarem consideravelmente. Após o

fim dos conflitos com Pompeu, César distribuiu quantias além do prometido e financiou espetáculos públicos aos cidadãos, como nos conta Apiano (*B Civ.*, II, 15, 102):

Diz-se que uma quantia de 60.500 talentos de prata foi transportada na procissão, juntamente com 2.822 coroas de ouro pesando 20.414 libras. Com essa riqueza, César realizou distribuições imediatamente após o triunfo, pagando ao exército tudo o que havia prometido e mais. Cada soldado recebeu 5.000 dracmas áticas, cada centurião o dobro, e cada tribuno de infantaria e prefeito de cavalaria quatro vezes essa soma. A cada cidadão plebeu também foi dada uma mina ática. Ele também ofereceu diversos espetáculos, incluindo apresentações com cavalos e música, um combate de soldados de infantaria, com 1.000 homens de cada lado, e uma batalha de cavalaria com 200 homens de cada lado. Houve, ainda, outro combate envolvendo cavaleiros e infantaria juntos, uma luta de elefantes, vinte contra vinte, e uma batalha naval com 4.000 remadores, onde 1.000 combatentes lutaram de cada lado. César ergueu o templo dedicado a Vênus, sua ancestral, como havia prometido antes de começar a batalha de Farsalos. Ao redor do templo, ele destinou um espaço que seria um fórum para o povo romano, não para compra e venda, mas como local de reunião para tratar de negócios públicos, semelhante às praças públicas dos persas, onde o povo se reúne para buscar justiça ou aprender as leis. Ele colocou uma bela imagem de Cleópatra ao lado da deusa, que permanece lá até hoje. César também ordenou um censo da população, e diz-se que foi constatado que havia apenas metade do número de habitantes existentes antes da guerra.

Outro fator da lealdade dos veteranos de César e, talvez, o mais importante, eram os assentamentos. Apesar de não ser possível reunir uma lista completa de suas atividades coloniais, é certo que estas foram consideráveis, envolvendo a criação de diversos assentamentos, tanto na Península Itálica quanto em territórios provinciais. César concedeu terras a seus veteranos, incluindo os das Gálias, e à plebe de Roma. Ao contrário de seus predecessores, mostrou uma significativa disposição em estabelecer colônias nas províncias ultramarinas, atitude que pode ter sido motivada pela escassez de *ager publicus* na Península Itálica e pelo desejo de evitar confiscações entre cidadãos romanos, o que poderia gerar instabilidade e conflitos. Segundo Suetônio (*Iul.*, 42), César assentou 80.000 pessoas nas províncias.⁷ Desses, Broadhead (2007) sugere que cerca de 10.000 eram veteranos das legiões de César, enquanto outros 10.000 provinham das legiões derrotadas de Pompeu, sendo realocados em colônias na Gália, África e Península Ibérica. Os demais, aproximadamente 60.000, consistiam em membros do proletariado urbano romano, assentados em províncias por motivos econômicos e sociais. Os planos de César incluíram colônias como Urso, na Península Ibérica, cujo nome completo, *Colonia Genetiva Julia Urbanorum*, indica seu propósito de abrigar a plebe urbana. Na Península

⁷ César já lidava com a questão da distribuição de terras desde o consulado de Pompeu, em 55 a.C. Nesse contexto, iniciou a formulação de suas leis agrárias, que eram voltadas para o assentamento de veteranos, e recebeu forte oposição por parte do Senado (*App.*, *B Civ.*, II, 2, 13).

Itálica, César distribuiu terras exclusivamente para veteranos, em número reduzido, provavelmente em torno de 20.000, evitando perturbar a ordem social. Ele cumpriu suas promessas aos legionários ao utilizar terras públicas ou de sua posse, sem recorrer a confiscos que pudessem gerar descontentamento entre antigos proprietários.

Ao realizar as concessões materiais e estabelecer seus veteranos nas colônias, que, como discutido, eram vistas como uma extensão do serviço militar, em troca de lealdade contínua e apoio político, César assumiu o papel de patrono dos veteranos. Isso significa que ele se tornou o patrono de um grupo de indivíduos que, após anos sob o comando do mesmo general e afastados da vida civil, haviam perdido a relação tradicional de patronato e clientela, mas ainda encontravam essa dinâmica nas relações com os generais. Embora César tenha implementado um amplo programa de distribuição de terras, sua morte, em 15 de março de 44 a.C., deixou muitos desses assentamentos inacabados. A responsabilidade de dar continuidade ao projeto recaiu sobre os triúviro Marco Antônio, Otávio e Lépido, que utilizaram os assentamentos como instrumento para consolidar o poder pessoal. Entre eles, Otávio foi o mais beneficiado pelo apoio desses veteranos, que ainda aguardavam o cumprimento das promessas de distribuição de terras.

Otávio, os veteranos e a estabilidade política

Quando Otávio soube da morte de César e da sua adoção por meio do testamento, ele estava em Apolônia, concluindo seus estudos militares. Para retornar a Roma como um cidadão público, Otávio precisava do apoio de diversos grupos. Foram os amigos e veteranos de seu tio que se uniram a ele, para o caso de haver a necessidade de enfrentar os assassinos de César e garantir a segurança do sobrinho. Além disso, Otávio logo percebeu os benefícios que esses legionários poderiam lhe oferecer no cenário político. Ao chegar em Brundísio, ele foi imediatamente recebido como filho de César e obteve o apoio daqueles que tinham afinidade com o ditador. Acerca desse contexto, Apiano (*B Civ.*, III, 2, 12) relata:

Mas os veteranos de César, que haviam sido distribuídos nas colônias, vieram de seus assentamentos para saudar o jovem. Lamentaram César, amaldiçoaram Antônio, por não ter agido contra o crime monstruoso, e disseram que o vingariam se alguém os liderasse.

Também é possível observar que os veteranos assentados nas colônias, na condição de clientes, mostravam-se dispostos a seguir Otávio, reconhecendo-o como filho de César

e, possivelmente, como seu vingador. Esse apoio se tornaria especialmente relevante nos confrontos com Marco Antônio, após a formação, em 43 a.C., do Segundo Triunvirato. Em outubro deste ano, após vários episódios de conflito, Antônio e Otávio se encontraram em uma ilha perto de Bonônia, acompanhados de suas legiões, e se uniram a Emílio Lépido, formando, nessa ocasião, uma aliança, que consolidou o Segundo Triunvirato, tendo como objetivo obter a vingança pela morte de César e a restauração da ordem na República. Em janeiro de 42 a.C., o Senado decretou a divinização de César, e Otávio passou a ser chamado de *Divus Filius*. No final do mesmo ano, Bruto e Cássio foram derrotados na dupla batalha de Filipos e, logo após, cometeram suicídio. Os sobreviventes buscaram refúgio com Sexto Pompeu, que controlava a Sicília e a Sardenha. Após a batalha, os veteranos foram dispensados e os remanescentes reorganizados em onze legiões. O Império foi, então, dividido: Antônio assumiu as províncias orientais e parte das Gálias, Lépido ficou com a África, e Otávio recebeu as províncias ocidentais e a Península Itálica, onde enfrentou o desafio de assentar os veteranos (App., *B Civ.*, V, 7, 65).

A forma mais eficaz que Otávio encontrou de demonstrar que se encarregaria de cuidar dos veteranos de César foi sua disposição em garantir o assentamento nas terras que ainda não haviam sido distribuídas após a leitura do testamento. No final de 43 a.C., após a conferência em Bonônia e a formação do Segundo Triunvirato, e com os opositores senatoriais receosos devido às listas de proscrição, Antônio, Lépido e Otávio seguiram para Roma (App., *B Civ.*, IV, 1). Com os poderes atribuídos pela *Lex Titia*, os triúmviros puderam proceder com o assentamento dos veteranos sem a intervenção do Senado. Embora César tivesse planejado o assentamento de seus veteranos das Gálias antes de sua morte, muitos recrutas de 49 a.C. e dos anos seguintes, ainda veteranos das campanhas das Guerras Civis, não haviam recebido suas terras, configurando um problema que os triúmviros precisaram resolver. Em 42 a.C., após derrotar Bruto e Cássio, em Filipos, Otávio retornou à Península Itálica com a responsabilidade de cumprir as promessas feitas aos veteranos. Em 41 a.C., ele iniciou o processo de confisco de terras em 18 cidades da região. Durante o verão desse ano, aproximadamente 46.000 veteranos foram assentados nas colônias. As cidades escolhidas para as confiscações tinham direitos romanos e não haviam demonstrado deslealdade a Roma, sendo selecionadas devido à sua riqueza e à boa qualidade de suas terras e propriedades, o que as tornava atraentes para os veteranos. Essa ação seguia a prática comum segundo a qual generais vitoriosos fundavam colônias como recompensa para suas tropas (Broadhead, 2007, p. 161).

Para ter poder de negociação com o Senado e com os próprios triúmviros, Otávio dependia dos veteranos de César, o que o levou a integrá-los em suas próprias legiões. Para assegurar esse apoio, Otávio fez diversas concessões materiais, com o intuito de

cumprir as promessas feitas a eles por seu falecido pai. Grande parte de seu discurso se concentrava em garantir que o Senado não anulasse o testamento de César, nem os seus planos de assentamento, o que representava um risco iminente, visto que alguns dos indivíduos cujas terras haviam sido confiscadas tentaram recuperá-las, aproveitando a instabilidade da República e a posição vulnerável do herdeiro de César (App., *B Civ.*, II, 3, 22).

Nesse sentido, foi com o apoio dos veteranos que Otávio conseguiu realizar os assentamentos sem precisar, contudo, da aprovação prévia do Senado. É provável que, tanto César quanto Otávio, não tenham recorrido ao *senatus consultum* para fundar colônias, mas, sim, ao *imperium* e à autoridade concedida pela *Lex Iulia Agraria* (59 a.C.) e pela *Lex Titia* (43 a.C.).⁸ No caso da *Lex Iulia*, promulgada durante seu primeiro consulado, César determinou que as melhores terras ao redor de Cápuia fossem arrendadas para fins públicos, além de concedê-las àqueles que tivessem, pelo menos, três filhos, proibindo sua alienação por 20 anos (App., *B Civ.*, II, 2). Otávio, por sua vez, com a *Lex Titia*, dispôs do direito de realizar os assentamentos em grande escala para os veteranos (App., *B Civ.*, IV, 7). As terras destinadas aos assentamentos de César foram obtidas por meio da ampliação do *ager publicus* e de aquisições. Embora César tenha iniciado a liberação dos veteranos em 47 a.C., muitos ainda não haviam sido assentados até sua morte, ocorrida em 44 a.C. Com a responsabilidade de continuar essa tarefa, Otávio implementou um confisco em larga escala, o que acelerou o processo. Após a vitória na Batalha de Ácio, em 31 a.C.,⁹ Otávio enfrentou problemas semelhantes aos de César, com veteranos ainda aguardando suas terras. No inverno de 30-29 a.C., ele retornou à Península Itálica para acalmar os veteranos inquietos. Para resolver a situação, Otávio utilizou o confisco e a compra compulsória, reduzindo o tempo de espera, além de instituir um sistema de pesquisa e demarcação de terras, o *centuriation*, para organizar os assentamentos. Comissários supervisionavam a medição e a distribuição dos territórios, verificando os termos de posse, ouvindo reivindicações de isenção e realizando compras ou trocas de propriedades (Keppie, 1983).

⁸ A *Lex Titia*, aprovada em novembro de 43 a.C., instituiu o Segundo Triunvirato, composto por Lépido, Antônio e Otávio, conferindo-lhes poderes semelhantes aos dos cônsules, mas com prerrogativas mais amplas. Essa mudança criou uma estrutura de governo na qual o Segundo Triunvirato passou a ser a principal autoridade de Roma. Inicialmente, os triúmviros combateram conjuntamente os assassinos de César, mas, com o tempo, as rivalidades entre Antônio e Otávio resultaram na derrota de Antônio na Batalha de Ácio, em 31 a.C. (Pina Polo, 2020, p. 14).

⁹ A Batalha de Ácio, ocorrida em 31 a.C., foi o confronto decisivo entre as forças de Otávio e Marco Antônio, aliado a Cleópatra. Após a declaração de guerra do Senado contra Cleópatra, Otávio cercou a frota de Antônio no Golfo de Ambrácia. Antônio tentou reagir, mas perdeu a maior parte de sua frota. Após a rendição de suas tropas, Antônio e Cleópatra fugiram para o Egito, onde se suicidaram, ao que tudo indica, devido à aproximação de Otávio (Keppie, 1998, p. 111-112).

Um dos principais motivos que levaram os triúnviros a se empenharem tanto na criação de colônias na Península Itálica foi o desejo de conquistar o favor dos legionários, aos quais haviam sido prometidas as melhores terras como recompensa por seus serviços. Além de beneficiar os soldados, Antônio e Otávio, como patronos das colônias, podiam recrutar tropas entre os colonos e contar com o apoio deles, conforme começavam a se envolver em conflitos entre si (Coles, 2020). Augusto, em sua *Res Gestae* (28), afirma que, por meio da distribuição de terras, foi capaz de assentar mais de 300.000 veteranos em novas colônias ou conceder-lhes presentes em dinheiro por seus serviços nas legiões. Para isso, ele fundou colônias em diversas regiões, como na África, Sicília, Macedônia, Hispânia, Grécia, Ásia, Síria, Gália Narbonense, Pisídia, além de 28 colônias na Península Itálica.

Os assentamentos promovidos por Otávio refletem uma estratégia planejada para garantir lealdade e promover a estabilidade social. As terras distribuídas não apenas serviam como uma forma de recompensa aos soldados pelos seus serviços, mas, também, desempenhavam um papel fundamental na consolidação do poder de Otávio e na estabilização de setores sociais potencialmente conflituosos. Keppie (1983, p. 113) argumenta que Augusto se posicionou como patrono dessas colônias e de seus veteranos, especialmente com base em inscrições relacionadas a duas colônias, *Firmum* e *Iader*, na Dalmácia, que conferem a Augusto o título de patrono, ao referirem-se a ele como “pai da colônia” (*parens coloniae*). Em Bonônia, sua designação era simplesmente como pai (*parens*), o que reforçava a ideia de que o imperador era um patrono vitalício dos veteranos daquela colônia. Augusto também fazia questão de demonstrar seu compromisso com o bem-estar contínuo das colônias, reforçando essa ideia de patronato e clientela (RG, 28).

Para garantir o apoio dos veteranos de César, que estavam divididos entre se aliar a Marco Antônio ou a Otávio, este último adotou estratégias pouco convencionais para solidificar seu exército. Uma dessas estratégias foi oferecer recompensas superiores às prometidas pelos comandantes adversários, o que incentivou a deserção dos legionários de Marco Antônio em direção às suas próprias legiões. Nos meses seguintes à morte de César, enquanto Otávio e Antônio disputavam apoio e domínio em Roma, o relacionamento entre os triúnviros se deteriorou, tornando cada vez mais evidente que o conflito aberto se aproximava. Em outubro, após romper com Antônio, Otávio começou a formar uma legião composta por veteranos desmobilizados da Itália Central, prometendo, a cada homem, uma gratificação em dinheiro, o que seria equivalente a dois anos de soldo. Essa ação era irregular e contrária à tradição militar, pois os combatentes eram convocados apenas com

autorização do Senado, após prestarem o *sacramentum*.¹⁰ Contudo, Otávio recrutou os soldados de uma guarda privada, o que impediu a intervenção do Senado, já que esses homens, em última instância, eram mercenários (App., *B Civ.*, III, 6, 40). O próximo passo de Otávio foi enfraquecer a disciplina das legiões de Antônio, estacionadas perto de Brundísio, por meio de propaganda e suborno, com o objetivo de dificultar a situação do seu adversário e persuadir os soldados a mudarem de lealdade. Seus agentes espalharam entre os veteranos a ideia de que Antônio tinha sido leniente com os assassinos de César e que, agora, estava impedindo os esforços de Otávio, herdeiro do ditador, para vingar sua morte (App., *B Civ.*, III, 5, 31). Otávio foi informado, por meio de seus emissários, que o exército em Brundísio e os veteranos recém-assentados estavam descontentes com Antônio, tendo se amotinado devido à sua aparente negligência em vingar a morte de César. A indignação com Antônio levou os soldados a se mostrarem dispostos a apoiar Otávio, caso ele buscasse vingança. Para conter a insubordinação, Antônio foi a Brundísio tentar reafirmar sua autoridade e evitar o motim (App., *B Civ.*, III, 6, 40). Como consequência, Otávio também enfrentou dificuldades ao tentar mobilizar seus soldados contra os de Antônio, pois muitos estavam relutantes em lutar contra alguém que havia sido seu general e que, agora, era cônsul (App., *B Civ.*, III, 6).¹¹

A partir desse episódio, Otávio buscou a legitimidade de uma magistratura que dispunha de *imperium* para poder dar garantias às suas tropas. Para tal, novamente utilizou o apoio de seus veteranos, aproveitando de suas legiões para conquistar vantagens, tanto contra seus inimigos quanto contra o próprio Senado. Após a campanha de Mutina, em 43 a.C., Marco Antônio sitiou a cidade onde Décimo Bruto, um dos assassinos de César, estava com suas forças fortemente posicionadas. Diante da ameaça crescente de Antônio, o Senado, temeroso de seu poder, enviou os cônsules Hirtio e Pansa, juntamente com Otávio, para romper o cerco. No dia 21 de abril de 43 a.C., Antônio atacou, mas foi derrotado pelas forças combinadas de Hirtio e Otávio. Durante o confronto, Hirtio foi morto, e Pansa sucumbiu aos ferimentos recebidos em uma batalha anterior (Suet., *Divus Augustus*, 11). Apesar da derrota e da morte dos cônsules, Antônio conseguiu escapar para o norte da Península Itálica com uma parte de suas forças. Com a vitória em Mutina, Otávio acreditava que o Senado lhe concederia o direito de disputar o consulado, mas

¹⁰ O *sacramentum* representava o juramento de fidelidade militar do exército romano, particularmente no período imperial. Embora tenha surgido na República, esse compromisso obrigava os soldados a acatarem as ordens dos cônsules, combaterem e permanecerem fiéis às suas funções. Durante o Império, o *sacramentum* se transformou em um juramento direcionado unicamente ao imperador, reforçando sua posição de autoridade (Hebblewhite, 2016, p. 121).

¹¹ É possível que os veteranos temessem entrar em conflito contra Marco Antônio e perder seus direitos aos assentamentos, já que, em 43 a.C., Otávio ainda não havia conquistado o consulado e, portanto, não possuía *imperium* para implementar suas exigências.

suas expectativas não foram atendidas. Isso o levou a incitar seus legionários contra Roma (App., *B Civ.*, III, 12, 88). Em julho do mesmo ano, essa estratégia culminou na marcha de suas legiões sobre a cidade, o que resultou na concessão do consulado. Naquele momento, os veteranos se recusaram a negociar com os senadores, a menos que Otávio estivesse presente, o que deixou clara a lealdade deles para com seu general. Como cônsul, Otávio foi capaz de promulgar diversas medidas, incluindo a ratificação de sua adoção por César e a garantia de benefícios adicionais para suas tropas (App., *B Civ.*, III, 12, 86).

Ao ocupar uma importante magistratura, Otávio angariou mais recursos para confrontar Marco Antônio e Lépido. Ele retomou sua estratégia de oferecer maiores benefícios e recompensas aos legionários com o intuito de enfraquecer as legiões de Lépido. A partir de 38 a.C., Sexto Pompeu controlava a Sicília e as rotas marítimas do Mediterrâneo, o que representava uma ameaça. Para enfrentar Pompeu, Otávio, com o apoio de Agripa, iniciou um programa de construção de portos e treinamento naval, o que culminou em uma campanha bem-sucedida em 36 a.C. No entanto, a tentativa de Lépido de expandir sua influência territorial e ocupar áreas que Otávio considerava suas, gerou uma nova crise. Otávio interpretou as ações de Lépido como uma ameaça direta ao seu poder, o que agravou as tensões dentro do Segundo Triunvirato (App., *B Civ.*, V, 11, 97). Otávio aproximou seus acampamentos dos de Lépido, na intenção de infiltrar agentes, com o objetivo de conquistar a lealdade dos legionários (App., *B Civ.*, V, 13, 124). Apesar dos grandes números de deserções das tropas de Lépido, Otávio logo enfrentou um motim em seu próprio exército, então estacionado na Sicília. O descontentamento era generalizado, afetando tanto soldados quanto oficiais de baixa patente. A principal exigência dos amotinados era a concessão de um bônus semelhante ao que haviam recebido após a batalha de Filipos, além da liberação imediata dos soldados que já haviam cumprido seu tempo de serviço. Conforme relata Apiano (*B Civ.*, V, 13), Otávio foi forçado a ceder às exigências de suas tropas, atendendo às reivindicações dos veteranos, uma vez que os legionários não acreditavam que ele tivesse uma forma eficaz de puni-los (*B Civ.*, V, 13, 128). Mais uma vez, Otávio precisou fazer concessões aos seus legionários.

Consciente de que os veteranos de César o seguiam em troca da promessa de assentamentos e benefícios materiais, e que a lealdade de seu próprio exército era garantida por pagamentos periódicos e grandes ganhos provenientes de saques, Otávio, na condição de Augusto, dismantelou o sistema que permitia aos líderes republicanos conquistar o apoio dos veteranos e concentrar novamente o poder. Dessa maneira, Augusto procurou enfraquecer o poder pessoal de outros generais e reduzir a politização das tropas veteranas. Suas reformas militares foram estruturadas para centralizar toda a

lealdade das tropas em sua figura. Ele padronizou os salários e benefícios, estabelecendo a duração do serviço e as recompensas conforme o posto de cada soldado, com o objetivo de evitar revoltas após a desmobilização, especialmente por motivos de idade avançada ou pobreza. Para garantir os recursos necessários para sustentar os soldados e pagar as recompensas aos veteranos, Augusto criou um tesouro militar, financiado por novos impostos e por sua própria fortuna (RG, 17). Por fim, promulgou uma série de leis entre 13 a.C. e 6 d.C., que estabeleciam o valor dos pagamentos e a duração do serviço, tendo sido fixados 12 anos para os pretorianos e 16 anos para os legionários. O efeito dessas reformas foi a transformação do exército romano em uma força permanente e profissional, substituindo os recrutamentos temporários da República por uma estrutura organizacional capaz de atender com mais eficiência às demandas do Império.

Considerações finais

O período final da República foi profundamente marcado pela transformação das relações entre os comandantes e suas tropas, com o surgimento de um exército profissional e de veteranos que formaram um grupo decisivo nas dinâmicas políticas e militares. Esses soldados experientes constituíram uma força significativa, cujas demandas por recompensas, como terras e compensações financeiras, transformaram-nos em um elemento essencial para qualquer líder que buscasse consolidar seu poder. Júlio César, como político e general habilidoso, estabeleceu uma relação de patronato coletivo com seus legionários, prometendo-lhes benefícios materiais e cumprindo essas promessas por meio do assentamento em colônias e da distribuição de dinheiro. Essa relação mútua de benefícios assegurou a fidelidade das tropas, mesmo em campanhas prolongadas e durante crises e motins. Após sua morte, em 44 a.C., Otávio rapidamente reconheceu a importância de replicar essa estratégia, mobilizando os veteranos de César, garantindo-lhes terras e recompensas, e promovendo políticas que visavam ao bem-estar dos soldados e suas famílias. A relação de patronato e clientela desenvolvida por César e Otávio não apenas garantiu a lealdade dos veteranos, como também alterou as estruturas tradicionais republicanas, centralizando o poder nos generais. Os assentamentos distribuídos por todo o território romano funcionaram como pontos estratégicos de controle político e influência, reforçando a autoridade dos líderes sobre as legiões. Dessa forma, os veteranos emergiram como um grupo cujas expectativas de recompensas e estabilidade promoveram transformações sociais e políticas que colaboraram com a crise republicana e a consolidação do Principado. Sob Otávio, essa dinâmica solidificou-se com

reformas militares, transferindo a lealdade dos legionários para a figura do imperador e criando as bases para a estabilidade de seu governo.

Referências

Documentação textual

- APPIAN. *Roman History: The Civil Wars, Book II*. Translated by Horace White. Cambridge: Harvard University, 1964.
- APPIAN. *Roman History: The Civil Wars, Book III*. Translated by Horace White. Cambridge: Harvard University, 1964.
- AUGUSTO. *Res Gestae Divi Augusti*. Tradução e comentários de G. D. Leoni. São Paulo: Nobel, 1959.
- AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augusti*. Introduction and commentary by P. A. Brunt and J. M. Moore. Oxford: Oxford University, 1967.
- AUGUSTUS. *Res Gestae Divi Augusti*. Translation and commentary by Alison E. Cooley. New York: Cambridge University, 2009.
- CÉSAR. *Bellvm Civile*. Tradução de Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares*. Tradução de Guilherme Rodrigues. Lisboa: João Romano Torres & C., [19-?].
- SUETONIUS. *The Twelve Caesars*. Translated by Robert Graves, revision by Michael Grant. London: Penguin, 1989.

Obras de apoio

- BRICE, L. L. Disciplining Octavian: a case study of Roman military culture (44-30 BCE). In: LEE, W. E. (ed.). *Warfare and culture in World History*. New York: New York University, 2020, p. 44-71.
- BROADHEAD, W. Colonization, land distribution, and Veteran settlement. In: ERDKAMP, P. (ed.). *A Companion to the Roman army*. Malden: Blackwell, 2007, p. 148-163.
- CAGNIART, P. F. L. Cornelius Sulla in the Nineties: a Reassessment. *Latomus*, v. 50, n. 2, p. 285-303, 1991.
- CAGNIART, P. The Late Republican army (146-30 BC). In: ERDKAMP, P. (ed.). *A Companion to the Roman army*. Malden: Blackwell, 2007, p. 80-95.
- CAMPBELL, B. *The Roman army (31 BC-AD 337)*. London: Routledge, 1994.

- CHRISSANTHOS, S. G. Caesar and the Mutiny of 47 B.C. *The Journal of Roman Studies*, v. 91, p. 63-75, 2001.
- COLES, A. J. *Roman colonies in Republic and Empire*. Boston: Brill, 2020.
- FIELDS, N. *The Roman army of the Punic Wars (264-146 BC)*. New York: Osprey, 2007.
- GOLDSWORTHY, A. *The fall of Carthage: The Punic Wars (265-146 BC)*. London: Cassell, 2003.
- HEBBLEWHITE, M. *Sacramentum militiae*: empty words in an Age of Chaos. In: ARMSTRONG, J. (ed.). *Circum Mare: themes in ancient warfare*. Boston: Brill, 2016, p. 121-142.
- HOYOS, D. Carthage in Africa and Spain (241-218). In: HOYOS, D. (ed.). *A Companion to the Punic Wars*. Malden: Wiley-Blackwell, 2011, p. 224-242.
- KEPPIE, L. *Colonization and veteran settlement in Italy (47-14 BC)*. London: British School at Rome, 1983.
- KEPPIE, L. *The making of the Roman army: from Republic to Empire*. London: Routledge, 1998.
- LIGT, L. The economy: agrarian change during the second century. In: ROSENSTEIN, N.; MORSTEIN-MARX, R. (ed.). *A Companion to the Roman Republic*. Malden: Blackwell, 2006, p. 590-605.
- PINA POLO, F. Introduction. In: PINA POLO, F. (ed.). *The Triumviral Period: Civil War, political crisis and socioeconomic transformations*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2020, p. 13-22.
- ROSELAAR, S. T. *Ager publicus*: land as a spoil of war in the Roman Republic. In: ARMSTRONG, J.; FRONDA, M. P. (ed.). *Romans at war: soldiers, citizens, and society in the Roman Republic*. Oxon: Routledge, 2020, p. 191-209.
- ROSILLO-LÓPEZ, C. *Public opinion and politics in the Late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University, 2017.
- WALLACE-HADRILL, A. Patronage in Roman Society: from Republic to Empire. In: WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *Patronage in Ancient Society*. New York: Routledge, 1990, p. 63-88.

Os louros ingratos da Guerra Civil: memória e esquecimento através das moedas cunhadas durante os conflitos internos da República Tardia

*Les lauriers ingrats de la guerre civile: mémoire et oubli à travers
les pièces de monnaie frappées lors des conflits internes de la
République Tardive*

Giovanni Pando Bueno*

Resumo: Propõe-se, neste artigo, analisar a ação da documentação numismática na construção de memória e sua atuação nos conflitos políticos internos vividos por Roma durante as últimas décadas do período republicano. As moedas romanas, na condição de agentes da memória, intervinham ativamente nos conflitos. A partir da seleção de três fontes (RIC 545, RRC 448/3 e RRC 443/1), datadas de entre 49 e 28 a.C., buscamos compreender a forma particular como as peças monetárias recordavam as Guerras Civis, evitando dar visibilidade à dimensão doméstica dos conflitos e, ao mesmo tempo, enfatizando as guerras contra povos estrangeiros.

Résumé: Cet article analyse le rôle de la documentation numismatique dans la construction de la mémoire et son action dans les conflits politiques internes vécus par Rome au cours des dernières décennies de la période républicaine. Les pièces de monnaie romaines, en tant qu'agents de la mémoire, ont activement impliqués dans les conflits. Sur la base de trois sources (RIC 545, RRC 448/3 et RRC 443/1), datées entre 49 et 28 av. J.-C., nous cherchons à comprendre la manière particulière dont les pièces de monnaie se souvenaient des Guerres Civiles, en évitant de donner de la visibilité à la dimension domestique des conflits et en mettant en même temps l'accent sur les guerres contre les peuples étrangers.

Palavras-chave:

Guerra Civil;
memória.
Esquecimento;
moeda;
César;
Otávio.

Mots-clés:

Guerre Civile;
mémoire;
oubli;
pièce de monnaie;
César;
Octave.

Recebido em: 01/07/2024
Aprovado em: 02/10/2024

* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Foi bolsista Fapesp durante a pós-graduação. Atualmente, é professor e coordenador pedagógico do colégio Nossa Senhora de Sion (Higienópolis, São Paulo).

Introdução: moedas, memória e conflito

Foi-se o tempo em que a documentação numismática estava limitada a estudos econômicos ou servia como suporte de datação, atendendo a questões de ordem cronológica com que algumas investigações se deparavam. Fleur Kemmers e Nanouschka Myrberg (2011) apontam, em um artigo, para a necessidade de estender às moedas os avanços teórico-metodológicos que ocorreram, nas últimas décadas, dentro dos campos da Arqueologia e dos estudos da cultura material. Os vários circuitos em que as moedas se inserem, ao longo de sua trajetória, desde sua cunhagem, circulação, deposição e recuperação (Kemmers; Myrberg, 2011, p. 89-90), demonstram a existência de interações das mais variadas entre a peça monetária e os sujeitos, que vão muito além da finalidade econômico-comercial, e que devem ser compreendidas à luz da historicidade de cada contexto sociocultural.

No caso romano, Niels Hannestad (1988, p. 11) deu um passo significativo no campo numismático, em 1988, ao interpretar as cunhagens pela chave da propaganda: em uma época sem mídia de massa, as moedas compunham um sistema semântico veiculador de mensagens políticas em larga escala. Há um debate que problematiza a aplicabilidade do conceito de propaganda,¹ muito particular à Modernidade, também para a Antiguidade, e que pode nos levar, hoje, a questionar os pressupostos de Hannestad, ao trabalhar as moedas como suportes propagandísticos; afinal, tal enquadramento as reduz a canais de uma comunicação exógena,² abordagem devedora dos estudos semióticos.³ Todavia, a obra desse autor teve sua relevância, ao colocar, em primeiro plano, as relações políticas que envolviam as moedas romanas, isto é, um uso além do valor econômico. É preciso

¹ Segundo Smith (2021, p. 226-228), que faz referência à obra de Jason Stanley, intitulada *How Propaganda Works*, podemos conceber uma propaganda *lato sensu* para o mundo antigo definindo-a como retórica política em parâmetros, até certo ponto, mais largos e frouxos, a fim de não cair em anacronismos e compreendê-la juntamente com o conceito gramsciano de ideologia hegemônica. Tudo isso visando não descartar a noção de propaganda como categoria analítica, ao torná-la exclusiva dos Estados ditos sofisticados, ou seja, modernos.

² Para Ulpiano Bezerra de Meneses (2012, p. 251), desde as mudanças introduzidas pela Escola dos *Annales*, a historiografia passou a reconhecer o potencial cognitivo da documentação imagética. Todavia, até meados do século XX, não lhes oferecia um trato metodológico digno de tal condição, vide a formação logocêntrica da disciplina que ora reduzia a imagem a um papel ilustrativo e comprobatório de fontes textuais, ora a traduzia em modelo verbal, analisando-a como se sua natureza fosse textual – o que a torna um receptáculo de informações exógenas construídas *a priori* e nela depositadas.

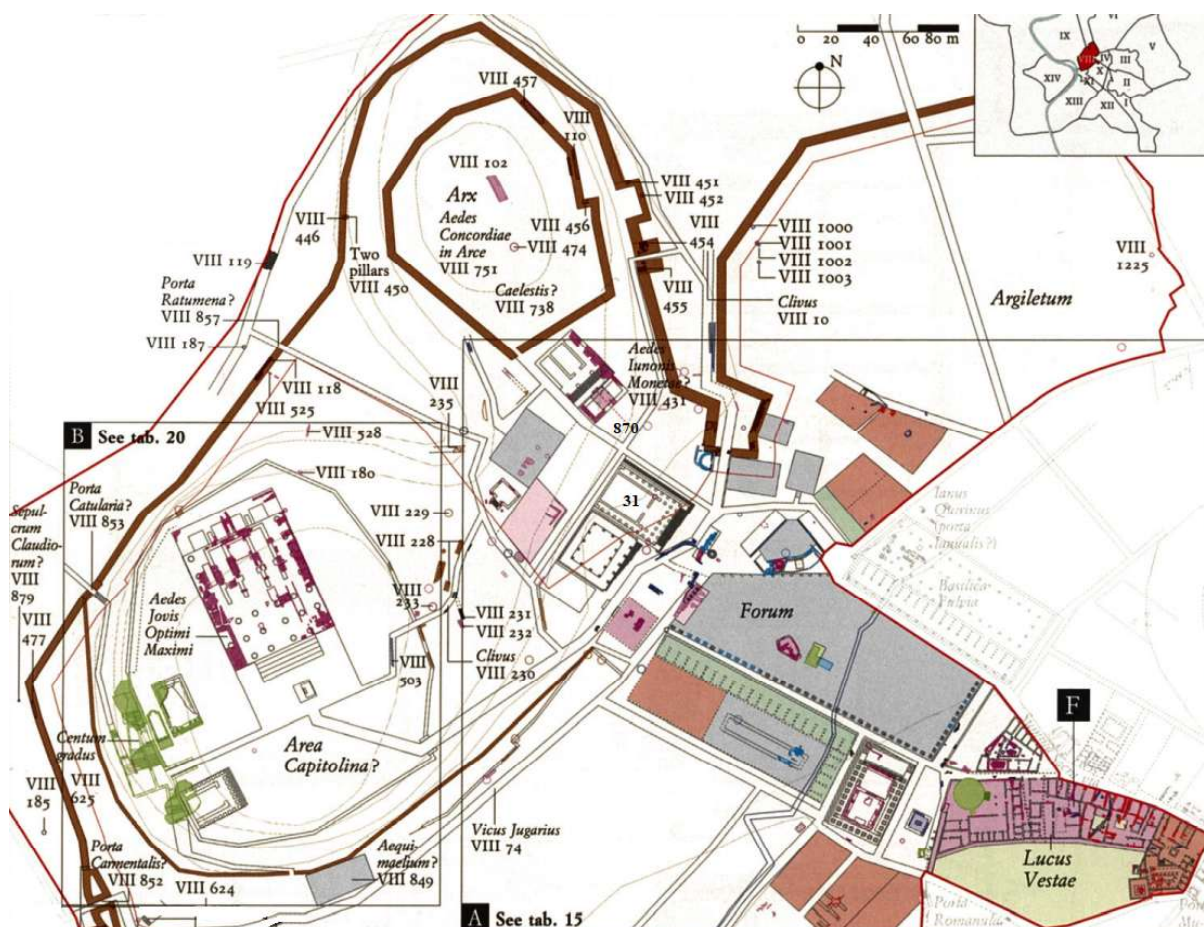
³ É verdade que a semiótica sofreu alterações metodológicas ao longo do tempo para ser empregada no estudo das imagens, como aponta Cardoso (2005, p. 236-245), ao mencionar os esforços de Roland Barthes a partir da publicação de *Retórica da imagem*, em 1964, e o processo subsequente de passagem da semiótica da comunicação para uma da significação – o que fez a obra de Ferdinand de Saussure dar lugar à de Charles Sanders Peirce como principal referencial teórico nas pesquisas interessadas em desvendar o código comunicativo operante nas mensagens visuais. No entanto, isso não livrou a semiótica de seu problema de fundo. A busca por decifrar a dinâmica interna dos signos cinde a imagem em duas dimensões, uma interna e outra externa, sendo esta última ignorada e, com isso, transformando a imagem em uma entidade isolada, apartada da materialidade que lhe é própria.

esmiuçar tal dimensão política das cunhagens romanas, em particular a relação entre a memória construída pelas moedas e os conflitos políticos em curso no final da República.

À vista disso, uma primeira questão deve ser levantada: é válido tratar a moeda romana como um agente da memória, no sentido de que ela seria capaz de organizar o passado e reproduzi-lo socialmente? No que compete à relação entre moeda e memória, é mais que sugestivo o fato de a primeira oficina monetária do período republicano ter sido arquitetada em associação ao templo de Juno Moneta, localizado na *Arx* do monte Capitólio (Figura 1).⁴ O epíteto da deusa supracitada remete etimologicamente a Mnemósine, musa da memória (Silva; Zardini, 2015, p. 86),⁵ e possuiu um papel de destaque na história da República antiga. Conforme narram as lendas, tal epíteto a configurava como “a deusa que adverte” ou “a deusa que faz lembrar”, tendo sido dado a Juno após o ano de 390 a.C., quando os gansos que eram criados no recinto sagrado anterior ao templo grasnaram durante a madrugada em que os gauleses invadiram Roma, soando o alarme aos cidadãos, que se prontificaram a defender a cidade (Grimal, 2005, p. 260). Também é contado que, durante a Guerra de Pirro, no século III a.C., Juno garantiu ao povo de Roma que não lhe faltaria dinheiro, o que levou os romanos a cunharem suas moedas, a partir de então, junto ao templo da deusa, cujos auspícios passaram a zelar pelas emissões monetárias (Kury, 2003, p. 1313-1314).

⁴ Na parte setentrional do Capitólio, separada pelo *Asylum* da meridional, na qual se localizava o templo de *Iuppiter Optimus Maximus*, dominava a Cidadela (*Arx*) Capitolina. Esta foi estruturada após a derrubada da casa do cônsul Marco Mânlio Capitolino por decisão senatorial, em 384 a.C., após o assédio gaulês a Roma, e foi lá que, ainda no século IV a.C., seria erguido o templo de Juno Moneta, depois de ter sido colocado em votação pelo ditador Camilo, em 345 a.C. Tito Lívio (*History of Rome*, VI, 20, 13) atribui a tal localidade a *officina Monetae*, principal oficina responsável pelas cunhagens republicanas, e acredita-se que o templo estaria conectado ao *Aerarium*, o tesouro público localizado no Templo de Saturno (situado na porção noroeste do Fórum), através de uma passagem segura que cruzava o Tabulário (Arata, 2010; Meadows; Williams, 2001, p. 27-28).

⁵ O verbo latino *moneo*, do qual deriva este epíteto de Juno e que dará origem à palavra “moeda”, tem por significado “lembrar”, “advertir”, “avisar”, “alertar”, dentre outros (Oxford, 1968, p. 1130).

Figura 1 - Reconstituição da planta do Capitólio e Fórum entre os anos 240 e 82 a.C.

Fonte: Carandini (2017, tab. 14).

Observa-se, por meio da Figura 1, a elevação principal do Capitólio, que abrigava o templo de *Jupiter Optimus Maximus*, à esquerda (inserida no quadrado B da imagem), e a *Arx*, na parte superior central. O templo de Juno Moneta (*aedes Iunonis Monetae*) encontra-se no canto superior esquerdo do quadrado A, demarcado com a numeração VIII 431. Isto posto, Meadows e Williams (2001, p. 28-30) destacam que o templo de Juno Moneta abrigava, em seu interior, padrões de medição, como a unidade oficial de medida romana de comprimento – o pé – e algumas medidas de peso, além dos *libri lintei*, pergaminhos de linho que continham o registro cronológico dos magistrados republicados. Há uma razão de ordem prática que explica o fato de os padrões de medida, principalmente de peso, serem guardados próximo ao local das cunhagens: garantir o controle da quantidade de metais na produção de moedas. Porém, qual seria a relação da emissão monetária com as listas de magistrados? Segundo ambos os autores, além de cuidar da precisão de pesos e medidas, Juno Moneta tinha uma atribuição memorial. A ela caberia garantir a autenticidade do passado, protegendo os registros históricos de Roma

em seu interior, tal como uma *Mnemosyne* latina e, por consequência, vigiando, também, as moedas, que eram ali batidas e que estampavam em suas faces cenas do passado romano (Meadows; Williams, 2001, p. 48). Na condição de produto dos auspícios de Juno, e fruto de sua responsabilidade, a moeda exprimia, então, uma dupla confiabilidade: a de seu valor metálico e a de seu registro histórico. Estas eram duas marcas indissociáveis da peça monetária, que atestavam sua genuinidade, configurando-se como condições ontológicas da cunhagem romana (Meadows; Williams, 2001, p. 48).

Nesse sentido, a moeda, em Roma, materializava um ideal de verdade que só o plano divino era capaz de resguardar, de modo que sua reprodução social se amparava na pressuposição desta veracidade. Afora a extrema quantidade de ouro, prata e bronze, tratava-se, também, de uma fidedignidade, e inclusive histórica, tornando a moeda um *monumentum* (Meadows; Williams, 2001, p. 48-49). Por tal ângulo, a persuasão, como prática da propaganda, segundo a leitura de Hannestad, não qualifica bem os intentos da moeda – antes, ela se preocupa em fazer lembrar. Mesmo no final da República e durante o Império, quando novas oficinas surgiram fora de Roma, algumas até mesmo itinerantes (pois acompanhavam generais e tropas em deslocamento pelas províncias), as moedas continuaram a estampar o passado, pois a instigação da lembrança se tornou seu *ethos*. O contexto primeiro de cunhagem no mundo romano, junto ao templo de Juno Moneta, fez das moedas um registro histórico, um “monumento em miniatura”, como trata Clare Rowan (2019, p. 2, 4). E, como tal, elas inescapavelmente participariam de forma ativa do litígio memorial que se amplificava nos últimos anos da República.

Como se dava a participação da peça monetária nesses conflitos políticos? Aqui é preciso estar atento às dinâmicas sociais próprias das moedas e indagar o envolvimento particular das cunhagens com a hierarquia social romana, para então delimitar o espectro de receptores envolvidos. Assim, de forma bastante geral, deve-se notar a íntima relação entre a moeda e a autoridade política instituída, que centralizava sua produção (Rebuffat, 1996, p. 78-80). Há, com isso, um constante esforço legitimador, de caráter mútuo, das moedas para com a autoridade, já que, enquanto circulam por um vasto território, dispersam a iconografia vinculada ao núcleo de poder (Carlan; Funari, 2012, p. 66), e da autoridade para com as moedas, cujo valor é devedor do poder emissor que ampara sua autenticidade. A moeda, portanto, encerra em si uma estrutura hierárquica complexa; ela concretiza, nas mãos do indivíduo que a porta, uma autoridade política, e ramifica materialmente o poder central pelo Império através de sua circulação cotidiana.

No caso da documentação numismática oriunda do final do período republicano, principalmente a partir da segunda metade do século II a.C., encontramos um cenário riquíssimo, tanto no quesito qualitativo, com um aumento expressivo da variedade

iconográfica estampada em versos e anversos, quanto no quantitativo, com emissões cada vez maiores e pouco espaçadas, consequência direta das Guerras Civis (Wolters, 2001, p. 582). Como afirma Reinhard Wolters (2001, p. 580), a cunhagem, geralmente, era promovida em Roma quando surgiam novas despesas a serem pagas, como as militares – o autor sugere que, no período imperial, estas constituíam 2/3 de todos os gastos romanos –, de modo que a grande maioria das novas moedas que entrava em circulação estava destinada aos *stipendia* dos soldados. Não é de se estranhar que, se as emissões cresceram após as Guerras Púnicas, aumentaram ainda mais no século I a.C. com os conflitos internos, ampliando a rede de oficinas e de moedas em uso, especialmente as de prata.⁶ O resultado foi uma forte conexão entre comandante e suas tropas, sendo firmada pela materialidade das peças monetárias.

Assim, as legiões eram o primeiro público-alvo das novas cunhagens (Wolters, 2001, p. 585), mas não foram o único. O processo de circulação fazia as moedas chegarem aos espaços urbanos, às comunidades civis de províncias afastadas, à capital, sem mencionar, é claro, as emissões locais, que continuaram existindo, além daquelas destinadas à própria população de Roma. As cunhagens passaram a reproduzir a instabilidade interna do poder político em Roma entre um público expandido, porque as novas emissões não substituíam as antigas que continuavam circulando,⁷ o que fez com que as moedas oriundas de facções políticas beligerantes e temporalidades distintas coexistissem. Ora, se cabia à moeda rememorar, e se seu registro histórico era sustentado por um ideal de verdade, moedas com memórias conflitantes, frutos de disputas internas, acabavam por potencializar as contradições políticas.

Àquele que se deparasse com moedas antagônicas, escolher um lado não era uma questão completamente subjetiva. Por exemplo, os soldados de César, ao serem pagos ao mesmo tempo com antigas moedas de Pompeu e novas cunhagens de César, não cairiam no dilema de decidir com qual memória se sensibilizariam, pois, apesar de as moedas de adversários estarem em circulação, o ineditismo das novas emissões produzia maior impacto na lembrança dos receptores. Como explica Paulo Martins (2011, p. 151), a lógica da “figuração numismática restringe-se ao momento do *hic et nunc*”, isto é, ela se limita a referenciar algo “próximo e imediato”, um evento recém-acontecido ou algo bastante vívido na memória comunicativa, que facilitaria a identificação (Silva; Zardini, 2015, p. 86).

⁶ Wolters (2001) defende que o *stipendium*, na República Tardia, dava-se, notadamente, em moedas de prata, como os denários. Segundo Crawford (1985, p. 72, 143), durante a República Arcaica, e até por volta de 157 a.C., momento em que a extração nas minas de prata da Macedônia começa a tomar fôlego, a produção em bronze predominava, com destaque para o asse, que seria, então, substituída pela prata.

⁷ Mesmo com as novas cunhagens, nos pagamentos dos soldados, predominavam as antigas moedas em circulação (Wolters, 2001, p. 587).

Aliás, o valor da novidade nas moedas também estava relacionado à efemeridade do envolvimento com seus portadores: a moeda é feita para circular, para ser gasta, não sendo de seu feitio persistir por longos anos junto a seu dono. É da brevidade do relacionamento sujeito-objeto que ganha relevância a moeda recém-batida, aquela que ostenta o frescor do passado recente, que instiga a memória comunicativa. Nesse sentido, a lembrança evocada pelas velhas moedas não obstaculizava a lembrança conjurada pelas novas; pelo contrário, atuava como uma lembrança fraca diante de outra forte que estava mais próxima dos receptores. Trata-se de uma dinâmica em rede que depende justamente desta coexistência para instigar o litígio: a vantagem da nova cunhagem se apoiava no desgaste da velha para criar antagonismo, fazendo desta última uma memória a ser combatida. Em outras palavras, de agente da memória, a moeda romana assumia também o papel de agente do conflito de memórias.

Selecionamos, a seguir, três moedas, datadas de entre as décadas de 40 e 30 a.C., cunhadas no contexto das Guerras Civis entre César e Pompeu, e entre Otávio e Marco Antônio. Buscaremos esmiuçar essa faculdade conflitiva das moedas, tratando especificamente do problema da rememoração das guerras civis.

Três estudos de caso: o crocodilo, o cervo e o elefante

Foi com um crocodilo estampado em uma série de moedas que Otávio comemorou sua vitória na Guerra Civil contra Marco Antônio, iniciada em 31 a.C. e findada após a conquista de Alexandria no ano seguinte. Dentre estas cunhagens, batidas um ano após seu retorno triunfante a Roma e das quais são identificadas três diferentes emissões,⁸ selecionamos aquela de prata com o capricórnio no anverso (Figura 2), *signum natalis* do futuro imperador.

⁸ Uma primeira emissão deste tipo (RIC 275a) são denários datados de 28 a.C., cunhados em alguma região da Península Itálica, talvez em Roma, embora seja impossível precisar. Esses trazem um *lituus* no anverso atrás da cabeça de Otávio e omitem a inscrição DIVI-F (*Diui filius*, “filho do Divino [Júlio]”) que as demais emissões registram junto ao exergo CAESAR·COS·VI (*Caesar consul VI*, “César, cônsul pela sexta vez”), talvez porque o *lituus* já evocava por si só a figura de Júlio César, que foi *Pontifex Maximus*. A segunda emissão (RIC 545) é o denário aqui analisado, que traz o capricórnio ao invés do *lituus*, provavelmente produzida em Pérgamo. Por fim, a terceira é um áureo de 27 a.C. (RIC 544), bastante semelhante a este segundo modelo (Draycott, 2012, p. 44).

Figura 2 - Denário de prata de Otávio (RIC 545)



Fonte: The Trustees of the British Museum. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/collection/object/C_1860-0328-115>. Acesso 30 jun. 2024.

A imagem do crocodilo no reverso, inserida entre a inscrição “Egito capturado”, provocou um grande debate entre estudiosos que, em sua maioria, concordaram que se trata de uma redução estereotipada do Egito de Cleópatra VII – aliada de Marco Antônio na Guerra Civil – à forma de besta selvagem domada por Roma. Jane Draycott (2012, p. 43-44), todavia, escrutinando o uso da figura do animal no contexto egípcio da época, levanta uma hipótese mais plausível. Segundo a autora, o crocodilo, que nunca fora propriamente utilizado pelos romanos para simbolizar o Egito, era, antes, um animal bastante caro aos Ptolomeus, por fazer parte do mito fundador da dinastia. Durante a satrapia de Ptolemeu I Sóter, futuro monarca, o general macedônico Pérδικas, que invadira o Egito objetivando depô-lo, sofreu significativas baixas ao tentar cruzar o Nilo, passagem na qual muitos de seus soldados acabaram afogados ou devorados por crocodilos, o que abalou o moral e resultou na morte de Pérδικas, em 321 a.C., devido a uma conspiração interna.⁹ Com isso, a dinastia ptolomaica, em várias ocasiões, mobilizou a figura do crocodilo como um elemento de resistência a invasões estrangeiras, sendo o deus Sobek um dos mais adorados a partir de então. Nos últimos anos dos Ptolomeus, Cleópatra VII vinha adotando signos tradicionais de antigos governantes ptolomaicos em suas cunhagens e, em moedas, associou o crocodilo à sua filha, Cleópatra Selene, que

⁹ O relato é de Diodoro Sículo (XVIII, 34-36), autor do século I a.C. (Draycott, 2012, p. 53-54).

havia recebido do pai, Marco Antônio, o controle sobre os territórios de Creta e Cirenaica. É nestas províncias que encontramos duas séries de emissões, datadas de entre 37 e 34 a.C., uma grega e outra latina, que estampam crocodilos em suas faces (Draycott, 2012, p. 48-51, 55).

Assim, ao conquistar Alexandria, em 30 a.C., Otávio se apropria da memória cultural do Egito ptolomaico e a perverte, colocando o crocodilo, símbolo fundacional de resistência contra forasteiros, ao lado da inscrição "capturado", em atitude de forte cinismo – além de contrapô-lo, no anverso, à sua marca pessoal, o capricórnio. A análise de Draycott é bastante crível, ainda mais se considerarmos a coexistência das diferentes moedas, das laudatórias em nome de Cleópatra Selene e das vexatórias de Otávio – pode-se inferir que a humilhação se reforçava ainda mais através da comparação. Há, no entanto, uma ausência que é ainda mais notável que a ridicularização da memória egípcia: Marco Antônio. Afinal, embora o conflito tenha se desdobrado também na guerra contra um território estrangeiro, que acabou sendo submetido à condição provincial por Roma (Herklotz, 2012, p. 13), tudo se iniciou com a Guerra Civil.

Na moeda, não é feita nenhuma referência ao general derrotado, muito menos à dimensão civil do conflito. Tal exclusão está em sintonia com a política adotada por Augusto ao longo de seu Principado quanto à memória de Marco Antônio. Após Áccio, Otávio recusou as sanções proscritivas formuladas pelo Senado ao ex-triúmviro e, *grosso modo*, aplicadas desde o início da crise republicana a quem fosse declarado *hostis* (inimigo),¹⁰ optando muito mais pelo silêncio do que pelo ataque. Nas próprias *Res Gestae*, documento datado do final do Principado, Marco Antônio não só não é citado,¹¹ como Áccio é mencionada um capítulo antes (RG, XXV, 22) de Augusto enumerar suas conquistas de novos territórios e políticas coloniais (RG, XXVI-XXVII). O Egito, assim, eclipsava a Guerra Civil e a derrota sofrida por uma facção romana. Aos veteranos que foram pagos com *Aegypto Capta* e aos cidadãos que tiveram acesso a tal cunhagem, a guerra deveria ser lembrada muito mais como um conflito externo do que interno.

Evitar enfatizar a vitória na Guerra Civil, substituindo-a por um triunfo contra forças bárbaras, não foi estratégia exclusiva de Augusto. Nos anos 40 a.C., César experimentou muito bem este desconforto. Em 48 a.C., cunhava-se, em Roma, uma série de denários sob autoridade de Saserna, moedeiro aliado de Júlio César, que visava a dar conta do recente

¹⁰ Como destruição de estátuas, apagamento de inscrições em espaços públicos, decretação de seu aniversário como um dia de mau agouro, banimento do uso de seu *praenomen* – Marcus – da *gens Antonii* e a obliteração de seu nome dos *fasti consulares* (Flower, 2006, p. 116-117).

¹¹ A única menção indireta a ele, reduzido a uma "facção" (RG 1, 1), está relacionada ao conflito entre os cesarianos envolvendo o controle pela Gália Cisalpina logo após os Idos de Março, no início de 43 a.C. com as batalhas de Mutina e do Fórum dos Galos, e não à guerra do final da década de 30 a.C.

assédio e conquista da cidade de Massália, atual Marselha (Figura 3). Como é narrado no segundo livro *De Bellum Civile* (II, 1, 1), forças cesarianas, sob o comando do legado Caio Trebônio, foram enviadas para cercar Massália, que, por sua vez, tinha se colocado ao lado de Pompeu e era chefiada por Lúcio Domício Enobarbo. Custosamente, como se conta, César ordenou que suas tropas não agissem com violência contra Massália, apesar do desprezo da cidade pelos soldados cesarianos e da longa duração do cerco (*B Civ.*, II, 13, 3-4). E, mesmo depois da traição da cidade, que se fez de rendida para incendiar de surpresa o armamento de cerco (*B Civ.*, II, 14), César teria sido clemente uma segunda vez quando ela finalmente capitulou e Domício Enobarbo fugiu (*B Civ.*, II, 22, 6). Massália e seus cidadãos foram poupados não apenas no relato bélico, mas também no âmbito memorial.

Figura 3 - Denário de prata de Saserna (RRC 448/3)



Fonte: American Numismatic Society. Disponível em: <<http://numismatics.org/collection/1944.100.3279>>.

Acesso em: 30 jun. 2024.

A cunhagem de Saserna traz em seu reverso a imagem de Diana, deusa patrona de Massália, segurando um cervo pelos chifres e cercada pela inscrição em sentido horário “L. Hostilius Saserna”, nome do responsável pela sua emissão. O anverso estampa uma mulher gaulesa com um *carnyx* atrás de seus cabelos. Este era um instrumento de sopro cuja campana tinha o formato de um dragão, sendo utilizado por celtas em campo de batalha. Assim, são lembradas pela peça duas conquistas de César: uma, de 49 a.C., no contexto da Guerra Civil, e outra, datada de entre 58 e 52 a.C., no contexto da dominação da Gália Transalpina. Contudo, essas vitórias não são lembradas da mesma forma. O modo

comumente utilizado para figurar nações estrangeiras que foram subjugadas por Roma é empregado, aqui, no anverso: exagera-se na alteridade ao se destacar características próprias de povos não-romanos, no caso, com cabelos compridos e o *carnyx* dos gauleses. Por outro lado, para representar a tomada da cidade romanizada de Massália, recorre-se à figura divina de Diana, deusa também cultuada na capital do Império, sem a mobilização de estereótipos físicos ou redução da comunidade dominada à figura de um indivíduo feito cativo (Rowan, 2019, p. 28-29). Seguindo o plano discursivo traçado por César, segundo o qual o Senado, os tribunos e o povo de Roma estavam sendo oprimidos por uma “facção minoritária” (*B Civ.*, I, 22, 5), a tomada de Massália foi quase um ato de *pietas* para com sua deusa patrona, transformando o assédio em libertação desta opressão (Rowan, 2019, p. 28-29).

Além disso, é importante lembrar do templo de Diana em Roma, situado no monte Aventino; afinal, foi na capital que a moeda de Saserna foi cunhada, e, talvez, seus habitantes tenham sido os primeiros a terem contato com a peça. A tradição atribuía à construção deste templo a Sêrvio Túlio,¹² tendo sido o resultado de um acordo entre o rei romano e outros povos do Lácio, e destinado à realização de celebrações políticas as quais visavam a resolver conflitos entre romanos e outras populações latinas. Ao público da *Urbs*, era sob a égide de Diana Aventina que a concórdia entre os membros da mesma comunidade se selava – seja uma liga de vilas do Lácio, seja entre a capital e seu extenso império.

Colocar a Gália ao lado de Massália constrói, também, uma ordem de grandeza. A guerra romano-gaulesa se estendeu por seis anos, foi anterior e promoveu a subjugação de um vasto território. O cerco de Massália durou meses, tendo sido um evento mais recente e resultou no restabelecimento de um estado anterior à Guerra Civil em uma cidade específica, que, no entanto, agora se encontrava livre do jugo faccionário. O general que libertou Massália no presente é o mesmo que expandiu as fronteiras do Império no passado, ou seja, seu histórico militar impede que contestem sua *dignitas*,¹³ que, segundo César, era questionada por tal facção usurpadora (Raaflaub, 2003, p. 41-42). Dessa maneira, a conjuração da Gália enfatiza que o *imperium* de César é capaz de dobrar estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, pode ser direcionado à disputa interna

¹² Especialmente Dionísio de Halicarnasso (*Antiquitates Romanae*, IV, 26, 1-5). Michel Gras (1987, p. 51-54) contesta essa datação, já que os autores antigos, como Dionísio, afirmam que Sêrvio Túlio inspirou-se no templo de Ártemis, em Éfeso, que teria uma função semelhante para os povos jônios, como o centro de uma liga política. Porém, o templo da cidade da Ásia Menor só teria tal uso a partir do século IV a.C., quase duzentos anos depois de Sêrvio Túlio. Gras afirma que o templo, em Roma, poderia ter tido tal papel político em algum momento da República.

¹³ Especialmente quando considerado ao lado de Pompeu, que, antes das primeiras conquistas de César, já havia consolidado sua imagem de grande general.

para devolver Massália à proteção de Diana. Sendo assim, o impacto desagradável do confronto doméstico é amortecido quando colocado ao lado da dominação externa.

A guerra contra o Egito/Marco Antônio e o assédio a Massália foram lembrados em cunhagens depois que a vitória já estava concretizada. Todavia, mesmo antes do resultado, logo após ter ocorrido a declaração da Guerra Civil, era preciso ter cuidado em representá-la nas peças monetárias. É o caso dos denários de César que retratam um elefante (Figura 4). Trata-se do primeiro denário batido no início do conflito contra Pompeu, a terceira moeda do período republicano em maior número de peças emitidas,¹⁴ e, provavelmente, cunhada com a prata que César confiscou do *aerarium sanctius*, em 49 a.C. (Nousek, 2008, p. 293). Muito já foi discutido acerca da simbologia do reverso deste denário, que contém um elefante, uma suposta serpente e a inscrição CAESAR,¹⁵ de modo que, hoje, duas hipóteses se destacam. A primeira, sintetizada por David Woods (2009, p. 189-192), recorre a uma interpretação etimológica para entender a relação dos animais com os conflitos de 49 a.C. Apelando a fontes tardias, do século IV d.C.,¹⁶ o autor encontrou uma referência ao nome púnico para elefante (*caesai*) que teria sido dado ao romano que primeiro matara um paquiderme, dando origem ao cognome *Caesar*, possivelmente algum ancestral do ditador (Woods, 2009, p. 190).

Por outro lado, Woods afirma que a protuberância que há no dorso da serpente poderia configurar uma espécie de crista. Ao perquirir a *Eneida* (II, 203-208), de Virgílio, especificamente a passagem em que as cobras atacam Laocoonte, deparamo-nos com o termo *iubae*, que descreve o tipo de nadadeira dorsal que as serpentes possuíam e que as ajudavam a nadar. *Iuba* é o mesmo nome do rei da Numídia, Juba I, que se aliou

¹⁴ Nousek (2008, p. 293), seguindo as estimativas feitas por Crawford (2008, p. 640-695), calcula aproximadamente 22,5 milhões de moedas batidas dessa série, ficando atrás apenas das de Calpúrnio Pisão, de 90 a.C. (RRC 340/1), e de Caio Víbio Pansa, do mesmo ano (RRC 342/3).

¹⁵ A lista de interpretações é grande. Linderski (1996) e Crawford (2008) concordam que não se trata de um evento específico, sendo que Crawford (2008, p. 735) fala em termos genéricos de uma “vitória sobre o mal”, e Linderski (1996, p. 161-162), que o elefante, representando vitória e força, sinalizava a promessa de César de destruir seus inimigos. Andreas Alföldi (1968, p. 9-18 *apud* Woods, 2009, p. 189-190) propôs que o elefante simbolizava César, enquanto a serpente representaria a África. Por seu turno, Rowan (2019, p. 24-27) sugere que, talvez, nem seja uma cobra, mas um *carnyx*, devido à estrutura dorsal, que o assemelha a um dragão, o que corresponderia, assim, a mais uma representação da conquista da Gália. Autores do mundo antigo falam em uma relação conflituosa entre ambos os animais, como Plínio, o Velho (*Naturalis historia*, VIII, 32), que afirma que, na Índia, eram travadas batalhas entre elefantes e cobras gigantes. Já Lucrécio, em *De rerum natura*, retrata elefantes como animais de guerra presentes na Índia (II, 537-540), introduzidos pelos fenícios nos campos de batalha (V, 1302-1304), e cujas trombas eram mãos na forma de serpente – o epíteto usado por este autor, duas vezes, é *anguimanus*, traduzido por Gonçalves (2021, p. 123, 471) como “serpímans”. Segundo Kellum (1994, p. 31), em Roma, os elefantes eram associados ao deus Apolo, e tal como este, que portava o arco e a lira, os quadrúpedes tinham uma natureza dupla, feroz e pacífica, podendo servir como bestas de combate ou como signo da concórdia. No período augustano, este último sentido prevalecerá. Sobre tal proposta, conferir Alföldi, Alföldi e Birley (1968, p. 9-18).

¹⁶ No caso, os escritos de Élio Esparciano, em *Historia Augusta* (*Ael.*, II, 3), e os comentários de Mário Sêrvio Honorato sobre a *Eneida*, de Virgílio (em particular, sobre o verso I, 286).

às forças pompeianas no norte da África e venceu o general cesariano Caio Escríbão Cúrio, em agosto de 49 a.C., só sendo derrotado em abril de 46 a.C., na Batalha de Tapso. Desse modo, através do jogo palavra-imagem estimulado por tais etimologias, o que se vê figurado seria, na verdade, César (o elefante) marchando em direção a Juba (a serpente), deslocando mais uma vez o conflito civil para o campo da guerra contra forças estrangeiras (Woods, 2009, p. 191).

Figura 4 - Denário de prata de César (RRC 443/1)



Fonte: American Numismatic Society. Disponível em: <<http://numismatics.org/collection/2004.14.71>>.

Acesso em: 30 jun. 2024.

A outra linha interpretativa contesta o argumento etimológico, ao questionar a dependência de fontes escritas, bastante tardias, no caso da interpretação sobre a origem do nome de César, e o quão difundidas eram tais referências entre romanos comuns, como a palavra púnica para elefante. Segundo Nousek (2008, p. 299-301), os elefantes eram bem íntimos aos inimigos de César. Em primeiro lugar, porque já eram estampados em cunhagens antigas da *gens Caecilia*. Os Cecílios Metelos reivindicavam um ancestral que teria capturado 140 elefantes cartagineses durante as Guerras Púnicas e, por isso, passaram a emitir moedas com elefantes desde 128 a.C.¹⁷ Muitos membros desta família foram renitentes opositores de César, como o tribuno Lúcio Metelo que resistiu ao confisco do *aerarium sanctius* em 49 a.C., e Metelo Cipião, sogro de Pompeu.

¹⁷ Ver RRC 262, 263, 269, 369, 374, 459.

Além dos Cecílios Metelos, o próprio Pompeu buscou se associar a elefantes. Igualando-se a Alexandre Magno, líder macedônico para o qual os elefantes se tornaram signo de conquista, Pompeu trouxe alguns desses animais para Roma, em diferentes momentos de sua carreira política. No entanto, acabou vivenciando experiências incômodas com isso. Segundo Plutarco (*Pompeius*, 14), em 81 a.C., Pompeu comemorava um triunfo que, diga-se de passagem, consideramos bastante controverso, quando decidiu adentrar Roma em uma carruagem puxada por quatro elefantes, mas, devido ao tamanho, não conseguiu passagem nos portões da cidade, o que forçou a interrupção do evento e a substituição por cavalos. Numa segunda ocasião, em 55 a.C., durante o último dia dos jogos de inauguração de seu teatro, foram exibidos elefantes que abismaram o público, não de forma prazerosa, pois os presentes ficaram comovidos diante da condição de cativo dos animais, provocando choro generalizado e críticas a Pompeu, como narram Cícero (*Epistulae ad familiares*, VII, 1, 3) e Plínio, o Velho (*NH*, VIII, 7, 21).

A referência aos Metelos e a Pompeu é,¹⁸ ainda, reforçada pelo anverso da moeda, no qual se encontram instrumentos cerimoniais utilizados pelo *pontifex maximus*, posto ocupado por César desde 63 a.C.: *culullus* (púcaro utilizado em cerimônias por sacerdotes e pelas Vestais), *aspergillum* (espécie de vara com crinas de cavalo em uma extremidade, usada pelos sacerdotes para aspergir água lustral sobre os auxiliares dos sacrifícios e sobre o altar), *securis* (machado sacrificial) e *apex* (chapéu com esporão pontiagudo de madeira no topo e dois filetes de tecido que eram amarrados no queixo, comum entre os flâmines e usado também pelo *pontifex maximus*) (Stevenson, 1889, p. 62, 91). O antecessor de César no sumo sacerdócio foi justamente um membro da *gens Caecilia*, Cecílio Metelo Pio, cuja família já cunhara moedas com signos semelhantes, assim como Pompeu e Fausto Cornélio Sila,¹⁹ filho do antigo ditador e rival de Mário. No entanto, enquanto tais moedas traziam ícones pontuais, relacionados a sacerdócios específicos exercidos por seus emissores – como, por exemplo, o *lituus*, típico dos áugures, ou o *apex*, usado por flâmines –, o denário de César retrata a reunião heterogênea de todos esses símbolos. Tomados em conjunto, a importância deixa de recair sobre o colégio sacerdotal a que cada instrumento remete. O destaque incide, agora, sobre a acumulação dos signos, em alusão à posição de *pontifex maximus*, ocupada por César, que o colocava acima de todos os sacerdotes, tornando-se o portador da mais notória autoridade religiosa de Roma (Morawiecki, 1996, p. 47-48).

¹⁸ Nousek (2008, p. 301) ainda nos lembra de Lúcio Domício Enobarbo, da *gens Domitia*, que fez forte oposição à manutenção do comando de César na Gália quando cônsul, em 54 a.C., e cujo avô teria liderado um batalhão de elefantes de guerra em sua campanha de pacificação da Gália Transalpina em 121 a.C.

¹⁹ Para os Metelos, ver RRC 374/2; para Pompeu, ver RRC 402; para Sila e seu filho, ver, respectivamente, RRC 359/2 e 426.

O denário, então, fagocita a memória familiar dos adversários de César, seja dos cargos religiosos ocupados por eles, e que lhes eram motivo de orgulho, seja da relação de seus ancestrais com elefantes como símbolo de potência, subvertendo a iconografia que, antes, destacava o oponente de forma a, agora, inferiorizá-lo diante de César (Nousek, 2008, p. 299-301-302). A potencial ridicularização de Pompeu parece ser muito verossímil se considerarmos que estes denários foram produzidos em imensa quantidade, certamente circulando em Roma, e a lembrança dos eventos embaraçosos envolvendo Pompeu e os elefantes era muito recente – na época, segundo as descrições supracitadas de Cícero e Plínio, tinham produzido reações acaloradas. Ao lado das cunhagens apologéticas de Pompeu, que circulavam há um bom tempo, o escárnio produzido pela moeda de César era ainda maior, pois a lembrança inconveniente com os animais estimulava a comparação entre as peças – em um processo semelhante aos denários de Otávio com as moedas de Cleópatra Selene.

É digno de nota o fato de que Pompeu não foi citado epigráfica ou iconograficamente, nem os Metelos, Sila e Enobarbo. Tais figuras são sugeridas, lembradas de maneira indireta, pois o que auxilia a sua recordação é, justamente, a convivência com outras moedas emitidas por esses políticos. Se há uma provocação, ela é discreta, dissimulada, feita de forma oblíqua para atingir seu alvo, não aberta ou anunciada. Em certa medida, esse comportamento está presente, também, nas duas primeiras moedas aqui discutidas: Marco Antônio não foi diretamente atacado, nem mesmo os pompeianos de Massália capitaneados por Domício Enobarbo. Evitar a investida clara a um inimigo romano, todavia, não significa deixar de fazê-lo de maneira implícita. Egito, Gália e, possivelmente, a Numídia, se considerarmos a leitura da cobra como uma referência a Juba I, acabam cumprindo o papel de bode expiatório para as disputas internas de Roma, como se o conflito fosse sempre catapultado para fora das fronteiras imperiais. No plano memorial, embora existam elementos que apontem para a obliteração da origem do litígio e turvem o grau de envolvimento dos participantes romanos e estrangeiros, não se trata, necessariamente, de um esquecimento total da Guerra Civil, mas, sim, de um processo de deslocamento do conflito. Em outras palavras, mesmo que os combates tenham causas internas e envolvam os próprios romanos, a guerra que deve ser lembrada é outra, a externa.

Conclusão

O constrangimento relacionado à Guerra Civil, que tornava árduo representá-la, ou mesmo comemorá-la em caso de vitória, é, antes, um problema da estrutura política da

res publica romana. A cultura política romana era tradicional e hierarquizada, no sentido de que a aristocracia detinha o poder das principais instituições republicanas de modo praticamente hereditário, mas era vital a tal sistema – ao consenso de sua legitimidade – a participação popular que mediasse a competição interna da elite. Tendo isso em vista, reduzir o adversário político a um inimigo de guerra e fazê-lo dobrar-se, como Roma fazia ao declarar guerra contra povos bárbaros, implicava na quebra da hierarquia que sustentava a estrutura hegemônica republicana como um todo. Ou seja, fazer do outro romano um inimigo desprovido de *auctoritas* colocava em risco sua própria *auctoritas*.

Essa conjuntura delicada é levada em consideração nas cunhagens. A preocupação prévia das autoridades emissoras em turvar a imagem do inimigo interno ou deslocar o foco da adversidade tem em conta a recepção das moedas pelas camadas não-dominantes, cuja participação política era vital à manutenção da aristocracia política. Se a contestação feita por um membro da *nobilitas* a outro em iguais condições excedesse a esfera individual e recaísse sobre o quadro institucional que amparava ambos, um perigoso caminho em direção à deslegitimação seria pavimentado. Isto abriria brechas a ataques à própria estrutura hierárquica de Roma, que poderia ser colocada em xeque no momento da mediação da competição aristocrática pelas camadas de baixo. O grupo dominante, apesar de se enfrentar internamente, não queria, de maneira consensual, comprometer sua própria condição hegemônica, daí o emprego de estratégias que degradavam os oponentes para fora da esfera da *romanidade*.

Entretanto, tais recursos não deixavam de ser contraditórios, pois as legiões não eram cegas a quem morria em campo de batalha. Como resultado desse processo, evidencia-se um desequilíbrio entre o uso da força das armas e o discurso legitimador da guerra; afinal, a mobilização das tropas demandava uma convocação ideológica que fazia eco no campo adversário, pois os líderes beligerantes eram pares que dividiam assentos no topo da hierarquia romana. Exemplo deste descompasso é o último denário discutido, que tece provocações à memória familiar dos Metelos e a Pompeu. Tais injúrias eram comuns na tradicional competição republicana entre aristocratas por cargos, porém eram mobilizadas em contextos de campanhas eleitorais. No entanto, o que se iniciava em 49 não era a disputa pelo consulado, mas sim era uma Guerra Civil. Para dizer o mínimo, o incitamento feito por este último denário é desmedido.

Tentou-se contornar a irregular relação entre forma e conteúdo, no caso das primeiras duas moedas, com a transferência da guerra para o estrangeiro, estratagema identificado por Arena (2020, p. 109-111) como a transformação da *bellum ciuile* em *bellum externum* em que o derrotado é declarado *hostis*, um inimigo estrangeiro, estranho à comunidade cívica. Contudo, tal deslocamento não visava a convencer os contemporâneos de que

não houve Guerra Civil – negá-la a partir do pressuposto equivocado da ingenuidade coletiva não enganaria a ninguém. Como expusemos no início, antes de persuadir, cabe à moeda lembrar. Se é impraticável apagar a guerra doméstica, é possível, por outro lado, diluir o peso dela na lembrança de guerras externas, devido à plasticidade da memória, como ocorre no caso do denário de Saserna. Este, de fato, relembra, por oposição, que o *imperium* de César fez da Gália vassala, mas de Massália e sua patrona Diana, livres. Também se torna possível disputar a causalidade da guerra no plano memorial, como ocorre por meio do denário de Otávio, que faz da guerra iniciada em 31 a.C. essencialmente uma conquista do Egito, sendo que qualquer participação romana no conflito não precisava ser lembrada, já que era irrisória diante da responsabilidade egípcia.

Referências

Documentação textual

- AUGUSTO. Feitos do divino Augusto. In: AUGUSTO; SUETÔNIO. *A vida e os feitos do divino Augusto*. Tradução de Matheus Trevizam e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- CICERON. *Correspondance: Lettres 1 à 954*. Traduit par Léopold-Albert Constans, Jean Bayet et Jean Beaujeu. Paris: Belles Lettres, 2021.
- DIODORUS SICULUS. *Library of History: Books XVIII-XIX*, 65. Translated by Russel M. Geer. Cambridge: Harvard University, 1947. v. 9.
- DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *Roman Antiquities: Books 3-4*. Translated by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1960. v. 2.
- HISTORIA AUGUSTA. Translated by David Magie. Cambridge: Harvard University, 2022
- JÚLIO CÉSAR. *Bellvm Civile*. Tradução, introdução e notas de Antonio da Silva Mendonça. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- LIVY. *History of Rome: Books V-VII*. Translated by B. O. Foster. Cambridge: Harvard University, 1924. v. 3.
- LUCRÉCIO. *De rerum natura*. Tradução de Rodrigo Tadeu Gonçalves. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- PLINIO IL VECCHIO. *Storia Naturale: antropologia e zoologia (libri 7-11)*. Traduzione di Alberto Borghini, Elena Giannarelli, Arnaldo Marcone, Giuliano Ranucci. Turim: Einaudi, 1983. v. 2.
- PLUTARCUS. *Parallel Lives*. Translated by Bernadotte Perrin. Londres: William Heinemann, 1955. v. 5.

VIRGÍLIO. *Eneida*. Tradução de Carlos Alberto Nunes; organização, apresentação e notas de João Ângelo Oliva Neto. São Paulo: Editora 34, 2014.

Obras de apoio

ALFÖLDI, A.; ALFÖLDY, G.; BIRLEY, A. R. *Bonner Historia Augusta Colloquium (1966/1967)*. Bonn, 1968.

ARATA, F. P. Osservazioni sulla topografia sacra dell'Arx capitolina. *Mélanges de l'École Française de Rome – Antiquité*, v. 122, n. 1, p. 117-146, 2010.

ARENA, V. The notion of *Bellum Civile* in the last century of the Republic. In: POLO, F. P. (ed.). *The Triumviral Period: Civil War, political crisis and socioeconomic transformations*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2020, p. 101-126.

CARANDINI, A.; CARAFA, P. (ed.). *The Atlas of Ancient Rome: biography and portraits of the city*. Princeton: Princeton University Press, 2017.

CARDOSO, C. F. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: EDUSC, 2005.

CARLAN, C. U.; FUNARI, P. P. *Moedas: a numismática e o estudo da história*. São Paulo: Annablume, 2012.

CRAWFORD, M. H. *Coinage and money under the Roman Republic: Italy and the Mediterranean economy*. Berkeley: University of California, 1985.

CRAWFORD, M. H. *Roman Republic coinage*. Cambridge: Cambridge University, 1991. v. 1.

CRAWFORD, M. H. *Roman Republic coinage*. Cambridge: Cambridge University, 2008. v. 2.

DRAYCOTT, J. The symbol of Cleopatra Selene: reading crocodiles on coins in the Late Republic and Early Principate. *Acta Classica*, v. 55, p. 43-56, 2012.

FLOWER, H. I. *The art of forgetting: disgrace & oblivion in Roman political culture*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

GRAS, M. Le temple de Diane sur l'Aventin. *Revue des Études Anciennes*, v. 89, n. 1-2, p. 47-61, 1987.

GRIMAL, P. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HANNESTAD, N. *Roman art and imperial policy*. Aarhus: Aarhus University, 1988.

HERKLOTZ, F. *Aegyptio capta: Augustus and the annexation of Egypt*. In: RIGGS, C. (ed.). *The Oxford Handbook of Roman Egypt*. Oxford: Oxford University, 2012, p. 11-21.

KELLUM, B. A. What we see and what we don't see. Narrative structure and the *Ara Pacis Augustae*. *Art History*, v. 17, n. 1, p. 26-45, 1994.

KEMMERS, F.; MYRBERG, N. Rethinking numismatics. The archaeology of coins. *Archaeological Dialogues*, v. 18, n. 1, p. 87-108, 2011.

KURY, M. G. *Dicionário de mitologia grega e romana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

- LINDERSKI, J. Q. *Scipio imperator*. In: LINDERSKI, J. (ed.). *Imperium sine fine*: T. Robert, S. Broughton and the Roman Republic. Estugarda: Historia Einzelschrift, 1996, p. 145-185.
- MARTINS, P. *Imagem e poder*: considerações sobre a representação de Otávio Augusto. São Paulo: Edusp, 2011.
- MEADOWS, A.; WILLIAMS, J. *Moneta* and the monuments: coinage and politics in Republican Rome. *The Journal of Roman Studies*, v. 91, p. 27-49, 2001.
- MENESES, U. T. B. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 243-262.
- MORAWIECKI, L. *Pontificalia atque Auguralia insignia* and the political propaganda in the coinage of the Roman Republic. *Notae Numismaticae*, v. 1, p. 37-57, 1996.
- NOUSEK, D. L. Turning points in Roman History: the case of Caesar's elephant denarius. *Phoenix*, v. 62, n. 3/4, p. 290-307, 2008.
- OXFORD. *Oxford Latin dictionary*. Oxford: Clarendon Press, 1968.
- RAAFLAUB, K. Caesar the Liberator? Factional politics, civil war, and ideology. In: CAIRNS, F.; FANTHAM, E. (ed.). *Caesar against liberty?* Perspectives on his autocracy. Wiltshire: Francis Cairns, 2003, p. 35-67.
- REBUFFAT, F. *La monnaie dans l'Antiquité*. Paris: Picard, 1996.
- ROWAN, C. *From Caesar to Augustus (c. 49 BC-AD 14)*: using coins as sources. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- SILVA, C. F. P.; ZARDINI, T. B. O uso dos mitos nas moedas de Augusto e Constantino. *Roda da Fortuna*, v. 4, p. 83-106, 2015.
- SMITH, C. Gramsci and the Roman Cultural Revolution. In: ZUCCHETTI, E.; CIMINO, A. M. (ed.). *Antonio Gramsci and the Ancient World*. Abingdon: Routledge, 2021, p. 222-238.
- STEVENSON, S. W. *A dictionary of Roman coins*: Republican and Imperial. London: G. Bell and Sons, 1889.
- WOLTERS, R. Bronze, silver or gold? Coin finds and the pay of the Roman army. *Zephyrus*, v. 53/54, p. 579-588, 2001.
- WOODS, D. Caesar the elephant against Juba the snake. *Numismatic Chronicle*, v. 169, p. 189-192, 2009.

Resenhas

Reviews

Considerações sobre o Império Romano e o desenvolvimento do cristianismo

Considerations on the Roman Empire and the development of Christianity

CHEVITARESE, A. L.; SILVA, G. V. (org.). *Cristianismos no Império Romano*. Rio de Janeiro: Menocchio, 2023. 344 p.

Anderson Leonardo Vaz Stein*

Recebido em: 21/05/2024

Aprovado em: 13/06/2024

As ideias apresentadas em *Cristianismos no Império Romano* originam-se da percepção de André Leonardo Chevitarese quanto à necessidade de oferecer conteúdo qualificado ao público das redes sociais, especialmente no que diz respeito à historiografia paleocristã (sécs. I-IV).² Ao se inserir nessas redes, Chevitarese identificou a dificuldade dos internautas em contextualizar e historicizar textos cristãos amplamente difundidos. A verificação do problema o levou a convidar Gilvan Ventura da Silva,³ que sugeriu tornar a obra não apenas destinada ao público das redes sociais, mas voltá-la, também, aos interesses do público acadêmico, em especial o das áreas de História, Teologia, Ciências da Religião e Filosofia. O resultado desse esforço está expresso em um conjunto de debates que exploram as interações entre as experiências cristãs e o Império Romano, reunindo contribuições dos organizadores e de especialistas na área. O livro do qual tratamos nesta resenha está estruturado em onze capítulos, os quais estão distribuídos em quatro partes.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo sob orientação da Profa. Dra. Érica C. Moraes da Silva.

² André Leonardo Chevitarese é professor titular do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e atua nos Programas de Pós-Graduação em História Comparada e em Arqueologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Gilvan Ventura da Silva é professor titular do Departamento de História e atua no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

Na apresentação da obra, Pedro Paulo Funari afirma que o livro traz aquilo que há de mais atualizado sobre o tema,⁴ o que demonstra como a historiografia brasileira está atenta aos recentes debates acadêmicos em nível internacional. Ainda destaca a atenção conferida às documentações gregas e latinas, além do rigor e da sofisticação das reflexões desenvolvidas.

Na primeira parte da obra, *O Império Romano descobre o cristianismo*, Chevitarese efetua uma discussão historiográfica acerca de algumas passagens da obra *Antiguidades Judaicas*, de Flávio Josefo, autor que nasceu em Jerusalém, entre os anos 37 e 38, e que compôs seu texto entre 93 e 94.⁵ A passagem de *Antiguidades Judaicas* (XVIII, 3, 3) está entre as mais debatidas pela historiografia, sendo alvo de intensas discussões quanto à fidedignidade das palavras de Josefo – um autor judeu – em relação à figura de Jesus Cristo. Chevitarese considera que alguns trechos atribuídos a Josefo seriam, na realidade, fruto de uma interferência posterior, o que, provavelmente, teria levado a inserções feitas por um ou mais autores cristãos ao conteúdo original. Dentre essas supostas inserções, encontram-se os trechos: “[...] Se, na verdade, se pode chamá-lo de homem” e “Ele era o Messias” (Joseph., *AJ*, XVIII, 3, 3; Chevitarese, 2023, p. 33). Desse modo, após a exclusão de tais inserções, é possível considerar o que seria o “núcleo original”, escrito por Josefo, acerca da figura de Jesus Cristo, conforme indicado neste trecho:

Por esse tempo apareceu Jesus, um homem sábio. Pois ele foi autor de feitos surpreendentes. E ele conquistou muitos judeus e muitos gregos. E, quando Pilatos, por causa de uma acusação feita pelos nossos homens mais proeminentes, condenou-o à cruz, aqueles que antes o amavam não deixaram de amá-lo. E, até hoje, a tribo dos cristãos, assim chamada depois dele, não desapareceu (Joseph., *AJ*, XVIII, 3, 3 *apud* Chevitarese, 2023, p. 35).

No segundo capítulo, Chevitarese e Daniel Brasil Justi tratam dos primeiros relatos sobre os cristãos no Império Romano, sendo elencados, em suas análises, os textos compostos por Plínio, o Jovem, Tácito e Suetônio. Esses relatos remontam aos governos de Nerva (96-98) e Trajano (98-117). Plínio foi um aristocrata de origem itálica, notório por sua atuação, no início do século II, como governador da província da Bitínia, ocasião na qual escreveu ao imperador Trajano solicitando recomendações de como proceder com o julgamento dos cristãos. Na perspectiva de Plínio, o cristianismo era uma superstição excessiva, que não deveria se destacar pela ameaça proporcionada à segurança da religião e do Estado. No entanto, seu relato permite algumas considerações sobre o cristianismo na Bitínia, no contexto do século II. Dentre elas, a própria extensão

⁴ Pedro Paulo Funari é professor titular do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas.

⁵ As datas apresentadas nesta resenha correspondem ao período depois de Cristo, salvo indicação em contrário.

de cristãos naquela província, cobrindo todas as camadas sociais. Nota-se, por exemplo, a distinta participação de duas mulheres escravizadas que atuavam como ministras, o que sugere a importância feminina nessas comunidades.

Tácito, em seus *Anais*, apresenta um relato semelhante ao de Plínio, ao criticar os cristãos pelas atrocidades (*flagitia*), pelo ódio que nutriam contra a humanidade (*odio humani*) e pelo envolvimento com superstições perniciosas (*exitiabilis superstitio*). Em 64, Tácito foi o único autor a relacionar o incêndio da cidade de Roma aos cristãos. Suetônio, por sua vez, em *Vidas dos Doze Césares*, relatou a existência de um minúsculo grupo de cristãos vivendo em meio aos judeus em Roma, formando uma única comunidade religiosa. O autor mencionou a perseguição de Nero aos cristãos, embora não tenha relacionado o fato ao incêndio de Roma. A análise dessas primeiras fontes escritas sobre os cristãos indica a inexistência de uma política única, destinada a um amplo programa de perseguição aos cristãos no Império Romano. O que se verifica, com efeito, são casos locais de repressão estatal mediante a adoção de procedimentos pontuais.

No terceiro capítulo, Belchior Monteiro Lima Neto ressalta que, durante os séculos I e II, os cristãos foram associados a uma falsa religião, em geral professada por estrangeiros e magos, os quais podem ser considerados, a partir da perspectiva teórica de Erving Goffman (1988), como indivíduos estigmatizados.⁶ No entanto, foi a partir do século III, ocasião na qual o cristianismo se fortaleceu em termos institucionais, com comunidades relativamente bem estabelecidas em Cartago, Alexandria e Roma, que as hostilidades contra os cristãos foram intensificadas. Tais perseguições podem ser identificadas no governo de Décio (249-251), que exigiu que todos os cidadãos romanos provassem lealdade ao regime, executando os ritos de culto imperial e de devoção às divindades protetoras do Império. Novas perseguições foram realizadas por Valeriano (253-260). Após a morte deste, seu filho, Galieno, promulgou um édito suspendendo as perseguições aos cristãos, de modo que, entre a década de 260 e o ano de 303, os cristãos gozaram de relativa liberdade de culto. Apesar de o período em questão ser conhecido como a “Pequena paz da Igreja”, as visões estigmatizadas sobre os cristãos persistiram, a exemplo dos relatos de Sosiano Hiérocles e Porfírio, acusados por Lactâncio de incentivarem a perseguição imposta por Diocleciano (285-305) aos cristãos. Entre 304 e 305, Diocleciano emitiu quatro éditos, os quais determinavam a destituição dos cristãos de dignidades oficiais e o confisco de seus bens; a destruição das igrejas; a queima das

⁶ Em síntese, com base na tese de Erving Goffman (1988), indivíduos ou comunidades estigmatizadas são vistos como não correspondentes às normas e aos valores considerados “normais”, sendo, por isso, tratados como desajustados.

Escrituras; e a prisão dos membros do clero, que seriam obrigados a sacrificar sob pena de morte.

Em contrapartida, há um ponto de inflexão quando Constantino (306-337) torna o cristianismo uma *religio licita*, estreitando, paulatinamente, os laços entre a Igreja e o Estado. Apesar da posterior tentativa de Juliano (361-363) de reestabelecer o culto pagão e sua vinculação ao poder imperial, a aproximação da Igreja com o Império se intensificou, inclusive com perseguições aos pagãos a partir de atos legais dos imperadores Constâncio II, Graciano e Teodósio. É essencial destacar que, embora seja verificada uma expansão do credo cristão, bem como sua aproximação com o Estado romano, a percepção de que a sociedade romana, em fins do século IV, seria majoritariamente cristã, de fato, é mais um *constructo* dos autores eclesiásticos do que uma realidade histórica empiricamente verificável.

Na segunda parte do livro, *Política e Religião no Império Romano*, Thiago Eustáquio Araújo Mota faz considerações sobre o culto imperial no período Júlio-Claudiano (27 a.C. a 68). O culto imperial pode ser considerado como uma forma de inserção do imperador em um plano idealizado, acima dos outros mortais. Augusto foi o responsável pelo estabelecimento de um cânone cerimonial de apoteose, apropriando-se de elementos culturais do Oriente, principalmente a partir da influência do culto a Alexandre, o Grande, bem como através da influência latina, com a narrativa da apoteose de Rômulo. Prática multifacetada, o culto imperial, no período Júlio-Claudiano, não foi empregado como medida universal para estimar a lealdade das populações ao imperador. Por essa razão, deve-se tratar com cautela a ideia de que o confronto com os judeus, no Principado, foi uma medida inevitável, pois, assim como os judeus de Alexandria, existiam outras formas para se honrar o imperador romano, o que, em princípio, não entraria em conflito com os preceitos dessa religião.

Ao abordar a relação entre o cristianismo e o culto imperial, Hariadne da Penha Soares destaca que o culto imperial sintetizava, de forma sofisticada, a dinâmica de relações que uniam Roma, a política e a religião, de modo que a inserção dos imperadores no panteão não criou, entre os pagãos, nenhum desconforto ou insatisfação. Por outro lado, através do culto, os imperadores criaram para si um nicho dentro do sistema religioso greco-romano, apresentando-se como interlocutores do sagrado. Nesse cenário, o cristianismo não era apenas uma religião que pregava a existência de uma única divindade, mas também apresentava uma conduta incompatível com a cosmovisão política do Império, assim como com a figura pública do imperador, que era, ele próprio, uma divindade. Entretanto, não se deve acreditar que os cristãos tenham adotado uma postura de afronta ou hostilidade à figura do imperador, ou que tivessem promovido

a organização de sedições. Contudo, foram considerados nocivos à estabilidade social, justamente em função da defesa do monoteísmo e da recusa ao culto às divindades pagãs, o que teria sido visto como fator desestabilizador da relação entre os deuses e os homens.

Ao tratar da atuação pró-cristã de Constantino, Teodósio e dos sucessores destes, João Carlos Furlani traz à cena a reconstrução da cidade de Bizâncio e sua refundação por Constantino. À vista disso, Constantinopla teria sido planejada como uma homenagem à majestade imperial, um ato de triunfo, que se tornou *exemplum* de simbiose entre a *Urbs* e a pólis greco-oriental. Nesse ínterim, a ação de Constantino gerou um hibridismo entre cristãos e pagãos, pois, embora o imperador tenha se aproximado cada vez mais da fé cristã, especialmente após o episódio da Batalha da Ponte Mílvia e sua adoção dos símbolos cristãos, ele não implementou mudanças significativas nas práticas pagãs. Constantino não se eximiu de utilizar a tradição antiga na construção de sua imagem e, ainda que tenha criado um amplo programa de construção de igrejas em Constantinopla, também edificou novos templos pagãos. Por fim, a ausência de uma comunidade cristã consolidada em Bizâncio, associada à característica sincrética da religiosidade dos bizantinos, permitiu ao imperador a construção de um cristianismo aos moldes imperiais.

Na terceira parte do livro, *O que a Geografia nos ensina sobre o Império Romano*, Esdra Erlacher destaca o papel central das cidades na organização e na administração do Império Romano. No período do Principado, o Império era concebido pelos romanos como uma entidade formada por duas dimensões: a *Urbs*, a cidade de Roma, o centro do mundo; o *orbis terrarum*, o território organizado sob as leis romanas; e os territórios das *externae gentes*, áreas não anexadas ao Império. Nesse ambiente, as cidades das províncias romanas eram fundamentais para o controle administrativo e tributário do Estado sobre os territórios dominados. Essas cidades eram organizadas e gerenciadas pelas elites locais, sob a liderança do governador de província e dos conselhos locais (*curia* ou *boulé*), estes últimos compostos pelo *ordo decurionum* local. Desse modo, é possível dizer que o poder imperial mantinha uma relação patronal com essas cidades provinciais e com suas elites.

Guilherme Aquino Silva e Edjalma Nepomoceno Pina, por sua vez, abordam o sistema administrativo provincial no contexto do Principado, destacando que as novas diretrizes políticas de exploração das províncias resultaram em um foco maior no potencial econômico dessas regiões. Considera-se, também, que a renúncia à ideia de que o exército romano deveria ser exclusivamente composto por itálicos resultou na inserção crescente de provinciais nas fileiras do exército romano, na condição de tropas auxiliares. As mudanças também promoveram a competência local, especialmente na

atuação jurídica. Deste modo, a gestão dos recursos humano e materiais possibilitou a implementação de uma política de integração das distintas realidades regionais à lógica do governo central, transformando áreas antes consideradas periféricas, durante a República, em regiões plenamente reconhecidas como romanas no Principado.

Em seguida, Larissa Rodrigues Sathler aborda os aspectos geográficos da difusão do cristianismo pela bacia do Mediterrâneo, processo favorecido pelo livre trânsito de pessoas pelo Império no decorrer do século I. Nas rotas de circulação dos apóstolos, é importante destacar a utilização de vias terrestres, que conectavam províncias e cidades, funcionando como artérias do Império Romano. A influência geográfica e espacial na expansão do cristianismo também tem suas evidências nas cidades. Na Antiguidade Tardia, observa-se como a cristianização do Império foi acompanhada por um processo de reordenação da paisagem urbana e das áreas adjacentes.

Na última parte da obra, *Experiências cotidianas no Império Romano*, Érica Cristhyane Moraes da Silva apresenta uma perspectiva de longa duração acerca do exército romano, uma das instituições mais importantes de Roma, que era composta por infantaria, cavalaria e marinha. A guerra desempenhava um papel fundamental nas sociedades antigas. Assim, o exército romano não se limitava a ser um mero instrumento de combate, mas constituía um elemento essencial da sociedade, da economia e da política. Durante o Principado e o *Dominato*, os infantes foram o principal símbolo da força do exército romano, organizados em legiões e marchando sob o estandarte da águia. A partir do século IV, com a ameaça militar dos sassânidas, a cavalaria começou a ganhar cada vez mais relevância no exército romano, fazendo-se necessária para as novas estratégias impostas em campo. Todavia, não se deve desconsiderar a relevância das tropas auxiliares, recrutadas dentre os provinciais, as quais apresentaram crescente relevância nas fileiras romanas. Por fim, considera-se a presença, no exército, dos “bárbaros”, assim como dos cristãos, que conferiram novo vigor às forças romanas em atuação, numa nova entidade que emergia no Oriente, o Império Bizantino.

Encerrando a obra, Gilvan Ventura da Silva discute a organização social das comunidades cristãs da Idade Apostólica (séc. I), propondo que, mesmo na ausência de uma hierarquia eclesiástica baseada na repartição de encargos entre bispos, presbíteros e diáconos, o cristianismo não foi, por completo, igualitário, comportando diversos níveis de distinção social, de acordo com os parâmetros que regiam a sociedade greco-romana. O cristianismo se difundiu nas cidades mais antigas, de língua grega, da bacia do Mediterrâneo (com exceção de Roma), onde já existiam comunidades judaicas organizadas. A análise das fontes sugere que as primeiras comunidades cristãs eram formadas por pessoas de diferentes categorias: gentios, senhores e proprietários de escravos, comerciantes,

artesãos, com destaque para os libertos. Nesse ínterim, o patronato, uma das instituições mais antigas de Roma, que se fundamentava na relação assimétrica de troca de serviços e favores, foi essencial para a disseminação da fé cristã, sendo, também, uma evidência do vínculo não igualitário entre os professantes do credo.

As reflexões apresentadas ao longo do livro permitem ao leitor uma compreensão cronológica do desenvolvimento do cristianismo (ou dos cristianismos), a partir da relação entre essas comunidades e o Estado romano, bem como de sua institucionalização e vínculo com a figura do imperador e o poder público. Além disso, proporcionam uma visão aprofundada de debates complexos, à luz das documentações e da historiografia especializada, sobre episódios e fatos amplamente discutidos ou frequentemente tratados como senso comum nos diversos meios de comunicação, instituições e estratos sociais. Ao final da obra, o leitor, seja acadêmico ou leigo, terá se enriquecido com debates relevantes e epistemologicamente fundamentados sobre o tema, cumprindo, assim, os objetivos iniciais dos organizadores.

Referências

Documentação textual

FLAVIO JOSEFO. Antigüedades judías: Libros XII-XX. Traducción de José Vara Donado. Madrid: Akal, 1997.

Obras de apoio

CHEVITARESE, A. L.; SILVA, G. V. (org.). *Cristianismos no Império Romano*. Rio de Janeiro: Menocchio, 2023.

FUNARI, P. P. A. Roma e Jerusalém. Apresentação. In: CHEVITARESE, A. L.; SILVA, G. V. (org.). *Cristianismos no Império Romano*. Rio de Janeiro: Menocchio, 2023, p. 6-9.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

O martírio como construção retórica no discurso de Agostinho de Hipona (sécs. IV-V)

Martyrdom as rhetorical construction in the discourse of Augustine of Hippo (4th-5th centuries CE)

PLOYD, A. *Augustine, martyrdom, and Classical rhetoric*. New York: Oxford University, 2023. 184 p.

Igor Pereira da Silva*

Recebido em: 01/06/2024
Aprovado em: 13/06/2024

A teologia desenvolvida por Agostinho de Hipona desperta interesse em vários públicos, seja de leigos ou especialistas. O pensamento desse bispo norte-africano, dos primeiros séculos do cristianismo, tem sido capaz de chamar à discussão os mais variados temas, que, por sua vez, estão no sustentáculo do cristianismo e da filosofia ocidental. Com Adam Ployd não poderia ter sido diferente, pois foi o seu interesse pelo bispo de Hipona que o levou à pesquisa da retórica do martírio.

Adam Ployd é doutor em História da Teologia pela Universidade Emory (2013). Após passar por uma experiência como vice-diretor da Faculdade Metodista de Teologia Wesley House (2021-2023), tornou-se reitor e conferencista em Estudos Religiosos da Universidade de Yale (2023). Em sua primeira publicação, *Augustine, the Trinity, and the Church* (2015), abordou a retórica de Agostinho como ancorada de forma central na teologia trinitária, o que, por parte do bispo, permitiu a construção da identidade unívoca da Igreja, contrariando as dissensões donatistas.

Em seu último texto, Ployd (2023) aborda como o martírio cristão foi produzido de forma retórica. Para isso, utiliza os trabalhos desenvolvidos por Candida Moss, em *The Myth of Persecution* (2013) e *The Other Christs* (2010); por Elizabeth Castelli, em *Martyrdom and Memory* (2004); e por Lucy Grig, em *Making Martyrs in Late Antiquity* (2004). Todas

* Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.

as autoras contribuíram para o desenvolvimento da compreensão da retórica cristã como responsável por moldar a identidade e a concepção do mártir, dentro e fora da comunidade cristã.

Para justificar a escolha de Agostinho na abordagem dessa temática, Ployd (2023) elenca duas justificativas: a abundância de documentos agostinianos que trazem discussões desse tema e a sua profissionalização na arte da retórica. Dessa forma, a gama de textos que Agostinho nos expõe, juntamente com a sua capacidade de construção retórica, permite a identificação dos escritos desse bispo como uma excelente fonte sobre o discurso cristão acerca do martírio. Constantemente, Ployd se refere à importância de considerarmos a abordagem da retórica dos autores da Antiguidade Tardia como inovadora. O seu destaque, contudo, concentra-se na necessidade de pontuar o modo como o autor investiga o discurso de Agostinho, em sua vasta construção retórica sobre o martírio dos cristãos.

A defesa da análise da retórica discursiva de Agostinho é estruturada por Ployd em três pontos, que são desenvolvidos ao longo do seu texto. Em primeiro lugar, destaca como Agostinho formula e aplica sua compreensão do martírio em contextos retóricos específicos. Em seguida, explora como ele emprega técnicas clássicas de argumentação retórica (*exempla*) para moldar seus mártires ideais e para atribuir-lhes um significado teológico. Por fim, analisa como Agostinho apresenta os mártires como representantes ideais da identidade cristã. Ployd acrescenta à sua leitura dos escritos do bispo de Hipona uma compreensão da construção teológica do mártir, apresentando-o não apenas como um exemplo de moralidade para os cristãos, mas como figura-chave em todo o seu discurso teológico. Para Ployd (2023, p. 6), Agostinho acredita e busca demonstrar como os mártires, com a sua própria vida, cumprem o propósito de Jesus de "levar os fiéis a se preocuparem com os bens celestes em vez dos terrenos".

Estruturando sua obra, Ployd desenvolve cinco capítulos coesos e bem delimitados. Como ponto de partida, o autor escolhe abordar o contexto sobre o qual Agostinho produz as suas obras. No primeiro capítulo, intitulado *O contexto dos mártires*, o autor estabelece os contextos culturais sobre os quais os primeiros cristãos constroem as suas retóricas acerca do martírio e aborda o desenvolvimento desse discurso no norte da África. Para isso, Ployd destaca a compreensão que Agostinho possuía sobre a controvérsia donatista e sua relação com o culto aos mártires. Ademais, o capítulo visa à análise da compreensão dissonante a respeito do martírio para dois outros círculos religiosos relacionados ao cristianismo: os maniqueístas e os pelagianos.

Ao abordar os discursos retóricos em torno dos mártires escilitanos, presentes nas *Acta* dos mártires escilitanos, e dos mártires cartagineses, descritos na *Passio*, de Perpétua

e Felicidade, Ployd busca demonstrar como o papel do mártir foi construído e reconstruído pelos autores cristãos, desde o final do século II. Esses relatos evidenciam demonstrações de *exempla* e *virtus*, que se estendem até os tempos de Agostinho. A abordagem do autor também conecta esses primeiros martírios a textos de autores cristãos que moldaram e remoldaram a visão do cristianismo acerca do martírio, como Tertuliano, em *Scorpiace* e *Apologeticum*, e Cipriano, em *De lapsis* e *De ecclesiae unitate*. O autor apresenta Tertuliano como defensor do martírio contra as críticas dos valentinianos. Cipriano, por sua vez, é destacado como um bispo-mártir que, diante da crise dos *lapsis* após a perseguição de Décio, dedicou-se à defesa da unidade da Igreja e do martírio.

Para Ployd (2023, p. 13-14), a contenda de Cipriano contra os novacianos antecede as lutas de Agostinho contra os donatistas. A busca por delimitar a legitimidade e a autoridade do mártir como ligadas diretamente à vinculação deste à Igreja, e não a comunhões concorrentes, estabeleceu um precedente que teria permitido a Agostinho, em *Confessiones*, contestar a autoproclamação dos donatistas como a verdadeira “Igreja dos mártires”. Ployd (2023, p. 16) aprofunda a demonstração da forma como Agostinho busca controlar a retórica sobre os mártires e seu culto. Para isso, cita como exemplo a descrição que o bispo realiza da vida de sua mãe, Mônica. Esta é apresentada como uma cristã exemplar por prestar culto aos mártires. Mesmo quando sofre uma reprimenda, Mônica demonstra sua modéstia ao aceitar se submeter aos ordenamentos do bispo Ambrósio. Ployd defende que Agostinho realiza uma virada retórica ao sustentar que a persuasão, e não a punição, deveria ser capaz de impedir os cristãos norte-africanos de continuarem cometendo abusos no culto aos mártires. A retórica de Agostinho, apresentada por Ployd, elenca abusos que seriam vexatórios e, até mesmo, prejudiciais, no culto aos mártires praticado pelos cristãos, apresentando semelhanças com o culto aos mortos da sociedade romana. Todavia, Ployd destaca que, apesar disso, Agostinho não deseja proibi-lo, mas reformá-lo.

Nas duas últimas seções do primeiro capítulo, Adam Ployd aborda um tema transversal da construção da retórica de Agostinho sobre o martírio: os embates polêmicos do bispo com os maniqueus e os pelagianos. Mesmo que não enxergue a presença robusta da retórica do martírio no discurso dessas comunhões concorrentes, as obras que Agostinho desenvolve para contestar esses grupos, apesar de curtas, possuem importantes menções ao martírio, como em *De moribus ecclesiae catholicae et de moribus Manichaeorum* e em *Contra Faustum Manichaeum*. Para Ployd (2023, p. 148), a presença dessa temática, mesmo nessas obras de caráter polemista, demonstra a “verdadeira onipresença do discurso dos mártires, devido à sua aparência e poder em disputas, o que de outra forma não permitiria estarem relacionadas”.

Por meio do segundo capítulo, cujo título é *O exemplo dos mártires*, somos apresentados a uma discussão sobre a técnica retórica dos *exempla*. A construção retórica do mártir de Agostinho depende dessa técnica. Por esse motivo, torna-se importante esmiuçar essa questão. Para Ployd, Agostinho indica que o culto ao mártir deve ser precedido pela imitação do mártir, caso contrário a veneração aos heróis da fé estaria esvaziada de sentido. O autor não defende que o bispo esteja agindo de forma contrária à prática do culto ao mártir, mas apenas busca domesticá-la e, para tanto, faz uso do *exemplum* do mártir, destacando as virtudes definidas pelo próprio Agostinho. Ployd recorre à retórica clássica de Quintiliano para encontrar a definição de *exemplum* empregada por Agostinho, passando a identificar a carga moral dos textos como útil e capaz de reforçar o efeito retórico sobre o leitor. Os *exempla* têm o papel de reforçar, de forma demonstrativa, o argumento sustentado pelo autor. Essa estratégia permite o uso do discurso retórico sem comprometer a relevância da apresentação prática, fundamentada na realidade do leitor ou do público.

Ademais, Ployd demonstra o modo pelo qual Agostinho apresenta Jesus Cristo como *exempla exemplorum*, isto é, o exemplo de mártir, ao passo que todos os outros mártires seriam seus imitadores. Dentre esses mártires do primeiro século, Ployd (2023, p. 40) afirma que Agostinho teria elencado Estevão como o “imitador ideal” de Cristo, apresentando semelhanças e adaptações do seu martírio em comparação ao de Cristo. Nesse sentido, ao realizar o culto aos mártires e reproduzir a narrativa de seus martírios, Agostinho estaria apresentando, aos futuros mártires, relatos mais próximos de suas realidades, fazendo desses mártires exemplos mediadores. Como dito por Ployd (2023, p. 42), enquanto Jesus seria compreendido a partir de seu caráter divino, Estevão era um homem comum, o que faria essas narrativas martiriológicas se tornarem necessárias “para que nós, que estamos cientes de nossas limitações, possamos encontrar inspiração em outros humanos como nós”. Em seguida, Ployd explicita o que ele considera como a função protréptica da construção retórica dos *exempla* de Agostinho. Do seu ponto de vista, o *exemplum* teria a função de estabelecer modelos morais, utilizando o caso do mártir Vicente para propor a discussão sobre o caráter espiritual da narrativa martiriológica. Tal narrativa destaca a valorização do mundo imaterial em relação ao mundo material, bem como a supremacia do poder de Deus em comparação ao poder do mártir.

O objetivo de Agostinho seria incitar a humildade e a espiritualidade dos cristãos, algo que poderia ser encontrado na imitação dos mártires. A crítica de Agostinho ao culto aos mártires caminharía no sentido da crítica à mera veneração aos mártires, exigindo uma veneração acompanhada da imitação das virtudes destes. Ademais, Agostinho defendia os mesmos critérios de abandono da carne praticado pelos mártires, o que levaria a uma

rejeição às práticas de celebração com excesso de bebidas. Além disso, o público do culto não deveria ceder à adoração dos mártires, mas lembrar de que o único a quem se devia adoração era a Deus. Para Ployd (2023, p. 49), o afincado de Agostinho e de outras lideranças cristãs do período na reorientação da veneração dos cristãos a Deus visava ao abandono de qualquer desejo que poderia existir em direção ao politeísmo herético.

Agostinho utiliza até mesmo os nomes dos mártires em sua construção retórica, demonstrando, por meio da etimologia nominal, a relação entre os significados dos seus nomes e suas personalidades. Dessa maneira, ele define um caráter exemplar inerente aos mártires, o que, para o autor, não pode ser entendido como *adnominatio* (Ployd, 2023, p. 52-54). Para apontar esse teor específico da etimologia nominal, Ployd faz uso dos sermões de Agostinho sobre Estevão, Perpétua e Felicidade, além de Cipriano.

Adam Ployd (2023, p. 59) conclui o segundo capítulo evidenciando a importância da etimologia nominal na retórica de Agostinho e no desenvolvimento dos *exempla* como uma forma essencial para a imitação dos cristãos. Ele finaliza com a seguinte assertiva: "Os nomes dos mártires não são incidentais. Eles são divinamente ordenados, providenciais e reveladores, não apenas da virtude do mártir em particular, mas também das virtudes e recompensas comuns a todos os mártires".

No terceiro capítulo, *O tempo dos mártires*, Ployd realiza uma discussão da utilidade da retórica dos *exempla* do martírio num contexto no qual não há perseguições aos cristãos. Para explicar como Agostinho compreende a permanência da utilidade do *exempla* dos mártires, Ployd recorre a Tito Lívio e Salústio, trazendo a compreensão de que a História e a Retórica estão conectadas desde a Antiguidade, principalmente por conta dos *exempla*, que precisam ser preservados pela História para seu uso na Retórica, com o intuito de incitar o leitor às virtudes destacadas pelo orador. Dessa forma, para Agostinho, as virtudes dos mártires são superiores a quaisquer virtudes que os heróis pagãos pudessem apresentar, e, além disso, os tesouros recebidos por esses heróis seriam inferiores à recompensa eterna recebida pelos cristãos (Ployd, 2023, p. 68). Ainda que faça descrições dos heróis da cultura clássica romana, o uso dessas narrativas coopera com o discurso retórico que enfatiza como os romanos mais virtuosos são apenas sombras dos mártires. Enquanto Salústio acreditava que, com a queda de Cartago, Roma ficou sem uma competição militar e política capaz de conservar a virtude dos heróis, Agostinho não via o fim das perseguições como algo que enfraquecesse a virtude dos mártires. Para ele, a luta dos cristãos ocorria no campo espiritual, e, nesse contexto, os mártires sempre seriam necessários como *exempla*. Ployd (2023, p. 73) entende que, ao adotar essa interpretação da historiografia, Agostinho se opõe à historiografia romana tradicional e constrói a visão

de uma história da Igreja como uma constante “batalha contra a tentação e os espíritos malignos”.

No final do terceiro capítulo, Ployd descreve como Agostinho compreende a beleza retórica que existe no ato do martírio. As narrativas violentas dos martírios seriam compreendidas como honrosas mediante o recurso da antítese. Enquanto as *passiones* descrevem o sofrimento do mártir, Agostinho aborda as virtudes daquele que escolhe morrer em nome da sua fé, destacando o brilho sobre as suas virtudes e deixando o sofrimento apenas como pano de fundo. A mesma antítese que contribui para a construção do martírio como belo é apresentada por Adam Ployd (2023, p. 78-79) como fundamental na compreensão da ordem divina da criação. Agostinho sustenta que, assim como um discurso pode ser elaborado com uma oratória bem ordenada e indubitavelmente bela, ele também é composto por estruturas e sons que surgem e desaparecem, como se estivessem nascendo e morrendo. Nesse sentido, tudo na criação de Deus é uma “criação retoricamente ordenada”, baseada na oposição entre o terreno e o celeste, de modo que as coisas contrárias criam equilíbrio e harmonia no cosmos.

No quarto capítulo, intitulado *O tribunal dos mártires*, Ployd examina um debate teológico sobre o título reivindicado pelos donatistas de “Igreja dos mártires”. Agostinho havia desenvolvido sua argumentação contra essa afirmação donatista utilizando a frase “*non poena sed causa*”.² A frase do bispo define que os verdadeiros mártires precisariam viver como cristãos, algo que, na compreensão de Agostinho, não incluía os donatistas. Adam Ployd propõe uma abordagem forense da retórica de Agostinho, que recorre à negação do fato para ignorar a aplicação da lei contra os donatistas, utilizando autores como Cícero e Quintiliano.

A intransigência de Agostinho vai além do que define o mártir, pois, para o bispo, o que levaria os donatistas a manterem a defesa de suas posições como mártires seria a sua inaptidão para a leitura das Escrituras. O bispo, dessa forma, faz uso da argumentação hermenêutica do *genus legale* e *interpretatio scripti*, apontando que os donatistas desconheciam tipos de leis e questões legais, de modo que não compreenderiam as intenções do escritor dos textos sagrados, promovendo leituras errôneas. Na segunda parte do capítulo, Ployd analisa como Agostinho responde à acusação de perseguição feita pelos donatistas contra a Igreja Católica, que identifica não uma perseguição, mas uma correção. O autor destaca o uso da *relatio criminis* por Agostinho, que visa a aumentar a culpa e a audácia do condenado, fazendo com que a pena pareça mais branda do que aquela que o acusado, de fato, mereceria (Ployd, 2023, p. 97-98). Agostinho, assim como

² Em português: “não pela pena, mas pela causa”.

os donatistas com os quais debatia, compreendia que o embate sobre o que definia o mártir ou o martírio não se restringia apenas ao campo das instituições religiosas, mas envolvia também a questão de “quem deve receber o benefício da legitimação imperial” (Ployd, 2023, p. 107).

No último capítulo, cujo título é *A Retórica dos mártires*, Adam Ployd apresenta a maneira pela qual podemos compreender o mártir no discurso retórico de Agostinho. Para Ployd, o bispo de Hipona define os mártires como oradores cristãos ideais e, utilizando da figura desenvolvida por Cícero, o mártir apresenta, também, as características do orador-estadista cristianizado. Para abordar o orador e o orador-estadista, o autor recorre, novamente, à literatura clássica, fazendo uso principalmente dos textos de Cícero. Mas, como já foi abordado, o modo como Agostinho concebe o mártir exige que a compreensão do “orador-estadista cristão” seja diferente daquela apresentada por Cícero. Enquanto Cícero entende que o orador-estadista deve organizar a República, Agostinho defende que o mártir seja um estadista no plano espiritual, podendo, momentaneamente, estar no reino terreno hostil. Todavia, deveria ter como objetivo final se constituir como um estadista na cidade de Deus. O autor cita uma série de mártires que são descritos por Agostinho como *exempla* de oradores, os quais se destacam tanto por seus discursos potentes e firmes quanto por suas ações e exemplos morais.

Adam Ployd (2023, p. 131) compreende que, apesar de o governo ser avesso ao cristão, podendo, até mesmo, persegui-lo, o mártir, antes de se tornar um estadista na cidade de Deus, deveria desempenhar este papel ainda na cidade terrena. Por meio da persuasão, e não da violência, os mártires, que seriam os estadistas primordiais descritos por Cícero, teriam a responsabilidade de “conduzir as pessoas da selvageria para a piedade, pelo testemunho da verdade”, ou seja, através da manifestação de transformações das virtudes cívicas tradicionais; não por meio de leis, mas mediante o poder retórico atribuído aos mártires (Ployd, 2023, p. 132). Dessa maneira, seria possível escapar dos bens terrenos e das tentações mundanas. Contudo, para isso, seria necessário estar o mais próximo possível dos ideais de promoção da fé, da esperança e do amor.

Concluimos a presente resenha afirmando que a obra *Augustine, martyrdom, and Classical rhetoric* cumpre o objetivo de Adam Ployd, ao enriquecer o conhecimento histórico, propiciar revisões na literatura clássica e permitir uma abordagem retórica do discurso de Agostinho de Hipona acerca do martírio, algo caro à historiografia que trata da Antiguidade Tardia.

Referências

- CASTELLI, E. *Martyrdom and Memory: Early christian culture making*. New York: Columbia University, 2004.
- GRIG, L. *Making martyrs in Late Antiquity*. London: Duckworth, 2004.
- MOSS, C. *The myth of persecution: how Early christians invented a story of martyrdom*. San Francisco: Harper One, 2013.
- MOSS, C. *The other christs: imitating Jesus in Ancient christian ideologies of martyrdom*. New York: Oxford University, 2010.
- PLOYD, A. *Augustine, martyrdom, and Classical rhetoric*. New York: Oxford University, 2023.
- PLOYD, A. *Augustine, the Trinity, and the Church: a reading of the anti-Donatist sermons*. New York: Oxford University, 2015.